

# REVISTA RUMOS DA PESQUISA

EM CIÊNCIAS EMPRESARIAIS,  
CIÊNCIAS DO ESTADO E DA  
TECNOLOGIA

ISSN: 2525-278X  
VOLUME 1 | ANO 4  
NÚMERO 4  
2019

# **REVISTA RUMOS**

**DA PESQUISA EM CIÊNCIAS EMPRESARIAIS, CIÊNCIAS DO ESTADO E DA  
TECNOLOGIA**

**Revista do Centro de Ciências Sociais, Sociais Aplicadas e Tecnologia  
do Centro Universitário do Cerrado – Patrocínio - UNICERP**

**ISSN 2525-278X**

*“Não são as crises que mudam o mundo, e sim nossa reação a elas.”.*  
*Zygmunt Bauman*

**A Revista Rumos da Pesquisa em Ciências Empresariais, Ciências do Estado e da Tecnologia aceita contribuições inéditas de trabalhos científicos, dentro de sua especialidade.**

R348

Revista Rumos da Pesquisa [recurso eletrônico] / Centro Universitário do Cerrado Patrocínio. – v.1, ano 4, n. 4 (jan./jun. 2019). – Patrocínio: UNICERP, 2019.

Semestral

ISSN 2525-278X

Modo de acesso: [www.unicerp.edu.br](http://www.unicerp.edu.br)

1. Administração. 2. Agronegócios. 3. Ciências Contábeis. 4. Direito. 5. Engenharia Civil. I. UNICERP – Centro Universitário do Cerrado Patrocínio.

CDD: 370.7

**REVISTA RUMOS DA PESQUISA EM CIÊNCIAS EMPRESARIAIS, CIÊNCIAS DO  
ESTADO E DE TECNOLOGIA – publicação semestral do Centro Universitário do  
Cerrado Patrocínio – MG – Brasil**

**Diretoria Executiva**

Reitor D.Sc. Clauberto Barbosa de Alcântara  
Dra. Gisélia Gonçalves de Castro  
Ma. Lidiany Mendes Campos  
Esp. Julierme Rosa de Oliveira

**Conselho Editorial Interno**

Dra. Camilla Fernandes Moreira  
Me. Fernando Ramos Bernardes Dias  
Dr. Gustavo Tambelini Brasileiro  
Me. Helio de Oliveira Junior  
Ma. Izabel Rosa Moreira  
Me. João Batista Ferreira  
Ma. Junia Gonçalves Oliveira  
Dr. Marcelo Rodrigues Lemos  
Ma. Mariana Milla Assunção de Araújo  
Me. Reinaldo Caixeta Machado  
Me. Renato de Souza Nunes

**Conselho Editorial Externo**

Dr. Alexandre Walmott Borges (UFU)  
Pós-Dra. Christina de Rezende Rubim (UNESP)  
Dr. Clésio Marcelino de Jesus (UFU)  
Dr. Edinilson Donisete Machado (UNIVEM/SP-FONDINOP/PR)  
Dr. Hugo Luís Pena Ferreira (UFG)  
Dr. José Cláudio Junqueira Ribeiro (FUMEC)  
Ma. Leila Cristina do Nascimento e Silva (FEAM/MG)  
Dr. Paulo César Correa Borges (UNESP)  
Dr. Paulo Roberto de Oliveira Santos (IMEPAC)  
Pós-Dr. Rodrigo Toledo (UNESP)  
Dr. Silvio Aparecido Crepaldi (UFU -UNIUBE)

Envio de trabalhos para email: [revista@unicerp.edu.br](mailto:revista@unicerp.edu.br)

## APRESENTAÇÃO

Diante de uma sociedade cada vez mais complexa e multifacetada em que a tecnologia ocupa cada vez maior espaço na vida cotidiana e redefine a formação e atuação profissional, a Revista Rumos da Pesquisa em Ciências Empresariais, Ciências do Estado e de Tecnologia, seu quarto número e com o propósito de ser a partir de agora uma publicação semestral, reúne textos na modalidade de artigos originais, resultados de pesquisas acadêmicas em diálogo com as áreas de conhecimento pertinentes à Administração, ao Agronegócios, às Ciências Contábeis, ao Direito e à Engenharia Civil elaborados pelos professores e alunos do UNICERP, Centro Universitário do Cerrado – Patrocínio, criando também oportunidade para trabalhos oriundos de outras instituições de ensino.

A presente edição apresenta para a comunidade acadêmica e para sociedade 15 (quinze) trabalhos, que foram submetidos a um rigoroso processo de revisão pelo conselho editorial, com abordagens que compõem temas relevantes, onde o agronegócio e a tecnologia ganham destaque em face do potencial econômico da região do cerrado mineiro, buscando enfrentar problemas e possibilidades de soluções, que podem impactar na vida e na gestão dos negócios de toda sociedade.

Ficam os nossos agradecimentos a todos que contribuíram para a realização deste volume e nossas congratulações aos autores pelos seus notáveis trabalhos, que possibilitaram essa publicação.

Desejamos que a leitura deste volume contribua para novas reflexões sobre os temas aqui abordados. Ótima leitura!

Reitor Dr. Clauber Barbosa de Alcântara

Editora Ma. Lidiany Mendes Campos

Editor Esp. Julierme Rosa de Oliveira

## SUMÁRIO

<b>Fidelização de clientes em uma cooperativa de crédito</b> <i>Alan Marcos de Oliveira; Rafael Silva</i>	<b>09</b>
<b>Benefícios da Certificação do café para os produtores e consumidores</b> <i>Paula Andrea Alves Duarte; João Batista Ferreira</i>	<b>30</b>
<b>Mercado e canais de comercialização de café: Um estudo Bibliométrico</b> <i>Marcos Junior de Oliveira; João Batista Ferreira</i>	<b>49</b>
<b>Análise Econômico-Financeira: Um estudo de caso em uma empresa do Alto Paranaíba</b> <i>Laryssa Pires Novaes; Kamilla Martins de Moura Mota</i>	<b>66</b>
<b>A influência da Mídia e da Opinião Pública na decisão dos Jurados</b> <i>Regina Florenço Félix; Marcelo Rodrigues Lemos</i>	<b>84</b>
<b>A nomeação dos Ministros do STF: Uma ofensa à Separação dos Poderes?</b> <i>Amanda Caroline Dias Gonçalves; Renato de Souza Nunes</i>	<b>106</b>
<b>O Direito Fundamental à Educação das pessoas com deficiência intelectual na cidade de Patrocínio-MG</b> <i>Barbara Souza e Costa; Izabel Rosa Moreira</i>	<b>122</b>
<b>Neoliberalismo: Entre o Poder, o eu e a resistência</b> <i>Marcelly Olivia Fernandes Amorim; Marcelo Rodrigues Lemos</i>	<b>141</b>
<b>Ferramentas de compatibilização das atividades econômicas com o desenvolvimento sustentável</b> <i>Gabriel Lopes Vilela Filho; Reinaldo Caixeta Machado</i>	<b>160</b>
<b>A Teoria da Reserva do Possível X o direito à saúde dos portadores de AME</b> <i>Raiane Cristina Costa Souza; Izabel Rosa Moreira</i>	<b>179</b>
<b>A relação existente entre a tutela penal laboral e a prevenção dos acidentes de trabalho</b> <i>Lidiany Mendes Campos</i>	<b>200</b>
<b>A reforma trabalhista e a terceirização da atividade-fim: um retrocesso social</b> <i>Amanda Caroline Dias Gonçalves; Mário Lúcio Campos de Almeida</i>	<b>217</b>
<b>Concreto com fibras de aço: Avaliação do ganho de desempenho à tração e à compressão</b> <i>Andressa Maria Gonçalves; Priscilla Assis Mendonça; Marco Aurélio Tomaz</i>	<b>231</b>
<b>Projeto geométrico, drenagem e estabilidade de uma pilha de estéril - Estudo de Caso</b> <i>Charles Valter Lopes Claudino; Priscilla Assis Mendonça</i>	<b>250</b>
<b>Importância dos controles tecnológicos na prevenção de patologias em alvenaria estrutural com blocos de concreto</b> <i>Victor Humberto Pereira Alves; Priscilla Assis Mendonça</i>	<b>267</b>

# FIDELIZAÇÃO DE CLIENTES EM UMA COOPERATIVA DE CRÉDITO

ALAN MARCOS DE OLIVEIRA<sup>1</sup>  
RAFAEL SILVA<sup>2</sup>

## RESUMO

**Introdução:** Cooperativas de crédito são instituições financeiras com características específicas, voltadas para o atendimento dos cooperados. Apesar de possuir um público específico, existe a necessidade de manter esses clientes fiéis e satisfeitos. **Objetivos:** Determinar os atributos oferecidos pela cooperativa de crédito que contribuem para a fidelização dos seus cooperados; verificar os atributos da cooperativa de crédito que são considerados mais importantes por seus cooperados no processo de fidelização; identificar a satisfação do cooperado em relação às ações de marketing de relacionamento realizadas pela cooperativa de crédito; apontar os atributos que tem menor impacto sobre a fidelização dos cooperados. **Materiais e métodos:** Pesquisa descritiva, estudo de caso e quantitativa. Realizada em uma cooperativa de crédito localizada em Patrocínio/Minas Gerais, teve como amostra, 15 clientes da empresa, que responderam a um questionário que abordava questões relacionadas ao perfil do cooperado e aspectos da satisfação e fidelização do cliente. Os dados foram tabulados e analisados estatisticamente. A pesquisa seguiu aos critérios éticos envolvidos em pesquisas com seres humanos. **Resultados da pesquisa:** Os atributos que mais interferem na satisfação do cooperado e, portanto, na sua fidelização, são, em ordem decrescente: o atendimento prestado pelos caixas, a rapidez no atendimento, o atendimento pela gerência, localização da cooperativa e o relacionamento geral com a cooperativa. **Conclusão:** A cooperativa deve desenvolver ações que visem fortalecer os pontos de maior satisfação e fidelização para os cooperados. Além disso, pode desenvolver novas pesquisas que visem confirmar se os clientes realmente consideram pouco importante os canais remotos de atendimento.

**Palavras-chave:** Cooperativa de crédito. Fidelização. Marketing. Satisfação do cliente.

## CUSTOMER LOYALTY IN A CREDIT COOPERATIVE

### ABSTRACT

**Introduction:** Credit unions are financial institutions with specific characteristics, aimed at serving the members. Despite having a specific audience, there is a need to keep these customers loyal and satisfied. **Objectives:** To determine the attributes offered by the credit union that

---

<sup>1</sup>Graduado em Administração pelo UNICERP, Patrocínio/MG, Brasil. E-mail: [alan7\\_oliveira@hotmail.com](mailto:alan7_oliveira@hotmail.com)

<sup>2</sup>Especialista em Gestão Empresarial, Graduado em Ciências Contábeis. Professor no Centro Universitário do Cerrado Patrocínio – UNICERP, Patrocínio/MG, Brasil. E-mail: [m.r.consultoria@hotmail.com](mailto:m.r.consultoria@hotmail.com)

contribute to the loyalty of its members; verify the attributes of the credit union that is considered most important by its members in the loyalty process; identify the satisfaction of the cooperative in relation to the relationship marketing actions carried out by the credit union; point out the attributes that have the least impact on the loyalty of the members. **Materials and methods:** Descriptive, case study, and quantitative research. Conducted in a credit cooperative located in Patrocínio/Minas Gerais, it had as sample 15 company customers, who answered a questionnaire that addressed questions related to the profile of the member and aspects of customer satisfaction and loyalty. The data were tabulated and analyzed statistically. The research followed the ethical criteria involved in research with human beings. **Search results:** The attributes that most interfere in the cooperator's satisfaction and, therefore, in their loyalty, are, in decreasing order: the service provided by the cashiers, the speed of service, the service provided by management, the location of the cooperative and the general relationship with the cooperative. **Conclusion:** The cooperative must develop actions aimed at strengthening the points of greatest satisfaction and loyalty for the members. In addition, you can develop new research to confirm whether customers really consider remote service channels unimportant.

**Keywords:** Credit Union. Customer Satisfaction. Loyalty. Marketing.

## INTRODUÇÃO

Cooperativas são instituições financeiras com características específicas, tal como o público atendido, que nesse caso é formado pelos cooperados. Estes indivíduos se reúnem com o objetivo de atender a determinados objetivos próprios do grupo. Nas cooperativas de crédito, os objetivos dos cooperados são voltados para o suprimento de suas necessidades financeiras, como crédito, investimentos e taxas diferenciadas, por exemplo.

Essas organizações se assemelham às demais instituições financeiras, ainda que possuam legislação própria. Suas condições de mercado tendem a ser mais vantajosas do que aquelas apresentadas pelo mercado financeiro em geral. Contudo, apesar de possuir um público específico, existe a necessidade de manter esses clientes fiéis e satisfeitos, sempre buscando a cooperativa para satisfazer suas necessidades financeiras, em detrimento de buscar outras opções existentes no mercado.

Satisfação é a “sensação de prazer ou desapontamento resultado da comparação entre o desempenho – ou resultado, percebido de um produto e as expectativas do comprador” (KOTLER; KELLER, 2006, p. 142). Se o desempenho não alcançar as expectativas, o cliente ficará insatisfeito. Se alcançá-las, ele ficará satisfeito. Se o desempenho for além das expectativas, o cliente ficará altamente satisfeito.

Qualquer organização que deseje satisfazer seu cliente deve, primeiramente, saber o que motiva, fideliza e satisfaz esse consumidor. Essa condição, então, justifica a realização de

pesquisas, tal como essa, que tem como foco identificar os atributos que fidelizam os cooperados de uma cooperativa de crédito.

Assim, a justificativa para realização desta pesquisa está concentrada na importância de conhecer o que motiva e satisfaz os clientes de uma cooperativa de crédito localizada em Patrocínio/MG.

Os clientes são a razão de ser das organizações, e mantê-los fiéis ao negócio ao longo dos anos é uma atividade trabalhosa, porém essencial, já que com o tempo as necessidades dos clientes mudam, bem como o mercado concorrente e a sociedade como um todo. Assim, as preferências de uma década atrás não valem, necessariamente, para o momento atual.

Por isso, realizar pesquisas que visem levantar as preferências atuais dos clientes é sempre importante, pois ajuda a empresa a conhecer a realidade dos fatos. De posse dessas informações, ao final do trabalho, a cooperativa de crédito analisará informações reais sobre os fatores que motivam seus clientes e contribui para a fidelização, podendo usar tais conhecimentos a favor de seu negócio, traçando estratégias mais assertivas.

Considerando essa explanação, esta pesquisa foi delimitada ao estudo dos atributos de uma cooperativa de crédito, capazes de influenciar na fidelização dos cooperados. Tal cooperativa está localizada no município de Patrocínio, em Minas Gerais e fez parte da amostra da pesquisa apenas os cooperados devidamente cadastrados no ano de 2019.

O objetivo geral deste artigo foi determinar os atributos oferecidos pela cooperativa de crédito que contribuem para a fidelização dos seus cooperados.

Os objetivos específicos foram: verificar os atributos da cooperativa de crédito que são considerados mais importantes por seus cooperados no processo de fidelização; identificar a satisfação do cooperado em relação às ações de marketing de relacionamento realizadas pela cooperativa de crédito; apontar os atributos que tem menor impacto sobre a fidelização dos cooperados.

Assim, o problema que norteou esta pesquisa foi: quais atributos oferecidos por uma cooperativa de crédito de Patrocínio-MG contribuem para fidelizar efetivamente seus cooperados?

## **MATERIAL E MÉTODOS**

## **Tipos de pesquisa**

Tratou-se de uma pesquisa que pode ser classificada como descritiva, estudo de caso e quantitativa.

De acordo com Mattar (2014), a pesquisa descritiva, no campo do marketing, é caracterizada pela existência de objetivos bem definidos, procedimentos formais, estruturação e realização dirigida, para alcançar resposta para o problema. Nesse tipo de estudo, o pesquisador precisa saber o que quer encontrar, o que deseja medir, com quem e quando. Isso porque a pesquisa descritiva tem como propósitos principais descrever características de grupos, estimar percentual de indivíduos, numa determinada população, que atende a determinado perfil e, ainda, verificar se existe correlação entre as variáveis.

É uma pesquisa descritiva porque buscou descrever fenômenos e características de uma população previamente identificada, ou seja, os clientes de uma cooperativa de crédito e os atributos que contribuem para sua fidelização. Assim, decidiu-se por aprofundar os conhecimentos sobre a população pré-estabelecida, para identificar os atributos mais relevantes na fidelização e os percentuais de cada.

De acordo com Severino (2017), o estudo de caso é uma pesquisa que se concentra em um caso específico. A coleta de dados deve ser registrada com rigor e seus resultados não podem ser aplicados em todas as situações, em virtude da limitação da representatividade da amostra. Por isso, este estudo também pode ser classificado como estudo de caso, já que foi focado no estudo de um caso específico, uma cooperativa de crédito, com coleta de dados rigorosa, por meio de questionário e os resultados alcançados não podem ser aplicados a qualquer organização, já que existem particularidades na cooperativa de crédito que podem não existir em outras empresas.

Ainda segundo Severino (2017), a pesquisa com abordagem quantitativa tem aspecto mais racional, fundamentada em conceitos matemáticos, que são expressos sob a forma de números, percentuais e estatísticas, por exemplo. Basicamente, está focada em parâmetros que responderão aos objetivos estabelecidos para a pesquisa.

Dentro desse conceito, esta pesquisa também se classificou como de abordagem quantitativa, já que a coleta de dados foi realizada e a análise desses dados ocorreu por meio de análises estatísticas e percentuais que, ao final, respondem aos objetivos propostos. Então, com a coleta de dados realizada, bem como com a devida análise desses dados, foi possível

identificar os percentuais mais representativos e, portanto, os fatores que mais contribuem para a fidelidade dos cooperados.

### **População e amostra**

Uma vez que se trata de estudo de caso, esta pesquisa foi desenvolvida em uma única organização, uma cooperativa de crédito localizada em Patrocínio/MG.

Como amostra para o estudo, foram selecionados 15 clientes da empresa em questão, para responder ao questionário proposto, que buscou identificar os principais fatores que contribuem para a fidelização desse cooperado. Tais cooperados foram selecionados junto à carteira de clientes da cooperativa, desde que atendessem aos critérios: ser cooperado da cooperativa em estudo há pelo menos 1 ano; ter mais de 18 anos; ter disponibilidade para responder ao questionário proposto; assinar o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE). Desde que atendidos a esses critérios, não houve distinção quanto a gênero, renda, estado civil ou faixa etária.

### **Técnicas de coleta e obtenção dos dados**

A coleta de dados aconteceu por meio da aplicação de um questionário à amostra selecionada para compor o estudo, conforme APÊNDICE A. As questões, além de padronizadas, permitiram resposta objetiva dos participantes.

Seguindo aos requisitos éticos necessários, antes da realização da coleta de dados foi solicitada autorização do Comitê de Ética em Pesquisa do UNICERP (COEP/UNICERP), conforme ANEXO A, e da cooperativa, para aplicação dos questionários junto aos cooperados, conforme ANEXO B.

Diante das autorizações, o pesquisador abordou os cooperados dentro da cooperativa, em seu horário de funcionamento, e convidou esses indivíduos a participarem da pesquisa, explicando detalhadamente seus objetivos. Com a concordância dos participantes, cada um assinou o TCLE e respondeu ao questionário. Inicialmente foram coletadas informações gerais sobre os participantes, tais como gênero, idade, tempo como cliente da cooperativa e atividade profissional. Na sequência, aconteceram as perguntas voltadas exclusivamente para atender aos

objetivos desta pesquisa.

### **Técnicas de análise e tratamento dos dados**

Depois que todos os questionários aplicados e devidamente respondidos, eles foram numerados (de 01 a 15), conforme a ordem de realização na pesquisa, e, em seguida, tabulados (contados). Após as devidas contagens, os cálculos de porcentagens foram feitos e, em seguida, foram identificados os fatores que mais contribuem para a fidelização do cooperado.

Os resultados obtidos foram transformados em tabelas e gráficos, para melhor ilustrar as informações alcançadas. E, de posse dessas informações, foram realizadas as análises, permitindo compreender o universo estudado e os fatores que impactam na fidelidade desses clientes.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **Referencial teórico**

O marketing é atividade humana, na qual a demanda e a satisfação são antecipadas, condição que envolve ações de concepção, promoção, troca e distribuição, seja de bens ou de serviços.

De acordo com Kotler et al. (2010), o marketing evoluiu. Durante o período industrial, o marketing estava voltado para a venda dos produtos fabris para todos que quisessem comprá-los. Os produtos eram padronizados, voltados para o mercado de massa e o ganho era por escala. Com o desenvolvimento da tecnologia, houve a necessidade de transformação, já que os consumidores se tornaram variáveis. Foi preciso segmentar os clientes para atender às necessidades de cada grupo, que possuíam expectativas, desejos e demandas independentes. Atualmente, o marketing é voltado para o valor desejado pelo cliente, já que estes não buscam apenas produtos ou serviços, mas por soluções para seus problemas.

O mundo mudou, o ser humano e a sociedade também. Tudo isso levou a novas demandas e o marketing teve que se adaptar a tal situação.

Nesse ambiente de transformações, o marketing se aproximou dos clientes, integrando-o à elaboração do produto e firmando uma relação. Perde espaço o vendedor que empurra produto e se preocupa exclusivamente com a venda, para surgir um espaço em que há preocupação com as reais necessidades do consumidor, construindo um relacionamento.

O termo marketing de relacionamento surgiu na década de 1980, para contestar a baixa eficiência do marketing tradicional. Hoje tornou-se essencial para o desenvolvimento da liderança de mercado, já que considera que é fundamental haver uma relação com o cliente para mantê-lo fiel, mesmo em mercados com escolhas limitadas (BOGMANN, 2000, p. 24).

Essa forma de marketing tem atraído cada vez mais empresas e profissionais, já que cuidar do cliente cria um amplo espaço para desenvolvimento do mercado. O relacionamento com o cliente deixa de ser um elemento periférico, para se tornar uma estratégia, na qual o cliente é chamado para participar das decisões estratégicas.

Marketing de relacionamento é, segundo Quintino (2017) uma estratégia que as empresas utilizam para criar e manter consumidores leais por um longo tempo dentro de uma empresa e, com isso, aumentar a lucratividade.

Em função da capacidade de reter clientes e, assim, aumentar a lucratividade, o marketing de relacionamento vem sendo bastante valorizado pelas empresas.

O marketing de relacionamento tem como finalidade construir uma relação com o cliente e, em função desta relação, fideliza-lo.

No contexto organizacional, cliente fiel é aquele que está envolvido e presente nos negócios da empresa. Isso se demonstra pelo consumo frequente na empresa; ausência de mudanças de fornecedores, escolhendo um único fornecedor e mantendo-se com ele. Assim, fidelização é “o processo pela qual um cliente se torna fiel” (BOGMANN, 2000, p. 21).

A fidelização integra o cliente no marketing de relacionamento, já que essa fidelidade será resultado do conhecimento sobre o cliente, suas expectativas e necessidades, criando um relacionamento duradouro e vantajoso para as partes.

Para Torres e Fonseca (2012), fidelizar o cliente não é atividade simples. Ainda que seja atendido um público-alvo específico, a empresa deve identificar o que essas pessoas esperam, os valores que são importantes e os diferenciais que serão considerados essenciais. Todas essas ações devem ser contínuas e atualizadas, já que os fatores que fidelizam o cliente em um período de sua vida, por não fidelizar em outros, como, por exemplo, necessidades de jovens solteiros

e jovens casados com filhos.

A primeira compra do consumidor representa o início da relação com a empresa. Mas a organização espera que esse cliente retorne para novas compras e fale bem do negócio para seus conhecidos, condição que funciona como excelente forma de divulgação.

Para isso, a empresa deve fazer um planejamento de marketing de relacionamento. Para Pacanham et al. (2009), esse planejamento deve estabelecer a estratégia geral para a empresa, direcionando o negócio e estabelecendo as atividades específicas para os setores (marketing, finanças, etc.), de forma que, ao final, o conjunto organizado e sincronizado de ações, fidelize o cliente.

Qualquer que seja a estratégia adotada para fidelizar o consumidor, este deve ser o centro das decisões empresariais. Além disso, o consumidor deve estar satisfeito, já que somente assim ele pode ser fiel.

Cliente satisfeito tende a se tornar fiel a uma marca ou empresa, o que é desejo de todo negócio. Kotler (2002) conceitua satisfação do consumidor como a sensação de prazer ou desapontamento, comparada ao desempenho percebido de um produto em relação às expectativas daquele que compra.

Pelo conceito, pode-se dizer que a satisfação é uma observação pessoal do cliente, que pode ser positiva, quando ele demonstra que o produto ou serviço é adequado às necessidades ou aspirações. Mas também pode ser negativa, quando o cliente percebe como negativa a experiência que teve com a aquisição.

Nesse sentido, Torres e Fonseca (2012) afirmam que a satisfação refere-se às expectativas atendidas. Por isso, são voltadas para os resultados alcançados. Não importa todo o esforço praticado pela empresa na produção do produto ou prestação de serviços. Se ele não atender às expectativas do cliente, a avaliação final será de insatisfação, gerando desapontamento.

O cliente, portanto, só estará satisfeito se tiver suas expectativas atendidas. E uma organização só conseguirá satisfazer o cliente e fideliza-lo, se ofertar produtos e serviços que atendam às demandas e necessidades do consumidor, atendendo às suas expectativas.

O cooperativismo pode ser considerado uma das poucas doutrinas econômicas que nasceram diretamente da prática de trabalhadores, e não do exercício do pensamento de intelectuais, tendo características próprias.

Cooperativas de crédito são formadas por poupadores ou tomadores de recursos financeiros e têm por objetivo a obtenção de crédito para seus associados, em condições de

juros, prazos, etc., melhores do que as oferecidas pelo mercado. Tem natureza civil, é sem fins lucrativos e tem como objetivo propiciar crédito e prestar serviços aos associados, em que o regime jurídico é instituído pela Lei n. 5.764 de 1971 (CRUZIO, 2007, p. 323).

Uma cooperativa de crédito está autorizada a realizar praticamente todas as operações financeiras que são permitidas a um banco comercial.

Segundo Pinheiro (2008), as cooperativas de crédito representam instituições com finalidade financeira, mas constituídas sob a denominação de sociedade cooperativa. Seu objeto é a prestação de serviços financeiros aos associados, tais como a captação de depósitos, concessão de crédito, serviços de cobrança ou custódia, convênios com terceiros para pagamentos de contas, além de operações específicas de crédito, sempre sujeitas à legislação vigente.

Cooperativas de crédito realizam a mesma atividade de intermediação financeira que instituições financeiras tradicionais, mas não buscam a maximização do lucro, já que as operações de captação e de aplicação de recursos são realizadas com os próprios sócios, ou com outras instituições, mas em nome deles. Assim, como as cooperativas existem para prestar serviços aos sócios, elas devem ter condições de oferecer-lhes tais serviços de forma vantajosa, que se manifesta sob custos menores para empréstimos, retornos maiores para depósitos, tarifas menores para serviços, ou ainda devolução de eventuais sobras operacionais (CARVALHO, 2011, p. 18).

As cooperativas de crédito são reguladas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo Banco Central do Brasil (BCB). Há, também, uma legislação que essas organizações devem seguir, como a lei n. 4.595, de 1964, que regula as instituições financeiras; a lei n. 5.764, de 1971, que define a política nacional das sociedades cooperativas, e a Resolução n. 2.771, de 2000 que disciplina a constituição e o funcionamento dessas instituições. A Resolução n. 3.954/2011, em vigência, autoriza as cooperativas de crédito a as cooperativas de crédito a contratarem correspondentes bancários, conforme condições especificadas na resolução.

## **RESULTADOS DA PESQUISA**

Os resultados da pesquisa foram apresentados considerando-se dois tópicos: o perfil do cooperado e sua satisfação com os diversos aspectos da cooperativa.

## Perfil do cooperado

Primeiramente foi perguntando o gênero do cooperado, conforme está no gráfico. 1:

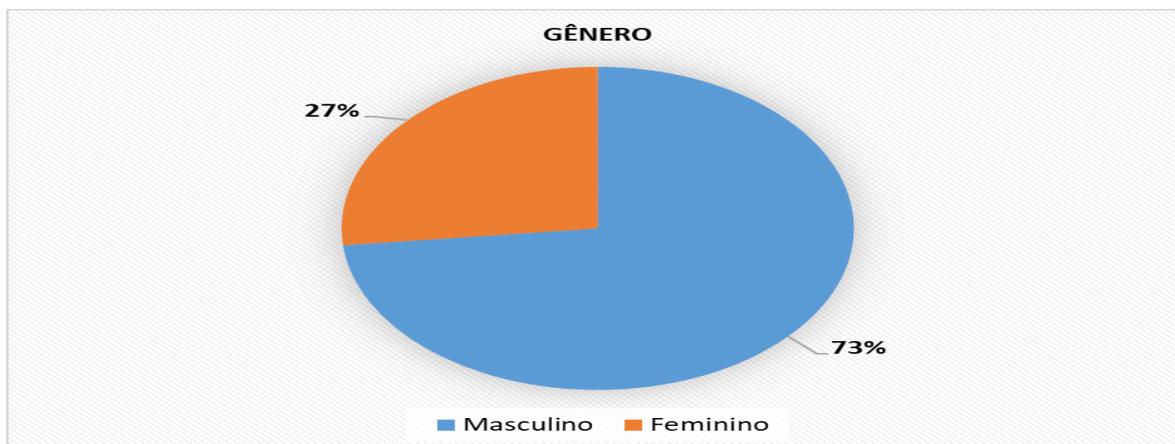


Gráfico 1 - Gênero dos cooperados.

Fonte: Dados da pesquisa.

O gráfico mostra que a maioria dos participantes (73%; 11 cooperados) são do gênero masculino; enquanto 27% (4 cooperadas) são do gênero feminino.

Os participantes também indicaram sua idade, conforme distribuição que consta no gráfico 2:

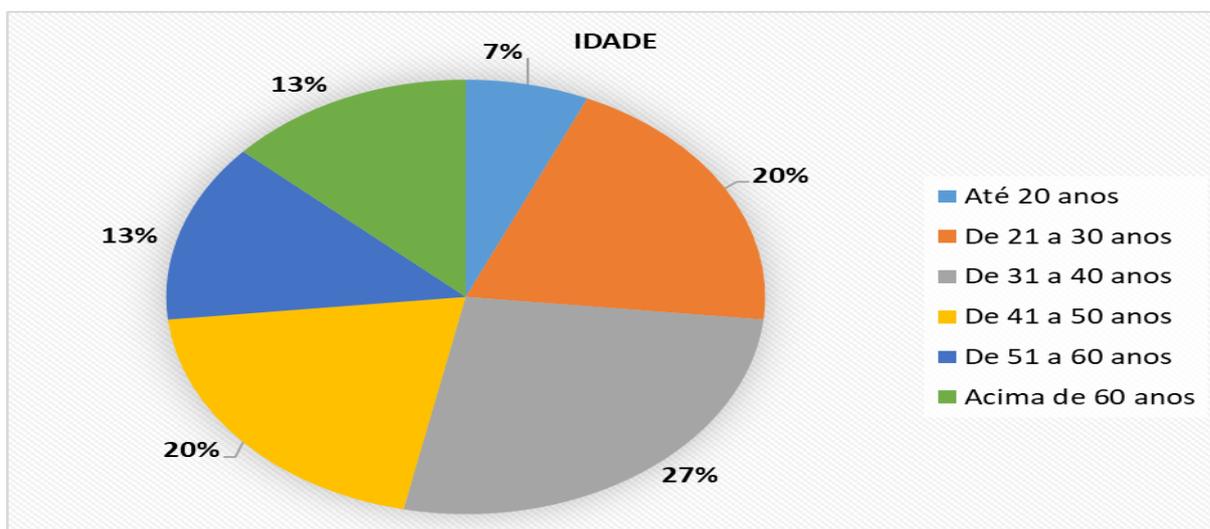


Gráfico 2 - Idade dos cooperados.

Fonte: Dados da pesquisa.

O gráfico aponta houve predomínio de cooperados com idade entre 31 e 40 anos (27%;

4 cooperados). Na sequência, houve destaque para a faixa etária de 21 a 30 anos (20%; 3 cooperados) e entre 41 e 50 anos (20%; 3 cooperados). A menor participação ficou com indivíduos com menos de 20 anos, que representou apenas 7% (1 cooperados).

O tempo do cooperado como cliente da cooperativa foi ilustrado no Gráfico 3:

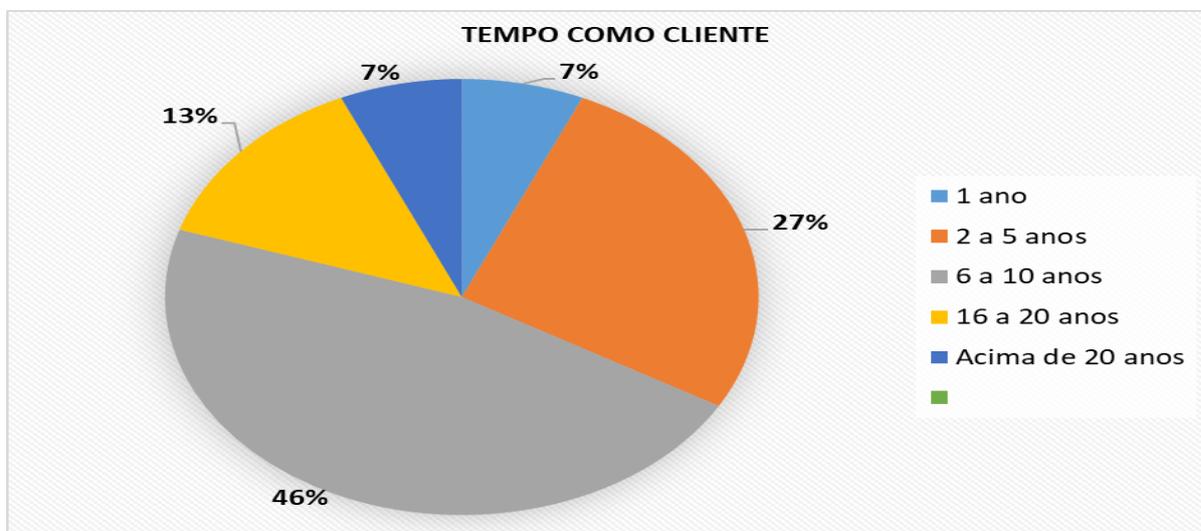


Gráfico 3 - Tempo do cooperado como cliente da cooperativa.

Fonte: Dados da pesquisa.

A maior parte dos cooperados participantes (46%; 7 cooperados) indicou que são clientes da cooperativa num período que variou de 6 a 10 anos; 27% (4 cooperados) indicaram que são clientes entre 2 e 5 anos; 7% (1 cooperado) indicaram que são clientes há 1 ano e 7% (1 cooperado) também indicou que são clientes há mais de 20 anos. Num somatório, 66% disseram que são cooperados há mais de 6 anos.

A atividade profissional desenvolvida também foi questionada, e os resultados estão no gráfico 4:

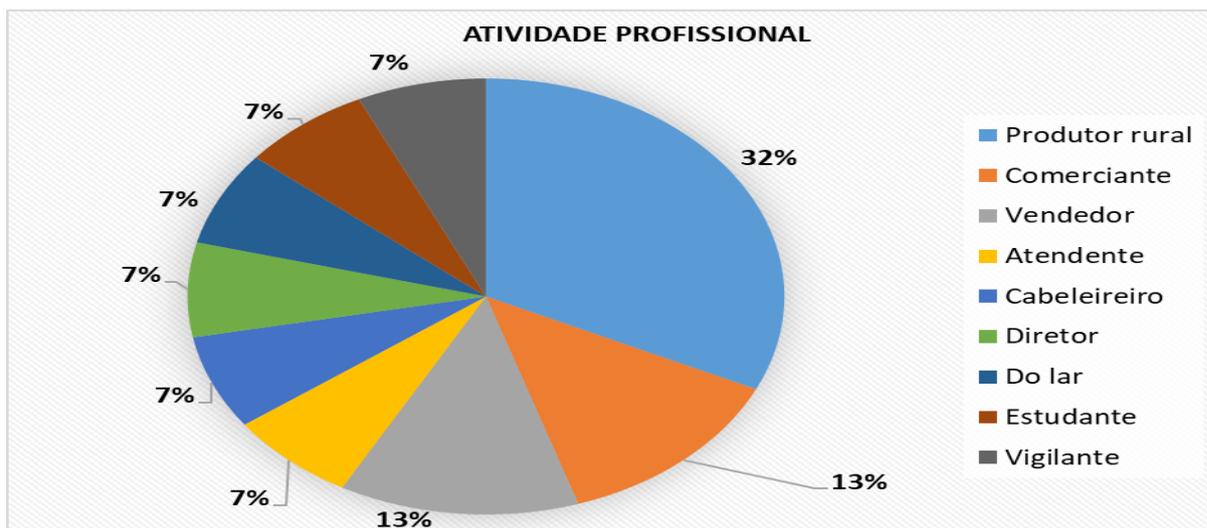


Gráfico 4 - Atividade profissional do cooperado.  
Fonte: Dados da pesquisa

As atividades profissionais foram bastante variadas, mas duas se destacaram. A com maior relevância foi a de produtor rural, indicada por 32% dos participantes (5 cooperados), seguida por comerciante, que foi apontada por 13% dos participantes (2 cooperados).

Os resultados desses gráficos mostram que o perfil dos cooperados que responderam ao questionário é composto por gênero masculino, de meia idade, cliente há vários anos e com profissão de produtor rural. Esses dados são compatíveis com a 7ª Pesquisa de Hábitos do Produtor Rural, realizada no ano de 2018, que mostra que o produtor rural é homem, com idade média de 46 anos (ABMRA, 2018). Tal perfil também mostra-se compatível com o município de Patrocínio, reconhecidamente de economia voltada para o agronegócio, especialmente a cafeicultura. Além disso, o tempo dos participantes como cliente, em que 66% disseram que são clientes da cooperativa há mais de 6 anos, mostra que existe uma relação estabelecida entre as partes, já que estão há vários anos juntas.

### Fidelização do cliente

Foram realizadas perguntas aos cooperados, buscando compreender sua satisfação em relação a variáveis da cooperativa ligadas às pessoas que trabalham na organização. Os resultados estão na tabela 1:

Tabela 1 - Satisfação dos cooperados em relação às pessoas que trabalham na cooperativa.res da

cooperativa

ATRIBUTO	Muito satisfeito	Satisfeito	Indiferente	Insatisfeito	Muito insatisfeito
Atendimento prestado pela gerência	60%	40%	0	0	0
Atendimento prestado pelos caixas	86%	14%	0	0	0
Qualificação dos profissionais da cooperativa	60%	40%	0	0	0
Rapidez no atendimento recebido	40%	60%	0	0	0
Disponibilidade de informações pela equipe	67%	33%	0	0	0
Relacionamento geral com as pessoas da cooperativa	60%	40%	0	0	0

Fonte: Dados da pesquisa.

A tabela mostra que todas as variáveis ligadas às pessoas que trabalham na cooperativa foram avaliadas como muito satisfatória ou satisfatória. Não houve apontamentos para indiferente, insatisfatório ou muito insatisfatório.

O atendimento prestado pelos caixas foi considerado muito satisfatório para 86% dos cooperados, o que representou a variável melhor avaliada. A variável que teve menor índice muito satisfatório foi a rapidez no atendimento, indicada por 40% dos participantes.

Em instituições financeiras, que oferecem serviços e produtos similares, dispor de profissionais competentes e capacitados para atender os clientes pode representar o diferencial competitivo. Esses dados mostram que os cooperados estão satisfeitos com o atendimento recebido, seja pelos caixas ou pela equipe da gerência. A qualificação dessa equipe, o relacionamento entre as partes e a rapidez de atendimento também foram bem qualificados. Assim, a equipe da cooperativa contribui para a fidelização desse cliente.

Também foram analisadas as variáveis relacionadas aos produtos e serviços oferecidos pela cooperativa, conforme tabela 2:

Tabela 2 - Satisfação dos cooperados em relação aos produtos e serviços oferecidos pela cooperativa

ATRIBUTO	Muito satisfeito	Satisfeito	Indiferente	Insatisfeito	Muito insatisfeito
----------	---------------------	------------	-------------	--------------	-----------------------

Produtos e serviços oferecidos pela cooperativa	33%	67%	0	0	0
Regras para contratação de crédito (empréstimos e financiamentos)	53%	40%	7%	0	0
Taxas de juros oferecidas	7%	67%	26%	0	0
Prazos para pagamentos	14%	79%	7%	0	0

Fonte: Dados da pesquisa.

As variáveis ligadas aos produtos e serviços tiveram avaliações nos campos muito satisfeito, satisfeito e indiferente. A variável com melhor avaliação no campo muito satisfeito foi “regras para contratação de crédito”, indicada por 53% dos participantes.

Com menor avaliação foi “taxas de juros oferecidas”, considerada muito satisfatória para apenas 7% dos participantes. Inclusive, essa variável teve maior percentual de respostas indiferente, 26%, condição que pode estar atrelada à realidade da taxa de juros do país, que é considerada uma das mais altas do mundo. Mesmo com parte da avaliação no campo indiferente, as variáveis analisadas foram avaliadas como satisfatórias para os cooperados.

As três variáveis que receberam conceito “indiferente” de alguns participantes (regras para contratação de crédito, taxa de juros e prazos de pagamentos) estão diretamente relacionadas ao negócio da cooperativa: o crédito. Entretanto, a cooperativa deve seguir regras nessa contratação, tanto sob o aspecto legal, quando de segurança para suas movimentações.

Outros aspectos diversos da cooperativa também foram avaliados, conforme tabela 3:

Tabela 3 - Satisfação dos cooperados em relação a variáveis diversas da cooperativa

ATRIBUTO	Muito satisfeito	Satisfeito	Indiferente	Insatisfeito	Muito insatisfeito
Atendimento por canais remotos (telefone e internet)	53%	40%	7%	0	0
Exigências para se filiar à cooperativa	26%	53%	21%	0	0
Horário de funcionamento	33%	67%	0	0	0
Localização da cooperativa	53%	40%	7%	0	0
Instalações da cooperativa (prédio, mobília, etc.).	60%	40%	0	0	0

Materiais disponíveis (cartazes, panfletos, cartões)	33%	53%	14%	0	0
--	-----	-----	-----	---	---

Fonte: Dados da pesquisa.

As instalações da cooperativa, relacionadas a prédio e mobiliária, tiveram a maior avaliação na coluna muito satisfeito, sendo a resposta de 60% dos participantes. Em seguida teve atendimento por canais remotos, considerada muito satisfatório para 53% dos cooperados e satisfatório para outras 40%.

Os quesitos exigências para se filiar à cooperativa foram considerados indiferentes para 21% dos participantes, variável que teve o maior percentual de respostas indiferentes nesse quesito. Os materiais disponíveis como cartazes, panfletos e cartões também foram considerados indiferentes para 14% dos participantes, enquanto 33% consideraram muito satisfatórios e 53% consideraram satisfatório.

Pelos dados da tabela acima exposta, destaca-se que quatro variáveis obtiveram respostas “indiferente”, condição que sugere a necessidade de reavaliar tais quesitos e o que a cooperativa pode fazer para melhorar o nível de satisfação nesses aspectos. A mudança de localização é um aspecto difícil de ser mudado, já que requer investimentos; a filiação à cooperativa também é outro quesito difícil de ser mudado, uma vez que cooperativas de crédito se assemelham a instituições financeiras e, por isso, devem cumprir determinados requisitos legais. Entretanto, reavaliar o atendimento por canais remotos e os materiais disponíveis para os cooperados é possível, já que requer um nível menor de investimentos.

### **Fatores que mais contribuem para a fidelização**

Foi perguntado ao participante quais os fatores que **mais** contribuem para sua permanência como cooperado. As respostas foram apresentadas no GRAF. 5.



Gráfico 5 - Fatores que mais contribuem para a fidelização do cooperado.  
 Fonte: Dados da pesquisa.

O fator apontado como o que mais contribui para a fidelização do cooperado foi o atendimento prestado pelos caixas, indicado por 13 cooperados. Deve-se destacar que esse fator foi muito bem avaliado (TAB. 01). Em seguida, foi a rapidez no atendimento, indicado por 12 cooperados. Essa rapidez no atendimento também foi avaliada positivamente pelos participantes (TAB. 01). Em terceiro lugar, foi apontado o atendimento pela gerência, como fator de fidelização, segundo 11 cooperados. Esse quesito também recebeu avaliação bastante satisfatória (TAB. 01).

É importante destacar que os três principais fatores de fidelização da cooperativa estão relacionados às pessoas que lá trabalham. Tanto o atendimento pelos caixas, quanto pela gerência, é realizado pelos profissionais da organização. Já a rapidez no atendimento também é diretamente relacionada com os serviços prestados por essas pessoas. Essa resposta mostra a relevância dos profissionais para a cooperativa e o processo de fidelização do cooperado.

### **Fatores que menos contribuem para a fidelização**

Foi perguntado ao participante quais os fatores que **menos** contribuem para sua permanência como cooperado. As respostas foram apresentadas no GRAF. 6.

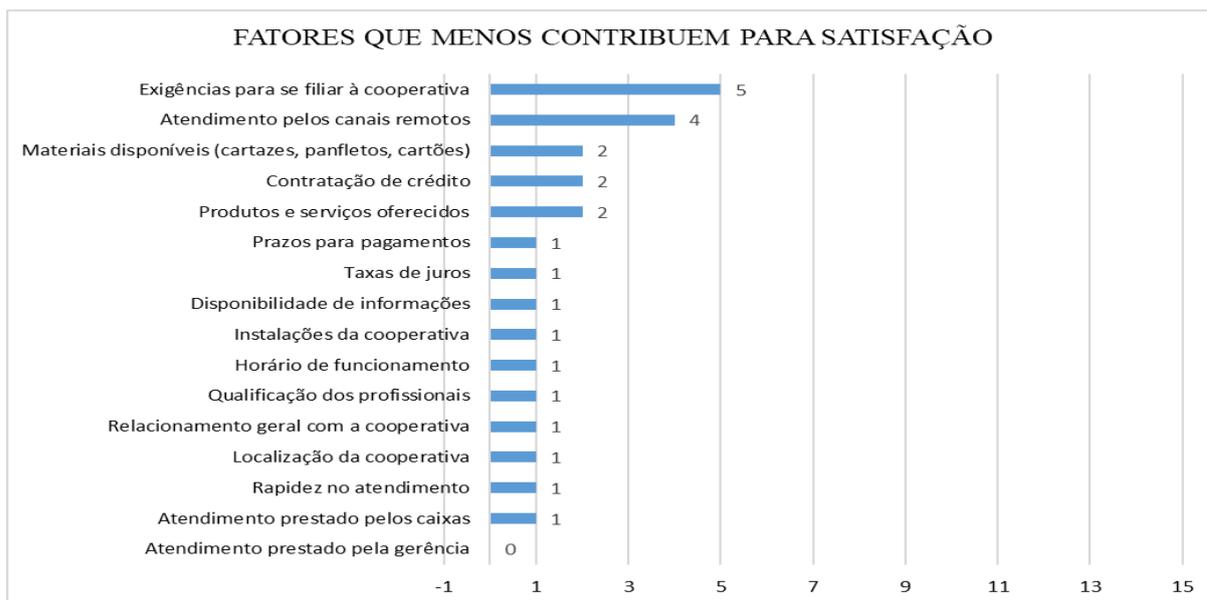


Gráfico 6 - Fatores que menos contribuem para a fidelização do cooperado.  
Fonte: Dados da pesquisa.

O fator que menos contribuiu para a fidelização do cooperado foi “exigências para se filiar à cooperativa” apontado por 5 cooperados. Essa variável recebeu avaliação muito satisfeito de 26% dos cooperados (TAB. 3) e indiferente para 21% (TAB. 3). Esse dado mostra que o cooperado é indiferente às regras para se filiar à cooperativa, provavelmente em função de se tratar de regras gerais, que existem para todas as instituições financeiras.

Na sequência, citado por 4 cooperados, está atendimentos pelos canais remotos. Essa variável recebeu muito satisfeito de 53% dos cooperados (TAB. 3). Entretanto, a pouca relevância dos canais remotos para tais clientes pode estar associada ao perfil desses cooperados, já que, conforme observado, são produtores rurais e de meia idade, que podem ter dificuldade para acessar com tais recursos, preferindo, então, o atendimento pelos caixas, diretamente na agência.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo determinar os atributos oferecidos pela cooperativa de crédito que contribuem para a fidelização dos seus cooperados.

Finalizada a pesquisa com 15 clientes da cooperativa de crédito, localizada em Patrocínio, Minas Gerais, constatou-se que cinco os atributos que mais interferem na satisfação

do cooperado e, portanto, na sua fidelização, são, em ordem decrescente: o atendimento prestado pelos caixas, a rapidez no atendimento, o atendimento pela gerência, localização da cooperativa e relacionamento geral com a cooperativa. É importante destacar que três os principais fatores de fidelização da cooperativa estão relacionados às pessoas que lá trabalham. Tanto o atendimento prestado, quanto a rapidez nesse atendimento, estão ligados diretamente aos serviços prestados pelos profissionais que trabalham na cooperativa.

Além disso, a pesquisa evidenciou que menos interfere na fidelização do cooperado: exigências para se filiar à cooperativa e o atendimento pelos canais remotos. Acredita-se que o perfil do cooperado – produtor rural, de meia idade, tenha influenciado diretamente no destaque desses atributos.

De posse desses dados, a cooperativa de crédito pode desenvolver ações que visem fortalecer os pontos de maior satisfação e fidelização para os cooperados. Além disso, pode, também, desenvolver novas pesquisas que visem confirmar se os clientes realmente consideram pouco importante os canais remotos de atendimento, ou se esse resultado é reflexo da amostra de clientes que participou da pesquisa.

Assim, esta pesquisa possui limitações, já que foi um estudo de caso, realizado em uma única cooperativa, e com uma amostra limitada, de apenas 15 cooperados. Por isso, seus resultados não podem ser aplicados em qualquer organização.

## REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB). **O que é cooperativa de crédito?** 2018. Disponível em: < <https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/legado?url=https:%2F%2Fwww.bcb.gov.br%2Fpre%2Fcomposicao%2Fcoopcred.asp>>. Acesso em: 20 abr. 2019.

BOGMANN, M. **Marketing de relacionamento: estratégias de fidelização e suas implicações financeiras**. São Paulo: Nobel, 2000.

CARVALHO, A. D. **O cooperativismo sob a ótica da gestão estratégica global**. São Paulo: Baraúna, 2011.

CRÚZIO, H. O. **Marketing social e ético nas cooperativas**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

KOTLER Philip. **Administração de marketing**. 10 ed. São Paulo: Afiliada, 2002.

KOTLER, K. KELLER, K. L. **Administração de Marketing**. 12 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

KOTLER, P.; KARTAJAYA, H.; SETIAWAN, I. **Marketing 3.0**: as forças que estão definindo o novo marketing centrado no ser humano. São Paulo: Elsevier, 2010.

MATTAR, F. N. (Org.). **Pesquisa de marketing**: metodologia, planejamento, execução e análise. 7 ed. São Paulo: Campus Elsevier, 2014.

PACANHAN, M. N.; CHIUSOLI, C. L.; STAHL, L. M.; HARTIRI, H. A. **Marketing de relacionamento**: reflexões a partir da Experiência de gestão no contexto de micro e pequenas empresas. 2009. Disponível em: <[http://www.ead.fea.usp.br/semead/7semead/paginas/artigos%20recebidos/marketing/MKT45\\_-\\_Marketing\\_relacionamento\\_pequenas\\_empr.PDF](http://www.ead.fea.usp.br/semead/7semead/paginas/artigos%20recebidos/marketing/MKT45_-_Marketing_relacionamento_pequenas_empr.PDF)>. Acesso em: 18 abr. 2019.

PINHEIRO, M. **Cooperativas de crédito**: história da evolução normativa no Brasil. Brasília: BCB, 2008.

QUINTINO, T. **Marketing de relacionamento e programas de fidelização**. São Paulo: Senac, 2017.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 24 ed. São Paulo: Cortez, 2017.

TORRES, S. P.; FONSECA, S. C. **Marketing de relacionamento**: a satisfação e fidelização do cliente. 2012. Disponível em: <[http://www.iptan.edu.br/publicacoes/anuario\\_prodcientifica/arquivos/revista1/artigos/Artigo\\_Simone\\_Sonia.pdf](http://www.iptan.edu.br/publicacoes/anuario_prodcientifica/arquivos/revista1/artigos/Artigo_Simone_Sonia.pdf)>. Acesso em: 17 abr. 2019.

## APÊNDICE A – Instrumento de Coleta de Dados

- **Identificação do cooperado:**

Gênero:	Idade:
Tempo como cliente:	Atividade profissional:

- **Aspectos da fidelização do cliente**

- 1) Cooperado, gentileza marcar a opção que melhor retrata sua satisfação com cada atributo da cooperativa de crédito:

ATRIBUTO	Muito satisfeito	Satisfeito	Indiferente	Insatisfeito	Muito insatisfeito
Atendimento prestado pela gerência					
Atendimento prestado pelos caixas					
Atendimento pelos canais remotos					
Produtos e serviços oferecidos					
Exigências para filiação à cooperativa					
Empréstimos e financiamentos					
Taxas de juros					
Prazos para pagamentos					
Horário de funcionamento					
Localização da cooperativa					
Instalações da cooperativa					
Qualificação dos profissionais					
Rapidez no atendimento					
Disponibilidade de informações					
Materiais disponíveis					
Relacionamento geral com cooperativa					

2) Quais fatores **mais** contribuem para sua permanência como cooperado?

- Atendimento prestado pela gerência
- Atendimento prestado pelos caixas
- Atendimento pelos canais remotos, como telefone e internet
- Produtos e serviços oferecidos
- Exigências para se filiar à cooperativa
- Contratação de crédito como empréstimos e financiamentos
- Taxas de juros
- Prazos para pagamentos
- Horário de funcionamento
- Localização da cooperativa
- Instalações da cooperativa (prédio, mobília, etc).
- Qualificação dos profissionais
- Rapidez no atendimento
- Disponibilidade de informações
- Materiais disponíveis (cartazes, panfletos, cartões)
- Relacionamento geral com a cooperativa

3) Quais fatores **menos** contribuem para sua permanência como cooperado?

- ( ) Atendimento prestado pela gerência
- ( ) Atendimento prestado pelos caixas
- ( ) Atendimento pelos canais remotos, como telefone e internet
- ( ) Produtos e serviços oferecidos
- ( ) Exigências para se filiar à cooperativa
- ( ) Contratação de crédito como empréstimos e financiamentos
- ( ) Taxas de juros
- ( ) Prazos para pagamentos
- ( ) Horário de funcionamento
- ( ) Localização da cooperativa
- ( ) Instalações da cooperativa (prédio, mobília, etc).
- ( ) Qualificação dos profissionais
- ( ) Rapidez no atendimento
- ( ) Disponibilidade de informações
- ( ) Materiais disponíveis (cartazes, panfletos, cartões)
- ( ) Relacionamento geral com a cooperativa

# BENEFÍCIOS DA CERTIFICAÇÃO DO CAFÉ PARA OS PRODUTORES E CONSUMIDORES

PAULA ANDREA ALVES DUARTE<sup>3</sup>  
JOÃO BATISTA FERREIRA<sup>4</sup>

## RESUMO

**Introdução:** Atualmente os consumidores estão cada vez mais exigentes, e a certificação torna-se um diferencial competitivo para os cafeicultores, possibilitando maior facilidade na comercialização de seus produtos. **Materiais e Métodos:** A pesquisa em questão trata-se de uma pesquisa básica, descritiva, com abordagem quantitativa, utilizando as técnicas de bibliometria para a coleta dos dados da pesquisa, envolvendo títulos, palavras-chave, resumos, textos, autores, instituições, metodologia. **Objetivo:** Neste sentido, este trabalho objetiva buscar informações sobre estudos recentes e relevantes sobre as certificações na cafeicultura, em específico na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações – BDTD, nos anos de 2008 a 2017. **Resultados:** Os resultados demonstraram vários tipos de certificações existentes na cafeicultura, sendo elas: Fairtrade ou comércio justo, cafés orgânicos, Rainforest Alliance, UTZ Kapeh, Indicação Geográfica, BSCA, 4C, Certifica Minas, Kosher, Bird Friendly, Nespresso AAA, Starbucks C.A.F.E practices e Globalgap, cada uma com finalidades distintas. Revelou ainda, que a certificação traz inúmeros benefícios para os produtores rurais, bem como para os consumidores e a sociedade atual e futura, sendo os custos inerentes à certificação o principal ponto crítico. **Conclusão:** Conclui-se que os produtores, que optarem pela certificação, conseguem aumentar a produtividade através de práticas eficazes de gestão, aumentam a competitividade, agregam valor ao seu produto, elevam a confiabilidade por parte dos consumidores, e atuam com responsabilidade socioambiental.

**Palavras-chave:** Cafés Especiais. Sustentabilidade. Valor Agregado.

## BENEFITS OF COFFEE CERTIFICATION FOR PRODUCERS AND CONSUMERS

### ABSTRACT

**Introduction:** Nowadays, consumers are quite picky, and thus, certification become a competitive differential for coffee growers, becoming more effortless the commercialization of the products. **Materials and Methods:** The research in question is a basic, descriptive, quantitative research using bibliometrics techniques to collect research data, involving titles,

---

<sup>3</sup>Graduada em Administração pelo Centro Universitário do Cerrado Patrocínio - UNICERP. Patrocínio/MG, Brasil. E-mail: [pauladuarte@hotmail.com](mailto:pauladuarte@hotmail.com)

<sup>4</sup>Doutorando em Administração (UFLA/MG); Mestre em Gestão Organizacional (UFG/GO). Docente no Centro Universitário do Cerrado Patrocínio - UNICERP. Patrocínio/MG, Brasil.: E-mail: [joao@unicerp.edu.br](mailto:joao@unicerp.edu.br)

keywords, abstracts, texts, authors, institutions, methodology. **Purpose:** In this sense, this work aims to search for information about recent and relevant studies on coffee certification, specifically in the Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD), from 2008 to 2017. **Results:** The results demonstrated several types of certifications in coffee cultivation: Fairtrade or Fair Trade, Organic Coffees, Rainforest Alliance, UTZ Kapeh, Geographical Indication, BSCA, 4C, Certifica Minas, Kosher, Bird Friendly, Nespresso AAA, Starbucks CAFE practices and Globalgap, each with different purposes. It also revealed that certification brings numerous benefits for rural producers, as well as for consumers and the current and future society, and the costs of certification are the main critical point. **Conclusion:** Concludes can increase competitiveness and aggregate value in their product, elevating reliability by the consumers, and act with socio-environmental responsibly.

**Keywords:** Specialty Coffees. Sustainability. Added Value

## INTRODUÇÃO

O Brasil destaca-se por ser o maior produtor, exportador e o segundo maior consumidor de café no mundo. Neste cenário, a procura por cafés certificados vem aumentando de forma considerável, devido à preocupação com a segurança alimentar, impactos sociais e ambientais, e vários outros fatores (REZENDE, 2011).

A certificação de café vem ganhando espaço progressivamente. Os consumidores estão cada vez mais exigentes por um produto diferenciado, e dispostos a pagar mais. Além de agregar valor, a certificação torna o café mais competitivo no mercado frente aos concorrentes.

As práticas sustentáveis são outros fatores que fazem da certificação ser ainda mais requisitada, já que estamos falando do futuro das próximas gerações. A preocupação com o meio ambiente é tão importante quanto o consumo do café, pois ambas estão diretamente relacionadas ao desenvolvimento econômico. O processo de certificação traz consigo muitas mudanças impactantes, principalmente pelo investimento inicial por parte dos produtores, que muitas das vezes não estão dispostos a encarar.

O café é uma das bebidas mais consumidas mundialmente e, como os demais alimentos, são produzidos e industrializados a fim de atender as exigências dos consumidores. Sua alta demanda fortalece a agricultura brasileira, pois o Brasil é o maior produtor de café no mundo e gera vários empregos diretos e indiretos. No entanto, a grande maioria da produção cafeeira é comercializada como *commodity* (matéria prima básica), sem agregação de valor e dificulta a rentabilidade da cadeia produtiva (PRADO, 2014).

Portanto, este artigo tem relevância acadêmica e social, pois traz informações essenciais

aos empreendedores rurais tendo por finalidade avaliar a importância da certificação e analisar o resultado positivo na economia ao inserir produtores rurais no mercado de cafés especiais. Além de avaliar a aceitação do mercado ao deparar-se com um produto tão comum, mas tão valorizado financeiramente. Diante desse cenário, os objetivos deste trabalho foram aprofundar-se na temática certificação do café, através da análise das principais características das publicações sobre este tema, utilizando-se de técnicas de bibliometria, e analisar os benefícios da certificação do café no consumo e na vida dos produtores rurais.

Assim surge o seguinte questionamento: a certificação de café pode trazer alguma influência no consumo e na melhoria na qualidade de vida dos produtores?

Acredita-se que, com a certificação do café provavelmente ocorre à sustentabilidade para gerações futuras, agregação de valor do produto frente aos concorrentes, e gera aceitação de mercado pela confiança de qualidade adquirida.

O café com certificação irá contribuir ainda mais para a economia do país, além de garantir ao produtor um diferencial de mercado e ao consumidor a qualidade dos alimentos e, segurança ao saber da procedência do produto.

## **MATERIAL E MÉTODOS**

### **Tipos de Pesquisa**

A natureza da pesquisa em questão trata-se de uma pesquisa básica. De acordo com Gerhard & Silveira (2010), a pesquisa básica não possui aplicação prática, tem como objetivo gerar conhecimentos novos e úteis para o avanço da ciência.

Quanto aos objetivos é uma pesquisa descritiva. Conforme aborda Prodanov & Freitas (2013), este tipo de pesquisa apenas descreve e registra fatos observados, sem interferência do pesquisador.

Quanto à abordagem, refere-se a uma pesquisa quantitativa. Prodanov & Freitas (2013), relatam que, a pesquisa quantitativa é a tradução de números em opiniões e informações para classificá-las e analisá-las. Tal pesquisa utiliza-se de recursos e técnicas estatísticas.

Quanto aos procedimentos, trata-se de uma pesquisa bibliográfica. Segundo Gil (2008), a pesquisa bibliográfica, é desenvolvida através de materiais já elaborados, como por exemplo, livros e artigos científicos. Esta pesquisa, tem a utilização de técnicas bibliométricas.

Para Ferreira e Sadoyama (2015), a bibliometria é a busca nos periódicos mais relevantes, informações sobre determinado assunto da pesquisa, analisando o conteúdo, envolvendo títulos, palavras-chave, resumos, textos, autores, instituições, metodologia, ou seja, deve-se captar as informações mais importantes sobre o assunto em questão.

### **Coleta de Dados**

Para a coleta de dados foram utilizadas as publicações da BDTD, e para delimitar o tema em questão, usou-se como critério de busca a palavra-chave “certificação de café” contida em todos os campos das produções acadêmicas da BDTD, no período de 2008 a 2017. Foram encontradas sete (07) produções; utilizando-se a palavra-chave “certificação cafeicultura” encontraram-se mais sete (07); e com a palavra-chave “certificações na cafeicultura” quatro (4) publicações que serviram de base de dados para este trabalho.

Vale frisar que a amostra total utilizada foi de quatorze (14) publicações, pois algumas publicações foram repetidas na busca, evitando assim duplicidade.

### **Procedimentos para análise de dados.**

A análise dos dados coletados foi através de fórmulas estatísticas, e com auxílio do Microsoft Excel 2010, servindo de suporte para identificar os resultados esperados, e auxílio nas conclusões finais.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **Cafeicultura e o segmento de cafés Especiais**

A cafeicultura no Brasil trouxe grandes transformações para o país. Teve início no estado do Pará, e logo foi espalhada para as outras regiões do Brasil. A partir daí, teve uma grande concentração de produção no Sul e no Sudeste. A região Sudeste teve como benefício um clima favorável e grande disposição para se desenvolver (PALMIERI, 2008).

A atividade foi introduzida no Brasil desde 1727, devido às vantagens naturais existentes no país. Dessa forma, o Brasil é responsável por fornecer todos os tipos de cafés demandados para diversos mercados exigentes. No comércio internacional de grão, o Brasil detém 27% de participação em relação aos indicadores da produção cafeeira (BARA, 2015).

Alves (2015) relata que, Minas Gerais é responsável aproximadamente por 51,50% da produção nacional do café, sendo vendido para mais de 70 países, demonstrando a representatividade da região do cerrado mineiro para o país.

A economia de Minas Gerais gira em torno do café, são muitas as famílias que vivem disso, e o café vem trazendo grandes transformações para todos. Alves (2015) relata para valorizar essa produção precisa colocar o café mineiro em lugar de destaque no mercado mundial, e tal valorização vem a partir da busca por cafés especiais.

Na década de 80, Minas Gerais foi responsável por quase 60% do volume exportado. Passou a ganhar a liderança da região produtora mais forte do país, devido a seu clima favorável e seu potencial de expansão (PALMIERI, 2008).

O Brasil destaca-se por ser o maior produtor de café no mundo, sendo que, possui a maior concentração de café na região do Cerrado Mineiro, tendo em sua maioria produtores rurais de pequeno e médio porte. Minas Gerais, além de ser a região que mais produz no país, destaca-se por ser a maior região produtora mundialmente (OLIVEIRA, 2016).

De acordo com Aredes (2011), o Brasil é o segundo maior consumidor de café no mundo, ficando atrás apenas dos Estados Unidos.

Prado (2014) infere que, a representatividade da cafeicultura no agronegócio brasileiro justifica-se pela geração de renda do mercado nacional e internacional e pelo potencial produtivo comparados com outros países produtores de cafés.

A economia do Brasil vem sendo cada vez mais influenciada pelas *commodities*. Hoje em dia as pessoas buscam por uma maior qualidade de alimentos, principalmente quando se fala em cafés especiais (OLIVEIRA, 2016).

O país é referência também, como sendo o maior produtor e fornecedor de cafés especiais no mundo, com uma forte produção concentrada também no Cerrado Mineiro. São muitos os processos de certificação, e, para cada tipo de certificação há um perfil adequado de acordo com os modelos de produção de cada produtor (PEREIRA, 2014)..

A procura por um produto diferenciado no mercado está crescendo cada vez mais. Os consumidores estão mais exigentes e estão dispostos a pagar mais por um produto, desde que tal produto esteja em conformidade com seus critérios de qualidade (FERRAZ, 2017).

A cafeicultura é uma cadeia produtiva de enorme relevância econômica, cultural, histórica e social do país. Dentro dessa cadeia o produtor rural de café está mudando seu comportamento introduzindo as preocupações com inovação, qualidade do produto, tecnologia, fatores financeiros, ou seja, está buscando um negócio sustentável ao longo do tempo, e uma das alternativas viável é a certificação (BARA, 2015).

De acordo com Alves (2015), tanto as propriedades empresarias quanto aos familiares estão buscando adotar boas práticas agrícolas. Apesar do entendimento de melhoria da qualidade do café, há muitas barreiras encontradas neste processo. Além da qualidade do produto, é imprescindível conhecer a sua procedência, por isso, a qualidade deve estar na origem e na identidade que os produtores estão dispostos a colocar em seus produtos.

O ramo de cafés especiais trouxe consigo maior segurança e comodidade na vida dos consumidores. A certificação além da qualidade adquirida permite que o consumidor conheça toda a procedência do produto e fique ciente do que realmente está comprando (FERRAZ, 2007).

De acordo com Moreira (2008), o café representa a segunda *commodity* mais comercializada no mundo, ficando atrás somente do petróleo. Através de tantos benefícios adquiridos pela certificação, a cafeicultura pode ganhar um patamar ainda maior do que já tem, tanto econômica, como socialmente.

Segundo Oliveira (2016), o consumo de cafés sustentáveis certificados ainda é recente. Com isso se dá da necessidade da Associação Brasileira da Indústria de café (ABIC), consolidar este segmento através do programa de Cafés Sustentáveis do Brasil – PCS, como forma de inserir uma nova tendência mundial na busca de consumir de forma consciente, sabendo o que está sendo comprado, ou seja, compreender a procedência do produto.

Moreira (2009) relata que, depois da água, o café é a bebida mais popular, com consumo anual superior a 400 bilhões de xícaras. O consumo por esse produto é muito alto, e cabe aos produtores compreenderem a real necessidade e importância da qualidade em seus produtos, e buscarem através das certificações, um alicerce para colocarem produtos diferenciados no mercado.

## **Certificações na Cafeicultura**

Prado (2014) explica que, o objetivo da certificação agrícola é manter uma produção ambientalmente correta, socialmente justa e economicamente viável, a fim de promover a sustentabilidade na atividade.

A diferenciação do produto por meio da qualidade ou da responsabilidade social e ambiental faz com que o produto entre em outro tipo de mercado, mais exigente. Assim, essa diferenciação torna-se uma estratégia para a empresa obter vantagens pela valorização do seu produto ou serviço (PEREIRA, 2014).

Corroborando com a ideia, Souza (2011) infere que, a certificação melhora a qualidade dos cafés produzidos nas propriedades de todo o tamanho, por causa dos investimentos em insumos produtivos, bem como contribui para a elevação na renda da atividade cafeeira.

Os atributos dos cafés especiais, tais como, qualidade e diferenciação do produto, estão voltados para o tipo de certificação de origem e seus respectivos selos. As certificações que estão em destaque são: *Utz Certified*, *Rainforest Alliance*, Certificação Orgânica, *Fairtrade*, Certifica Minas Café, Associação 4 C, *Nespresso AAA e Starbucks C.A.F.E Practices*. Dentre essas certificações, existem características e exigências distintas (OLIVEIRA, 2016).

Com os avanços da tecnologia, os consumidores estão mais atentos e cientes do que realmente buscam em um produto. Por isso, as propriedades estão buscando a valorização do café, para acompanhar as exigências do mercado (ALVES, 2015).

De acordo com Ferraz (2007), a busca pela diferenciação do produto é um fator que nos últimos anos vem influenciado a competitividade dos produtos agroindústrias. Uma vez que, atribuídas características necessárias ao café, a certificação abre um leque e faz o produto ser competitivo no mercado frente aos concorrentes.

Pereira (2014) relata que, a certificação do café provoca efeitos positivos, através das práticas administrativas da propriedade, sobre a qualidade final do produto, sobre a produtividade, bem como a adoção de tecnologias nas propriedades cafeeiras. Porém, tal efeito recebe influências de demais políticas públicas. A inovação tecnológica pode sofrer variações, pois para que ela aconteça, depende de alguns aspectos, dentre eles, o nível de escolaridade, o tempo de certificação, quem administra a propriedade, assim também como o tamanho da propriedade. Os efeitos da certificação possuem maior concentração nas propriedades com maior nível de escolaridade, administrada por outro sem ser o proprietário, com maior tempo de certificação, e em relação ao tamanho da propriedade.

Bara (2015) explica que, através dos avanços tecnológicos no mundo, a agricultura vem evoluindo consideravelmente. Por meio destas tecnologias que vem sendo tão ágeis atualmente, os produtores rurais encontram mais possibilidades e oportunidades para expandir seus negócios.

Para obtenção de maior produtividade e qualidade do produto, Prado (2014) explica que, os cafeicultores buscam a certificação como ferramenta de grande importância, a qual auxilia no processo de diferenciação do produto no mercado.

Rezende (2011) comenta que a produção de café brasileira comercializado como *comodity* atualmente é de 91,2% e apenas 8,2% vendidos como certificados. No entanto, o fato da demanda de café certificado está aumentando rapidamente, está voltado para a contribuição de garantia de a segurança alimentar, além dos impactos socioambientais adquiridos. É de grande valia que, a certificação passou a ser de interesse não só dos produtores, mas também dos consumidores. A demanda vem de diversos países do mundo, fato que nos mostra que a certificação é um interesse de todos. Os consumidores mostram-se mais exigentes no mercado, e não mais interessados em mercadorias simples, de baixo valor agregado.

Deste modo, a implantação da certificação nas propriedades cafeeiras, traz consigo um leque, no qual os produtores encontram diversas maneiras de tornar seus produtos competitivos no mercado, além de poder expandir seus negócios e entrar num mercado mais exigente. O diferencial está voltado para o tipo de certificação adotada, já que cada uma possuem suas respectivas características e exigências.

## **Benefícios e dificuldades encontradas nas Certificações de Café**

De acordo com Ferraz (2007), com a certificação, os produtos alimentícios passarão a ter uma identidade e uma visibilidade para os consumidores. Estes terão informação imparcial sobre o produto e sua respectiva qualidade. Dessa forma, melhora seu critério de escolha, garantindo a qualidade dos produtos adquiridos.

Segundo Bara (2015), a certificação busca a tranquilidade, evitar a toxicidade, evitar riscos para o meio ambiente e a sociedade, e conseguir harmonia interna melhorando os processos operacionais do empreendimento.

Bara (2015) explica que, a diferenciação da produção é uma alternativa para que os produtores adquiram maior concorrência e valor agregado ao seu produto, além da sustentabilidade no negócio. Cada dia é um novo desafio que os produtores rurais precisam enfrentar, por isso é importante garantir um diferencial por meio da certificação.

A grande vantagem da certificação para o produtor rural está no valor agregado na venda de alimentos diferenciados, pois os clientes instruídos reconhecem a qualidade e pagam um preço maior (FERRAZ, 2007).

As propriedades de maior porte encontram mais facilidades na adoção de certificações por já terem todo o suporte de uma infraestrutura. Desta maneira, é mais acessível introduzir-se nos programas de certificação, tornando-se mais eficazes para a elevação da eficiência técnica (SOUZA, 2011).

A certificação é um investimento que os produtores rurais precisam estar dispostos a encarar. Ao adotar o programa de certificação, é imprescindível equipara-se com um plano estratégico para o empreendimento, pois o preço pago pelo produto nem sempre será compatível com o investimento (PRADO, 2014).

De acordo com Bara (2015), os produtores rurais que adquirem a certificação conseqüentemente ficam preocupados à longo prazo com o meio ambiente e com as pessoas, para que a sustentabilidade do empreendimento seja responsável e perene. Por outro lado, os produtores que não aderem à certificação também possuem a mesma preocupação, porém tal preocupação é apenas internamente, os fatores externos não são relevantes para eles, sendo assim, não provocam conflitos de consciência.

Prado (2014) relata dois benefícios da implantação do programa de certificação cafeeira para os empresários rurais: 1º A adequação da propriedade com o programa de certificação implantado, conseqüentemente já está em conformidade com as Boas Práticas Agrícolas; 2º - Com a produção de acordo com as Boas Práticas Agrícolas, os empresários rurais conseguem

entrar com um diferencial no mercado, adquirindo valor agregado ao produto, caso consigam vendê-lo como certificado.

Porém, os custos de uma implantação de certificação estão voltados para os produtores, o que nem sempre pode ser viável. A propriedade precisa estar no padrão adequado para o programa de certificação, caso contrário, maiores serão os custos e as dificuldades para a inserção numa certificadora (PRADO, 2014).

Um fator que vem trazendo dificuldades para o produtor inserir-se no mercado de cafés certificados é a grande diversidade de selos e programas que se completam, ou seja, algumas certificadoras necessitam de um complemento de outra (LEME, 2015).

De fato, a certificação agrícola traz inúmeros benefícios, seja social, econômico ou ambiental. Porém, para que tudo isso aconteça, é de responsabilidade dos cafeicultores as mudanças e os riscos necessários para levar o café a um lugar de destaque (PRADO, 2014).

### Aplicação Prática da Pesquisa

Dentre os principais estudos, na biblioteca Digital de Teses e Dissertações – BDTD < <http://bdtd.ibict.br/vufind> > com ênfase na certificação na cafeicultura, entre o período de 2008 a 2017, foram selecionadas quatorze (14) publicações no total.

A seguir serão descritas as principais características das publicações acadêmicas analisadas.

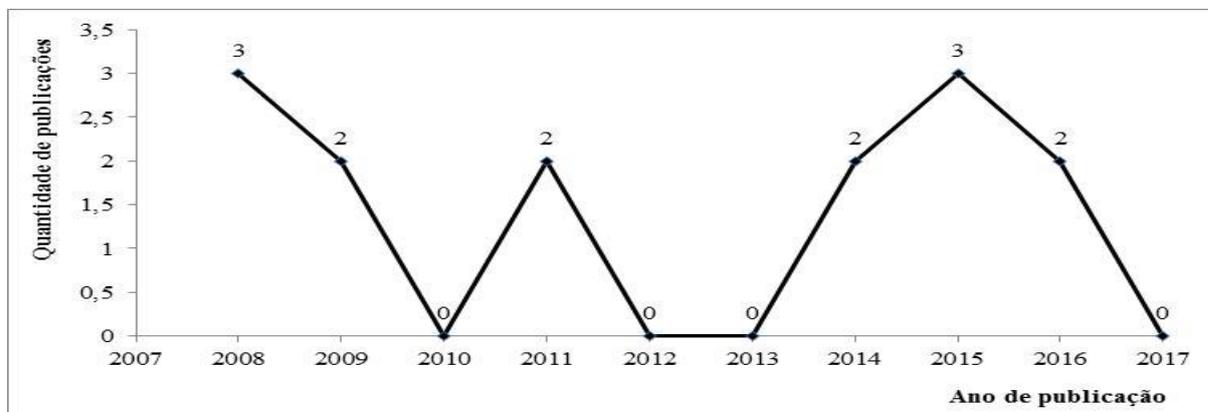


Figura 1 - Número de publicações por ano  
Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Evidencia-se uma maior concentração dos estudos no período de 2014 a 2016, totalizando sete publicações nesse período. Dessa forma, constata-se que, há uma frequência maior de publicações sobre a certificação na cafeicultura nos últimos anos.

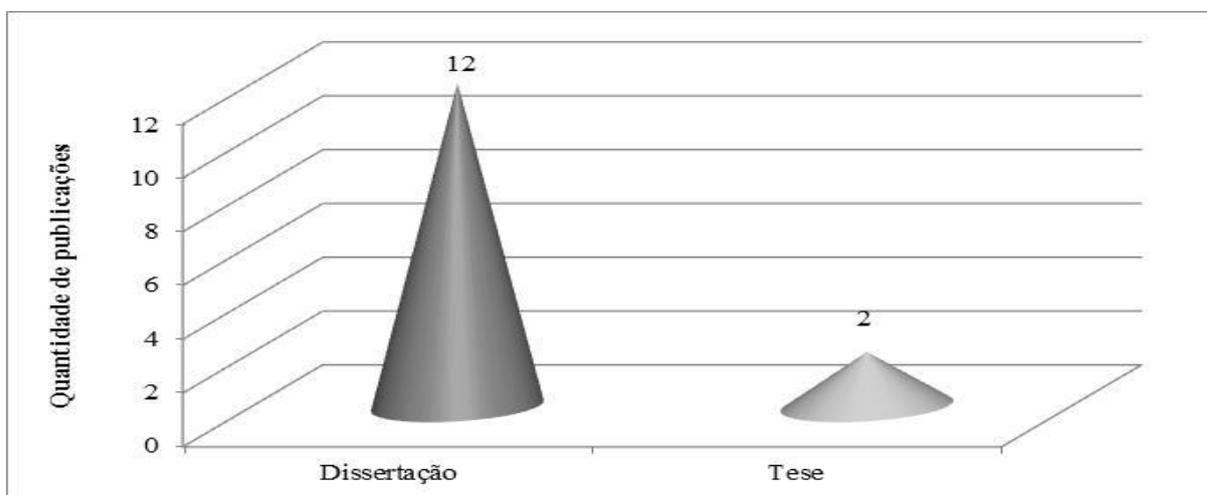


Figura 2 – Tipo de produção científica  
Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Constata-se que das amostras pesquisadas foram publicadas no período analisado, de acordo com as restrições da pesquisa, doze (12) dissertações de mestrado e duas (2) teses de doutorado, demonstrando a importância deste assunto nas pesquisas acadêmicas.

Quadro 1 – IES que mais produziram sobre a temática no período pesquisado

Instituição de Ensino Superior – IES	Quantidade de Produções
Universidade Federal de Lavras – UFLA/MG	3 publicações
Universidade de São Paulo – USP/SP	3 publicações
Universidade Federal de Viçosa – UFV/MG	3 publicações
Universidade Jose do Rosário Vellano – UNIFENAS/MG	2 publicações
Universidade Estadual Paulista – UNESP/SP	1 publicação
Universidade Federal de Goiás – UFG/GO	1 publicação
Pontifícia Universidade Católica – PUC/RJ	1 publicação

Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Nota-se uma maior concentração de pesquisas no estado de Minas Gerais, em específico nas universidades do Sul de Minas, totalizando oito (8) publicações no estado; no estado de São Paulo com quatro (4) publicações; e uma (1) no estado do Rio de Janeiro, e apenas uma no Centro Oeste.



Conforme demonstrado no quadro 2, as certificações: *Fairtrade*, *Organic*, *Reinforest Alliance*, *UTZ* e a Indicação Geográfica são as mais citadas nas pesquisas analisadas. No entanto, não quer dizer que as demais certificações possuem importância inferior, cada certificação tem uma finalidade distinta que deve ser levada em consideração no momento de escolha por parte dos produtores e demais interessados.

Quadro 3 – Certificações sustentáveis de café citadas na amostra analisadas, e suas finalidades.

Autor (es)	Certificações	Finalidades
Palmieri (2008)	Organic	Surge da preocupação do consumidor com sua saúde ao tomar conhecimento dos prejuízos à saúde humana causada por resíduos de agroquímicos. Essa certificação exige a eliminação de agroquímicos e a incorporação de práticas para conservar e/ou recuperar estrutura do solo.
Souza (2011)	<i>Fairtrade</i>	O <i>Fairtrade</i> ou comércio justo é baseado na parceria entre produtor e consumidor, que tem o objetivo de melhorar as condições de vida e o bem-estar dos pequenos produtores, por meio da melhoria de acesso ao mercado, de fortalecimento das organizações cooperativas, do pagamento de preços justos e relações comerciais duradouras.
Alves (2015)	<i>UTZ</i>	A certificação <i>UTZ</i> é um programa de certificação mundial para a produção e fornecimento de café responsável. Assegura a qualidade ambiental e social na produção de café e determina práticas agrícolas adequadas para a produção de café e para o bem estar dos trabalhadores, proporcionando a eles acesso à saúde e educação.
Aredes (2011)	Indicação Geográfica	O selo concedido pelo INPI permite aos produtores de uma área geográfica que utilize de um sinal distintivo para comercialização de seus produtos.
Souza (2011)	Rainforest Alliance	Uso controlado de agroquímicos. Tem como missão a conservação da biodiversidade, desenvolvimento comunitário, direitos dos trabalhadores e práticas de produção agrícolas.
Pereira (2011)	BSCA	A BSCA ( <i>Brazilian Specialty Coffee Association</i> ) certifica a qualidade de bebidas e as boas práticas agrícolas.
Prado (2014)	Certifica Minas	Um dos objetivos dessa certificação é incentivar as organizações dos setores participantes a adotarem sistemas de qualidade na cadeia produtiva de café, que contribuam para a segurança e confiabilidade dos produtos oferecidos, baseado em critérios de: gestão da qualidade, segurança do alimento, boas práticas agrícolas e de proteção ao meio ambiente, higiene e segurança no trabalho, e responsabilidade social.
Prado (2014)	4C	A certificação 4C (código comum da comunidade cafeeira) possui um código de conduta que o utiliza como principal instrumento da associação 4C, a fim de promover a produção sustentável, o processamento e a comercialização do café verde. Este está baseado nos princípios de dimensão Social, Ambiental e Econômica.
Leme (2015)	<i>Bird Friendly</i>	De cunho ambiental, a expressão traduzida para o português quer dizer amigos dos pássaros.
Rezende	<i>Nespresso</i>	Em parceria com o <i>Rainforest Alliance</i> e membros da rede de

(2011)	AAA	agricultura sustentável, a <i>Nespresso</i> trabalham para implantar e desenvolver o seu Programa de Café <i>Nespresso</i> AAA Qualidade Sustentável. Cuja finalidade de oferecer capacitação à Norma RAS (rede de agricultura sustentável) para seus principais fornecedores de café no Brasil.
Pereira (2011)	<i>Starbucks</i> C.A.F.E. <i>practices</i>	A <i>Starbucks</i> é engajada em diversas práticas de compra de café que asseguram o preço justo ao produtor e contribui para a sustentabilidade da indústria.
Rezende (2011)	<i>Globalgap</i>	A preocupação da <i>Globalgap</i> é com as práticas agrícolas na propriedade, sendo que seu processamento e embalagem ficam sob controle de outros sistemas de certificação. Portanto, toda cadeia produtiva é assegurada até o consumidor final.
Nogueira, Ferreira Jr. & Sá (2011)	<i>Kosher</i>	O certificado <i>Kosher</i> é um documento que atesta a produção e produtos fabricados que seguem as normas específicas que regem a lei judaica, cujo objetivo é o controle máximo da qualidade de acordo com os seus costumes.

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Como já foi citado anteriormente, cada certificação ou selos possui finalidades distintas. No entanto, a preocupação básica das certificações elencadas no quadro 3, refere-se ao tripé da sustentabilidade, ou seja, ambiental, social e econômica.

Percebe-se que todas as certificações buscam pelo mesmo objetivo, agregar valor ao produto, de modo que haja a aceitação do mercado pela qualidade adquirida em todos os processos. Desta maneira, o tripé da sustentabilidade é o ponto mais relevante de uma certificação, que está bem definida em todas elas.

Constata-se, através das finalidades de cada certificação, a grande relevância das certificações para os produtores rurais, consumidores e a sociedade em geral. Assim, é necessário também descrever os benefícios e malefícios, caso houver, das certificações.

**Quadro 4** – Benefícios e impactos negativos das certificações sustentáveis do café citadas na amostra analisada

Partes Interessadas	Benefícios com a Certificação	Impactos negativos com a Certificação
Produtores Rurais	<ul style="list-style-type: none"> <li>Promove agregação de valor na comercialização (PRADO, 2014).</li> <li>Aumenta a competitividade do produto e a qualidade percebida pelo cliente, facilita a entrada da marca em mercados mais exigentes (AREDES, 2011).</li> <li>Diferenciação ao produto, e conseqüentemente vantagens competitivas ao negócio (BARA, 2015).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Dispêndio de recursos financeiros e humanos (BARA, 2015).</li> <li>Elevados custos de implantação (FERRAZ, 2007).</li> <li>A certificação será totalmente válida quando os cafeicultores forem recompensados financeiramente pela dedicação ao cumprirem às Boas Práticas Agrícolas em suas propriedades (PRADO, 2014).</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Colabora com a produção de cafés, contribuindo na melhoria da renda da atividade cafeeira (SOUZA, 2011).</li> <li>• Aumento da produtividade por intermédio da profissionalização da gestão (ALVES, 2015).</li> <li>• Estratégia de diferenciação e consequentemente criação de valor devido à melhoria da qualidade do produto e melhor preço recebido (NAGAI, 2016).</li> <li>• Tem efeitos positivos sobre as práticas administrativas da propriedade, sobre a qualidade final do produto, sobre a produtividade e também sobre a adoção de tecnologias nas propriedades cafeeiras (PEREIRA, 2014).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Gastos associados à certificação comprometem a eficiência técnica (SOUZA, 2011).</li> <li>• Dificuldades durante a implantação, podendo destacar a rastreabilidade (acompanhar e documentar todo o processo de produção) e a adequação ambiental (ALVES, 2015).</li> <li>• Não garante preços diferenciados (MARTINEZ, 2008).</li> </ul>
Consumidores	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Redução e Melhor uso de agroquímicos (PLAMIERI, 2008).</li> <li>• Obtenção de informação sobre o produto e sua qualidade. (FERRAZ, 2007).</li> <li>• Compra de produtos de qualidade (AREDES, 2011).</li> <li>• Acesso a novo nicho de mercado, através da diferenciação dos produtos proporcionando maior valor agregado (FERRAZ, 2007).</li> <li>• As certificações transmitem informações aos consumidores que garantem que a empresa respeita um padrão específico de qualidade de processo de produção e/ou de padrão de qualidade de produto (LEME, 2015).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pagar mais pelo café certificado (LEME, 2015).</li> </ul>
Sociedade atual e futura	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Adoção de práticas de cultivo mais sustentáveis. (OLIVEIRA, 2016)</li> <li>• Aumento da Biodiversidade. (MOREIRA, 2019).</li> <li>• Proteção à vegetação nativa, biodiversidade e recursos hídricos (PALMIERI, 2008).</li> <li>• Redução da contaminação ambiental;</li> <li>• Impactos sobre o bem-estar do trabalhador: condições de contratação, moradia e segurança no trabalho, treinamentos (PALMIERI, 2008).</li> <li>• Maior nível de adoção de inovações tecnológicas e geração de inovação social (NAGAI, 2016).</li> </ul>	

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Produzir café sem comprometer a capacidade das gerações futuras (LEME, 2015).</li> </ul>	
--	---	--

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Ficou claro, nas demonstrações do quadro 4, os inúmeros benefícios que a certificação proporciona aos produtores rurais e a sociedade consumidora em geral, agregando princípios de sustentabilidade nas ações e processos de produção e gestão da cafeicultura.

Pode-se perceber que os impactos negativos, comparados com os positivos, são bem menores. Fato que nos mostra que a certificação atinge positivamente em vários aspectos a sociedade em geral.

O fator financeiro é o ponto mais relevante quanto aos impactos negativos. É através dos recursos que as certificações podem ser implantadas. Por outro lado, os benefícios compensam o investimento, pois o produtor possui um leque de opções de certificações que melhor se adequa com sua propriedade, podendo optar pelo programa que mais esteja ao seu alcance.

Os pontos negativos relacionam-se com os gastos inerentes à certificação, e a comparação destes com os resultados. Para o produtor, será interessante a certificação, caso os custos da certificação sejam menores do que o valor agregado ao produto final.

Na visão econômica só é interessante a certificação, se o preço do produto certificado for maior que o preço do produto sem certificação, o suficiente para descontar os custos inerentes à certificação e ainda ter uma sobra (valor agregado).

Porém, não podemos focar apenas no quesito econômico, pois a melhoria nos aspectos ambientais e sociais é visível e devem ser levadas em conta. Não há evidências de impactos negativos das certificações para a sociedade atual e futura, assim, os empreendimentos com certificações terão uma maior aceitação do mercado e a possibilidade de ampliá-lo.

## CONCLUSÃO

Com a certificação o consumo do café torna-se mais seguro. Dessa forma os produtores encontram maior facilidade em comercializar seus produtos no mercado de cafés especiais. Ao inserirem-se nas certificações, os cafeicultores trarão resultados positivos para a economia do país, uma vez que os cafés vendidos como certificado garante a sua qualidade.

Diante da diversidade de tecnologias, o acesso à informação ficou mais fácil, e os consumidores estão mais antenados e exigentes, e buscam por produtos de qualidade. Assim, um café certificado trará a confiabilidade por parte dos consumidores.

O mercado atual é muito volátil, conseqüentemente há a necessidade de adotar medidas seguras para que a rentabilidade seja certa. Além disso, as certificações influenciam positivamente nos aspectos culturais, sociais e ambientais da sociedade em geral.

Em meio ao aquecimento global, as boas práticas agrícolas influenciam também no futuro das próximas gerações, uma vez que, as certificações contribuem e atuam com responsabilidade socioambiental.

Conclui-se que, a certificação é um diferencial no mercado de cafés especiais. No entanto, os produtores ainda encontram dificuldades financeiras para aderirem ao programa. O principal foco da certificação é atuar com responsabilidade socioambiental. Em consequência disso, agrega valor ao produto, e aumenta a sua concorrência. Além disso, o consumidor tem a oportunidade de conhecer toda a procedência do produto, o que contribui para a elevação da confiabilidade por parte deles.

Com isso, a certificação de café influencia positivamente tanto no consumo quanto na qualidade de vida dos produtores. Os benefícios da certificação garantem valor agregado ao produto, além de adoções de práticas de plantio mais sustentáveis para a sociedade atual e futura. Através das publicações foi possível analisar o quanto a temática “certificação na cafeicultura” trouxe informações recentes e relevantes na busca de aprofundar-se neste tema.

Os benefícios das certificações de café abrangem vários setores, dentre eles, o ambiente interno da propriedade em relação à qualidade de vida dos trabalhadores e dos produtores rurais, os consumidores, a sociedade atual e futura, a economia e o meio ambiente.

Compreender a importância da certificação é colocar o café em lugar de destaque. Dessa forma, a rentabilidade da cadeia produtiva contribuirá para a melhoria de renda da atividade cafeeira.

## **REFERÊNCIAS**

ALVES, S. de. S.. **Certifica Minas Café e gestão de propriedade familiares na microrregião de Alfenas**. Dissertação (Mestrado em Sistemas de produção na agropecuária) Universidade José Rosário Vellano – UNIFENAS, Alfenas, MG, 2015. Disponível em: <<http://bdtd.ibict.br/vufind/>>. Acesso em: 09/08/2018

AREDES, H. A. **Certificação de Origem através da indicação geográfica para o café “Cerrado Goiano”**. Dissertação (Mestrado em Agronegócio) Universidade Federal de Goiás, Goiás, GO, 211. Disponível em: < <http://bdtd.ibict.br/vufind/>>. Acesso em: 09/08/2018

BARA, J.G.. **Conhecendo os valores rurais do produtor rural de café na compra de insumos agrícolas**. Dissertação (Mestrado em Administração) Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2015. Disponível em: < <http://bdtd.ibict.br/vufind/>>. Acesso em: 23/08/18

FERRAZ, L.O.. **Avaliação de uma associação de produtores para a certificação de café**. Dissertação (Mestrado em Fitotecnia) Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2007. Disponível em: < <http://bdtd.ibict.br/vufind/>>. Acesso em: 23/08/2018

FERREIRA, J.B.; SADOYAMA, A.S.P.. Educação a distancia uma alternativa para a educação profissionalizante, inclusiva e formação continuada: um estudo bibliométrico. **Enciclopédia Biosfera**, Goiana, v. 11, n. 20, 2015.

GARCIA, C. B.. **Avaliação da conformidade no agronegócio sustentável do café verde: recomendações para pequenos cafeicultores da Guatemala**. Dissertação (Mestrado em Metrologia) PUC – Rio, RJ, 2009. Disponível em: < <http://bdtd.ibict.br/vufind/>>. Acesso em: 09/08/18

GERHARDT, T.E.; SILVEIRA, D.T.. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFTGS, 2009.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisas**. 5. Ed. , São Paulo: Atlas 2008

LEME, **A construção de mercados de cafés certificados e sustentáveis da UTZ Certified do Brasil: as praticas e os arranjos de mercado**. Tese (Doutorado em Administração) Universidade Federal de Lavras, Lavras, MG, 2015. Disponível em: < <http://bdtd.ibict.br/vufind/>>. Acesso em: 29/08/2018

MARTINEZ, J. R. T.. **Impactos da certificação UTZ Kapeh no sistema de informação e na gestão de duas empresas produtoras de café no Sul de Minas**. Dissertação (Mestrado em Administração) Universidade federal de Lavras, MG, 2008. Disponível em < <http://bdtd.ibict.br/vufind/>>. Acesso em: 29/08/2018

MOREIRA, C.F.. **Sustentabilidade de sistemas de produção de café sombreado orgânico e convencional**. Tese (Doutorado em Ecologia Aplicada) Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2009. Disponível em: < <http://bdtd.ibict.br/vufind/>>. Acesso em: 21/08/2018

NAGAI, D. K.. **O processo de inovações para a criação de valor em denominação de**

**origem em café do Cerrado Mineiro.** Dissertação (Mestrado em Agronegócio e desenvolvimento) Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Tupã, SP, 2016. Disponível em: < <http://bdtd.ibict.br/vufind/>>. Acesso em: 30/08/2018

NOGUEIRA, C. J. L. G.; FERREIRA JUNIOR, M. A.; SÁ, J. A. S. de. Impactos da adoção de certificações de qualidade na comercialização internacional dos produtos derivados do açaí. **XXXI Encontro Nacional de Engenharia de Produção.** Belo Horizonte, MG, out. 2011. Disponível em: < <http://bdtd.ibict.br/vufind/>>. Acesso em: 11/08/2018

OLIVEIRA, M.B.G.B.de. **Produção de Café com certificação Fair Trade: uma alternativa para os produtores familiares.** Dissertação (Mestrado em Sistemas de produção na agropecuária) Universidade José Rosário Vellano – UNIFENAS, Alfenas, MG, 2016. Disponível em: < <http://bdtd.ibict.br/vufind/>>. Acesso em: 13/08/2018

PALMIERI, R.H.. **Impactos socioambientais da certificação Rainforest Alliance em fazenda produtora de café no Brasil.** Dissertação (Mestrado em Ecologia Aplicada) Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2008. Disponível em: < <http://bdtd.ibict.br/vufind/>>. Acesso em: 21/08/2018

PEREIRA, A. A. S.. A certificação do café: uma alternativa de política tecnológica para o setor cafeeira. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) Universidade Federal de Viçosa, MG, 2014. Disponível em: < <http://bdtd.ibict.br/vufind/>>. Acesso em: 24/08/2018

PRADO, A, S.. **Boas Práticas Agrícolas e certificação na cafeicultura.** Dissertação (Mestrado em Administração) Universidade Federal de Lavras, Lavras, MG, 2014. Disponível em: < <http://bdtd.ibict.br/vufind/>>. Acesso em: 30/09/2018

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico.** 2. ed., Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

REZENDE, H. C.. **Modelos de certificação de produtos e propriedades cafeeiras no Brasil.** T.C.C. (Monografia de Pós Graduação Lato Sensu MBA *Coffee Business*) Universidade Federal de Lavras, Lavras, MG, 2011. Disponível em: < <http://bdtd.ibict.br/vufind/>>. Acesso em: 29/08/2018

SOUZA, L. O de. **Impactos da certificação sobre a eficiência técnica da cafeicultura da montanha de Minas Gerais.** Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) Universidade Federal de Viçosa, MG, 2011. Disponível em: < <http://bdtd.ibict.br/vufind/>>. Acesso em: 31/08/2018.

# MERCADO E CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO DE CAFÉ: Um estudo Bibliométrico

MARCOS JUNIOR DE OLIVEIRA<sup>1</sup>  
JOÃO BATISTA FERREIRA<sup>2</sup>

## RESUMO

**Introdução:** A economia cafeeira assumiu importância fundamental para o desenvolvimento econômico do Brasil, pois é a atividade agrícola pioneira na formação econômica das regiões mais dinâmicas do país, sendo o país maior produtor e exportador de café. A logística e os canais de comercialização do café tem importância representativa para se alcançar o sucesso do escoamento da produção. **Objetivo:** objetivo deste trabalho foi investigar os estudos recentes e relevantes sobre os canais de comercialização de café, em específico na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações – BDTD e periódico da CAPES, nos anos de 2008 a 2017. **Metodologia:** O método utilizado foi à pesquisa bibliometria, foram analisados os conteúdos e as principais características das publicações: ano de publicação, evento ou periódicos utilizados, principais autores, número de autores por artigo, instituições, aspectos metodológicos das publicações, objetivos, resultados encontrados e conclusão. **Resultados:** O trabalho conduzido foi de grande relevância para o conhecimento acadêmico e profissional, pois foi visto que a produção e a comercialização de café estão entre as mais tradicionais atividades econômicas no Brasil, com o país em posição de destaque no mercado internacional de café há muito tempo. **Conclusão:** conclui-se que o trabalho foi de grande relevância, haja vista que com o grande aumento da produtividade global e a exigência por qualidade no setor cafeeiro onde demanda logística e canais de comercialização são de fundamental importância para seu sucesso.

**Palavras-Chave:** Café. Canais. Comercialização.

## COFFEE MARKETING AND MARKETING CHANNELS: A BIBLIOMETRIC STUDY

## ABSTRACT

**Introduction:** The coffee economy has assumed fundamental importance for the economic development of Brazil, as it is the pioneer agricultural activity in the economic formation of the most dynamic regions of the country, being the largest producer and exporter of coffee. The logistics and marketing channels of coffee are of significant importance in order to achieve a successful flow of production. **Purpose:** The objective of this work was to investigate recent and relevant studies on coffee commercialization channels, specifically at the Digital Library of Theses and Dissertations - BDTD and CAPES journal, from 2008 to 2017. **Methodology:** The method used was the bibliometrics research, content and main characteristics of publications were analyzed: year of publication, event or periodicals used, main authors, number of authors per article, institutions, methodological aspects of publications, objectives, results found and conclusion. **Results:** The work conducted was of great relevance for academic

and professional knowledge, as it was seen that the production and marketing of coffee are among the most traditional economic activities in Brazil, with the country in a prominent position in the international coffee market for long time. **Conclusion:** it is concluded that the work was of great relevance, considering that with the great increase in global productivity and the demand for quality in the coffee sector where logistics demand and marketing channels are of fundamental importance for its success.

**Keywords:** Channels. Coffee. Commercialization.

## INTRODUÇÃO

No agronegócio do Brasil o sistema agroindustrial do café aparece como um dos mais tradicionais e expressivos, sendo visto como medida histórica de grande parte do desenvolvimento socioeconômico do País. Embora já tenha representado cerca de 70% da receita total das exportações brasileiras no início do século XX (Ferreira Filho, 1993), agora os negócios do café representam pouco mais de 5% desse total, mas ainda ocupam o segundo lugar na pauta de exportações do País, contribuindo fundamentalmente para o equilíbrio da balança comercial (RESENDE, 2000).

Não há dúvida de que a economia cafeeira assumiu importância fundamental para o desenvolvimento econômico do Brasil, pois é a atividade agrícola pioneira na formação econômica das regiões mais dinâmicas do país, sendo o país maior produtor e exportador de café (PONCIANO, 2009).

O trabalho se fundamenta e justifica pelo grande aumento da produtividade global e a exigência por qualidade no setor cafeeiro onde demanda logística e canais de comercialização. Os canais de comercialização são pontos fundamentais para o sucesso do escoamento da produção.

A área de comercialização e seus diversos canais é um nicho de mercado sempre crescente que apresenta oportunidades de crescimento e desenvolvimento para um país completamente agroindustrial.

Esta produtividade e estes fatores obrigam os produtores a se planejarem para reduzir custos unitários e de distribuição desta comercialização. A competitividade, deste modo, no setor depende do seu investimento e não somente na produção agrícola, mas também na sua inclusão dentro da cadeia de comercialização e abastecimento (ALVES, 1997).

Dessa forma, o objetivo deste trabalho foi investigar os estudos recentes e relevantes sobre os canais de comercialização de café, em específico na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações – BDTD e periódico da CAPES, nos anos de 2008 a 2017.

Especificamente, aprofundar-se na temática de canais de comercialização, através da análise das principais características das publicações sobre este assunto, o método bibliométrico; analisar quais são os canais de comercialização utilizados para o escoamento do café in natura; e verificar quais os principais mercados utilizados pelos produtores para a comercialização de café.

## **MATERIAL E MÉTODOS**

### **Tipos de Pesquisa**

A princípio este trabalho trata-se de uma pesquisa descritiva, quantitativa e revisão bibliográfica.

Para Gil (2008) a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Enfatiza ainda, que não se recomenda trabalhos oriundos da internet.

Para a construção deste estudo foram utilizadas às técnicas de bibliometria que possibilita o mapeamento de pesquisa, explorando o acervo da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações – BDTD e do periódico da CAPES.

Ferreira et al. (2015) explicam que a bibliometria objetiva-se analisar o conteúdo e as principais características das publicações: ano de publicação, evento ou periódicos utilizados, principais autores, número de autores por artigo, instituições, aspectos metodológicos das publicações, objetivos, resultados encontrados e conclusão.

### **Coleta de Dados**

Para a coleta de dados foram utilizadas as publicações da BDTD, e para delimitar o tema em questão, usou-se como critério de busca as palavras-chave “comercialização de café” contidas em todos os campos das produções acadêmicas da BDTD, no período de 2008 a 2017. Foram encontradas oito (08) produções que servirão de base de dados para este trabalho, sendo a amostra utilizada.

Já no periódico da CAPES utilizando a palavra-chave “comercialização de café” foi encontrada nove (09) trabalhos que serão utilizados auxiliando na discussão e contribuirão com os resultados deste estudo.

### **Procedimentos para análise de dados.**

A análise dos dados coletados serão através de formulas estatísticas, e com auxílio do Microsoft Excel 2010, servindo de suporte para identificar os resultados esperados, e auxílio nas conclusões finais.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **O agronegócio – A cadeia do café**

As atividades que abrangem e envolve o agronegócio do café, Farina & Zylbersztajn (1998) pontua essa cadeia agroindustrial em sete segmentos: fornecedores de insumos, máquinas e equipamentos; produção primária; primeiro processamento; segundo processamento; vendedores nacionais; compradores internacionais; e varejo nacional e internacional.

O fluxo do café em termos dos agentes componentes e das transformações que o produto irá sofrer até chegar ao mercado consumidor é visto como na Figura 1.

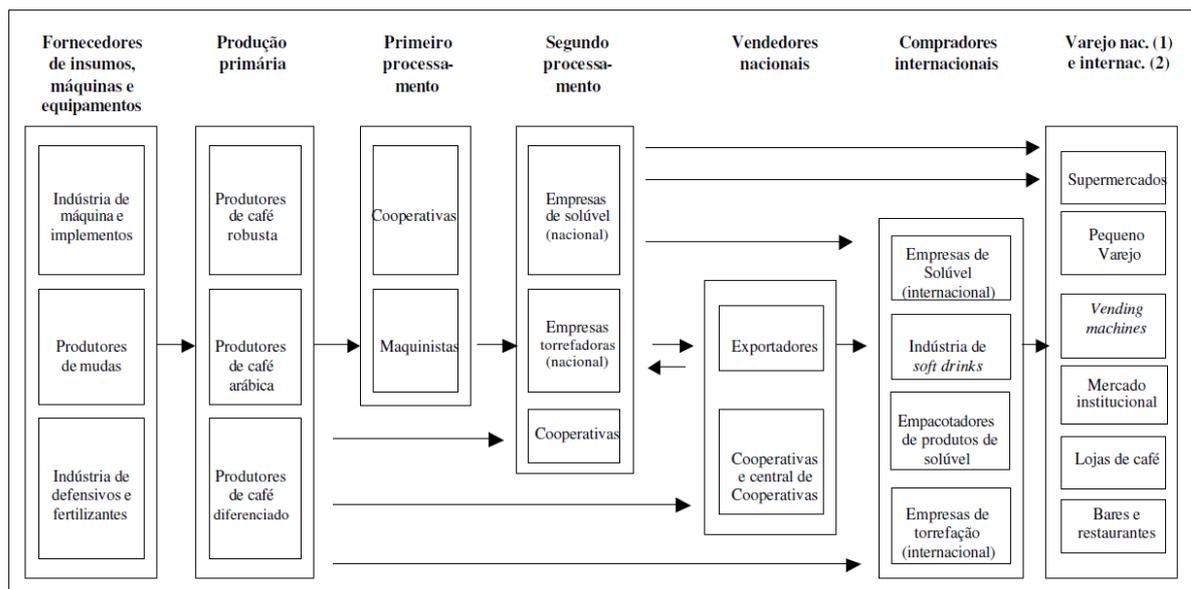


Figura 1: Fluxograma Café  
 Fonte: Farina e Zylbersztajn (1998).

Na Figura 1, pode se observar que o fluxo do café inicia-se do segmento de insumos, máquinas e equipamentos, onde representa é à base do sistema de produção, pois é nele que a produção primária se abastece dos elementos de que precisa para sustentação do processo produtivo. A maior parte dos insumos e serviços utilizados na cafeicultura é também direcionada a outras atividades agrícolas, seguindo todo fluxo apresentado e melhorando sempre a qualidade em consequência do mercado nacional e internacional.

No Brasil, o segmento de exportar produtos é reconhecido como o mais hábil e experiente no que diz respeito ao sistema de comercialização do café. Os autores Resende & Rosado (2002), diz que a habilidade decorre da longa tradição no mercado cafeeiro, operando diretamente com os importadores e com um sistema de informação moderno e utilizando da comunicação com as bolsas de mercadorias do Brasil e do mundo, onde se faz competente na área de atuação.

### Principais canais de comercialização de café

Segundo Araújo (2013), os caminhos por onde os produtos percorrem são denominados de canais de comercialização, os mesmos podem variar de acordo com cada produto e região, envolvendo diferentes agentes comerciais ou intermediários, agroindústrias e serviços e

demandam diferentes infraestruturas de apoio de logística.

Pode-se afirmar que todo o processo de comercialização está dividido em níveis conforme Figura 2: nível 1: produtores rurais; nível 2: intermediários (primários, secundários, terciários etc.); nível 3: agroindústrias, mercados dos produtores e concentradores; nível 4: representantes, distribuidores e vendedores; nível 5: atacadistas, centrais de abastecimento, bolsas de mercadorias e outros, como Cédula de Produto Rural (CPR), Governo, Internet etc.; nível 6: supermercados, pontos-de-venda, feiras livres e outros, inclusive exportação; nível 7: consumidores; nível 8: importação.

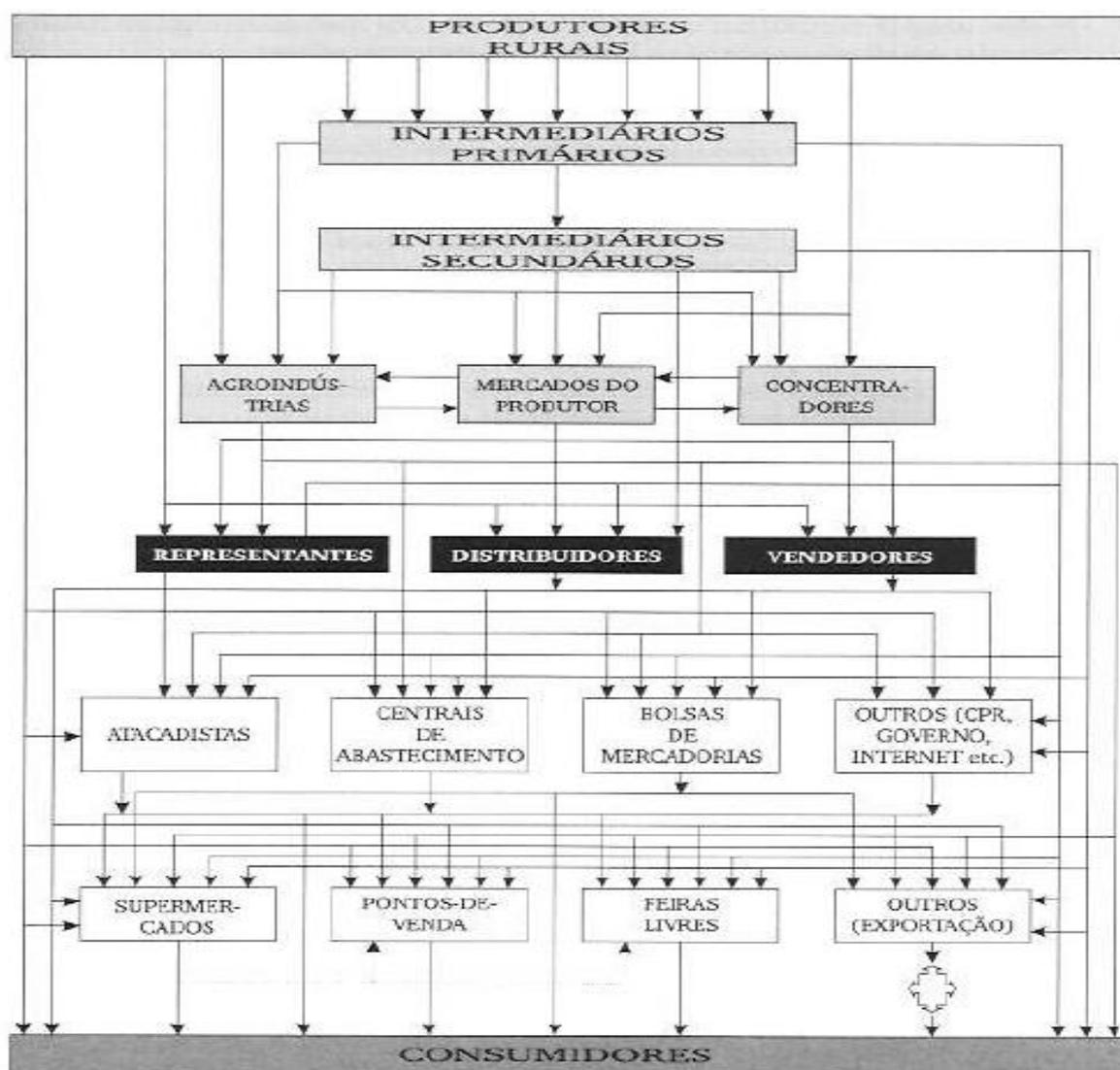


Figura 2: Canais de comercialização em agronegócios.  
Fonte: Araújo, 2013.

Da forma como é apresentado o fluxograma dos canais de comercialização, há uma impressão de que os produtores se encontram no topo do processo comercial. Na verdade, a

decisão final cabe aos consumidores. No segmento importador que interfere diretamente em toda a comercialização interna, cujos produtos importados percorrem caminhos bastante similares aos produtos nacionais a partir do nível 3, onde encontra-se algumas agroindústrias e concentradores.

## **Conceitos de mercado**

O conceito de mercado aqui é visto em sua forma ampla e sua definição, como: "toda a instituição social na quais bens e serviços, assim como os fatores produtivos, são trocados livremente" (TROSTER e MOCHÓN, 1994).

Ainda, no conceito de mercado, Sandroni (2006, p. 528), em seu Dicionário de Economia do Século XXI diz:

[...] o termo designa um grupo de compradores e vendedores que estão em contato suficientemente próximo para que as trocas entre eles afetem as condições de compra e venda dos demais. Um mercado existe quando compradores que pretendem trocar dinheiro por bens e serviços estão em contato com vendedores desses mesmos bens e serviços. Desse modo, o mercado pode ser entendido como o local, teórico ou não, do encontro regular entre compradores e vendedores de uma determinada economia. Concretamente, ele é formado pelo conjunto de instituições em que são realizadas transações comerciais (feiras, lojas, Bolsas de Valores ou de Mercadorias, etc.). Ele se expressa, entretanto, sobretudo na maneira como se organizam as trocas realizadas em determinado universo por indivíduos, empresas e governos [...].

Alguns autores, por outra visão, abordam o conceito de mercado apenas do ponto de vista do consumidor: “[...] mercado corresponde à demanda por um grupo de produtos substitutos próximos entre si” (KUPFER; HASENCLEVER, 2002, p. 35).

## **Canais de comercialização**

Em uma limitação menor, a comercialização agrícola pode ser vista apenas como uma simples transação do agricultor que consiste na transferência de seu produto para outros agentes que compõem a cadeia produtiva em que ele está colocado. Esta é uma visão tradicionalista da

comercialização agrícola, definida pela transferência de propriedade do produto num único ato após o processo produtivo.

Porém, a comercialização agrícola pode e deve ser entendida de forma bem mais abrangente, como um “processo contínuo e organizado de canalização da produção agrícola ao longo da comercialização, no qual o produto sofre transformação, diferenciação e agregação de valor” (MENDES; PADILHA JUNIOR, 2007, p. 8).

Kotler (1998) canal de comercialização ou de distribuição é, por sua vez, o conjunto de etapas por onde o produto agrícola percorre até chegar ao consumidor final, configurando a organização dos intermediários, cada qual desempenhando uma ou mais funções de comercialização, fazendo assim o arranjo institucional que dá condições e viabilidade as relações de mercado nas cadeias produtivas agroindustriais.

Canais de distribuição, segundo Kotler (1998, p. 466), “são conjuntos de organizações interdependentes envolvidos no processo de tornar-se um produto ou serviço disponível para uso ou consumo”. No quadro 1, abaixo, é apresentada a terminologia geralmente utilizada para definir os agentes que formam um canal de comercialização.

Quadro 1 - Terminologia utilizada nos canais de distribuição

<b>Corretor</b>	Intermediário cuja tarefa é aproximar compradores e vendedores. Não estoca bens, não financia, nem assume risco.
<b>Facilitador</b>	Intermediário que auxilia o processo de distribuição, mas não assume a propriedade dos bens e não negocia o processo de compra ou de venda.
<b>Representante de fabricante</b>	Empresa que representa e vende os bens de vários fabricantes. É contratada pelos fabricantes, mas não faz parte de suas forças de vendas internas.
<b>Comerciante</b>	Intermediário que compra, assume a propriedade e revende mercadorias.
<b>Varejista</b>	Empresa que vende bens ou serviços diretamente ao consumidor final para uso pessoal, não empresarial.

<b>Agente de vendas</b>	Intermediário que procura clientes e negocia em nome de um fabricante, mas não assume a propriedade dos bens.
<b>Força de vendas</b>	Grupo de pessoas contratado diretamente por uma empresa para vender seus produtos e serviços.
<b>Atacadista (distribuidor)</b>	Empresa que vende bens ou serviços comprados para revenda ou uso empresarial.

Fonte: Kotler, 1998

As funções desempenhadas pelos agentes tornam o sistema de comercialização eficiente do ponto de vista econômico. Estas funções, segundo Neves (1999), colaboram para o fluxo de produtos, serviços e informações e, além disso, para a previsão dos riscos envolvidos e para as negociações de pedidos e de financiamentos.

Contudo, essas funções não são todas exercidas somente pelos comerciantes que constituem os canais de comercialização, mas também pelas organizações denominadas agentes, que são os representantes e os facilitadores das atividades de distribuição dos produtos agrícolas, citando: empresas transportadoras, empresas de estocagem, empresas de comunicação, agências financeiras e de seguros, empresas de pesquisa de mercado e de certificação de produtos e processos.

No Quadro 2 apresenta-se essa classificação dos canais de comercialização. Geralmente, os canais de comercialização são caracterizados pelo número de integrantes, constituindo-se dessa forma em canais diretos e indiretos, conforme existam ou não intermediários nas relações que os produtores rurais estabelecem com o mercado.

Quadro 2- Tipos e definições dos canais de comercialização e exemplos correlatos

<b>Tipo de canal de comercialização</b>	<b>Definição</b>	<b>Exemplos</b>
<b>Canal de nível zero</b>	Produtor que vende diretamente ao consumidor final.	Diretamente nas residências (porta a porta); cooperativa de consumidores; lojas próprias de cooperativas ou associações de produtores.
<b>Canal de um nível</b>	Canal que possui um intermediário (varejista) na comercialização dos produtos	Supermercados, lojas de conveniência, fruteiras, açougues.

	agrícolas.	
<b>Canal de dois níveis</b>	Canal que possui dois intermediários (atacadistas e varejistas) na comercialização dos produtos agrícolas.	Centrais de distribuição, atacados, restaurantes, cozinhas industriais.
<b>Canal de três níveis</b>	Canal que possui três intermediários (processadora de alimentos, atacadista e varejista) na comercialização de produtos agrícolas.	<i>Packing house</i> , agroindústrias em geral, cooperativas agropecuárias.
<b>Canal de quatro níveis</b>	Canal que possui quatro intermediários.	<i>Trading</i> de exportação, centrais de abastecimento.

Fonte: Kotler, 1998

A correta escolha dos canais de comercialização advém de uma série de fatores, entre os quais a natureza e as características do produto, a existência ou não de intermediários e o resultado econômico do processo.

### **Principais características das publicações**

Para atender os objetivos deste estudo, inicialmente serão descritas as principais características das publicações sobre a temática em questão; os canais de comercialização e os mercados sugeridos e elencados pelos autores das publicações analisadas.

Dentre os principais estudos, na BDTD e nos periódicos da CAPES com ênfase no mercado e comercialização de café, entre o período de 2008 a 2017, foram selecionadas dezesseis (16) publicações no total.

A seguir serão descritas as principais características das publicações acadêmicas analisadas:

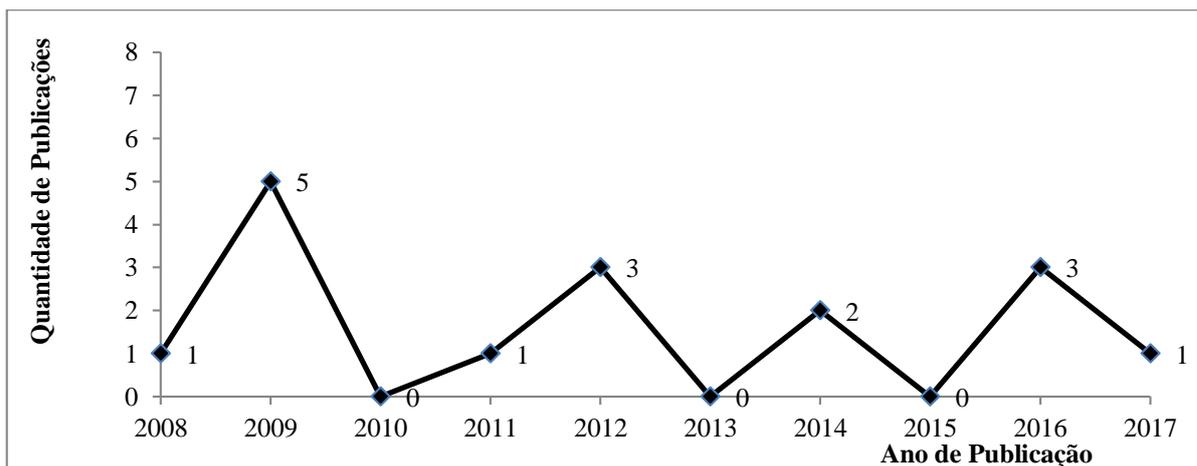


Figura 3 - Número de publicações por ano de acordo com a palavra-chave  
 Fonte: Elaborado pelos autores (2018).

Referente ao número de publicações nota-se que os maiores números de anais foram no ano de 2009 onde houve cinco. Nos anos de 2012 e 2016 foram três publicações e no ano de 2017, mais atual, apenas uma publicação foi referenciada com o assunto pertinente a canais de comercialização de café e mercado, demonstrado na figura 3.

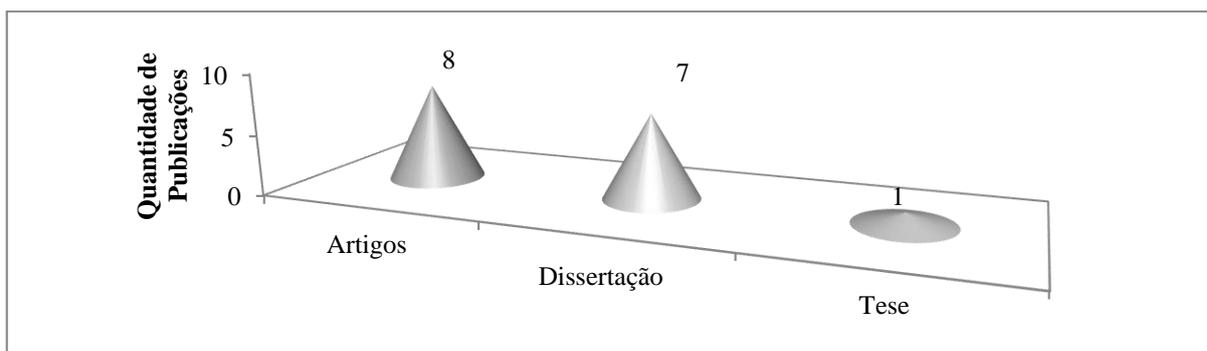


Figura 4 – Tipos de produção científica  
 Fonte: Elaborado pelos autores (2018).

Conforme figura 4, foi apresentado três tipos de produção científica, perfazendo dezesseis publicações. Na totalidade das dezesseis produções científicas pesquisadas, oito foram artigos científicos, sete dissertações e uma tese dentro do assunto de mercado e canais de comercialização de café.

Quadro 3 - IES que mais produziram sobre a temática no período pesquisado

Instituição de Ensino Superior – IES	Quantidade de Produções
Universidade José do Rosário Vellanno – UNIFENAS/MG	2 publicações
Universidade de Brasília – UNB/DF	1 publicação



## Principais canais de comercialização e mercados de café

A seguir serão descritos pelos autores das principais publicações analisadas os principais canais de comercialização e mercados de café.

Quadro 4 – Principais processos de comercialização de café citados na amostra pesquisada.

<b>Autor (es)</b>	<b>Principais canais de comercialização de café</b>
<b>Vegro et al. (2008)</b>	<b>A Cédula de Produto Rural (CPR), constituem uma maneira alternativa de angariar recursos para a condução da atividade produtiva. Essa modalidade de comercialização, incrementada por outros tipos de papéis em fase de aprimoramento, poderá garantir maior liquidez e segurança às transações, em que pesem aspectos como reputação na seleção do canal preferencial para comercialização.</b>
<b>Singulano (2016)</b>	<b>No seu trabalho intitulado em “Um mercado controlado por intermediários” explica que praticamente todo o café produzido nas Matas de Minas é direcionado para os exportadores que o rebeneficiam e encaminham o café do tipo consumo interno para as indústrias de torrefação e os de qualidade superior para o mercado externo. Infere ainda que há uma distância entre os produtores e os exportadores, mantida por uma cadeia de intermediários, sendo o principal agente o corretor.</b>
<b>Vegro et al. (2008)</b>	<b>Os resultados da pesquisa feita sobre estratégias comerciais demonstraram que o canal de comercialização mais adotado foi à corretagem/exportação. As cooperativas ficaram em segundo lugar, seguidas pelas indústrias e títulos financeiros.</b>
<b>Rego e Paula (2012)</b>	<b>O mercado futuro é utilizado como mecanismo de comercialização de café, mas a sua finalidade não é somente a comercialização. Pois, como a produção de café é um investimento em longo prazo, primeiro é necessário custear as despesas relacionadas à produção e se projetar um lucro no momento da venda. No entanto, devido à volatilidade dos mercados é impossível prever o preço que será praticado no momento da venda. Para se proteger desse risco é que os mercados futuros são utilizados.</b>

<p><b>Ponciano et al. (2009)</b></p>	<p>As cooperativas desempenham papel fundamental no beneficiamento e na comercialização de café. Tem sido crescente a organização de produtores em associações e cooperativas para produção de café de qualidade diferenciada e até mesmo com a certificação de produção agregando valor ao produto.</p>
<p><b>Mergulhão (2017)</b></p>	<p>Na safra 2015/2016 de café do Brasil, 70% foi para a exportação (96% café verde e 4% café solúvel), e 30% mercado interno (94% café torrado e 6% café solúvel).</p>
<p><b>Alves (2011)</b></p>	<p>Existem várias formas de se negociar um produto ou produção, no entanto, para a venda do café, apenas três são realmente importantes, são elas: 1- Venda FOB (<i>free on board</i>, significa livre a bordo) é aquela, onde o vendedor entrega o produto na porta do armazém, deixando toda responsabilidade de segurança e transporte do produto por conta do comprador. 2- Venda CIF (<i>cost insurance and freight</i>) - é quando o vendedor se responsabiliza pela entrega do produto no armazém do comprador, assumindo todos os riscos e despesas como seguro e frete de operação. 3- Venda <i>Ex works</i> - significa que o vendedor cumpre suas obrigações de entrega quando colocada a mercadoria nas dependências do comprador ou seja, a bordo do meio de transporte.</p>
<p><b>Aguiar et al. (2012)</b></p>	<p>A melhoria na gestão e a abertura de novos canais de comercialização foram os principais motivadores para adesão ao Programa Certifica Minas Café. Constata-se que as certificações favorecem a comercialização do café, além de agregar valor.</p>
<p><b>Barabach (2009)</b></p>	<p>Além da negociação à vista cresce também o interesse por outros tipos de mercados. São eles, Mercado físico à vista ou disponível - trata-se da troca de produto físico por dinheiro, comumente chamado em bolsa de mercadoria como mercado spot. Mercado a termo - as partes acertam previamente a cotação, quantidade, qualidade e uma data para liquidação do contrato. Mercado Futuro - a evolução dos contratos a termo resultou na construção dos mercados futuros. O contrato futuro é uma obrigação de compra ou venda de uma posição contrária à assumida inicialmente a um preço ajustado em pregão. Mercado de opções: outro instrumento que vem ganhando espaço é o contrato de opção sobre futuros, onde se paga um prêmio para se ter o direito, por um determinado período de tempo, de comprar ou vender um produto ao preço previamente acertado.</p>

Fonte: Elaborado pelos autores (2018).

Além destes canais de comercialização de café elencados pelos autores, existe um mecanismo de comercialização de café conhecido como “troca”. O produtor de café necessitando de comprar os insumos para a produção recorre a uma empresa fornecedora e negociam os valores da transação, transforma-os em quantidades de café a ser pago em data futura, praticamente após o período de colheita.

Este tipo de negociação é feito com o suporte de um contrato futuro, podendo o pagamento ser em dinheiro ou com a entrega física do café, sendo uma excelente estratégia para minimizar riscos e controlar os custos de produção.

## **CONCLUSÃO**

Recapitulando, este trabalho objetivou investigar os estudos recentes e relevantes sobre os canais de comercialização de café e seus conceitos. Fez-se relevante como pesquisa profissional futura e conhecimento para a área do agronegócio.

O trabalho conduzido foi de grande relevância para o conhecimento acadêmico e profissional, pois foi visto que a produção e a comercialização de café estão entre as mais tradicionais atividades econômicas no Brasil, com o país em posição de destaque no mercado internacional de café há muito tempo.

Acredita-se que a adoção de um canal pode ser influenciada por fatores relacionados a especificidades do produtor de café, onde o mesmo encaixa em sua realidade e melhor estratégia. A metodologia por meio de referencial bibliográfico para a construção deste estudo foi utilizada às técnicas de bibliometria que possibilitaram o mapeamento de pesquisa, explorando o acervo da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações – BDTD e do periódico da CAPES.

Conclui-se que a comercialização é a etapa do processo produtivo onde se tem a maior preocupação e ansiedades entre os produtores, individualmente dos cafeicultores, tendo em vista os complexos mecanismos que fomentam as cotações nas principais praças de comercialização nacional e internacional. Assim, consideram-se os principais canais de escoamento do café, as cooperativas, os exportadores/corretores, as indústrias e o uso de títulos financeiros são modalidades usuais na distribuição deste produto.

Desde o início do século XX, o café e seu cultivo são e destacam-se no cenário nacional como principal atividade econômica do país. Sendo capaz de impulsionar e gerar riqueza suficiente na indústria nacional, a evolução da cultura cafeeira tem histórico de sua importância conforme evoluía o interesse de compradores, por meio da qualidade, e interesse dos compradores internacionais.

É evidenciado que a comercialização de café no Brasil está entre os itens que mais contribuem para a receita do país. No mundo é consumido em larga escala, é inserido em diversas culturas e um leque infindável de tipos e confecção de bebidas, por isso, o interesse cada vez maior de investimentos nos canais de comércio internacional e exportação deste produto nacional.

Tal importância e a demanda contemporânea do café acarretam a necessidade de se conhecer os métodos de operação utilizados por produtores e exportadores na sua comercialização, o trabalho veio ao encontro de tentar explicar estes canais e sua importância para o produtor/comércio/indústria.

## REFERÊNCIAS

ALVES, M. R. P. A. Logística agroindustrial. In: BATALHA, M. O. (coord.) **Gestão agroindustrial**. GEPAL: Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais. São Paulo: Atlas, 1997. 573 p.

ARAÚJO, Massilon Jose. **Fundamentos de Agronegócios**. 4. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2013. 82,83 p. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/doc/39500879/Fundamentos-de-Agronegócios>>. Acesso em: 04 out. 2018

BARABACH, Gil Carlos. **A eficiente diversificação comercial do café arábica: uma abordagem a partir da moderna teoria de carteiras**. 2009. 154 f. Dissertação (Mestrado em Economia do Desenvolvimento) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

FERREIRA, J. B.; SADOYAMA, A. S. P.; CORREIA, A. F. C.; GOMES, P. A. T.P. **Diversidade e gênero no contexto organizacional: um estudo bibliométrico**. Revista Pensamento Contemporâneo, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 45-66, jul./set. 2015.

FERREIRA FILHO, J. B. de S. **As origens da crise e o futuro da cafeicultura brasileira e mundial: de onde viemos, para onde vamos?** Preços agrícolas, Piracicaba, n.77, p. 4-9, mar.

1993.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

KOTLER, Philip. **Administração de marketing: análise, planejamento e implementação e controle**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

KUPFER, David; HASENCLEVER, Lia (Org.). **Economia Industrial: fundamentos teóricos e práticos no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

MENDES, Judas Tadeu Grassi; PADILHA JUNIOR, João Batista. **Agronegócio: uma abordagem econômica**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

NEVES, M. F. **Um modelo para planejamento de canais de distribuição no setor de alimentos**. 1999. 297 f. Tese (Doutorado em Administração) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

PONCIANO, N. J.; SOUZA, P. M. de; NEY, M. G.. **Ajustamentos na cadeia agroindustrial do café brasileiro após a desregulamentação**. Revista IDEAS, v. 3, n. 2, p. 256-287, jul./dez. 2009.

RESENDE, A. M.; GOMES, M. F. M.; PONCIANO, N. J.; REZENDE, A. M. **A inserção do Brasil no mercado internacional de café: a "descomoditização" do mercado**. In: LIRIO, V. S.; GOMES, M. F. M. **Investimento privado, público e mercado de commodities**. Viçosa: UFV/DER, 2000. 316 p.

REZENDE, A. M.; ROSADO, P. L. **Avaliação das tecnologias de informação de preço, previsão de safra e mercado de café no contexto da desregulamentação: sugestões de ajustes e reformulações**. Viçosa: UFV/DER, 2002. 137 p.

SANDRONI, Paulo (Org.). **Dicionário de Economia do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SOLARTE MONTOYA, Mayra Roxana. **Estratégias da produção e comercialização do café orgânico no departamento do Cauca na Colômbia**. 2014. 148 f., il. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

TROSTER, R. L.; MOCHÓN, F. **Introdução à economia**. São Paulo: Makron Books, 1994. 391 p.

# ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA: um estudo de caso em uma empresa do Alto Paranaíba

LARYSSA PIRES NOVAES<sup>5</sup>  
KAMILLA MARTINS DE MOURA MOTA<sup>6</sup>

## RESUMO

**Introdução:** Dividida em análise vertical, análise horizontal e análise de índices econômico-financeiros, as demonstrações contábeis fornecem uma visão mais detalhada da situação econômico-financeira da instituição. As informações evidenciadas na análise fornecem para os interessados a situação patrimonial e financeira que a entidade se encontra e fornecem informações importantes para que o gestor tome decisões que influenciem em melhores resultados para o futuro da instituição. **Objetivo:** O Objetivo geral deste trabalho foi evidenciar a situação econômico-financeira da empresa estudada, a fim de relatar suas condições de liquidez, rentabilidade e solvência. **Material e métodos:** Se trata de uma pesquisa descritiva, quantitativa, de um estudo de caso da análise das demonstrações contábeis. Os dados obtidos nos documentos internos da instituição foram apresentados em quadros e tabelas para uma melhor compreensão das informações coletadas. **Resultados:** Encontrou-se pela análise dos indicadores econômico-financeiros, como também da análise horizontal e vertical, que a empresa possui bons índices de liquidez, suficiente para saldar seus passivos de curto prazo por outro lado, os pontos negativos encontrados foram uma participação de capital de terceiros mais alto do que o recomendado, índices de endividamento preocupantes, e também os índices de rentabilidade negativos. **Conclusão:** Por meio dos resultados obtidos, foi possível avaliar que apesar da organização demonstrar bons índices de liquidez, a situação da empresa é insatisfatória, pelo motivo de seu rendimento não ser suficiente para quitar todas as suas despesas, ocasionando prejuízo para a organização.

**Palavras-chave:** Análise financeira. Demonstração contábil. Indicadores.

## ECONOMIC-FINANCIAL ANALYSIS: A CASE STUDY IN A COMPANY FROM ALTO PARANAÍBA

## ABSTRACT

**Introduction:** Divided into vertical analysis, horizontal analysis and economic and financial index analysis, the financial statements provide a more detailed view of the institution's economic and financial situation. The information evidenced in the analysis provides stakeholders with the entity's financial and equity position and provides important information

---

<sup>5</sup> Graduada em Ciências Contábeis pelo UNICERP, Patrocínio/MG, Brasil.

<sup>6</sup> Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Uberlândia, pós-graduada pela UNA de Belo Horizonte e professora no UNICERP, Patrocínio/MG, Brasil. E-mail:

[kamilamota@unicerp.edu.br](mailto:kamilamota@unicerp.edu.br)

for the manager to make decisions that influence better outcomes for the institution's future. **Objective:** The general objective of this paper was to highlight the economic and financial situation of the studied company, in order to report its liquidity, profitability and solvency conditions. **Material and methods:** This is a descriptive, quantitative research, a case study of financial statement analysis. The data obtained from the institution's internal documents will be presented in tables and tables for a better understanding of the collected information. **Results:** It was found by the analysis of economic and financial indicators, as well as the horizontal and vertical analysis, that the company has good liquidity ratios, sufficient to pay off its short-term liabilities on the other hand, the negative points found were a share of higher than recommended third-party capital, worrying debt ratios, and also negative return ratios. **Conclusion:** From the results obtained, it was possible to evaluate that despite the organization demonstrating good liquidity indexes, the company situation is unsatisfactory, because its income is not enough to pay all its expenses, causing damage to the organization.

**Keywords:** Financial analysis. Financial statement. Indicators.

## INTRODUÇÃO

Para se destacar dos concorrentes, é necessário que a empresa saiba analisar sua situação patrimonial, de forma que o gestor terá informações valiosas para sua tomada de decisão. Para garantir uma interpretação mais minuciosa e adequada, os contabilistas utilizam várias técnicas contábeis, que são de extrema importância para a Contabilidade de qualquer empresa, fornecendo os dados que representam a situação econômico-financeira que a entidade se encontra.

Entre essas técnicas existe a análise das demonstrações contábeis que para Ferrari (2014, p. 65) pode ser caracterizado como “obtenção, comparação e interpretação de indicadores que se apresenta sob forma de coeficientes, números índices ou quocientes calculados a partir de itens extraídos das demonstrações contábeis”. Sendo assim, Ferrari (2014) também conclui que essa análise se faz necessária para entender a situação econômica da organização e o seu desempenho financeiro.

Para se fazer a análise das demonstrações contábeis são necessários o Balanço Patrimonial, que Matarazzo (2010) cita que se divide em três grupos denominados Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, onde suas classificações correspondem, respectivamente, aos bens e direitos da instituição, assim como suas obrigações e ainda seu capital investido. E a Demonstração de Resultado, onde Gitman (2010, p. 102) diz que “fornece um resumo financeiro dos resultados operacionais da entidade durante um período específico de tempo, sendo mais comum o período que vai até 31 de dezembro de cada ano”.

Com o resultado dos referidos relatórios é utilizado métodos de análise de balanço, entre eles estão a análise horizontal, vertical, e dos indicadores econômicos. Tais análises visam comparar os resultados encontrados para ser feito um estudo mais detalhado da situação econômico-financeira da instituição.

Os indicadores econômicos conforme Matarazzo (2010, p. 147) “é uma relação entre contas ou grupo de contas das Demonstrações Financeiras, que visa evidenciar determinado aspecto da situação econômica ou financeira de uma empresa”. Esses indicadores se subdividem nos índices de liquidez, rotatividade e rentabilidade.

A Análise horizontal calcula o percentual de variação entre dois períodos, mostrando se houve um aumento ou queda no componente estudado. Conforme Silva (2008, p. 210), “O propósito da análise horizontal é permitir o exame da evolução histórica de cada uma das contas que compõem as demonstrações contábeis”.

A análise vertical demonstra o percentual do item em relação ao total do grupo que está inserido, mostrando seu nível de relevância em comparação aos outros itens do mesmo grupo. Conforme Silva (2008, p. 204) “O primeiro propósito da análise vertical é mostrar a participação relativa de cada item de uma demonstração contábil em relação a determinado referencial”.

Este estudo teve como problema: qual é condição econômico-financeira de uma empresa do ramo cafeeiro situada no Alto Paranaíba?

Através da análise das demonstrações contábeis é obtido um diagnóstico sobre a situação financeira da empresa, com uma diversidade de possibilidades da utilidade das informações adquiridas, entre elas, balancear os custos com o rendimento para não ter prejuízo, analisar quais são os melhores investimentos e controlar as dívidas.

O trabalho teve como objetivo geral evidenciar a situação econômico-financeira da empresa estudada, a fim de relatar suas condições de liquidez, rentabilidade e solvência, tendo como objetivos específicos realizar uma revisão bibliográfica conceituando os principais tópicos das demonstrações contábeis e das análises; Calcular as análises horizontal e vertical, bem como os índices econômico-financeiros da empresa utilizando o balanço patrimonial e a demonstração de resultado; e a demonstração de resultado e analisar os dados encontrados.

Sendo assim essa pesquisa justificou-se pela importância da técnica contábil da qual através dos dados fornecidos pela contabilidade, geram informações sobre o estado econômico da organização e por consequência cria uma base sólida de informações para o gestor ser capaz

de tomar decisões adequadas. Ressaltando que os usuários dessas informações, além dos administradores, também podem ser fornecedores, bancos e acionistas.

## **MATERIAL E MÉTODOS**

### **Tipos de pesquisa**

Para Gil (2008, p. 26) “pode-se definir pesquisa como o processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos.”

Esta pesquisa se caracteriza como exploratória, uma vez que busca esclarecer características de determinados fatos, ou seja, dos balanços patrimoniais e demonstrativos financeiros da empresa em estudo.

Quanto aos objetivos foi realizado uma pesquisa descritiva. Conforme explicação de Gil (2008, p. 28) “as pesquisas deste tipo têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis.”

Referente aos procedimentos da pesquisa foi feito um estudo de caso utilizando o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultado como fonte de dados da organização. Segundo Gil (2008, p. 53), “o estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado.”

Foi utilizado no estudo a pesquisa quantitativa, uma vez que os dados usados passaram por uma análise através de uma técnica contábil e cálculos aritméticos. Sendo assim, vai de encontro ao pensamento de Malhotra (2001), pois ele diz que a pesquisa quantitativa aplica técnicas estatísticas em dados anteriormente quantificados.

### **Local do Estudo**

O estudo de análise econômica-financeira foi realizado em uma empresa situada na região do Alto Paranaíba, Minas Gerais.

### **População e amostra**

Foi empregado a técnica de amostragem não probabilística, que de acordo com Levine (2008, p. 218) defende a ideia de que “em uma amostra não probabilística você seleciona os itens ou indivíduos sem conhecer suas respectivas probabilidades de seleção.”

Foram coletados os demonstrativos contábeis referentes aos anos de 2017 e 2018 para realização da pesquisa. Os dados coletados nos demonstrativos contábeis foram tratados e analisados.

### **Técnicas de coleta e obtenção dos dados**

A obtenção dos dados foi através das demonstrações contábeis pertencentes a empresa objeto de estudo de caso e da utilização das fórmulas dos indicadores para a obtenção dos dados.

### **Técnicas de análise e tratamento dos dados**

Os dados obtidos foram apresentados em tabelas e planilhas para uma melhor compreensão das informações coletadas.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

### **Demonstrações financeiras**

De acordo com Silva e Souza (2011, p. 69) “as demonstrações financeiras também são chamadas de relatórios contábilísticos e são a fonte de informações para análise, servindo de base, inclusive para avaliar possíveis investimentos”. Dando sequência a este pensamento, eles também dizem que as “demonstrações financeiras são os instrumentos utilizados pela contabilidade para expor a situação econômico-financeira da empresa e prover aos diversos usuários internos e/ou externos as informações que servem de base para a tomada de decisões”.

Desta forma, através das Demonstrações Contábeis é possível obter a uma infinidade de interpretações a partir de sua análise, que é refinada conforme o usuário e o objetivo selecionado. As demonstrações financeiras podem ser divididas em Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultado.

Para Marion (2004 p. 52) “o Balanço Patrimonial é o mais importante relatório gerado pela contabilidade. Através dele pode-se identificar a saúde financeira e econômica da empresa no fim do ano ou em qualquer data prefixada”. Matarazzo (2010) cita que o Balanço Patrimonial se divide em três grupos denominados Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido. Suas classificações correspondem, respectivamente, aos bens e direitos da instituição, assim como suas obrigações e ainda seu capital investido.

Já a Demonstração de Resultado do Exercício (DRE), de acordo com Gitman (2010, p. 102) “fornece um resumo financeiro dos resultados operacionais da entidade durante um período específico de tempo, sendo mais comum o período que vai até 31 de dezembro de cada ano”. Complementando este pensamento, Iudícibus (1998 p. 50) diz que a Demonstração de Resultado “é apresentada de forma dedutiva verticalmente, ou seja, das receitas subtraem-se as despesas e, em seguida indica-se o resultado que pode ser lucro ou prejuízo”

### **Análise das demonstrações**

Schier (2007, p. 57) aponta que a “análise das demonstrações financeiras extrai o máximo possível de informações, através da interpretação dos dados disponibilizados pelas demonstrações contábilísticas e financeiras, tratadas em conformidade com os princípios da contabilidade”. Neste sentido Iudícibus (1998, p. 20) acrescenta que a análise das demonstrações financeiras “é a arte de saber extrair relações úteis, para o objetivo econômico

que tivermos em mente, dos relatórios contábeis tradicionais e de suas extensões e detalhamento, se for o caso”.

Silva (2007, p. 68), escreve que “um dos principais objetivos da análise financeira é o fornecimento de subsídio para a tomada racional de decisão de concessão de crédito e de investimento, a partir de informações de boa qualidade”. Marion (2012, p. 24) ainda acrescenta que “as informações extraídas das demonstrações contábeis, especialmente as necessárias à formação da análise financeira da empresa, são de suma importância para a tomada de decisão diária”

Portanto, há uma necessidade de utilizar técnicas para compreender a posição financeira da instituição de maneira que sejam feitas previsões para o futuro da empresa. Segundo Vieira e Santos (2005, p. 51) “a análise financeira através da utilização de índices financeiros compreende uma técnica que possibilita uma visão global da real situação financeira da empresa”

Entretanto sua importância também se estende aos usuários desses dados, de forma que para Ribeiro (1998) os administradores são os maiores interessados em entender a condição monetária da instituição que atua. Neste sentido Silva (2001, p. 47) complementa “da mesma forma que instituições financeiras ao emprestar dinheiro aos seus clientes precisam das informações para decidir com segurança, também os fornecedores precisam avaliar o risco de crédito de seus clientes”.

Logo, para se fazer a análise das demonstrações contábeis são utilizadas técnicas para desenvolver o estudo das informações coletadas através dos relatórios gerados pela empresa. Essas técnicas contábeis possuem uma grande importância para o entendimento da situação econômico-financeira da empresa, e são conhecidas como análise vertical, análise horizontal e análise dos indicadores contábeis.

### **Análise horizontal e vertical**

Segundo Begalli e Perez Jr (2009, p. 247) “a análise horizontal enfatiza as modificações ou evoluções em cada conta das demonstrações financeiras em relação a uma demonstração básica, geralmente a mais antiga da série, a fim de caracterizar tendências.” Iudícibus, (1995, p. 74) acrescenta, ainda, que “uma vez que os balanços e demonstrações de resultados estejam

expressos em moeda de poder aquisitivo da mesma data, a análise horizontal assume certa significância e pode acusar imediatamente áreas de maior interesse para investigação".

Por outro lado, também é necessário salientar a necessidade da análise vertical como explica Matarazzo (2003, p. 249), pois “mostra a importância de cada conta em relação à demonstração financeira a que pertence e, através da comparação com padrões dos ramos ou com percentuais da própria empresa em anos anteriores, permitir inferir se há itens fora das proporções normais.”

### Índices de liquidez

Segundo Sá (2008, p. 108), o quociente de liquidez “indica quantas unidades monetárias ou frações destas existe para liquidar cada unidade de dívida”. Marion (2012 p. 75) aponta que os índices de liquidez “são utilizados para avaliar a capacidade de pagamento da empresa, isto é, constituem uma apreciação sobre se a empresa tem capacidade para saldar seus compromissos.”

Quociente de liquidez apresenta a base da situação financeira da empresa. É composto pelos seguintes índices: índice de liquidez geral, índice de liquidez imediata, índice de liquidez corrente e índice de liquidez seca.

Quadro 1: Índices de Liquidez

Índices	Fórmula	Conceito
Liquidez Corrente	$\frac{AC}{PC}$	Índice que mede a capacidade de financiamento em relação ao ativo de curto prazo.
Liquidez Seca	$\frac{(AC - ET)}{PC}$	Seu objetivo é indicar a capacidade de pagamento do passivo circulante da empresa mediante suas disponibilidades.
Liquidez Imediata	$\frac{D}{PC}$	É a capacidade de liquidar as dívidas de forma imediata usando apenas os seus recursos da conta de disponibilidades.
Liquidez Geral	$\frac{(AC + RLP)}{(PC + PNC)}$	Demonstra todos os seus recursos que podem ser transformados em dinheiro em relação a suas dívidas de curto e longo prazo.

Fonte: Marion (2012)

### Índices de endividamento

Conforme Iudicibus (2009), o índice de endividamento demonstra o grau de endividamento da instituição em relação ao seu capital próprio, desta forma quanto menor for o resultado do índice, melhor será para a empresa. Segundo Assaf Neto (2008, p. 122) o índice “fornece elementos para avaliar o grau de comprometimento financeiro de uma empresa perante seus credores (principalmente instituições financeiras) e sua capacidade de cumprir os compromissos financeiros assumidos a longo prazo”.

Desta forma nota-se que para uma empresa apresentar bons resultados, seu índice de endividamento deve estar baixo, significando que suas dívidas consomem apenas uma pequena parte do capital da instituição. Complementando, Perez Júnior e Begalli (2009, p. 122) afirmam que “o índice de endividamento indica a proporção das dívidas de curto prazo em relação ao capital próprio investido. Quanto menor, melhor”.

Quadro 2: Índices de Endividamento

<b>Índices</b>	<b>Fórmula</b>	<b>Conceito</b>
Participação de Capitais de Terceiros	$\frac{PC + PNC}{PL}$	Representa a porcentagem do Ativo que é dependente do capital de terceiros.
Participação Capital Próprio sobre endividamento total	$\frac{PC}{PC + PNC}$	Demonstra se a empresa tem a maior parte de suas dívidas a curto ou a longo prazo.
Imobilização do Patrimônio Líquido	$\frac{ANC - RLP}{PL}$	Indica a quantidade de recursos do patrimônio líquido que está injetado no Ativo Permanente.
Imobilização dos Recursos	$\frac{ANC - RLP}{PL + ELP}$	Representa o volume de investimento no ativo permanente da organização utilizando seus recursos de curto prazo.

Fonte: Blatt (2001); Marion, (2007); Assaf Neto (2009)

## **Índices de rentabilidade**

Já os índices de rentabilidade são uma avaliação econômica do desempenho da empresa, demonstrando o que os investimentos realizados pela empresa. Segundo Matarazzo (2003), os índices de rentabilidade mostram qual a rentabilidade dos capitais investidos.

Como faz notar Ribeiro (1998, p. 146) acredita que “os quocientes de rentabilidade servem para medir a capacidade econômica da empresa, evidenciando o grau de êxito

econômico obtido com o capital investido da empresa. A partir deste conceito Begalli e Perez Jr (2009, p. 262) acrescentam que “esse grupo de índices permite analisar as taxas de retornos obtidas pela empresa sob diversos aspectos. De modo geral, quanto maior, melhor.”

Quadro 3: Índices de Rentabilidade.

Índices	Fórmula	Conceito
Giro do Ativo	$\frac{VL}{AT}$	Relaciona o investimento na organização e o total de vendas efetuadas do período, expressando o grau de aproveitamento com que são utilizados os recursos da empresa.
Margem Líquida	$\frac{LL}{VL}$	Demonstração da quantidade da receita que se tornou lucro.
Rentabilidade do Ativo	$\frac{LL}{AT}$	Representa quão rentável é os recursos da instituição que estão alocados no ativo.
Rentabilidade do Patrimônio Líquido	$\frac{LL}{PL}$	Indica a relação entre o capital investido e o grau de rentabilidade da empresa.

Fonte: Silva (2010); Begalli e Perez Jr (2009).

## Resultado da pesquisa

### Análise vertical e horizontal

A Tabela 01 e 02 representam as análises vertical e horizontal do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado, que possuem como base os dados da empresa analisada, referente aos anos de 2017 e 2018.

Tabela 4: Análise Horizontal e Vertical do Balanço Patrimonial

BALANÇO PATRIMONIAL	Saldo 2017 (R\$)	AV	Saldo 2018 (R\$)	AV	AH
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>12.080.305,83</b>	<b>94,00%</b>	<b>11.147.313,29</b>	<b>75,93%</b>	<b>-7,72%</b>
<b>Disponível</b>	<b>2.062.052,45</b>	<b>16,05%</b>	<b>1.448.143,56</b>	<b>9,86%</b>	<b>-29,77%</b>
Caixa	4.159,21	0,03%	4.248,33	0,03%	2,14%
Banco Conta Movimento	-	0,00%	46,03	0,00%	-
Aplicações Financeiras	2.057.893,24	16,01%	1.443.849,20	9,83%	-29,84%
<b>Clientes</b>	<b>8.655.630,81</b>	<b>67,35%</b>	<b>8.518.948,82</b>	<b>58,02%</b>	<b>-1,58%</b>
Clientes - Mercado Externo	8.653.173,60	67,34%	8.507.582,92	57,95%	-1,68%
Clientes - Mercado Interno	2.457,21	0,02%	11.365,90	0,08%	362,55%
<b>Estoque</b>	<b>750.735,22</b>	<b>5,84%</b>	<b>528.618,71</b>	<b>3,60%</b>	<b>-29,59%</b>
Estoques	750.735,22	5,84%	528.618,71	3,60%	-29,59%

<b>Impostos e Contribuições a Compensar/Recuperar</b>	<b>252.961,28</b>	<b>1,97%</b>	<b>335.978,17</b>	<b>2,29%</b>	<b>32,82%</b>
Impostos e Contribuições a Compensar/Recuperar	252.961,28	1,97%	335.978,17	2,29%	32,82%
<b>Outros Créditos</b>	<b>358.926,07</b>	<b>2,79%</b>	<b>315.624,03</b>	<b>2,15%</b>	<b>-12,06%</b>
Outros Créditos	358.926,07	2,79%	315.624,03	2,15%	-12,06%
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>401.270,84</b>	<b>3,21%</b>	<b>1.783.328,09</b>	<b>13,79%</b>	<b>344,42%</b>
<b>Realizável a longo prazo</b>	<b>12.517,48</b>	<b>0,10%</b>	<b>1.036.992,23</b>	<b>7,06%</b>	<b>8184,35%</b>

Continua

Continuação

<b>BALANÇO PATRIMONIAL</b>	<b>Saldo 2017 (R\$)</b>	<b>AV</b>	<b>Saldo 2018 (R\$)</b>	<b>AV</b>	<b>AH</b>
Imp. e Contribuições a Recuperar;	12.517,48	0,10%	8.712,23	0,06%	-30,40%
Despesas antecipadas (Imóveis Sob Concessão)	-	0,00%	1.028.280,00	7,00%	-
<b>Imobilizado</b>	<b>356.753,36</b>	<b>2,78%</b>	<b>714.335,86</b>	<b>4,87%</b>	<b>100,23%</b>
Imobilizado	375.277,33	2,92%	776.409,81	5,29%	106,89%
Depreciação Acumulada	-18.523,97	-0,14%	-62.073,95	-0,42%	235,10%
<b>Intangível</b>	<b>32.000,00</b>	<b>0,25%</b>	<b>32.000,00</b>	<b>0,22%</b>	<b>0,00%</b>
Software	32.000,00	0,25%	32.000,00	0,22%	0,00%
<b>Total do Ativo</b>	<b>12.481.576,67</b>	<b>100,00%</b>	<b>12.930.641,38</b>	<b>100,00%</b>	<b>3,60%</b>
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>6.430.818,91</b>	<b>51,52%</b>	<b>5.917.549,05</b>	<b>45,76%</b>	<b>-7,98%</b>
<b>Obrigações de Curto Prazo</b>	<b>190.224,23</b>	<b>1,52%</b>	<b>1.141.595,04</b>	<b>8,83%</b>	<b>500,13%</b>
Fornecedores	190.224,23	1,52%	1.141.595,04	8,83%	500,13%
<b>Obrigações Trabalhistas</b>	<b>130.723,00</b>	<b>1,05%</b>	<b>136.437,78</b>	<b>1,06%</b>	<b>4,37%</b>
Folha de pagamento	22.985,14	0,18%	34.844,51	0,27%	51,60%
Encargos Sociais a pagar	107.737,86	0,86%	101.593,27	0,79%	-5,70%
<b>Obrigações Tributárias</b>	<b>43.557,25</b>	<b>0,35%</b>	<b>34.734,88</b>	<b>0,27%</b>	<b>-20,25%</b>
Outras Obrigações Tributárias	43.557,25	0,35%	34.734,88	0,27%	-20,25%
<b>Demais contas a pagar</b>	<b>6.950,24</b>	<b>0,06%</b>	<b>28.858,72</b>	<b>0,22%</b>	<b>315,22%</b>
Contas a pagar	6.950,24	0,06%	28.858,72	0,22%	315,22%
<b>Saldos Bancários Conta Garantida</b>	<b>766.564,19</b>	<b>6,14%</b>	<b>919.862,07</b>	<b>7,11%</b>	<b>20,00%</b>
Saldos Bancários Conta Garantida	766.564,19	6,14%	919.862,07	7,11%	20,00%
<b>Contratos de Cambio a Liquidar</b>	<b>5.292.800,00</b>	<b>42,40%</b>	<b>2.202.472,32</b>	<b>17,03%</b>	<b>-58,39%</b>
Contratos de Cambio a Liquidar	5.292.800,00	42,40%	2.202.472,32	17,03%	-58,39%
<b>Empréstimos e Financiamentos</b>	<b>-</b>	<b>0,00%</b>	<b>1.453.588,24</b>	<b>11,24%</b>	<b>-</b>
Empréstimos e Financiamentos	-	0,00%	1.453.588,24	11,24%	-
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>394.867,32</b>	<b>3,16%</b>	<b>556.725,29</b>	<b>4,31%</b>	<b>40,99%</b>
<b>Empréstimos e Financiamentos</b>	<b>-</b>	<b>0,00%</b>	<b>206.325,94</b>	<b>1,60%</b>	<b>-</b>
Empréstimos e Financiamentos	-	0,00%	206.325,94	1,60%	-
<b>Demais Contas a Pagar Longo Prazo</b>	<b>394.867,32</b>	<b>3,16%</b>	<b>350.399,35</b>	<b>2,71%</b>	<b>-11,26%</b>
Demais Contas a Pagar	394.867,32	3,16%	350.399,35	2,71%	-11,26%
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>5.655.890,44</b>	<b>45,31%</b>	<b>6.456.367,04</b>	<b>49,93%</b>	<b>14,15%</b>
<b>Capital</b>	<b>5.700.000,00</b>	<b>45,67%</b>	<b>6.700.000,00</b>	<b>51,81%</b>	<b>17,54%</b>
Capital Social	5.700.000,00	45,67%	6.700.000,00	51,81%	17,54%
Lucros ou Prejuízos Acumulados	-44.109,56	-0,35%	-243.632,96	-1,88%	452,34%
<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido</b>	<b>12.481.576,67</b>	<b>100,00%</b>	<b>12.930.641,38</b>	<b>100,00%</b>	<b>3,60%</b>

Fonte: Dados da pesquisa

Analisando a Tabela 1, no ano de 2017, o Ativo Circulante representava 96,79% do Ativo, enquanto o Ativo Não Circulante tem participação de apenas 3,21%. No entanto, em 2018, o valor do ativo imobilizado aumentou em 100,23% e a empresa adquiriu a concessão de uso de imóveis, aumentando drasticamente o realizável a longo prazo em 8184,35%. Desta forma o Ativo Não Circulante passou a representar 13,79% do Ativo.

Observando o Passivo da tabela, o Passivo Circulante representava mais de 51% do total do Passivo e Patrimônio Líquido, sendo que 42,40% do valor total estava concentrado na conta de Contratos de Câmbio a liquidar em 2017, demonstrando o impacto das exportações da instituição, que representa a maior parte do faturamento.

Nota-se que em 2018 há uma redução de quase 60% desse valor comparado ao ano anterior. Entretanto, o Passivo Circulante não enfrenta uma queda tão drástica por conta, principalmente, da conta de fornecedores que sofre um aumento de aproximadamente 500%, ainda que seu valor contraposto com o total, seja de apenas 8,83%.

Tabela 5: Análise Horizontal e Vertical da Demonstração de Resultado.

<b>DRE</b>	<b>Saldo 2017 (R\$)</b>	<b>AV</b>	<b>Saldo 2018 (R\$)</b>	<b>AV</b>	<b>AH</b>
<b>Receita Operacional Bruta</b>	<b>17.210.939,46</b>		<b>17.711.586,02</b>		<b>2,91%</b>
Deduções e Abatimentos	12.417,10		8.300,79		-33,15%
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>17.198.522,36</b>	<b>100,00%</b>	<b>17.703.285,23</b>	<b>100,00%</b>	<b>2,93%</b>
Custos	13.861.233,17	80,60%	11.974.486,35	67,64%	-13,61%
<b>Resultado Operacional Bruto</b>	<b>3.337.289,19</b>	<b>19,40%</b>	<b>5.728.798,88</b>	<b>32,36%</b>	<b>71,66%</b>
Despesas Operacionais	225.414,54	1,31%	207.087,99	1,17%	-8,13%
Despesas sobre Vendas	744.745,87	4,33%	967.033,73	5,46%	29,85%
Despesas Administrativas	443.608,51	2,58%	552.245,67	3,12%	24,49%
<b>Resultado Operacional Líquido</b>	<b>1.923.520,27</b>	<b>11,18%</b>	<b>4.002.431,49</b>	<b>22,61%</b>	<b>108,08%</b>
Outras Receitas	215.264,74	1,25%	298.788,80	1,69%	38,80%
Outras Despesas	-3.394.518,05	-19,74%	-4.426.042,46	-25,00%	30,39%
<b>Resultado do Exerc Antes Contrib. Social</b>	<b>-1.255.733,04</b>	<b>-7,30%</b>	<b>-124.822,17</b>	<b>-0,71%</b>	<b>-90,06%</b>
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	90.679,62	0,53%	26.242,57	0,15%	-71,06%
<b>Resultado do Exerc Antes Impost. Renda</b>	<b>-1.346.412,66</b>	<b>-7,83%</b>	<b>-151.064,74</b>	<b>-0,85%</b>	<b>-88,78%</b>
Provisão do Imposto de Renda	233.887,83	1,36%	48.458,66	0,27%	-79,28%
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>-1.580.300,49</b>	<b>-9,19%</b>	<b>-199.523,40</b>	<b>-1,13%</b>	<b>-87,37%</b>

Fonte: Dados da pesquisa

De acordo com a Tabela 2, é possível perceber que a organização conseguiu diminuir seus custos em 13,61% de um ano para o outro, sendo que em 2017 representava aproximadamente 80% do valor da Receita Líquida. O aumento de aproximadamente 3% da Receita Operacional justifica-se pela variação cambial entre os anos.

## Índices de liquidez

A Tabela 3 apresenta os índices de liquidez, utilizando como base os dados da empresa

analisada, referente aos anos de 2017 e 2018.

Tabela 6: Índices de liquidez.

Índices de liquidez	2017	2018
Liquidez Corrente	1,88	1,88
Liquidez Seca	1,76	1,79
Liquidez Imediata	0,32	0,24
Liquidez Geral	1,77	1,88

Fonte: Dados da pesquisa

O índice de liquidez corrente, que manteve o mesmo desempenho durante os dois anos, demonstra que possui recursos mais que suficientes para quitar suas dívidas a curto prazo, com seus bens referentes ao mesmo período. De acordo com Padoveze (2010, p. 217) “um ponto referencial é que este indicador deverá ser sempre superior a 1,00, sendo classificado como ótimo a partir de 1,50”, desta forma o valor encontrado de 1,88 é considerado excelente, pois a empresa possui quase o dobro do valor necessário para quitar suas dívidas a curto prazo.

O índice de liquidez seca é considerado por Iudícibus (2013, p. 96) “uma variante muito adequada para se avaliar conservadoramente a situação da liquidez da empresa. Eliminando-se os estoques do numerador, estamos eliminando uma fonte de incerteza”. Desta forma é fácil notar que os valores encontrados de 1,76 e 1,79, respectivo aos anos de 2017 e 2018, ainda demonstram que a empresa dispõe de uma alta gama de recursos para o pagamento de suas dívidas a curto prazo.

Por outro lado, se for considerado apenas o valor do disponível para o pagamento das dívidas de curto prazo, a instituição não possui o valor necessário. Inclusive o índice cai para 0,24 durante o ano de 2018, revelando que o índice de liquidez imediata está diminuindo de um ano para o outro. A Liquidez Imediata revela o valor que possui de imediato para liquidar suas despesas no curto prazo (BRUNI, 2011).

Conforme Iudícibus (2013), o índice de liquidez geral permite avaliar a quantidade de recursos da empresa para liquidar seus passivos no longo prazo. Portanto, a corporação demonstra um alto valor de liquidez, chegando em 1,88 no ano de 2018, sendo considerado um ótimo resultado.

## Índices de endividamento

A Tabela 4 apresenta os índices de endividamento, utilizando como base os dados da empresa analisada, referente aos anos de 2017 e 2018.

Tabela 7: Índices de endividamento.

<b>Índices de endividamento</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>
Participação de Capitais de Terceiros	1,21	1,00
Participação Capital Próprio sobre endividamento total	0,94	0,91
Imobilização do Patrimônio Líquido	0,07	0,12
Imobilização dos Recursos	0,06	0,11

Fonte: Dados da pesquisa

O índice de Participação de Capitais de Terceiros demonstra a relação entre os recursos próprios e de terceiros, sendo que em 2017 o índice é de 1,21, que não é considerado bom para empresa, pois está bem acima de 0,70. Mas é importante observar que em 2018 o valor diminuiu razoavelmente, significando que a instituição está dependendo cada vez menos de recursos externos.

A Participação do Capital Próprio sobre o endividamento total em 2018 é de 0,91, que é considerado um índice ruim, pois está acima de 0,70. Logo, boa parte das suas dívidas são de curto prazo isso significa que a empresa possui um prazo de pagamento mais curto para a maior parte dos débitos, desta forma existe uma pressão maior para a liquidação dos seus passivos.

Matarazzo (2008, p.158) diz que “quanto mais a empresa investir no Ativo Não Circulante, menos recursos próprios sobrarão para o Ativo Circulante e, em consequência, maior será a dependência a capital de terceiros para o financiamento do Ativo Circulante”. Sendo assim, é uma boa notícia para empresa analisada que seu o índice de Imobilização do Patrimônio Líquido continue baixo, mesmo com o aumento que sofreu de um ano para o outro.

Para Matarazzo (2008, p. 163-164) o índice de Imobilização dos Recursos “são índices que, a partir do confronto dos Ativos Circulantes com as Dívidas, procuram medir quão sólida é a base financeira da empresa”. De acordo com os valores encontrados na tabela, a instituição possui um percentual baixo, desta forma o restante do dinheiro foi para ativos com maior liquidez.

## **Índices de rentabilidade**

A Tabela 5 apresenta os índices de rentabilidade, utilizando como base os dados da empresa analisada, referente aos anos de 2017 e 2018.

Tabela 8: Índices de rentabilidade.

<b>Índices de rentabilidade</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>
Giro do Ativo	1,34	1,21
Margem Líquida	-0,09	-0,01
Rentabilidade do Ativo	-0,12	-0,01
Rentabilidade do Patrimônio Líquido	-0,28	-0,03

Fonte: Dados da pesquisa

Giro do Ativo segundo Assaf Neto (2010, p.211) “Indica o número de vezes que o ativo total da empresa girou (transformou-se em dinheiro) em determinado período em função das vendas realizadas”. Apesar do decréscimo de 1,34 em 2017 para 1,21 em 2018, ainda assim a empresa apresenta uma boa rotatividade do seu ativo.

A tabela demonstra que os índices de Margem Líquida, Rentabilidade do Ativo e a Rentabilidade do Patrimônio Líquido estão negativos, portanto, durante os anos de 2017 e 2018 a empresa teve prejuízo e por isso não teve rentabilidade.

## CONCLUSÃO

Este estudo demonstrou a importância da análise das demonstrações contábeis, pois, ela fornece os dados para compreender a situação patrimonial da instituição e encontrar os seus pontos fortes e fracos. Desta forma, é possível melhorar o entendimento do gestor da saúde financeira do seu negócio, influenciando sua tomada de decisão.

Ao fim da realização deste trabalho, conclui-se que o objetivo inicial foi atingido, pois a situação econômico-financeira da empresa estudada foi analisada e, em seguida, foram demonstradas suas condições de liquidez, rentabilidade e solvência.

Primeiramente, foi feito a conceituação dos principais tópicos das demonstrações contábeis e das análises, demonstrando a importância das demonstrações e também salientando os relatórios mais importantes, como o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultado, que são necessários para fazer a análise.

A partir desses documentos foi possível fazer os cálculos dos índices econômico-financeiros para serem analisados. Dessa forma, indicaram os pontos positivos e negativos nas contas da empresa, salientando a importância dessas informações para tomada de decisão dos gestores.

A empresa está em uma situação que consegue saldar seus passivos de curto e longo prazo, permitindo que a empresa tenha recursos mais que suficientes para saldar suas dívidas imediatas. Apesar disso, foi mostrado através da análise da organização que sua rentabilidade não é suficiente para gerar lucro. Sendo assim, é recomendável que o administrador trabalhe melhor os gastos e acompanhe a evolução dos índices nos próximos anos, para assim a empresa traçar um planejamento mais adequado para o futuro.

Portanto, foi respondido à questão norteadora: qual é condição econômico-financeira de uma empresa do ramo cafeeiro situada no Alto Paranaíba?

Como sugestão de pesquisas futuras sugere-se análises em outras empresas do ramo cafeeiro para que assim possa realizar comparações e verificar os resultados se trata de uma característica do setor, como também acrescentar outras variáveis afim de identificar se outros fatores impactam nos resultados, como, taxas cambiais, políticas econômicas, inflação e outros.

## **REFERÊNCIAS**

ASSAF NETO, A. **Mercado Financeiro**. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2008.

\_\_\_\_\_. **Curso de Administração financeira**. São Paulo: Atlas, 2009.

\_\_\_\_\_. **Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico financeiro**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BEGALLI, G. A.; PEREZ JR., J. H. **Elaboração e análise das demonstrações contábeis** .4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BLATT, A. **Estrutura e Avaliação das Demonstrações Financeiras e Contábeis**. São Paulo: MAKROS Books, 2001.

BRAGA, H. R. **Demonstrações contábeis: estrutura, análise e interpretação**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BRUNI, A. L. **A Análise Contábil e Financeira**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

FERRARI, E. L. **Análise das demonstrações contábeis**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2014.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª. ed. Editora Atlas SA, 2008.

GITMAN, L. J. **Princípios de Administração Financeira**. 12ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

IUDÍCIBUS, S. de. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1995.

\_\_\_\_\_. **Análise de Balanços**. 7.ª ed. São Paulo: Atlas, 1998

\_\_\_\_\_. **Análise de balanços**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

\_\_\_\_\_. **Análise de balanços**. 10.ed. São Paulo: Atlas, 2013.

LEVINE, D. M.; **Estatística: teoria e aplicações**. 5. ed. Rio de Janeiro: TLC, 2008. 752 p.

MALHOTRA, N. **Pesquisa de marketing**. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MARION, J. C. **Contabilidade básica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

\_\_\_\_\_. **Contabilidade empresarial**. 11. ed. rev. e atual e mod. São Paulo: Atlas, 2005.

\_\_\_\_\_. **Análise das demonstrações contábeis**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

\_\_\_\_\_. **Contabilidade Empresarial**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MATARAZZO, D. C. **Análise Financeira de Balanços: abordagem básica e gerencial**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003

\_\_\_\_\_. **Análise Financeira de Balanços: abordagem básica e gerencial.** 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

\_\_\_\_\_. **Análise financeira de balanços: abordagem gerencial.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PADOVEZE, C. L. **Contabilidade gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil.** 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PINHO, C.S. e TAVARES, S. **Análise Financeira e Mercados.** Lisboa: Áreas Editora, 2005.

RIBEIRO, O. M. **Contabilidade Geral Básica.** 3ª. ed. São Paulo: Saraiva.1999.

\_\_\_\_\_. **Estrutura e Análise de Balanço Fácil.** 6ª. Edição. São Paulo: Saraiva 1998.

SÁ, A. L. de. **Teoria da contabilidade.** 4 ed. São Paulo: Atlas S.A, 2008.

SILVA, J. P. **Análise Financeira das Empresas.** 5ª Edição. São Paulo: Atlas, 2001

\_\_\_\_\_. **Análise financeira das empresas.** 8 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

\_\_\_\_\_. **Análise financeira das empresas.** 9 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SILVA, A. A. **Estrutura, Análise e Interpretação das Demonstrações Contábeis.** São Paulo: Atlas, 2010.

SILVA, K. R e SOUZA, P. C. Análise das demonstrações financeiras como instrumento para tomada de decisões. **INGEPRO – Inovação, Gestão e Produção** Janeiro de 2011, vol. 03, no. 01, 2011.

SCHIER, C. U. C. **Controladoria como instrumento de gestão.** 1 ed. Curitiba: Juruá, 2007.

VIEIRA, R. H. P.; SANTOS, M. M. da C. Análise Das Demonstrações Financeiras Através De Índices Financeiros. **VEREDAS FAVIP**, Caruaru, Vol. 2, n. 01, pp. 50–60, 2005.

# A INFLUÊNCIA DA MÍDIA E DA OPINIÃO PÚBLICA NA DECISÃO DOS JURADOS

REGINA FLORENÇO FÉLIX<sup>7</sup>  
MARCELO RODRIGUES LEMOS<sup>8</sup>

## RESUMO

**Introdução:** O presente Trabalho de Conclusão de Curso versou sobre os debates acerca da influência da mídia e da opinião pública nas decisões dos jurados no Tribunal do Júri. Por esta razão, realizou-se, através de pesquisa realizada em livros, artigos científicos, dados jornalísticos, dentre outros, uma análise jurídica e sociológica sobre os impactos nas decisões que a mídia proporciona em casos que repercutem no país. **Materiais e métodos:** Para a conclusão do presente Trabalho Monográfico, foram realizadas diversas pesquisas bibliográficas, destacando-se a fundamentação em doutrinadores, como Paulo Freitas (2018), Guilherme de Souza Nucci (2015), Elizabeth Noelle Neumann (2017), Émile Durkheim (apud MUSSE, 2011). Foram utilizados, ainda, artigos científicos publicados em revistas jurídicas, bem como consultas na Constituição Federal, Código Penal e Código de Processo Penal, o que contribuíram muito para o estudo em tela. **Resultados:** Com ênfase no estudo do livro *Criminologia Midiática de Tribunal do Júri*, do jurista Paulo Freitas (2018), e outras referências bibliográficas, foi possível chegar aos resultados pretendidos pela pesquisa: a verificação do potencial de interferência da mídia em um caso jurídico específico que obteve grande repercussão nacional. **Conclusão:** A partir dos estudos, conforme o problema levantado, concluiu-se que a mídia realmente tem uma grande influência sobre a opinião da sociedade e, conseqüentemente, nas decisões dos jurados, visto que são pessoas comuns do povo com acesso a toda informação que os meios de comunicação expõem diariamente.

**Palavras-chave:** Estudo de caso, Influência, Mídia, Tribunal do Júri.

## THE INFLUENCE OF THE MEDIA AND THE PUBLIC OPINION IN THE DECISION OF THE JURIES

### ABSTRACT

**Introduction:** This Course Conclusion Paper focused on the debates about the influence of the media and public opinion on jury decisions in the Jury's Court. **Objective:** For this reason, through a research carried out in books, scientific articles, journalistic data, among others, a juridical and sociological analysis was carried out on the impacts on the decisions that the media provides in cases that have repercussions in the country. **Materials and methods:** In order to complete the present monographic work, a number of bibliographical researches were carried

---

<sup>7</sup>Graduada em Direito pelo UNICERP. Patrocínio, MG, Brasil. [reginafelix.adv@outlook.com](mailto:reginafelix.adv@outlook.com)

<sup>8</sup>Doutor em Ciências Sociais pela UNESP. Professor do UNICERP. Patrocínio, Minas Gerais, Brasil. E-mail: [marcelo.lemos@hotmail.com](mailto:marcelo.lemos@hotmail.com)

out, highlighting the foundation in doctrinators such as Paulo Freitas (2018), Guilherme de Souza Nucci (2015), Elizabeth Noelle Neumann (2017), Émile Durkheim (apud MUSSE, 2011). Scientific articles published in legal journals were also used, as well as consultations in the Federal Constitution, Criminal Code and Criminal Procedure Code, which contributed much to the study on the screen. **Results:** With the emphasis on the study of the book Criminology of the Jury, by the jurist Paulo Freitas (2018), and other bibliographical references, it was possible to reach the results sought by the research: verification of the potential of media interference in a specific legal case which obtained great national repercussion. **Conclusion:** From the studies, according to the problem raised, it was concluded that the media really have a great influence on the opinion of the society and, consequently, on the decisions of the jurors, since they are common people of the people with access to all information that the media exposes daily.

**Key words:** Case study, Influence, Media, Jury.

## INTRODUÇÃO

No Brasil, após várias constituições, criou-se a Constituição Federal de 1988, na qual o júri foi mantido e alçado nos direitos e garantias fundamentais. Como explicou Freitas (2018, p.5), “Os Estados reconheceram explicitamente toda uma gama de direitos e garantias tido como fundamentais invioláveis e representativos do mínimo necessário para a preservação da dignidade humana”.

Desse modo, vale ressaltar que tais direitos e garantias estão em cláusulas pétreas, o que significa que não podem ser retirados da Constituição.

Aqui, o objetivo principal é analisar a possibilidade que a mídia tem de influenciar na decisão dos jurados no Tribunal do Júri, principalmente nos casos de grande repercussão, como foi o caso do Goleiro Bruno. Para buscar seus resultados, o trabalho foi elaborado mediante pesquisa bibliográfica e documental de natureza exploratória, com pesquisas em livros, artigos científicos e dados jornalísticos de acordo com o tema.

Para efeito deste estudo de caso, foi realizado um levantamento de dados jornalísticos, os quais mostram a quantidade e formas de matérias sensacionalistas sobre casos de grande repercussão na mídia e na sociedade em geral.

Como pano de fundo, o estudo tem a intenção de evidenciar a importância da imparcialidade judicial, e como essa influência da mídia e da opinião pública pode impactar diretamente nos resultados das sentenças, pois são os cidadãos, muitas vezes já influenciados pelos meios de comunicação, que decidem a culpa ou inocência do réu. Claramente o presente trabalho justifica-se em analisar como a potencial influência pode afetar diretamente no

princípio da presunção de inocência do acusado, o qual não deve ser tratado como condenado antes do devido processo legal e sim ao fim do trânsito em julgado, ressaltando a importância da imparcialidade no Tribunal do Júri para um veredicto justo. Ressalta-se, também, o princípio da soberania do veredicto, resguardados na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, XXXVIII, alínea “c”.

## **MATERIAL E MÉTODOS**

O presente trabalho foi desenvolvido mediante pesquisa bibliográfica de natureza exploratória, com estudo de caso qualitativo, a partir de pesquisas em livros, artigos científicos e dados jornalísticos de acordo com o tema.

A pesquisa exploratória é um levantamento bibliográfico sobre o assunto que realiza descrições precisas da situação, a qual busca descobrir as relações existentes entre elementos componentes. Tem por objetivo familiarizar-se com o tema ou obter uma nova percepção e descobrir novas idéias. A este tipo de pesquisa atribuem-se, em geral, as investigações bibliográficas e o estudo de caso (CERVO; BREVIAN; SILVA, 2000).

De acordo com Yin (2001, p.30), “Estudo de caso é a investigação empírica de um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”.

O estudo de caso como estratégia de pesquisa compreende o método que abrange tudo como lógica de planejamento incorporando abordagens específicas à coleta de dados, nesse sentido o estudo de caso não é uma tática para coleta de dados, e nem meramente uma característica de planejamento, mas sim uma estratégia de pesquisa mais abrangente (YIN, 2001).

O estudo de caso em questão está relacionado aos fatos do chamado “caso do goleiro Bruno”, selecionado, sobretudo, em função de sua ocorrência em Minas Gerais, Estado onde está situada a instituição de ensino vinculada a este trabalho de conclusão de curso.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

## **Histórico do Tribunal do Júri no Brasil**

O Júri no Brasil, conforme explica Nucci (2015), surgiu em 1822, por decreto do príncipe regente, Dom Pedro I, nessa época julgava somente crimes de imprensa. Posteriormente, na Constituição de 1824, o Tribunal do Júri começou a julgar todos os tipos de causa, tanto na área cível quanto na área criminal. Logo depois vieram a Constituição de 1891 e a de 1934, que mantiveram a área criminal no Tribunal do Júri.

Na Constituição de 1937 o Júri não foi recepcionado pelo autoritarismo de Vargas e, pela primeira vez, foi retirada a soberania do Tribunal Júri. Neste período, houve o estrondoso caso dos irmãos Naves<sup>9</sup>, conhecido como um dos maiores erros do judiciário brasileiro. Embora absolvidos duas vezes pelo Tribunal do Júri, o Tribunal de Justiça condenou os irmãos. Esta condenação foi reconhecida, posteriormente, como um grave equívoco do Tribunal de Justiça, o chamado Tribunal Técnico.

Após esse período, em 1946, foi recepcionado novamente o Tribunal do Júri, fato endossado com a emenda de 1969, mantendo a instituição do júri no rol do capítulo de direitos e garantias individuais. Entretanto, conforme explica Guilherme Nucci (2015, p.59), “que nesta última redação, somente mencionou que era mantida a instituição do Júri, como competente para julgar crimes dolosos contra a vida”, não se falou em soberania do veredicto, sigilo das votações e nem plenitude da defesa, claramente, a sua competência para crimes dolosos.

Com a Constituição Federal de 1988, visualizando o retorno da democracia, o Tribunal

---

<sup>9</sup> Os irmãos Joaquim Naves e Sebastião Naves foram acusados de terem matado o seu primo e sócio, o comerciante de cereal Benedito Garcia, que ao adquirir uma dívida muito alta em seu mercado, resolveu fugir sem avisar ninguém. Os irmãos Naves, ao perceberem o seu desaparecimento, comunicaram o ocorrido à polícia, e assim começaram as investigações pelo delegado da localidade. O delegado, a fim de conseguir uma confissão dos irmãos, prendeu sua mãe e outros familiares. De tanto serem torturados e vendo a família ser torturada também, acabaram assinando o termo de confissão. A mãe dos irmãos Naves procurou um advogado para atuar na defesa de seus filhos. Em 1938, teve o primeiro julgamento no Tribunal do Júri, e os irmãos foram absolvidos, mas o Ministério Público recorreu da decisão, e os irmãos continuaram presos, e assim aconteceu um novo julgamento no Tribunal do Júri, e os irmãos foram absolvidos novamente. Como na Constituição ditatorial de Vargas foi retirada a soberania do veredicto do Tribunal do Júri, o resultado foi alterado, condenando os irmãos pela morte de Benedito. Os irmãos Naves ficaram oito anos e três meses presos. Em agosto de 1948, morreu o irmão Joaquim Naves, devido a uma doença contraída por causa das torturas sofridas. Assim, Sebastião Naves prosseguiu em busca da verdade. Em 1952, seu primo Benedito reaparece na casa de seus pais. Os irmãos então foram finalmente considerados inocentes pelo crime a eles imputado, e durante sete anos, Sebastião e seu advogado movimentaram um processo contra o Estado, para conseguir uma indenização justa em decorrência do erro judiciário, e alcançando êxito em 1960.

do Júri voltou ao status de direitos e garantias individuais do cidadão. Originalmente o artigo 60, §4º, IV, da Constituição Federal, cláusula pétrea, não pode ser alterado ou modificado por simples emenda constitucional, em virtude de estar no rol do capítulo de direitos e garantias individuais. Como assim dispõe:

Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:  
§ 4º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:  
IV - os direitos e garantias individuais.

Desta maneira, os direitos e garantias tornaram-se cláusula pétrea pela Constituição, em razão disso, não pode ser alterado, e quando existir qualquer dúvida referente ao Tribunal do Júri, deve ser interpretado em favor do réu, e não contra.

## **Princípios Constitucionais**

Estão elencados na Constituição Federal de 1988 os princípios base para o processo penal a fim de garantir um julgamento justo e imparcial. Dentre eles podemos destacar a presunção da inocência, ampla defesa e o contraditório.

- Presunção da Inocência

Previsto na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, inciso LVII, que diz o seguinte: “ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória”. O princípio tem como objetivo respeitar o estado de inocência.

Salienta Freitas (2018, p.61):

Por força desse princípio, o acusado de um crime doloso contra a vida deve receber do Tribunal do Júri o tratamento de uma pessoa inocente, mesmo tendo sido ele pronunciado por ter o juiz togado, na primeira fase do procedimento – *judicium accusations* – encontrado indícios de sua culpabilidade e, num juízo preliminar, decidido pela viabilidade da acusação. O acusado somente poderá ser considerado culpado após a superveniência de uma decisão condenatória transitada em julgado, que assim o declare.

Segundo Capez (2014, p.79), o princípio da presunção da inocência se desdobra em três aspectos, quais sejam:

a) no momento da instrução processual, como presunção legal relativa de não culpabilidade, invertendo-se o ônus da prova; b) no momento da avaliação da prova, valorando-a em favor do acusado, quando houver dúvida, c) no curso

do processo penal, como paradigma de tratamento do imputado, especialmente no que concerne à análise da necessidade da prisão processual.

- Princípio da Ampla Defesa

Esse princípio emana da garantia constitucional de que ninguém poderá ser privado de seus bens ou de sua liberdade sem o devido processo legal. Encontra-se fundamentado no artigo 5º, inciso LV da Constituição Federal, “aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes”, o que significa que é direito do acusado e dever do Estado, seja pessoal (auto defesa), seja técnica (efetuada por defensor), prestar assistência judiciária gratuita aos necessitados.

Capez (2016, p.98) discorre sobre o princípio que:

Desse princípio também decorre a obrigatoriedade de se observar a ordem natural do processo, de modo que a defesa se manifeste sempre em último lugar. Assim, qualquer que seja a situação que dê ensejo a que, no processo penal, o Ministério Público se manifeste depois da defesa (salvo, é óbvio, nas hipóteses de contrarrazões de recurso, de sustentação oral ou de manifestação dos procuradores de justiça, em segunda instância), obriga, sempre, seja aberta vista dos autos à defensoria do acusado, para que possa exercer seu direito de defesa na amplitude que a lei consagra. O Pacto Internacional de Direitos Cívicos e Políticos, em seu art. 14, 3, *d*, assegura a toda pessoa acusada de infração penal o direito de se defender pessoalmente e por meio de um defensor constituído ou nomeado pela Justiça, quando lhe faltarem recursos suficientes para contratar algum.

- Princípio do Contraditório

A Constituição é bem clara em seu artigo 5º, inciso LV, como foi mencionado acima, e ainda acentua no inciso LIV do mesmo artigo que “ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal”. Este princípio quer dizer que é direito do réu conhecer a acusação a qual lhe é imputada para poder se defender e apresentar suas provas, podendo utilizar todas as provas em direito admitidas, evitando assim uma condenação sem ter sido ouvida.

Como afirma Tourinho (2013, p.7),

Tal princípio consubstancia-se na velha parêmia *audiatur et altera pars* – a parte contrária deve ser ouvida. Assim, a defesa não pode sofrer restrições, mesmo porque o princípio supõe completa igualdade entre acusação e defesa. Uma e outra estão situadas no mesmo plano, em igualdade de condições, com os mesmos direitos, poderes e ônus, e, acima delas, o Órgão Jurisdicional, como órgão “superpartes”, para afinal, depois de ouvir as alegações das partes, depois de apreciar as provas, “dar a cada um o que é seu”.

## Princípios Constitucionais do Tribunal do Júri

O Tribunal do Júri no Brasil, depois de todo o percurso histórico, tem com a Carta Magna de 1988, quatro princípios constitucionais previstos no artigo 5º, inciso XXXVIII da Constituição Federal, no Capítulo I, dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos do Título II, dos Direitos e Garantias Fundamentais:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XXXVIII - é reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, assegurados:

- a) a plenitude de defesa;
- b) o sigilo das votações;
- c) a soberania dos veredictos;
- d) a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida.

- **Plenitude da Defesa**

A plenitude da defesa é o princípio que permite que o defensor faça tudo o que for possível para defender o acusado frente aos jurados. O legislador constituinte quis oportunizar nesse princípio a plena oportunidade de defesa.

Neste sentido, argumenta Nucci (2015, p.35):

No processo penal, particularmente, envolvendo um dos mais valiosos bens jurídicos sob proteção constitucional, que é liberdade individual, há de se exigir o fiel cumprimento de tais garantias. No contexto do Tribunal do Júri, entretanto, a Constituição Federal demanda maior cautela: assegura-se ao acusado a plenitude de defesa. O que se busca aos acusados em geral é a mais aberta possibilidade de defesa, valendo-se dos instrumentos e recursos previstos em lei e evitando-se qualquer forma de cerceamento. Aos réus, no Tribunal do Júri, quer-se a defesa perfeita, dentro, obviamente, das limitações naturais dos seres humanos. O réu, no processo crime comum, tem como suporte, a defesa técnica, sem dúvida.

- **Sigilo das Votações**

O sigilo resguarda a liberdade de convicção e opinião dos jurados, para uma justa e livre decisão, sem constrangimentos decorrentes da publicidade da votação. Trata-se de uma mínima exceção à regra geral da publicidade, disposta no artigo 93, inciso IX, da Constituição Federal, para prestigiar a imparcialidade e idoneidade do julgamento. A forma sigilosa ou secreta da votação decorre da necessidade de resguardar-se a independência dos jurados no ato crucial do julgamento (NICCI, 2015).

- Soberania do Veredicto

A soberania, que já foi retirada do Tribunal do Júri várias vezes durante a sua trajetória, hoje está elencada na Constituição Federal de 1988. A soberania significa que quando é apresentada a apelação de uma sentença vinda da decisão do Tribunal do Júri, e se esta apelação questionar o mérito da decisão dos jurados, esta não poderá de forma alguma modificar a decisão proferida, nenhum órgão poderá alterar a decisão proferida em Tribunal do Júri. Esse princípio impede a reforma de decisão dos jurados, e se por acaso o Tribunal acatar essa apelação, ele irá ordenar outro julgamento, com novos jurados, novas indagações e novas sustentações.

Nucci (2015, p.43) aborda o assunto, afirmando que:

Quem é o soberano? Aquele que profere a primeira ou a última decisão? Ao que se saiba, em simples análise do vernáculo, cuida-se de poder supremo, acima do qual não há outro. Por isso, em Direito do Estado, menciona-se a importância da soberania nacional. Por isso, torna-se, ao mesmo tempo, uma questão simples e complexa analisar a soberania dos veredictos. É algo simples se levarmos em conta o óbvio: o veredicto popular é a última palavra, não podendo ser contestada, quanto ao mérito, por qualquer Tribunal togado. É, entretanto, complexo, na medida em que se vê o desprezo à referida supremacia da vontade do povo em grande segmento da prática forense. Muitos tribunais togados não se têm vergado, facilmente, à decisão tomada pelos Conselhos de Sentença. Alguns magistrados procuram aplicar a jurisprudência da Corte onde exercem suas funções, olvidando que os jurados são leigos e não conhecem nem devem, nem precisam conhecer a jurisprudência predominante em Tribunal algum. Jurados decidem de acordo com a sua consciência e não segundo a lei. Aliás, esse é o juramento que fazem (art. 472, CPP), em que há a promessa de seguir a consciência e a justiça, mas não as normas escritas e muito menos os julgados do País. Conferiu a Constituição Federal, de maneira expressa, como sustentáculo do Tribunal do Júri, a garantia à soberania dos veredictos.

- Competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida

Essa competência tem o reconhecimento do Tribunal do Júri. Do mesmo modo, o artigo 74, § 1º do Código de Processo Penal afirma que compete ao Tribunal do Júri o julgamento dos crimes previstos nos artigos, 121,§1º e 2º, 122, parágrafo único, 123, 124, 125, 126, e 127, consumados ou tentados, sendo estes: o homicídio; instigação e induzimento ao suicídio; infanticídio e o aborto; todos esses crimes causam grande clamor à sociedade. Ainda cabe ao Tribunal do Júri, caso haja crime conexo, concurso de crimes, julgar os casos onde se tenha crime doloso contra a vida.

A organização do Júri é de responsabilidade do Código de Processo Penal, o Decreto Lei nº 3.689 de 3 de outubro de 1941, com as introduções trazidas pela Lei 11.689, de 2008. A competência do Júri está devidamente regulada a partir do artigo 406 do referido código.

## **Composição do Tribunal do Júri**

O júri no Brasil é composto por um juiz togado e vinte e cinco jurados, dos quais serão sorteados sete para compor o conselho de sentença em cada sessão de julgamento, conforme está expresso no artigo 447 do Código de Processo Penal.

Os jurados são juízes leigos, são pessoas comuns da sociedade, que irão decidir o mérito da causa. Serão escolhidos os jurados previamente alistados que comprovem idoneidade moral que, em sua consciência e sob juramento, decidirão se o acusado é culpado ou não. Em relação à pena, quem a fixa é o juiz presidente do júri; pena fixada diante das respostas dadas pelo conselho de sentença.

Como visto, a Constituição Federal de 1988 estabeleceu o posicionamento de que todo acusado tem direito a um justo e imparcial julgamento, assegurando a plenitude da defesa. Porém, como incentivar a imparcialidade da justiça e do júri diante do trabalho reiterado da imprensa, sobretudo do jornalismo policial, de julgar previamente? É fato que a mídia, apesar de elementar para a democracia, pode interferir na decisão dos jurados, prejudicando os direitos e garantias fundamentais do acusado.

Assim, os meios de comunicação acabam por influenciar os jurados a chegarem ao julgamento com uma decisão formada pela mídia e pela sociedade, não observando as provas apresentadas nos autos ou nos debates no Tribunal.

## **Consciência Coletiva e a Teoria do Espiral do Silêncio**

Émile Durkheim foi um grande pensador francês vinculado a sociologia. O autor viveu a passagem do século XIX para o século XX e acompanhou as mudanças sociais das Revoluções Europeias. Em sua concepção, a sociedade é formada por uma consciência coletiva, um conjunto de crenças e sentimentos comuns à média dos membros do grupo, com formas padronizadas de conduta e pensamento, a qual está espalhada por toda a sociedade, definindo o que é imoral, o que é reprovável e o que é criminoso (MUSSE, 2011).

Um dos principais aspectos da teoria sociológica de Émile Durkheim é que as pessoas se educam pelos valores da sociedade onde vivem. Assim, a consciência coletiva é uma força

exercida sobre um indivíduo que faz com que este haja e viva de acordo com as normas da sociedade na qual está inserida.

Para Durkheim, existem nos indivíduos duas formas de consciência distintas, uma representa o tipo coletivo, é aquela que se confunde como o todo da sociedade e ajuda a formá-la, a outra é a que cada pessoa tem de particular e a faz diferente das demais, representa nossa personalidade individual apesar de fazer parte do todo (MUSSE, 2011). Porém, segundo o autor, os sentimentos individuais de moralidade, ética, decência, indignação e revolta são construídos socialmente por interferência da consciência do grupo, a chamada consciência coletiva.

Assim,

Durkheim reforça a separação e a distinção entre a consciência individual e a consciência coletiva chamando a atenção para a diferença de motivação da ação. A conduta determinada pela consciência comum exprime a finalidade coletiva, comprovada pelo movimento harmônico e conjunto das consciências individuais na mesma direção (MUSSE, 2011, p.20).

Como crescemos aprendendo determinados valores, como a noção do que é certo ou errado, vivemos então em uma sociedade padronizada, com pensamentos parecidos, e acabamos por não exprimir o nosso pensamento individual, mas os argumentos preponderantes do grupo do qual participamos.

Na mesma linha, a cientista política Elizabeth Neumann, em seu livro *A teoria do Espiral do Silêncio*, publicado no ano de 1982 na Alemanha, examinou os mecanismos de manipulação da opinião pública, e explica que, quando a opinião é percebida como majoritária, as pessoas demonstram maior predisposição a se manifestar, enquanto as que têm uma opinião minoritária tendem a ficar calados, levando com o silêncio o enfraquecimento da opinião que parece prevalecer (NEUMANN, 2017).

Salienta Neumann (2017, p.97) que:

O indivíduo não vive ou atua somente neste espaço interior no qual pensa e sente. Sua vida também se expande, não somente em torno das vidas de outras pessoas, mas para além da coletividade (...). Afinal, o que é essa força que expõe continuamente o indivíduo e o obriga a atender às exigências da dimensão social da sua vida? É o medo do isolamento, da má fama, da impopularidade, é a necessidade de consenso. Isso é o que faz com que a pessoa deseje prestar atenção ao entorno e se torne consciente do “olhar público”.

Essa teoria ajuda a entender como a mídia funciona em relação à opinião pública, incentivando ou silenciando algumas idéias diante do excesso de exposição de determinados

temas na imprensa.

Logo, os conceitos de Durkheim (apud MUSSE, 2011) e Neumann (2017) reforçam o entendimento segundo o qual a forma como as notícias são produzidas pode interferir nos sentimentos coletivos de moralidade, afetando, inclusive, a consciência dos jurados, já que eles não são indivíduos isolados e fazem parte da sociedade. Além disso, a força da mídia, conforme Neumann (2017), pode ser associada ao mecanismo da ubiqüidade, o que significa que ela está em todos os lugares, ou seja, a veiculação jornalística cotidiana chega aos espaços mais variados e isso implica em reconhecer a potencialidade da mídia na formação da opinião pública.

## **A Mídia**

A palavra mídia vem do termo latino *médium*, que foi incluído no inglês no final do século XIX. Nos Estados Unidos, a expressão serve para classificar o telégrafo, a fotografia e o rádio. Esses inventos foram classificados como mídia, pois através deles era possível fazer a transmissão da comunicação para um grande número de pessoas distantes.

Com o passar dos anos e com os avanços da tecnologia, a mídia tornou-se mais diversificada, podendo classificá-la como todo meio de veiculação de notícia, falada, escrita, televisada, por redes sociais ou qualquer outro meio que atinge milhares de pessoas. Dessa maneira, tornou-se mais poderosa no tocante a influenciar e manipular opiniões de grandes massas.

O papel desempenhado pela mídia é fundamental para a democratização, pois, por meio dela, há a possibilidade de restauração de laços da democracia; já que a mídia em sistemas ditatoriais é censurada pelo regime autoritário que governa no país e transmite ilusões de estabilidade e paz social. Lafer (1991, p.201), afirma que “o direito à informação é uma liberdade democrática destinada a permitir uma autônoma e igualitária participação dos indivíduos na esfera pública”.

Nesse sentido, pode-se afirmar que a mídia é formadora de opiniões em várias épocas e lugares, e que a censura de ditadores freia a democracia da mídia para minimizar os impactos causados por ela, capazes de derrubar governos. A mídia pode, ainda, manipular, mesmo que de forma discreta, tudo aquilo que é veiculado a fim de movimentar a massa social num determinado caminho.

Ademais, a influência da mídia atualmente tem gerado mobilizações grandes na sociedade, em especial nas populações mais pobres, uma vez que esta é formada por pessoas, na grande maioria, de pouca instrução, por não possuírem outros meios para dissentir daquilo que é falado. Esse problema torna-se maior quando é veiculado, principalmente pelas redes de televisões, notícias do mundo jurídico, que muitas vezes são transmitidas em desacordo com a verdade, em busca de sensacionalismo e audiência, gerando comoção e revolta popular, influenciando completamente no tema central do trabalho, qual seja, a isenção da opinião dos julgados.

Geralmente, não há por parte da mídia a garantia do contraditório e da ampla defesa, direitos fundamentais garantidos pela Constituição Federal de 1988. O mal maior que a falta desta garantia fundamental que a mídia não assegura é justamente a impossibilidade das pessoas formarem suas próprias opiniões acerca do assunto ouvindo apenas um lado da história contada, propiciando que sigam a opinião apresentada e defendida pela mídia. Este mal se intensifica na medida em que a influência aumenta a um nível drástico, atingindo decisões judiciais e a opinião de quem deveriam permanecer imune a toda essa manipulação.

## **A Mídia Policial**

A mídia policial é aquela que trata sobre violência em todos os âmbitos do dia-a-dia. O grande problema está em sua composição, formada por jornais sensacionalistas. O termo sensacionalista está ligado à postura editorial adotada pelo meio de comunicação, que tem como característica principal o exagero de expressões, apelo emotivo e pelo uso de imagens impactantes a fim de induzir o espectador a uma realidade irreal ou aumentada da que de fato ocorreu. Segundo Amaral (2006, p.21), o sensacionalismo está ligado “à valorização da emoção; à exploração do extraordinário; à valorização de conteúdos descontextualizados; à troca da essência pelo supérfluo ou pitoresco e inversão de conteúdo pela forma.”

Num primeiro momento, sob uma análise superficial, não se percebe o mal que essa mídia sensacionalista pode causar, mas analisando mais profundamente, vislumbra-se um grande problema por essa conduta. Há inúmeros casos de pessoas que lincharam as outras por estarem influenciadas por notícias falsas, passadas em algum veículo de comunicação. Como exemplo, temos o caso dona de casa Fabiane Maria de Jesus, de 33 anos, que morreu após ter

sido espancada por dezenas de moradores de Guarujá, no litoral de São Paulo, a partir de um boato gerado por uma página em uma rede social que afirmava que a dona de casa sequestrava crianças para utilizá-las em rituais de magia negra.<sup>10</sup> Observa-se no exemplo, que uma pessoa morreu assassinada por outras unicamente porque surgiram boatos de que ela poderia ser uma sequestradora de crianças.

Outro exemplo, passível de vislumbrar a tragédia que o sensacionalismo provoca, é o caso da Escola Base:

O Caso Escola Base começou em março de 1994, em São Paulo (SP). Os donos de uma escola infantil, bem como o motorista do transporte escolar e um casal de pais de um aluno, foram acusados por duas mães de abuso sexual. (...) Embora nenhuma prova de abuso sexual tenha sido encontrada – apenas a denúncia – a credibilidade da Escola de Educação Infantil Base começou a ruir. A mídia, no geral, sensacionalizava o fato, explorando o sofrimento das mães e deixando de lado a ética jornalística. A pressão da imprensa foi tanta que Richard, um americano que não possuía qualquer ligação com o caso, foi preso, ainda que tenha sido solto 09 dias depois. Somente em junho do mesmo ano, o delegado Gérson de Carvalho inocentou os acusados envolvidos e o inquérito policial foi arquivado. Porém, a imprensa já havia culpabilizado todos eles, embora tenha iniciado a sua série de retratações – nunca na mesma potência – focando nas verdadeiras vítimas. Nesse momento, os danos já haviam sido feitos e os acusados tiveram suas reputações destruídas.<sup>11</sup>

Não obstante, a influência da mídia policial tem modificado ao longo dos anos a legislação penal. Comoções sociais influenciaram punição nos crimes hediondos e equiparados, retirando os benefícios como liberdade provisória mediante fiança, impossibilidade de graça, anistia, indulto, e um regime de progressão de pena mais gravoso em detrimento a outros crimes denominados comuns, conforme matéria do Senado Federal.

Os sequestros do empresário Abílio Diniz, em 11 de dezembro de 1989, e do publicitário Roberto Medina, em 6 de junho de 1990, estão na gênese da Lei de Crimes Hediondos (Lei 8072/90). Eles foram às vítimas mais notórias de uma onda de extorsões que, no início da década de 1990, motivou a norma que regulamentou o artigo 5º, inciso XLIII, da Constituição, segundo o qual "a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia, entre outros, a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos". Em 25 de julho de 1990, é promulgada a Lei 8072/90, definindo os crimes hediondos e excluindo seus autores de benefícios como a liberdade provisória mediante pagamento de fiança. Os condenados pelas práticas de tais crimes perderam também o direito à progressão do regime da pena, pelo qual poderiam, por exemplo, cumprir um sexto da pena e sair do regime fechado para o semiaberto. No

---

<sup>10</sup>Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2014/05/mulher-espancada-apos-boatos-em-rede-social-morre-em-guaruja-sp.html>. Acesso em: 09 de out. 2018.

<sup>11</sup>Disponível em: <https://canalcienciascriminais.com.br/caso-escola-base/>. Acesso em: 12 de out. 2018.

caso, a pena passaria a ser cumprida integralmente em regime fechado.<sup>12</sup>

## O Furo Jornalístico

O furo jornalístico é a notícia trazida em primeira mão apenas por um determinado veículo de comunicação. Quando um jornalista realiza um jornalismo de investigação sobre determinado assunto e transmite a informação apenas por um único veículo de comunicação, a notícia causa um impacto social relevante e uma grande manipulação de massa, pois a falta de outros meios para se averiguar a notícia passada faz com que as pessoas sejam manipuladas, levando aquilo que está sendo passado como verdade absoluta.

Essa manipulação da mídia é uma ameaça à democracia e ao Devido Processo Legal, este último amparado pela Constituição Federal de 1988 no artigo 5º, inciso LIV, que “ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal”.

Além disso, vislumbra-se que o furo jornalístico, na maioria das vezes, também fere o Código de Ética dos Jornalistas:

Art. 2º Como o acesso à informação de relevante interesse público é um direito fundamental, os jornalistas não podem admitir que ele seja impedido por nenhum tipo de interesse, razão por que:

I - a divulgação da informação precisa e correta é dever dos meios de comunicação e deve ser cumprida independentemente de sua natureza jurídica - se pública, estatal ou privada - e da linha política de seus proprietários e/ou diretores.

II - a produção e a divulgação da informação devem se pautar pela veracidade dos fatos e ter por finalidade o interesse público;

III - a liberdade de imprensa, direito e pressuposto do exercício do jornalismo, implica compromisso com a responsabilidade social inerente à profissão;

IV - a prestação de informações pelas organizações públicas e privadas, incluindo as não governamentais, é uma obrigação social.

V - a obstrução direta ou indireta à livre divulgação da informação, a aplicação de censura e a indução à autocensura são delitos contra a sociedade, devendo ser denunciadas à comissão de ética competente, garantido o sigilo do denunciante.

Desta maneira, falta de apuração e/ou apenas uma parte da realidade das notícias trazidas geram sérias consequências no âmbito jurídico e social, provocando opiniões distorcidas da realidade, um extremismo penal que se caracteriza pelo excesso e desproporção, acarretando conforme o Professor Luiz Flávio Gomes o populismo penal.<sup>13</sup> A manipulação, a distorção e

---

<sup>12</sup> Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2010/07/16/comocoes-sociais-influenciaram-punicao-de-crimes-hediondos>. Acesso em: 10 de out. 2010.

<sup>13</sup> Populismo penal vende e difunde, a torto e a direita, a idéia de que todos os males da insegurança

mentiras desenvolvem a problemática fazendo com que decisões judiciais sejam influenciadas pelo clamor social, ferindo garantias constitucionais.

### **Um Caso Emblemático**

É possível notar que os crimes dolosos contra a vida têm atraído o sensacionalismo da mídia, a qual seleciona e explora exaustivamente os casos que vão a julgamentos no Brasil, principalmente os que despertam a curiosidade das pessoas, tendo certa preferência por casos em que envolvam pessoas nacionalmente conhecidas. Os meios de comunicação social pensando em ter o máximo de audiência possível, iniciam as divulgações do caso sem ter nenhum conhecimento concreto e preciso do que realmente aconteceu, e logo já fazem um julgamento prévio do suspeito do crime, como é o caso do “goleiro Bruno”.

### **O Caso Goleiro Bruno**

No ano de 2010, Bruno Fernandes das Dores de Souza, na época estava com 25 anos de idade, era goleiro titular do time de futebol do Flamengo. Bruno foi acusado de ter matado Eliza Samúdio, com quem teve um relacionamento amoroso, e um filho. A jovem modelo de 25 anos desapareceu no dia 04 de junho de 2010, quando foi para o sítio do atleta, localizado em Esmeralda, região metropolitana de Belo Horizonte, Minas Gerais, acompanhada de seu filho. A criança foi encontrada no dia 26 de junho, mas o corpo de Eliza até hoje não foi encontrado.<sup>14</sup>

Eliza Samúdio foi dada como morta pela justiça, e Bruno foi apontado como principal suspeito de cometer o crime juntamente com outros seis réus. Todos os acusados negaram, à época, qualquer envolvimento no desaparecimento da modelo. Um dos supostos envolvidos no desaparecimento de Eliza Samúdio, o primo do goleiro, Jorge Luiz Rosa, foi entrevistado pelo

---

pública, podem ser resolvidos “facilmente” com a criação de leis mais punitivas e exemplares, que inicialmente chegam a acalmar a ira da população, mas depois se mostram ineficientes, porque não passam de providências simbólicas.

<sup>14</sup> Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/entenda-caso-do-goleiro-bruno-20975301?versao=amp>. Acesso em: 20 de out. 2018.

Fantástico, um programa da Rede Globo de Televisão, e seu depoimento foi colocado no ar antes do dia do julgamento de Bruno. Jorge era a testemunha chave do processo de Bruno, por ter sido o primeiro a dizer que Eliza não desapareceu simplesmente. Ele não compareceu ao julgamento, porém, como a entrevista já tinha sido noticiada, é bastante provável que grande parte da sociedade, bem como os jurados que comporiam o conselho de sentença do caso, já estavam sabendo do depoimento da testemunha, que relatou o seguinte:

Ao Fantástico, Jorge Luiz Rosa afirmou que Bruno sabia que o crime estava sendo planejado, apesar de ter negado o conhecimento do atleta na primeira resposta. Ao ser perguntado se Bruno sabia que o crime aconteceria e era planejado, Jorge disse que “não tinha como não desconfiar. Tava debaixo do nariz dele. Com o Macarrão do jeito que gostava tanto dele, fazia qualquer coisa por ele, não desconfiar daquilo ali? Não mandou matar, mas...”, disse. Inicialmente, na entrevista, o primo havia afirmado que Bruno não sabia de nada. Mas depois mudou de opinião e pediu para responder a pergunta novamente. Jorge ainda diz que Macarrão lhe ofereceu R\$15 mil para matar Ingrid Calheiros, atual mulher de Bruno. Esse fato teria acontecido quando Jorge foi morar com Bruno no Rio e tinha uma dívida relacionada a drogas.<sup>15</sup>

Importante notar que a principal testemunha do caso, um menor infrator que, à época do caso, se apresentou ele próprio como usuário de drogas, concedeu declarações impactantes sobre o caso em uma entrevista ao Fantástico e não à Justiça. O Fantástico por sua vez, fundamentou suas conclusões, e antecipou o julgamento, influenciando inequivocamente a decisão dos jurados.

Mesmo que Bruno tenha sido o principal suspeito de cometer o crime, a mídia não se poupou em conferir uma maior publicidade a este acusado, sendo que também foram apontados como coautores ou partícipes do crime as seguintes pessoas: Marcos Aparecido dos Santos, o Bola; Luiz Henrique Romão, o Macarrão; Elenilson Vitor da Silva; Dayane Rodrigues; Fernanda Gomes de Castro e Wemerson Marques de Souza, os quais não foram perseguidos pela mídia na mesma intensidade.

Ao concluir o inquérito policial, Bruno foi indiciado por homicídio qualificado, sequestro e cárcere privado, ocultação de cadáver, formação de quadrilha e corrupção de menores.

Paulo Freitas (2018, p.240) expõe que:

Apesar de se tratar de um caso criminal *sui generis*, um típico caso de homicídio sem cadáver, em que a ausência do corpo da vítima não só acarreta

---

<sup>15</sup> Disponível em: <http://g1.globo.com/minas-gerais/julgamento-do-caso-eliza-samudio/noticia/2013/02/entrevista-do-primo-de-bruno-e-anexada-ao-processo-do-caso-eliza.html>. Acesso em: 20 de out. 2018.

sérias dúvidas sobre a morte em si, como, outrossim, acerca do *modus operandi* do crime, que em se tratando de homicídio, tem influência direta na pena. A mídia de um modo geral, logo no início das investigações, deu como certa a morte da vítima, apontando logo de cara Bruno Fernandes como principal mentor do crime, como também cuidou de apresentar detalhes de como os fatos teriam ocorrido e qual o destino dado ao corpo da vítima. Nenhum único vestígio do corpo foi localizado até o momento.

O julgamento de Bruno começou no dia 04 de março de 2013, e terminou madrugada do dia 08 de março de 2013, no Fórum de Contagem. O goleiro foi condenado a vinte e dois anos e três meses de reclusão.<sup>16</sup>

Não obstante tenha sido o caso amplamente divulgado pela mídia em diversos locais e programas de televisão, a Rede Globo, emissora que deu mais ênfase ao caso, fez até reconstituição do caso Eliza e Bruno, a qual tentava convencer a sociedade de que Eliza Samúdio, até então desaparecida, estaria, de fato, morta. O caso foi também explorado por sites, jornais e revistas de grande referência e circulação, seleciona-se algumas matérias publicadas pelo site G1, e também publicadas pela Revista Veja e o Jornal Folha de São Paulo, com vistas a demonstrar a forma sensacionalista com o que o caso fora tratado pela grande mídia<sup>17</sup>.

Pouco mais de um mês após o fato, a Rede Globo de Televisão fez uma cronologia do caso, contanto passo a passo os detalhes do que aconteceu, a reconstituição do caso foi montada com base em declarações contraditórias feita por um menor de idade. Lembrando que ele aponta Bruno como principal mentor, mas quando foi ouvido pelo Poder Judiciário, mudou seu depoimento para inocentar Bruno. Como se vê na notícia publicada no dia 23/02/2013, o primo de Bruno volta a falar sobre o caso concedendo uma entrevista ao Fantástico com declarações estarrecedoras, poucos dias antes do julgamento do ex-goleiro, a qual foi juntada ao processo do caso Eliza. Neste quadro, as matérias publicadas pelo G1, acusa somente Bruno, e afirma que Eliza está morta. Não sendo diferentes as publicações pelo Jornal Folha de S. Paulo e a revista Veja.<sup>18</sup>

Como mostram os quadros nos anexos I e II, o caso do goleiro Bruno foi amplamente divulgado pela mídia em geral. As matérias adquiriram caráter sensacionalista e, aos poucos, conduziram e ainda conduzem a sociedade à crença de que Eliza Samúdio está morta, embora seu corpo nunca tenha sido encontrado, apontando sempre como o principal mentor do crime o

---

<sup>16</sup> Luiz Henrique, o Macarrão, foi condenado a 15 anos de reclusão e Marcos Aparecido, o Bola, foi condenado a 22 anos de reclusão, todos pela autoria ou participação no suposto homicídio de Eliza Samúdio. Fernanda Gomes de Castro foi condenada a 5 anos de prisão apenas por sua participação no seqüestro e cárcere privado da vítima e do filho dela; Dayane foi absolvida.

<sup>17</sup> Para maiores informações, consultar Anexo I.

<sup>18</sup> Para maiores informações, consultar Anexo II.

ex-goleiro do Flamengo Bruno Fernandes. A mídia não poupou nem a vida particular do ex-goleiro, investigando antigos relacionamentos bem como quais eram os seus amigos, procurando fatos que pudessem prejudicá-lo ainda mais.

Conforme o pensamento de Émile Durkheim (apud MUSSE 2011) e Elizabeth Neumann (2017), receosas, muitas pessoas não exprimem seus pensamentos por medo de ficarem isoladas, e acabam por buscar opiniões dominantes sobre determinado assunto. Ou seja, é o peso da consciência coletiva que há em nós, que por força de um determinado grupo, nos priva de citar o nosso ponto de vista, sobretudo, quando este faz parte da minoria. A mídia, por sua vez, é um forte instrumento de construção de opiniões dominantes, especialmente em relação aos assuntos de grande repercussão e clamor social.

## CONCLUSÃO

A mídia explora incansavelmente os casos de grande repercussão, causando um grande clamor social. Por se tratar, em sua maioria, de empresas do setor privado, acabam por buscar lucro com a repercussão exaustiva de casos polêmicos ligados do judiciário brasileiro, em especial os crimes contra a vida.

A pesquisa não desconsidera o trabalho feito pela promotoria e órgãos acusadores, os quais responsabilizaram Bruno pela morte de Eliza. Contudo, ainda que existissem, à época, provas quanto à culpa dos acusados, os hoje condenados passaram por uma maciça condenação pública prévia, perpetrada pela imprensa nacional e seus operadores. Antes mesmo do julgamento e da comprovação da culpa pelas instituições policiais e judiciais, a mídia brasileira alardeou o caso e responsabilizou o ex-goleiro (e seus “cúmplices”) pelo desaparecimento e morte de Eliza.

Diante do exposto, a partir dos estudos realizados e conforme o problema levantado, conclui-se que a mídia realmente tem uma grande influência sobre a opinião da sociedade e, conseqüentemente, nas decisões dos jurados, visto que são pessoas comuns do povo que tem acesso a toda informação que a mídia expõe. As pessoas são vulneráveis às opiniões dominantes, e temem represália caso se manifestem ao contrário.

É preciso salientar que a mídia deve ter liberdade de informação, porém, não deveria fazer um julgamento midiático, ferindo o princípio da presunção da inocência e a soberania do

veredicto.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, Márcia Franz. **Jornalismo Popular**. 1. ed. São Paulo, SP: Contexto, 2006.

CAPEZ, Fernando. **Curso de Processo Penal**. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

\_\_\_\_\_. **Curso de Processo Penal**. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

CERVO, Amado Luiz; BREVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Técnicas de coleta de dados. Metodologia científica**. 4. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2000.

**CÓDIGO PENAL DE 1940**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm)>. Acesso em: 01 de set. 2018.

**CÓDIGO PROCESSO PENAL DE 1941**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/Del3689.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del3689.htm)>. Acesso em: 01 de set. 2018.

**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 01 de set. 2018.

**ENTENDA O CASO DO GOLEIRO BRUNO: Ele foi condenado pela morte da modelo Eliza Samúdio**: O Globo, 2017. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/entenda-caso-do-goleiro-bruno-20975301?versao=amp>>. Acesso em: 20 de out. 2018.

**FENAJ: Código de Ética dos Jornalistas**. Disponível em: <<http://fenaj.org.br/fenaj-disponibiliza-texto-atualizado-do-codigo-de-etica/>>. Acesso em: 29 de set. 2018.

**FOLHA DE S. PAULO COTIDIANO**. Disponível em: <<https://www.folha.uol.com.br/>>. Acesso em: 27 de out. 2018.

FREITAS, Paulo. **Criminologia midiática e Tribunal do Júri: a influência da mídia e da opinião pública na decisão dos jurados**. 2. ed., Niterói, RJ: Impetrus, 2018.

**G1.GLOBO.COM.** Disponível em:

<<https://g1.globo.com/busca/?q=caso+goleiro+bruno&ps=on>>. Acesso em: 27 de out. 2018.

LAFER, Celso. **A reconstrução dos direitos humanos: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt.** São Paulo, SP, Cia. das Letras, 1991.

LIMA, Djalba, **Comoções sociais influenciaram a punição de crimes hediondos**, In: Senado Notícias, 2010. Disponível em:

<<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2010/07/16/comocoos-sociais-influenciaram-punicao-de-crimes-hediondos>>. Acesso em: 10 de out. 2010.

MARIANE, Rossi, **Mulher espancada após boatos em rede social morre em Guarujá, SP, Santos/SP**, 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2014/05/mulher-espancada-apos-boatos-em-rede-social-morre-em-guaruja-sp.html>>. Acesso em: 09 de out. 2018.

MUSSE, Ricardo. **Émile Durkheim: fato social e divisão do trabalho.** 1 ed. São Paulo, SP: Ática, 2011.

NEUMANN, Elizabeth Noelle. **A espiral do Silêncio: Opinião Pública: Nosso Tecido Social**, 1 ed. Florianópolis, SC: Estudos Nacionais, 2017.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Tribunal do Júri.** 6. ed. Rio de Janeiro/RJ: Forense, 2015.

SILVA, Gabriela de Barros. **Como o caso Escola Base enterrou socialmente os envolvidos**, In: Canal Ciências Criminais, 2018. Disponível em:

<<https://canalcienciascriminais.com.br/caso-escola-base/>>. Acesso em: 12 de out. 2018.

SVITRAS, Caroline, **O caso dos irmãos Naves: O maior erro judiciário da história do Brasil**, In: Visão Jurídica, 2017. Disponível

em:<<http://revistavisaojuridica.com.br/2017/08/19/o-caso-dos-irmaos-naves/>>. Acesso em: 11 de out. 2018.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Processo Penal.** 35 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

TRIGINELLI, Pedro. **Entrevista do primo de Bruno é anexada ao processo do caso Eliza: G1**, 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/minas-gerais/julgamento-do-caso-eliza-samudio/noticia/2013/02/entrevista-do-primo-de-bruno-e-anexada-ao-processo-do-caso->

[eliza.html](#)>. Acesso em: 20 de out. 2018.

**VEJA ABRIL.** Reportagens exclusivas: notícias, informação e opinião. São Paulo.

Disponível em:

<<https://cse.google.com/cse?cx=005913688313154739324%3A0mtovcziwig&ie=UTF-8&q=caso+goleiro+bruno>>. Acesso em: 27 de out. 2018.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 2 ed. Porto Alegre: Brookman, 2001.

## ANEXOS

### ANEXO I – Matérias publicadas pelo site G1

#### QUADRO 01

Seleção de matérias publicadas pelo site G1 no começo das investigações do caso e, nos últimos dias que antecederam o julgamento pelo Tribunal do Júri

DATA	TÍTULO DA MATÉRIA
26 de junho de 2010	Goleiro do Flamengo é suspeito de envolvimento em morte de ex-namorada.
06 de julho de 2010	Eliza Samúdio está morta, desossada e enterrada com concreto.
07 de julho de 2010	MP-RJ: Ex amante de Bruno morreu por estrangulamento.
09 de julho de 2010	Primo de Bruno diz que goleiro presenciou o assassinato de Eliza.
11 de julho de 2010	Fantástico faz reconstituição do crime contra Eliza Samúdio.
24 de julho de 2010	Primo de Bruno diz que corpo de Eliza Samúdio está perto de Confins.
31 de julho de 2010	Revelações do Caso Eliza parece coisa de novela, diz New York.
23 de fevereiro de 2013	Primo do goleiro Bruno volta a falar sobre morte de Eliza Samúdio.
24 de fevereiro de 2013	Não tinha como não desconfiar, diz primo sobre morte.
25 de fevereiro de 2013	Entrevista do primo Bruno é polêmica e contraditória, avalia criminalista.
26 de fevereiro de 2013	Entrevista do primo Bruno é anexada ao processo do caso Eliza.

(FONTE: g1.globo.com)

### ANEXO II – Seleção de matérias aleatórias publicadas pela Folha de S. Paulo e Veja

**QUADRO 02**

Seleção de matéria publicadas no ano de 2010 pelo jornal Folha de S. Paulo e a revista Veja edição on-line.

<b>DATA</b>	<b>TÍTULO DA MATÉRIA</b>
29 de junho – Veja	Os amigos da pesada do goleiro Bruno.
08 de julho – Folha de S. P	Preso, Bruno é chamado de monstro.
09 de julho – Folha de S.P	Para polícia goleiro viu Eliza ser assassinada.
18 de julho – Folha de S.P	Presença de Bruno na cena do crime é a principal dúvida.
19 de julho – Folha de S.P	Em vídeo, Bruno diz não ser responsável por sumiço de Eliza.
31 de julho – Folha de S.P	Polícia exhibe 14 provas para indiciar goleiro Bruno.
08 de novembro – Veja	Ex mulher do goleiro Bruno diz que plano do grupo era matar Eliza e o menino Bruninho.
12 de novembro – Veja	Fernanda, ex-namorada do goleiro Bruno, diz que Eliza Samúdio era mantida presa e que estava ferida.

(FONTE: Folha de S. Paulo Cotidiano, 2018; Veja Abril, 2018).

## A NOMEAÇÃO DOS MINISTROS DO STF: uma ofensa a separação dos poderes?

AMANDA CAROLINE DIAS GONÇALVES<sup>19</sup>  
RENATO DE SOUZA NUNES<sup>20</sup>

### RESUMO

**Introdução:** O presente artigo tem por escopo analisar o princípio da separação dos poderes e a validade do sistema de freios e contrapesos a partir do modelo vigente de nomeação dos ministros do Supremo Tribunal federal, averiguando suas possíveis falhas no atual contexto político do Brasil. **Objetivo:** Pretende ainda sondar os modelos no direito comparado e ponderar acerca do problema de ingerência indevida do poder executivo no judiciário. Aventa-se como hipótese que, o atual modelo de eleição dos ministros pode configurar-se em grave inobservância ao princípio da independência orgânica, uma vez que são colocados ministros na Corte Suprema com cunho unicamente político, de forma a manipular suas futuras decisões a favor do governo. **Material e Métodos:** Empregará como metodologia a sistemática do raciocínio dedutivo a partir do levantamento e análise de material bibliográfico. **Resultados:** Considera-se necessária uma urgente mudança nesse aspecto de modo a garantir a autonomia e independência necessária ao exercício efetivo das funções estatais, livre de um ambiente propício a corrupção, fortalecendo o Estado Democrático de direito como garantidor de liberdades públicas e fundamentais. **Conclusão:** Conclui-se que, a nomeação dos ministros do STF pelo chefe do poder executivo e posterior aprovação no Senado não afronta o princípio da Separação dos poderes, visto que, em sua essência a teoria da divisão das funções estatais previa a interferência de um poder no outro de modo a contrabalancear a divisão do poder de um Estado, apresenta-se, todavia, como um problema pragmático de cunho teórico e político.

**Palavras chave:** Autonomia e Independência. Controle por reciprocidade. Separação dos poderes. Supremo Tribunal Federal.

### THE APPOINTMENT OF THE STF MINISTERS: AN OFFENSE TO THE SEPARATION OF THE POWERS?

### ABSTRACT

**Introduction:** The purpose of this article is to analyze the principle of separation of powers and the validity of the system of checks and balances based on the current model of appointment of ministers of the Federal Supreme Court, investigating their possible failures in the current political context of Brasil. **Objective (s):** It intends to fathom the models in comparative law

---

<sup>19</sup> Aluna graduada em direito pelo Centro Universitário do Cerrado - UNICERP. Especializando em direito penal e processo penal pela UniBF. Trabalho desenvolvido na modalidade voluntária pelo ProIc. Patrocínio/MG. Endereço eletrônico: [amandadiasg@outlook.com](mailto:amandadiasg@outlook.com)

<sup>20</sup> Professor orientador ProIc. Mestre em direito pela UFU/MG. Pós-graduado em direito civil e direito penal. Advogado. Professor universitário no Centro Universitário do Cerrado –UNICERP e orientador do projeto de iniciação científica. Patos de Minas/MG. Endereço eletrônico: [renato@unicerp.edu.br](mailto:renato@unicerp.edu.br)

and to ponder about the problem of undue interference of the executive power in the judiciary. It is hypothesized that the current model of election of ministers can be configured in serious non-compliance with the principle of organic independence, instead of placing ministers in the Supreme Court with a purely political character, in order to manipulate their future decisions in favor of the government. **Material and Methods:** Will employ as a methodology the systematic of deductive reasoning from the collection and analysis of bibliographic material. **Results:** It was considered necessary an urgent change in this aspect in order to guarantee the autonomy and independence necessary for the effective exercise of the functions state institutions free of an environment conducive to corruption, strengthening the Democratic State of law as guarantor of public and fundamental freedoms. **Conclusion:** It is concluded that the appointment of STF ministers by the head of the executive branch and subsequent approval in the Senate does not contradict the principle of separation of powers, since, in essence, the theory of the division of state functions provided for the interference of a power in the the other, in order to counterbalance the division of the power of a State, presents itself, however, as a pragmatic problem of theoretical and political nature.

**Keywords:** Autonomy and Independence. Control by reciprocity. Federal Supreme Court. Separation of powers.

## INTRODUÇÃO

A República Federativa do Brasil adotou a separação das funções estatais ao afirmar no artigo 2º da Constituição Cidadã que são independentes e harmônicos: o Legislativo, o Executivo e o Judiciário e ainda ao consagrar no artigo 60 §4º tal divisão como cláusula pétrea, insuscetível de alteração por emenda constitucional.<sup>21</sup>

O poder é elemento essencial do Estado. Uma sociedade estatal não pode existir sem o poder, que deve também ser revestido de soberania. Nesse sentido, o Poder do Estado além de soberano é uno e indivisível, de forma alguma suporta cisões. Todavia, os estados contemporâneos são organizados em funções, o que denomina-se “separação dos poderes” embora se trate de uma separação de tarefas estatais em legisladora, executória e julgadora (DALLARI, 1998, p. 42), muito embora por razões didáticas adquirir-se-á em alguns momentos deste trabalho o termo “separação dos poderes”, para uma melhor compreensão.

Concernente a tais funções estatais, estas são divididas em típicas e atípicas, sendo que, as funções típicas são desenvolvidas por cada um dos poderes de maneira plena e independente cercadas de garantias para que um poder não interfira na função típica do outro. Nada obstante, a mesma teoria que delimita as funções próprias de cada poder também indica que, ocasionalmente um poder realize a função do outro, atipicamente, com o intuito específico de

---

<sup>21</sup> “§ 4º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir: III - a separação dos Poderes;”

contenção recíproca.

Nesse interim, o sistema de controle recíproco, abordado em capítulo próprio adiante, prevê que, os ministros do STF, corte suprema do Poder Judiciário, são cooptados não pelo próprio Tribunal, senão pelo chefe do poder Executivo.

Partindo deste pressuposto, o atual modelo de escolha dos ministros do Supremo Tribunal Federal por meio de nomeação do Presidente da República e aprovação do Senado faz com que surja o problema da pesquisa: a nomeação dos ministros do STF afronta o princípio da independência orgânica, elemento essencial da separação dos poderes, na medida em que o executivo e o legislativo interferem numa escolha que pelo princípio da independência caberia ao próprio judiciário?

O tema proposto ainda não tem consenso na doutrina, uma vez que vem sendo amplamente criticado, sendo objeto de várias propostas de emenda constitucional nos últimos anos, entre elas a PEC 473/2001 que propunha alternar entre o Presidente da República e o Congresso Nacional a escolha dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, e a PEC 68/2005 que tinha como moção a escolha através de uma lista sêxtupla esta, formada por duas indicações dos órgãos de representação da magistratura, Ministério Público e Ordem dos Advogados do Brasil em seguida a escolha seria realizada pelo próprio plenário do STF e só então atuaria o Presidente da República através da nomeação.

Como hipótese, aventa-se que este atual modelo de eleição dos ministros pode configurar-se em grave inobservância ao princípio da independência orgânica, uma vez que são colocados ministros na Corte Suprema com cunho unicamente político, de forma a manipular suas futuras decisões a favor do governo.

A presente pesquisa se justifica, tendo em vista a atual crise política instada no país, na qual se vê uma intensa disputa entre os poderes da federação. Assim, verifica-se a contemporaneidade da pesquisa, bem como a necessidade da mesma, como forma de tentar traçar trilhas para a solução do problema apresentado.

O presente artigo tem por objetivo geral, fazer uma análise do modelo vigente de escolha dos ministros do Supremo Tribunal Federal, avaliando se há ou não incompatibilidade com os ideais de autonomia e independência entre os poderes.

Pretende ainda questionar a validade do sistema de freios e contrapesos na maneira pela qual é admitido na Constituição da República Federativa do Brasil no que tange à participação da Presidência da República na investidura dos ministros do Supremo Tribunal Federal.

## **MATERIAL E MÉTODOS**

Para o desenrolar do tema tornou-se mais viável a utilização do método dedutivo de pesquisa, tendo em vista o emprego de pressupostos válidos para a partir deles efetivar conclusões formais. Para Mezzaroba e Monteiro (2003) o método dedutivo parte de argumentos gerais para argumentos particulares, dessa maneira é oportuno sua aplicação para a obtenção de uma diretriz de pensamento mais formal.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **1. A TRIPARTIÇÃO DAS FUNÇÕES ESTATAIS**

[...] todo homem que tem poder é levado a abusar dele. Vai até onde encontrar limites. Quem diria! A própria virtude precisa de limites. Para que não possam abusar do poder, pela disposição das coisas, o poder freie o poder. (MONTESQUIEU, 1987, p. 136).

É notório que as divisões de tarefas estatais em legislativa, julgadora e executória ganhou destaque nas obras de Montesquieu, especificadamente em “O espírito das leis”, teoria intitulada como a separação dos poderes. Entretanto, sabe-se também que, mais remotamente foi Aristóteles e seus precursores os responsáveis pelos primeiros rascunhos do que vigora hoje entres os países modernos no que tange à separação das funções estatais.

Relata-se que Charles-Louis de Secondat teve como inspiração para sua obra o governo da Inglaterra, pois julgava prósperas as leis daquele país. Descreve Paul de Visscher (1947 *apud* MEDEIROS, 2008, p.197) em sua obra uma das viagens do Barão de Montesquieu à Inglaterra no ano de 1729 e apresenta quão grande foi o espanto do francês ao vislumbrar um cidadão daquele país lendo um jornal local, momento em que desejou a liberdade inglesa.

Quando visitou o reino da Inglaterra, ao curso do ano de 1729, Montesquieu, passeando uma manhã nas ruas da velha Londres, notou um carpinteiro que, numa pausa de seu trabalho, lia a London Gazette. Esta constatação lhe inspirou numerosas reflexões sobre a maturidade e a liberdade políticas do povo inglês. Comparada à França, onde o povo era mantido em um estado de ignorância e de semiservidão, onde os súditos do Rei não dispunham nem da liberdade de palavra, nem de imprensa, onde o fato de desgostar do Monarca

ou de um de seus cortesões fazia um simples cidadão correr o risco de ser ver privado da liberdade. (VISSHER,1947 apud MEDEIROS, 2008, p. 197)

Elegendo a Inglaterra como a pátria rainha da liberdade, Montesquieu buscou descobrir os motivos que faziam de tal nação um modelo em toda Europa, sendo assim, analisou minuciosamente a Constituição inglesa e atestou que a liberdade britânica advinha senão do fato das funções do estado estarem repartidas entre o parlamento legiferante, o rei supremo e a corte julgadora. Montesquieu não arquitetou, entretanto inovou e propagandeou.

Superado o retrógrado absolutismo, os países modernos adotaram a repartição de suas funções estatais, visto que era imprescindível que todo o poder de uma nação não restasse concentrado nas mãos de poucos.

Para tanto, adotando a teoria de Montesquieu, nasceram os poderes legislativo, executivo e judiciário, dotados de funções que lhe são típicas e por vezes atípicas, guarnecidos de imunidades para que pudessem prosperar com autonomia e independência.

No que tange à tais imunidades lecionou João Paulo Pirôpo De Abreu (2012. p. 50) em sua dissertação de mestrado que: “Destarte, a divisão dos poderes políticos do Estado pressupõe dois elementos: especialização funcional e independência orgânica, uma vez que os poderes políticos devem atuar de forma independente, sem subordinação. ”

São independentes pois um não curva face ao outro e são harmônicos pois devem observar o bom trato entre eles. Nesses termos a independência está intimamente ligada a um conceito de imparcialidade, autonomia, na medida em que, os poderes são independentes porque um não está subordinado ao outro e harmônicos à proporção que observam uma mutualidade e solidariedade.

Ao discorrer sobre a separação dos poderes nos tempos hodiernos, José Afonso da Silva (2007, p.109) ressalta que a expansão das atividades estatais deu a ela novos rumos, aduzindo o autor inclusive a respeito da colaboração entre poderes. Nos dizeres de Silva: “A independência dos poderes significa que a investidura das pessoas num órgão do governo não depende da confiança nem da vontade de outros” (SILVA, 2007, p. 110).

Isto posto, considera-se que, a criação da separação dos poderes apresentou-se como uma ruptura do Estado medieval, absolutista, indouto e néscio para a transição rumo a estrutura do Estado moderno, democrático e progressista.

## **1.1 Controle por reciprocidade**

Depreende-se da leitura da obra de Montesquieu que não basta os poderes serem independentes e harmônicos, há a necessidade de colaboração mútua, uma vez que o poder deve frear o poder razão pela qual a Constituição Federal/88 autoriza não raras vezes a intromissão de um poder na esfera do outro.

Nesse sentido, a separação dos poderes não é rígida. Há exceções, as denominadas funções atípicas. Chama-se de sistema de freios e contrapesos a ordem que estabelece a função típica de cada poder e ainda a prerrogativa de controlar os demais.

Esse sistema de intervenção é denominado por Lenza (2014, p.545) de princípio da interpenetração, ou ainda como querem os americanos “Cheks & Ballances” e se funda numa ideia de controle por reciprocidade buscando evitar ao máximo a concentração do poder nas mãos de poucos.

A Carta Magna de 1988 está repleta de momentos em que um poder controla o outro exercendo suas funções atípicas, como por exemplo a edição de medida provisória pelo Presidente da República, a sanção ou veto, a eleição dos ministros do STF, a competência do STF para declarar a inconstitucionalidade de lei etc. Acerca dessa equivalência veja-se: “Com efeito, cada órgão exerce funções preponderantes (típicas) e secundárias (atípicas) podendo-se afirmar a existência de duas formas de distribuição do poder: distribuição funcional do poder e distribuição organizacional do poder.” (TEIXEIRA,2012, p.17)

Entretanto, para que esse sistema funcione bem é necessário que cada poder conte com ampla independência possível através de imunidades e garantias.

Nesse interim, a Constituição oferece prerrogativas para a independência do judiciário de forma sublime lhe dando autonomia administrativa e financeira além de garantias como a vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de subsídios, para que possam decidir livremente.

Portanto é função típica do poder judiciário julgar, ou seja, aplicar as normas jurídicas ao caso concreto elucidando as lides. Tem-se por funções atípicas decorrentes do próprio princípio da separação dos poderes: legislar de modo a elaborar seu regimento interno, administrar gerenciando suas secretarias, e o poder de organizar-se internamente, promover seus regimentos internos e orçamentos sem imisção de qualquer outro poder.

No que diz respeito ao STF essa necessidade vislumbra-se ainda mais claramente sendo o Pretório Excelso o guardião da Constituição. Bulos (2007, p.1063) assevera: “O Supremo foi criado para ser inacessível às influências da desordem, das paixões, dos interesses e das inclinações corruptíveis”.

De mesma convicção compratilha Sérgio Teixeira: “É condição indispensável, para que a Suprema Corte realize seus misteres, sua condição de independência e imparcialidade”. (TEIXEIRA, 2012, p.32).

Isto posto, evidencia-se a exigência de independência do poder judiciário em especial da Suprema Corte Brasileira, ao passo que qualquer interferência indevida dos outros poderes coloca em xeque a estabilidade do Estado Democrático de Direito como preservador de garantias fundamentais e liberdades públicas e a segurança das relações jurídicas.

## **2. O MODELO DE ESCOLHA DOS MINISTROS DO STF**

Os parâmetros para a escolha dos ministros do STF estão dispostos no artigo 101 da Constituição federal, ao definir que o Supremo será composto por 11 ministros de idade entre 35 e 65 anos de notável saber jurídico e reputação ilibada, nomeados pela Presidência da República e aprovados por maioria absoluta do Senado Federal.

O Supremo Tribunal Federal Brasileiro foi criado com clara inspiração na Suprema Corte Americana. Relata Alexandre de Moraes (2005, p. 40) que, durante o governo republicano provisório, Dom Pedro II encomendou uma viagem aos Estados Unidos à Salvador de Mendonça com o escopo de analisar a Suprema Corte daquele país a fim de se instaurar um instituto semelhante no Brasil o qual pudesse exercer originalmente as funções do poder moderador.

Em julho de 1889, indo Salvador de Mendonça, acompanhado de Lafayette Rodrigues Pereira, despedir-se de Dom Pedro II, a fim de cumprir missão oficial nos Estado Unidos, ouviu do Imperados as seguintes palavras: ‘Estudem com todo cuidado a organização do Supremo Tribunal de Justiça de Washington. Creio que nas funções da Corte Suprema está o segredo do bom funcionamento da Constituição Norte Americana. Quando voltarem, haveremos de ter uma conferência a este respeito. Entre nós as coisas não vão bem, e parece-me que, se pudéssemos criar aqui um Tribunal igual ao Norte Americano, e transferir para ele as atribuições do Poder Moderador da nossa Constituição, ficaria esta melhor. (MORAES, 2005, p.40) *grifo nosso*.

O mesmo zelo relatou Bulos em sua obra (2007, p. 1065): “Os esforços para criar um Supremo Tribunal, no Brasil, iniciaram-se com o Imperador Dom Pedro II, que solicitou, [...] cuidadosos estudos sobre a organização da Corte Suprema dos Estado Unidos da América”.

A partir de então, o decreto n° 848 de 11 de outubro de 1890, promulgado pelo General

Manoel Deodoro da Fonseca, criou o Supremo Tribunal Federal composto originalmente por 15 juízes, escolhidos entre os cidadãos de notável saber jurídico e reputação ilibada, nomeados pelo Presidente da República após aprovação no Senado Federal.

Insta destacar que, dentre as competências do Supremo Tribunal Federal elencadas no artigo 9º<sup>22</sup> do citado decreto, a primeira delas era a de processar e julgar o Presidente da República nos crimes comuns (quanta conveniência!).

Passados anos da criação da Suprema Corte, a constituição de 1988 manteve o modelo de escolha de seus ministros alterando somente a quantidade de ministros que compõem o STF como preceitua o artigo 101 da *Lex Matter*, conservando clara semelhança com o modelo americano.

Nota-se, portanto, ainda hoje uma vinculação ao modelo americano de escolha dos ministros, que se despona retrógrada e antiquada visto que, o sistema de norma brasileiros baseado escola *Civil Law* é ainda hoje, apesar de alguns despontamentos em sentido contrário, essencialmente diferente do sistema americano baseado na tradição *Common Law*.

### **3. O MODELO DE ESCOLHA DOS MINISTROS DAS CORTES SUPREMAS NO DIREITO COMPARADO**

São vários os métodos de escolha dos magistrados dos órgãos singulares e dos órgãos superiores no mundo, tais como a eleição direta, a livre nomeação do executivo, o concurso público, ou a nomeação do executivo condicionada. Há, portanto, em termos de conceituação três modelos de escolha dos magistrados: o técnico burocrático, o empírico-primitivo, e o democrático contemporâneo.

No primeiro modelo há necessidade de seleção técnica e carreira estruturada. É a opção brasileira. O segundo modelo tem por características a admissão dos magistrados tão somente por juízo político. Seguem esse modelo os países latino-americanos com exceção do Brasil. E por fim, quando há um órgão pluralístico e a eleição dos juízes se dá horizontalmente por outros magistrados, fala-se em sistema democrático-contemporâneo.

Para José Vidal (apud BANDEIRA, 2002, p.03 ) a eleição dos magistrados por concurso público é o meio mais democrático de escolha e também uma garantia do poder judiciário pois

---

<sup>22</sup> Art. 9º Compete ao Tribunal:

I. Instruir os processos e julgar em primeira e única instância:

a) o Presidente da República nos crimes comuns;

garante a capacidade dos juízes e eleva o respeito pela classe. De mesmo entendimento compartilha o processualista Celso Barbi que ainda salienta a oportunidade dos bacharéis de classe pobre e média uma vez quem não carrega teor político.

Atualmente doutrinadores e juízes que defendem a extensão da escolha por concurso para a justiça de 2º grau e o fim da “carreira na magistratura”, apresentam a proposta não só para o judiciário mas para todos os poderes.

Passa-se agora a uma breve análise do modelo de escolha dos membros das Cortes Supremas de alguns países. Salienta-se o caráter perfunctório da apreciação posto que, a pesquisa não possui como escopo a apresentação de uma solução ao problema senão uma reflexão crítica.

O tribunal Constitucional Português, é formado por 13 juízes dentre os quais 10 são escolhidos pela Assembleia da República e três nomeados pelo Próprio Tribunal. Já na Corte Italiana a escolha é feita através de cinco indicações do Presidente da República, cinco designações do Parlamento e outras cinco pelas cortes supremas, frisa-se que os ministros podem ser escolhidos entre os juízes, professores de direitos ou advogados com mais de 25 anos de profissão. Na Alemanha a Corte apresenta 16 juízes, metade deles indicados pela Câmara dos deputados (*Bundestag*) e a outra metade pelo Senado (*Bundesrat*).<sup>23</sup>

Em sua dissertação de mestrado Joana Pergoraro (2006) destacou que, semelhante ao STF, a Corte Suprema Argentina é composta por ministros indicados pelo Presidente e aprovados pelo Senado em um total de nove membros previsão no artigo 112 da Constituição daquele país, salientou ainda que, a *Suprema Corte de Justicia de la Nación* mexicana é composta por 11 ministros que não pode ter sido Chefe de departamento, governador, deputado ou senador ou secretário de Estado ao menos um ano antes de sua nomeação e são indicados pela Presidência da República em um alista de vários nomes, e um a um se apresentam no Senado para elaboração de parecer e aprovação de 2/3 nessa casa.

Bandeira (2002) ressalta que um país que adota as eleições populares como método de escolha dos ministros dos tribunais é a Suíça que, por sinal tem obtido ótimos resultados. O Tribunal Federal suíço tem papel na uniformização do direito e é composto por 30 juízes com mandato de seis anos permitida a recondução.

O ilustre professor Nelson Nery (2000, p. 24) propôs em sua obra *Princípios do Processo Civil na Constituição Federal* que: “o Tribunal deveria ser formado por juízes indicados pelos Três Poderes, na proporção de um terço, e com mandato por tempo determinado”. O douto

---

<sup>23</sup> Pesquisa desenvolvida por RIEMSEBERG (2005).

professor Dallari discorda da atual maneira de eleição dos ministros no Brasil:

Seria mais razoável e mais condizente com a democracia, permitir que entidades representativas de advogados, juízes e do Ministério Público, bem como os Tribunais superiores Federais e estaduais, apresentem sugestões de nomes. Entre os três que obtivessem maior número de indicações, o Presidente da República escolheria um nome para ser submetido à aprovação do Senado. Esse procedimento daria publicidade ao processo, evitando a premiação de “amigos do rei” assegurando a legitimidade do escolhido” (DALLARI apud Pergoraro 1996)

Portanto, são inúmeras as alternativas que podem ser adotadas para resolução do problema que aqui almeja exibir, seja observando a norma do direito comparado desde que (claro), a estrutura política do país seja semelhante ao brasileiro, seja inovando na matéria.

### **3.1 O problema político da ingerência indevida**

“Qualquer presidente da República que tenha a prerrogativa de indicar ministros vai escolher alguém que lhe pareça de confiança.” (JAMES MARINS, 2002)

É incontestável que o Supremo Tribunal Federal exerce, além do controle de constitucionalidade, forte papel político com decisões de grande impacto no país. É nesse viés que, acentua-se o problema da pesquisa, vez que, sendo um tribunal acima de tudo político, a escolha de seus componentes deve preocupar-se ao máximo em alcançar objetividade. Como é ressaltado por Tibola (2015, p.11): “[...] o Presidente da República dificilmente escolherá para a “Corte Suprema” um ministro que não esteja alinhado com seus interesses políticos”.

Ocorre que, nem de longe a discussão é recente ou encontra-se previsão para findar-se. Canotilho (2000, p. 663) ao ser citado por Riemseberg (2005, p.16) discorreu que: “a composição de um Tribunal Constitucional, dadas as funções jurídico-políticas a ele atribuídas, é sempre um problema central da organização do Estado, independentemente das dimensões acentuadas na escolha concreta dos juízes”.

De mesma convicção se apresenta Bernard Schwartz (1966, p. 102), em texto anterior à própria Constituição Federal:

Não se pode esperar que o Presidente nomeie indivíduos, por mais importante que sejam, cujos pontos de vista em questão de política pública sejam radicalmente diferentes do seu próprio. Ele tem obrigações políticas e pessoais que, por serem humanas, procurará cumprir por meio da nomeação para Suprema Corte. Além de ser Presidente ele é o líder de um partido político e

terá sempre em mente as suas considerações de ordem partidária.

A discussão reveste-se de contornos ainda mais preocupantes quando vislumbrada sob o ângulo da realidade. Atente-se para o fato de que, recentemente o ilustre jurista Alexandre de Moraes foi nomeado ao cargo para preencher a vaga que pertencia ao ministro Teori Zavascki.

O atual ministro foi nomeado pelo então Presidente da República Michel Temer e confirmado ao cargo na data de 22/02/2017, mesmo em meio à várias polêmicas que cercavam sua nomeação, visto que, é notório suas diretrizes partidárias ao passo que Alexandre de Moraes, no momento de sua nomeação ao cargo de ministro do STF ocupava o de Ministro da Justiça, nomeado pelo mesmo presidente da República.

Não fosse o bastante, o criminalista não só ocuparia a vaga de Teori Zavaski bem como sua função como relator no caso Lava-Jato, onde o nome de Michel Temer aparece por diversas vezes nas delações. Insta salientar que, inobstante às especulações jornalísticas, o próprio Alexandre de Moraes defendeu por diversas vezes, em exímias obras, a alteração no modelo de escolha dos ministros, senão veja-se:

Nessa evolução, seria interessante que a estrutura e composição do Supremo Tribunal Federal se afastasse do modelo americano, aproximando-se do modelo europeu de Tribunais Constitucionais, **por sofrer menos influências políticas do Presidente da República**. [...] dessa forma algumas alterações na composição, forma de investidura, garantias e impedimentos dos membros do Supremo Tribunal Federal são absolutamente indispensáveis para a preservação de sua legitimidade e ampliação de sua independência e imparcialidade. (MORAES, p.52)

É mister evidenciar que, o que aqui se discute não é o “notável saber jurídico” do atual ministro, posto que, quanto a isso não há controvérsias de que o jurista é preparado ao cargo. O que aqui se deseja expôr é o contexto absurdo em que ocorrera a nomeação.

Outrossim, apresentadas as peculiaridades que contornam o tema, resta clara e inequívoca uma necessidade urgente de mudança no modelo de nomeação de ministros de nossa Corte Constitucional, exatamente pelo fato do STF ser a mais importante instância judiciária do país: “Perante a importância que o STF tem, conforme já abordado, esse procedimento de nomeação do ministro é muito vago, precisamos de algo mais concreto, algo mais seguro para a nomeação de tais ministros” (TIBOLA,2015, p.13)

Conclui-se que, o Princípio da Separação dos Poderes em seu âmago é ainda hoje atual e moderno, mesmo no que concerne ao sistema de freios e contrapesos com a intromissão de um poder na esfera do outro.

Destarte, a proposta de Montesquieu é válida e tenta resolver ao menos em parte o

problema da concentração de poder e das paixões corruptíveis. Entretanto, embora necessária a intervenção recíproca entre legislativo, executivo e judiciário, tem-se que, no que diz respeito à escolha dos ministros do Supremo Tribunal Federal, que a autonomia faz-se necessária pelo fato de que a Corte atualmente delibera acerca das mais importantes decisões políticas do país, na medida em que, quase tudo deságua no Tribunal Supremo:

Assim, a análise dos capítulos deste trabalho demonstra ser imperiosa a alteração no modo de escolha dos ministros do Supremo Tribunal Federal a fim de que se retire da exclusiva esfera do Poder Executivo a iniciativa da escolha dos titulares da mais alta corte de justiça do Brasil, democratizando, em decorrência, o processo de composição do órgão de cúpula do Poder Judiciário Brasileiro, o que, certamente, se coaduna com o Princípio da Separação dos Poderes (TEIXEIRA, 2012, p.49)

Em suma, é notório que a influência do Poder Executivo no Judiciário no que concerne a escolha exclusiva dos ministros do STF é um problema fático e real, não pelo fato da designação ser discricionária do Poder executivo, mas sim pelo fato de ser feita unicamente pelo Chefe desse poder sem maiores exigências o que pode resultar e na maioria das vezes resulta, em uma manobra política.

Como se vê, é o sistema da “cooptação”, muito criticado porque dá ensejo a uma possível ingerência política nos destinos da Justiça. Se de um lado não se vislumbra razão para se sustentar o concurso público, como meio de seleção dos juízes da Corte Suprema, de outro, tampouco pode-se concordar com a forma atual, retrógrada, ultrapassada e típica dos regimes autoritários. (GOMES, 1997, p. 179)

Por todo o exposto, encerra-se esse capítulo com uma reflexão despertando sobre uma imediata necessidade de mudança da norma Jurídica em questão, torna-se, portanto, imprescindível a edição de uma emenda à Constituição independentemente do método eleito, desde que mais afeto à estrutura política-organizacional brasileira.

## **CONCLUSÃO**

Conclui-se que, Charles - Louis De Secondat, meio ao movimento “Época das luzes” preocupado em garantir ao povo de uma nação liberdade para que ninguém vivesse em um estado de ignorância, assegurando o progresso do conhecimento, aprimorou o sistema de Separação dos Poderes de maneira semelhante como é conhecido hoje entre os países modernos,

a fim de que a própria virtude controlasse a virtude em um combate ao absolutismo e o autoritarismo.

Em uma perspicaz análise notou-se que o Supremo Tribunal Federal já foi criado no intuito de que seus ministros exercessem a função do poder moderador que incluía as vontades do monarca, ou seja, já foi originado com clara e inequívoca intenção de que a Suprema Corte desse país, não só aprovasse mas também apoiasse as decisões do monarca no intuito de fortalecer o sistema de governo à época, ou nas palavras de Dallari “amigos do rei”.

No que tange ao problema central da pesquisa, resta agora finda a indagação, pois conclui-se que, a nomeação dos ministros do STF pelo chefe do poder executivo e posterior aprovação no Senado não afronta o princípio da Separação dos poderes adotado no artigo 2º da Lex Matter, visto que, em sua essência a teoria da divisão das funções estatais previa a interferência de um poder no outro de modo a contrabalancear a divisão do poder de um Estado nas mãos de muitos.

Todavia, não parece tão simples a conclusão, pois inobstante ao fato do modelo de propositura dos ministros na corte Suprema deste país não ser uma afronta direta à separação dos poderes, apresenta-se todavia, como um problema pragmático de cunho teórico e político.

Desde priscas eras é sabido que o poder tudo corrompe em virtude da condição humana. Desta maneira, é vital a alteração do sistema de escolha dos ministros do Supremo Tribunal Federal, posto que, deixar a eleição nas mãos de um único homem que detem tanto poder é retroceder à “Idade das Trevas”.

Portanto, vislumbra-se necessária a alteração Constitucional a fim de que a escolha dos magistrados da Suprema Corte não tenha caráter unicamente político, fortalecendo o Estado de Direito e as instituições Democráticas no intuito de conceder liberdade aos indivíduos bem como as demais garantias individuais, construindo uma sociedade livre, justa e igualitária.

## **REFERÊNCIAS**

ABREU, João Paulo Pirôpo De. **A Autonomia Financeira Do Poder Judiciário: Limites Traçados Pelo Princípio Da Independência E Harmonia Dos Poderes**. Salvador: UFBA, 2012. Disponível em: <<http://www.corteidh.or.cr/tablas/29982.pdf>> Acesso em 10 jan 2018.

BANDEIRA, Regina Maria Groba. **Seleção dos magistrados no direito pátrio e comparado. Viabilidade Legislativa de eleição direta dos membros do Supremo Tribunal Federal**. Brasília: Câmara dos deputados, 2002. Disponível em:

<<http://www2.camara.leg.br/a-camara/documentos-e-pesquisa/estudos-e-notas-tecnicas/arquivos-pdf/pdf/200366.pdf>> Acesso em 28 set 2017.

BRASIL. Câmara dos deputados. **PEC 473/2001**. Dá nova redação ao inciso XIV do art. 84 e ao parágrafo único do art. 101 da Constituição Federal. Brasília, DF: 2001. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=42052> Acesso em 02, abr. 2017

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

CANOTILHO, J. J. Gomes. Direito Constitucional e Teoria da Constituição. 4 ed. Coimbra: 2000; apud RIEMSEBERG, Klaus Bayer. **A Escolha dos membros do Supremo Tribunal Federal e das cortes constitucionais no direito comparado**. Curitiba: UFPR, 2005. Disponível em: <https://www.acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/45401/M594.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em: 30 mar 2018.

DALARI, Dalmo de Abreu. **Elementos da teoria geral do Estado**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 1998.

FILHO, Manoel Gonçalves Ferreira. **Curso de Direito Constitucional**. 37 ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

GOMES, L. F. **A dimensão da magistratura no Estado constitucional e democrático de direito**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado**. 18 ed. rev. São Paulo: Saraiva, 2014.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Métodos científicos**. In: \_\_\_\_\_. Fundamentos de metodologia Científica. 5ed. São Paulo: Atlas, 2003. Cap.4. P. 83-112.

MEZZAROBA, O; MONTEIRO, C. S. **Tipos de métodos científicos**. In: \_\_\_\_\_. Manual da metodologia da pesquisa no direito. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2009. Cap. 2. P. 60-84.

MONTESQUIEU, Charles Louis de Sécondat, baron de la Brède et de. **O espírito das leis**. Tradução por Fernando Henrique Cardoso e Leôncio Martins Rodrigues. 2 ed. ver. Brasília: Universidade de Brasília, 1995. Original publicado em 1748: “De L’Espirit des lois.”

MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MORAES, Alexandre de. **Jurisdição Constitucional: Breves Notas Comparativas sobre a Estrutura do Supremo Tribunal Federal e a Corte Suprema Norte-Americana**. [S.l]: Sibi, 2005. v. 05, p. 07-32. Disponível em: <<http://www.producao.usp.br/handle/BDPI/49057>> Acesso em 12 dez 2018.

NERY, Nelson. **Princípios do Processo Civil na Constituição Federal**. 7 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

NEITSCH, Joana. **Escolha de ministros do STF em xeque**. Gazeta do povo. [S.l.] 2002. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/justica-direito/escolha-de-ministros-do-stf-em-xeque-23kxmvtvmia3fe5a20pbgwp5a>. Acesso em 24. Mar. 2017.

PERGORARO, Joana Cristina. **A política na corte: Uma análise da forma de secolha dos ministros do Supremo Tribunal Federal**. Porto Alegre: UFRGS,2006. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/8673/000585793.pdf?sequence=1> Acesso em 31 jul 2018.

RUIZ, João Álvaro. **Metodologia Científica: guia para eficiência nos estudos**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SCHWARTZ, Bernard. **Direito Constitucional Americano**. Rio de Janeiro: Forense, 1966.

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito Constitucional Positivo**. 29 ed. rev. São Paulo: Malheiros, 2007.

TAVARES, André Ramos. **Curso de Direito Constitucional**. 5 ed. rev. São Paulo: Saraiva, 2007.

TEIXEIRA, Sérgio Luiz. O procedimento de escolha dos ministros do stf: ingerência do executivo no legislativo? uma análise à luz do princípio da separação de poderes. Brasília: IDP/DF, 2012. (tese de monografia). Disponível em: <[http://dspace.idp.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/432/Monografia\\_Sergio%20Luiz%20Teixeira.pdf?sequence=1&isAllowed=y](http://dspace.idp.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/432/Monografia_Sergio%20Luiz%20Teixeira.pdf?sequence=1&isAllowed=y)> Acesso em 15 mar 2018.

TIBOLLA, Diana; BÁREA, Marina. A escolha dos ministros do Supremo Tribunal Federal. [S.l.]: UNOESC, 2015 Disponível em: <<https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:W3gRdUyBtO4J:https://editora.unoesc.edu.br/index.php/sdc/article/download/7772/4056+&cd=11&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=b>> Acesso em 22 fev 2018.

VIDAL, José. **O Poder Judiciário - A Magistratura e os Sistemas de Escolha dos Juízes**. Mato Grosso: 1981 *apud* BANDEIRA, Regina Maria Groba. Seleção dos magistrados no direito pátrio e comparado. Viabilidade Legislativa de eleição direta dos membros do Supremo Tribunal Federal. Brasília: Câmara dos deputados, 2002. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/a-camara/documentos-e-pesquisa/estudos-e-notas-tecnicas/arquivos-pdf/pdf/200366.pdf>> Acesso em 28 set 2017.

VISSCHER, Paul de. **Les nouvelles tendances da la democratie anglaise**. Tournai: Casterman, 1947 *apud* MEDEIROS, Fabrício Juliano Mendes. Separação de poderes: De doutrina liberal a princípio Constitucional. Brasília: Revista de informação legislativa, 2008. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/176530>> Acesso em 15 abr 2018.

# O DIREITO FUNDAMENTAL À EDUCAÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELLECTUAL NA CIDADE DE PATROCÍNIO/MG

BÁRBARA SOUZA E COSTA<sup>24</sup>  
IZABEL ROSA MOREIRA<sup>25</sup>

## RESUMO

**Introdução:** O direito fundamental à educação, inerente a todo e qualquer ser humano é essencial para a sua formação individual e social. Desse modo, o número de pessoas com deficiência intelectual lutando em prol da inclusão na sociedade é crescente. Assim, a educação especial e inclusiva é tema de considerável relevância no mundo contemporâneo, haja vista a importância da educação na formação dos futuros cidadãos do Brasil. **Objetivo:** Por essa razão, o trabalho objetivou analisar se o direito à educação das pessoas com deficiência intelectual na cidade de Patrocínio/MG é eficaz e se atende ao contexto da inclusão social. **Materiais e Métodos:** Para tanto, utilizou-se a pesquisa bibliográfica visando análises conceituais, históricas e legalistas, bem como a pesquisa em campo através de entrevistas realizadas com pais e profissionais da área que trabalham com crianças e adolescentes com deficiência intelectual. **Resultados:** Constatou-se que, embora as pessoas com deficiência tenham conquistado diversos direitos, estes, não são aplicados de maneira eficaz. Além disso, em que pese haver o reconhecimento destas pessoas, o preconceito ainda encontra-se enraizado na sociedade, a qual, por muitas vezes, julga as pessoas com deficiência somente por suas limitações. **Conclusão:** Ante aos resultados obtidos, o trabalho conclui que, no contexto da educação, embora existam escolas, profissionais e pais que de fato preocupam-se com a promoção da educação eficaz inclusiva, a cidade de Patrocínio/MG não alcançou este objetivo, ainda há muito para ser feito.

**Palavras chave:** Direito à educação. Inclusão social. Pessoas com deficiência intelectual.

## THE FUNDAMENTAL RIGHT TO EDUCATION OF PERSONS WITH INTELLECTUAL DISABILITIES IN TE CITY OF PATROCÍNIO/MG

## ABSTRACT

**Introduction:** The fundamental right to education, inherent in every people is essential to their individual and social formation. Thus, the number of people with intellectual disabilities fighting for inclusion in society is increasing. Therefore, an special and inclusive education is

---

<sup>24</sup> Graduada em Direito Pelo Centro Universitário do Cerrado de Patrocínio/MG - UNICERP. Pós-graduanda em Direito Penal e Processual Penal pela Faculdade Única – Grupo Prominas. Patrocínio. Minas Gerais. Brasil. E-mail: [barbaracosta05@outlook.com](mailto:barbaracosta05@outlook.com)

<sup>25</sup> Graduada em Direito pela Universidade Federal de Uberlândia - UFU. Mestra em Direito pela Universidade Federal de Uberlândia – UFU. Patrocínio. Minas Gerais. Brasil. E-mail: [izabel.r.moreira@hotmail.com](mailto:izabel.r.moreira@hotmail.com)

a topic of considerable relevance in the contemporary world, given the importance of education in the formation of future citizens of Brazil. **Objective:** Because of this, the study aimed to analyze whether the right to education of people with intellectual disabilities in the city of Patrocínio / MG is effective and matches the context of social inclusion. **Materials and methods:** Therefore, bibliographic search was used aiming at conceptual analysis, historical and legalistic, as well as field research through interviews performed with parents and professionals working with children and adolescents with intellectual disabilities. **Results:** It has been found that, while people with disabilities have achieved various rights, these rights are applied effectively. Moreover, despite the recognition of these people, the prejudice is still rooted in society, which often, judges people with disabilities only for their limitations. **Conclusion:** Based on the results obtained, the study concludes that, in the context of education, although there are schools, professionals and parents that are really concerned with the promotion of inclusive effective education, the city of Patrocínio / MG did not reach this goal, there are many things to be done yet.

**Keywords:** People with intellectual disabilities. Right to education. Social inclusion.

## INTRODUÇÃO

Sabe-se que o atual reconhecimento das pessoas com deficiência na sociedade é fruto de muitas lutas travadas desde os primórdios da humanidade. Todavia, em que pese haver este reconhecimento, o preconceito ainda encontra-se enraizado na sociedade contemporânea, a qual, por diversas vezes, julga as pessoas com deficiência baseando-se apenas em suas limitações. Assim, a luta destas pessoas por sua inclusão social é constante, situação que deveria ocorrer naturalmente.

Desse modo, considerando a educação como um direito fundamental inerente a todo e qualquer ser humano, bem como a sua relevância frente à formação individual dos futuros cidadãos do Brasil, o presente trabalho aborda este direito voltado às pessoas com deficiência intelectual, mais especificadamente a Síndrome de Down, para a coleta de dados na cidade de Patrocínio/MG, de modo a averiguar se existe a educação inclusiva na cidade e se ela é eficaz.

Para tanto, realizou-se uma abordagem conceitual, histórica e legalista acerca das pessoas com deficiência, bem como um breve estudo sobre o direito à educação e sua relevância para a sociedade. Após, através da coleta de dados, analisou-se a estrutura das escolas públicas e privadas de Patrocínio/MG para atender estas pessoas, bem como a posição do Poder Público Municipal para a efetivação do direito à educação das pessoas com deficiência intelectual.

## **MATERIAL E MÉTODOS**

Como metodologia, abarcou-se instrumentos bibliográficos consistentes em leituras, discussões e entendimentos doutrinários mediante pesquisas em artigos, livros, leis e internet, utilizando-se, pois, do método reflexivo, bem como do método descritivo, empregando-se a pesquisa de campo através de entrevistas realizadas com os pais e profissionais da educação que trabalham com crianças e adolescentes com Deficiência Intelectual, mais especificadamente, a Síndrome de Down. O desenvolvimento do estudo atendeu as normas nacionais e internacionais de ética em pesquisa envolvendo seres humanos (Protocolo nº 20191450DIR004).

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

#### **Da deficiência intelectual e suas peculiaridades**

A definição da pessoa com deficiência encontra-se respaldada no artigo 2º, da Lei nº. 13.146/15.

Art. 2º - Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

A expressão atual “pessoas com deficiência”, surgiu pois, quando afirma-se que uma pessoa é portadora de uma deficiência, diz-se que ela porta algo passível de desvencilhar, ou que possui uma deficiência temporária, e, sabe-se que a maioria das deficiências são permanentes. Ao afirmar que uma pessoa é “portadora de deficiência”, destaca-se a deficiência da mesma como sendo sua principal característica, rotulando-a, excluindo-a. Deve-se ter em mente que antes de tudo, a pessoa com deficiência possui condição humana.

No Brasil, existem diversas formas de deficiências tratadas no Decreto nº. 5.296/04, o qual, definiu cinco tipos de deficiências, quais sejam: deficiência física, auditiva, visual, múltipla e intelectual. Todavia, embora existam diversos tipos de deficiências, será objeto de pesquisa a Síndrome de Down, a qual consiste em uma Deficiência Intelectual ou Transtorno do Desenvolvimento Intelectual, assim caracterizado pela lei como:

Art. 5º, §1º, I, “d” - Funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: 1. comunicação; 2. cuidado pessoal; 3. habilidades sociais; 4. utilização dos recursos da comunidade; 5. saúde e segurança; 6. habilidades acadêmicas; 7. lazer; e 8. trabalho.

Por sua vez, a deficiência intelectual acarreta uma capacidade reduzida de compreensão e aprendizado para aplicação de atividades e informações complexas, ocasionando alterações no desenvolvimento cognitivo, motor, da linguagem, bem como da socialização. Na maioria das vezes, comportam-se como se possuíssem idade inferior à que possuem.

Os tipos de deficiência intelectual relacionam-se a vários fatores ligados a alterações gênicas e de cromossomos, desordens no desenvolvimento embrionário e distúrbios que reduzem a capacidade cerebral. Dentre os tipos de deficiência intelectual, pode-se citar a Síndrome de Down, a Síndrome do X-Frágil, a Síndrome de Angelman, a Síndrome de Williams, dentre outras, e ainda, em alguns casos a depender do grau e das habilidades, do Transtorno do Espectro Autista.

Destaca-se que a pessoa com deficiência intelectual possui apenas limitações, não uma doença, e deve receber devido tratamento médico, bem como diversos estímulos através de uma equipe multidisciplinar composta de profissionais terapeutas ocupacionais, psicólogos, fonoaudiólogos, psicopedagogos, entre outros.

## **Da Síndrome de Down**

A Síndrome de Down é uma das causas mais frequentes de deficiência intelectual, compreendendo cerca de 18% do total de pessoas com deficiência intelectual no Brasil, conforme afirmado por Ângela Gonçalves e Andrea Carla Machado (2012). Em momento oportuno, serão apresentados os resultados baseados em casos concretos de crianças com Síndrome de Down acerca da problemática deste trabalho.

A Síndrome de Down, também conhecida como trissomia do cromossomo 21, foi descrita pelo médico John Langdon Down no ano de 1866, e consiste em uma alteração genética ocasionada por um erro de divisão celular, assim, ao invés de terem dois cromossomos no par 21 da divisão, as pessoas com esta deficiência possuem três.

Dentre as características físicas, a maioria das pessoas apresenta olhos oblíquos, boca pequena e língua maior que o normal, nariz pequeno com ligeiro achatamento, orelhas pequenas, pescoço curto, somente uma linha na palma da mão, mãos largas e dedos curtos, dentre outras características. Em relação às condições médicas, muitos possuem cardiopatias congênitas, problemas relacionados à visão, alterações da tireoide, entre outros.

A trissomia do cromossomo 21 provoca atraso em funções mentais e motoras, acarretando nas crianças maior dificuldade de assimilação e de realização de fatores mecânicos do corpo, como o simples engolir, acarreta apraxia da fala e memorização de curto prazo. A pessoa com Síndrome de Down necessita de diversos estímulos desde o nascimento, sendo fatores fundamentais para seu desenvolvimento em todos os aspectos da vida.

### **Da evolução das leis voltadas à pessoa com deficiência**

Existe um considerável número de pessoas pelo mundo com determinado tipo de deficiência. Segundo os autores Barboza e Almeida (2016), no mundo, esta população gira em torno de um bilhão de pessoas, sendo 46 milhões de brasileiros.

Nos primórdios da humanidade, a deficiência era vista como um castigo divino. Na Antiguidade e na Idade Média, o indivíduo fora dos padrões “normais” era completamente deixado à míngua. Os povos hebreus tratavam a deficiência como um símbolo da impureza, constando em seu livro sagrado que estes não poderiam adentrar ao santuário para não contaminá-lo. Os gregos eliminavam estas pessoas por exposição, abandono ou simplesmente as atiravam das montanhas de Taygetos. Em Roma era permitido que os pais os afogassem ou abandonassem no Rio Tibre para que os sobreviventes fossem explorados em circos.

Após anos de barbáries enfrentadas pelas pessoas com deficiência, somente no século XX houve sensibilização da sociedade para com estas pessoas, pois, após a Segunda Guerra Mundial, milhares de soldados foram mutilados e, por serem considerados heróis, exigiram serviços e infraestrutura para sua reabilitação e inserção na sociedade. Desse modo, houve

mobilização da Organização das Nações Unidas para a criação de programas assistenciais.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 foi marco de grande conquista para as pessoas com deficiência, pois, ao consagrar a igualdade e a dignidade da pessoa humana, abriu um leque de leis voltadas a estas pessoas.

Entre o período de 1983 e 1992 ocorreu o decênio voltado para as Pessoas com Deficiência, sendo realizados diversos programas mundiais de prevenção, reabilitação e igualdade de oportunidades. Após o Ano Internacional, a Assembleia Geral da ONU declarou o decênio 1983 a 1992 como a Década das Nações Unidas para as Pessoas com Deficiência, com a finalidade de executar ações do Programa de Ação Mundial relativo a Pessoas com Deficiência, baseado no seguinte tripé: prevenção, reabilitação e equiparação de oportunidades.

Damasceno (2015), diz que “vários estudos e debates continuaram sendo travados no âmbito da ONU acerca dos direitos das pessoas com deficiência, contudo não havia ou eram tímidas as medidas de âmbito regional”. Assim, no ano de 1999 foi editada a Convenção Interamericana para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas Portadoras de Deficiência, também conhecida por Convenção de Guatemala. Após, foram editados diversos documentos internacionais.

Com o surgimento de novos conceitos acerca do tema e intensa luta para efetivação dos direitos, no ano de 2006 realizou-se a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, a qual introduziu em seu texto um modelo social na tratativa dos direitos das pessoas com deficiência e foi ponto fundamental para a efetivação dos direitos igualitários e humanitários destas pessoas. Interessante ressaltar que o Brasil ratificou referida convenção em 2009, sendo o primeiro tratando de direitos humanos com força de Emenda Constitucional.

Sob a vertente brasileira, o país começou a pensar nos cuidados para com as pessoas com deficiência no ano de 1854 quando surgiram as instituições para pessoas cegas e surdas advindas de um Decreto Imperial. Entre 1905 e 1950 surgiram instituições particulares de caráter assistencialista para atendimento destas pessoas, todavia, não foram suficientes devido ao grande número de pacientes. No ano de 1961 o governo positivou pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional o direito à educação destas pessoas, o que foi reforçado pela Constituição de 1967, a qual, inclusive, reconheceu o termo “deficiente”.

Através do Decreto nº 72.425 de 1973 criou-se o Centro Nacional de Educação Especial –CENESP visando à melhorias do atendimento e desenvolvimento das pessoas com deficiência e reparação pela grande desigualdade existente. Pela Emenda nº 12 de 1978 foram realizadas ações mais específicas para estas pessoas com a proibição de discriminações e garantia de

acesso aos espaços públicos. Em razão do advento da Constituição Federal de 1988, o tema finalmente foi fortalecido em questão de respaldo legal.

A Lei Suprema do país trata de temas acerca das pessoas com deficiência em diversos artigos, como, a proibição de distinção de salários e critérios de admissibilidade do trabalhador (art. 7º, XXXI), a reserva de cargos públicos (art. 37, VIII), a assistência social para habilitação e reabilitação bem como integração à vida em comunidade (art. 203, II), o atendimento educacional e especializado com preferência na rede regular (art. 208, III), entre outros.

Desde então, diversas foram as leis federais, os decretos e informações criadas visando à proteção das pessoas com deficiência. Atualmente, o marco na luta pelo reconhecimento das condições igualitárias, de inclusão e efetivação da cidadania destas pessoas, ocorreu através da instituição da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoas com Deficiência de nº. 13.146/2015.

As pessoas com deficiência eram reconhecidas como sendo incapazes pelo Código Civil de 2002, ou seja, em que pese possuírem capacidade jurídica, eram consideradas sem capacidade de fato, sendo preciso a intervenção de terceiros para que essas praticassem os atos inerentes à capacidade civil. Com o Estatuto da Pessoa com Deficiência, estas pessoas agora são consideradas plenamente capazes para o exercício da capacidade civil, alterando assim, os ditames do Código Civil.

Diante dos expressos termos da Lei 13.146/2015, que atribui nova redação ao art. 3º, do Código Civil, e, principalmente pelas razões apresentadas, é possível concluir que somente as pessoas menores de 16 anos poderão ser consideradas absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil, ou seja: a incapacidade da pessoa com deficiência mental ou intelectual, quando admissível, será sempre relativa (BARBOZA; ALMEIDA, 2016 p. 272).

Todavia, existem grandes preocupações com tais mudanças. O tema ainda será palco de diversas discussões doutrinárias e jurisprudenciais para que sejam feitas adaptações necessárias na garantia da proteção e efetivação dos direitos igualitários destas pessoas. A certeza que se tem é que o Estatuto, eivado de valores morais, sociais e humanitários representa considerável passo na disseminação do preconceito e surgimento de novas oportunidades para as pessoas com deficiência.

## **DO DIREITO À EDUCAÇÃO**

## Da fundamentalidade do direito à educação

Sabe-se que os direitos fundamentais são decorrentes de uma densa construção histórica, surgindo em consonância com a necessidade de cada época. Para tanto, a consagração destes direitos nos textos da Constituição não ocorreu de maneira simultânea, assim, os doutrinadores os dividiram em gerações ou dimensões<sup>26</sup> baseando-se no lema da Revolução Francesa, qual seja, liberdade, igualdade e fraternidade.

Os direitos de primeira dimensão encontram-se conectados à ideia liberdade, consistindo nos direitos civis e políticos, individuais de cada ser humano, os quais denotam um caráter negativo para o Estado em razão do seu dever de abster-se da intervenção na autonomia da vontade de cada indivíduo.

Por sua vez, os direitos de segunda dimensão, ligados à igualdade, consistem nos sociais, econômicos e culturais, nos quais o Estado deve fazer prestações positivas, atuando diretamente na busca pela efetivação aos seus titulares coletivos.

Já os direitos de fraternidade ou de terceira geração relacionam-se ao progresso, ao meio ambiente sadio, autodeterminação dos povos, à comunicação, entre outros, sendo direitos transindividuais que visam à proteção do gênero humano.

Existem doutrinadores que afirmam a existência da quarta e da quinta geração, sendo a primeira relacionada aos direitos advindos da engenharia genética, da democracia direta, do pluralismo e informação, e, a segunda, ligada aos direitos de evolução da cibernética e à paz, contudo, estas duas últimas dimensões não são pacíficas entre os doutrinadores.

Feitas estas breves considerações, pode-se afirmar que os direitos fundamentais são aqueles inerentes a todo e qualquer ser humano para que tenha uma vida digna, quais sejam, direito à vida, à liberdade, à igualdade, à educação, à saúde, entre outros. Para a finalidade deste trabalho, falar-se-á do direito fundamental à educação, o qual está positivado no capítulo dos direitos sociais, mais especificadamente no artigo 6º da Constituição Federal.

A palavra educação advém do latim através dos termos *educare* e *educere*, os quais significam conduzir ou direcionar para fora, sendo este significado utilizado no sentido de preparar os indivíduos para a vida em sociedade, conduzindo-os para fora de si e ampliando sua

---

<sup>26</sup> Afirma-se que esta divisão está amparada no surgimento histórico dos direitos fundamentais, sendo que parte da doutrina tem evitado o termo “geração”, trocando-o por “dimensão”. Isso porque a ideia de “geração” está diretamente ligada à de sucessão, substituição, enquanto que os direitos fundamentais não se sobrepõem, não são suplantados uns pelos outros (JÚNIOR, 2012).

visão de mundo.

No rol de direitos humanos e fundamentais, o direito à educação está amparado em âmbito nacional e internacional. Sua fundamentalidade está no fato de ser um processo individual da condição humana, imprescindível para a formação de um indivíduo, e também um direito de política educacional, prestado afirmativamente de modo coletivo pelo Estado.

Nota-se tamanha relevância da educação ao vislumbrar que, para além de ser essencial para a formação individual, causa impactos no país e na sociedade, visto que através dela, há desenvolvimento social, cultural e econômico. Com a educação é possível diminuir a desigualdade social, combater a pobreza, auxiliar o país em seu crescimento econômico, diminuir a violência, alcançar outros direitos, fortalecer a democracia e a cidadania, entre outros, pois, formam-se cidadãos mais críticos e conscientes de seus direitos e deveres.

### **Do Estatuto da Criança e do Adolescente e demais leis frente à educação**

O Estatuto da Criança e do Adolescente em um contexto educacional divide os objetivos da ação educativa em três partes, sendo a primeira relacionada ao desenvolvimento pleno do menor como pessoa, a segunda concernente ao preparo para o exercício da cidadania, e, por fim, a terceira objetiva sua qualificação para o trabalho.

Afirma ainda a necessidade de igualdade de acesso frente aos fatores segregadores da educação, como, por exemplo, daqueles menores com menos condições financeiras ou que possuem alguma deficiência. É evidente que nos dias atuais, a luta pelas condições igualitárias de permanência no âmbito escolar é o grande desafio no sistema de educação brasileiro.

O educando tem o direito ainda, de ser respeitado por seus educadores em prol de sua integridade física, moral, cultural e psicológica, todavia, isto não garante ao aluno a liberdade de fazer o que quiser em sala de aula, também lhe são impostos deveres que devem ser respeitados. Além disso, lhe é garantido o direito de acesso gratuito à escola, sendo obrigatório que a mesma esteja situada próxima à residência do educando, bem como obrigatório que os pais matriculem seus filhos na rede regular de ensino.

Referido Estatuto adotou a doutrina da proteção integral à criança e adolescente, assim, é evidente que o mesmo assegura uma educação qualitativa a estes indivíduos, pois, em uma visão geral, garante seus direitos de acessarem e permanecerem na escola, de serem respeitados

pelos educadores, de poderem contestar critérios avaliativos e recorrer às instâncias escolares superiores se for necessário.

Importante destacar que o Estatuto da Criança e do Adolescente permite aos pais ou responsáveis do menor, além de terem ciência de todo o processo pedagógico, a oportunidade de participar na elaboração das propostas educacionais, para o melhor interesse de seus filhos.

Por sua vez, o Código Civil, também trata do tema em seu artigo 1634, inciso I, ao afirmar que “compete a ambos os pais, qualquer que seja a sua situação conjugal, o pleno exercício do poder familiar, que consiste em, quanto aos filhos: dirigir-lhes a criação e a educação”.

Descumprir o dever de educação primária dos filhos ou menores sob tutela que estejam em idade escolar sem que haja justa causa, pode implicar no crime de abandono intelectual previsto no Código Penal, com pena de detenção de quinze dias a um mês ou multa, conforme artigo 246.

Ademais, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394/96) é responsável por regulamentar todo o sistema educacional do Brasil, seja público ou privado, da educação básica ao ensino superior. Referida Lei reafirma o direito à educação positivado pela Constituição Federal, definindo princípios educacionais, quais sejam, a igualdade de condições de acesso e permanência na escola, liberdade para aprender, pesquisar, garantia de qualidade, dentre outros.

Diante deste breve estudo acerca das leis voltadas para a educação, percebe-se que a mesma possui extenso amparo legal visando sua garantia como direito fundamental e que o tema possui bastante relevância, pois preocupa-se com o desenvolvimento individual de um cidadão, bem como da sociedade em que este habita. Como dizia Nelson Mandela, “a educação é a arma mais poderosa que você pode usar para mudar o mundo”.

### **Do dever do Estado e da família na garantia da educação**

A Lei Suprema do país, ao vislumbrar a desigualdade existente na sociedade brasileira, consolidou em seu artigo 205 o direito à educação, afirmando que:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Nesse mesmo sentido, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Código Civil e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação positivaram em seus dispositivos, todos colocando a educação como um direito inerente a todo e qualquer indivíduo e dever de ser promovida e incentivada pelo Estado e pela família.

Evidente que o Estado, como sendo um dos titulares da obrigatoriedade de garantir este direito deve oferecer os meios necessários para que exista total acesso à educação e que este acesso seja eficaz e igualitário, possibilitando a ocorrência da inclusão social, e, conseqüentemente, da justiça social. Para tanto, a Constituição Federal, impõe diversas regras em seu capítulo voltado para a educação, afirmando que a mesma possui caráter de natureza pública, devendo as instituições públicas ou privadas obedecer todas as normas nacionais.

O artigo 211 do mesmo *códex* define como sendo competência da União, dos Estados e Municípios a organização do sistema de ensino de maneira colaborativa, pautados pelos objetivos impostos no plano nacional de educação, quais sejam, erradicação do analfabetismo, universalização do atendimento escolar, melhoria da qualidade de ensino, entre outros.

O Estado, através de seus poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, juntamente com os níveis da federação deve efetivar este direito não somente o oferecendo, mas fiscalizando seu cumprimento. Assim, existem instituições do Poder Público que possuem a atribuição de zelar pelo direito à educação, como, Coordenadorias de Educação em âmbito Municipal, as Diretorias Regionais de Ensino em âmbito estadual, as Secretarias de Educação, abarcando Municípios e Estados, o Conselho Tutelar, o Ministério Público, entre outros.

É dever do Poder Executivo promover a política social básica da educação, oferecendo uma rede regular de ensino bem como gerenciá-la. A União, deve estabelecer uma política nacional de educação por meio de leis, conforme dita a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Os Estados devem oferecer ensino fundamental gratuito, priorizando o aprendizado do ensino médio e os Municípios devem promover o ensino infantil, colocando o ensino fundamental como prioridade, todos, sob pena de responsabilidade judicial em caso de descumprimento.

Importante destacar que a educação possui um sentido amplo, não referindo-se apenas à educação promovida na escola. O processo educacional inicia-se com o nascimento e somente se encerra com a morte do indivíduo, assim, o aprendizado acontece na família, na comunidade, no trabalho, na escola e em diversos outros lugares sociais.

Os cidadãos são considerados vulneráveis e frágeis até os dezoito anos, são vistos como pessoas em desenvolvimento, merecendo, pois, um tratamento especial. Sabe-se que a formação da personalidade ocorre através de experiências advindas dos meios em que vivem. Portanto, é

evidente o papel fundamental que a família possui em relação à educação da criança.

Desse modo, a família é um pilar na promoção do direito à educação. Para além da obrigação legal dos mesmos em matricular seus filhos nas instituições de ensino e garantir que estes lá permaneçam sob pena de perderem o poder familiar, os pais devem promover uma educação moral vindoura a seus filhos desde o seu nascimento, conscientizando-os acerca dos valores da vida.

No tocante à escola, os pais não devem somente matricular seus filhos, devem acompanhar a reunião dos pais, garantir a frequência dos filhos nas aulas, ajudá-los nos deveres de casa, incentivá-los acerca da importância da educação, ou seja, devem atuar ativamente em cooperação com o Estado para que este direito fundamental seja garantido a seus filhos.

Ademais, para que o direito à educação de fato seja efetivo e possa colaborar com o desenvolvimento do menor, é estritamente necessária a união da família e do Estado. Ambos devem possuir uma relação de cumplicidade para que sejam formados homens e mulheres fortes, habitantes de uma sociedade forte.

## **A INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO NA CIDADE DE PATROCÍNIO-MG**

### **Da organização das escolas para a inclusão social das pessoas com deficiência Intelectual**

Durante a coleta de dados, constatou-se que as escolas, tanto em âmbito público quanto no privado, devem elaborar, para os alunos com deficiência, desde o início da vida escolar, o Plano de Desenvolvimento Individual(PDI), o qual traça uma proposta pedagógica ou um currículo adaptado que atenda às necessidades e especificidades do aluno. O PDI deve ser elaborado por todos os profissionais acadêmicos juntamente com a família, necessitando de constante atualização. Todavia, em que pese haver escolas em Patrocínio/MG que buscam seguir o PDI, em outras, ele somente é elaborado e arquivado, inclusive, existem escolas que simplesmente não o fazem.

Em algumas escolas privadas, os alunos com deficiência intelectual possuem um

monitor para auxiliá-los a concluir as atividades que não conseguiram finalizar em sala de aula, além disso, os professores elaboram alguns materiais adaptados para atendê-los. No entanto, nem sempre é possível confeccionar este material, de acordo com a série, tendo em vista que o processo destes alunos necessita de um tempo maior, principalmente nas séries finais.

Ademais, essa realidade acontece em poucas escolas privadas de Patrocínio/MG, pois, segundo relatos, existem educandários que recusam-se a fazer os materiais adaptados, outros sequer aceitam a matrícula de pessoas com deficiência, sob a desculpa de superlotação das salas. Além daqueles que pedem para que os pais paguem à parte uma professora de apoio para ficar em tempo integral com o aluno com deficiência.

Por outro lado, em que pese o professor de apoio ser um direito de alunos com determinadas deficiências tanto no meio privado quanto no público, somente neste último esse direito está sendo garantido. O professor de apoio, com formação acadêmica compatível com o cargo, os ensina através de um currículo adaptado, em parceria com o professor regente da turma. Entretanto, na prática, essa parceria nem sempre acontece e os alunos, muitas vezes acabam trabalhando somente com materiais gráficos e xerox, não havendo material concreto que possa de fato proporcionar a eles a consolidação do aprendizado.

Interessante ressaltar que, o estudo de campo foi realizado baseado em alunos com Síndrome de Down, os quais possuem Deficiência Intelectual, no entanto, estes somente possuem direito ao monitor ou ao professor de apoio caso sua Síndrome esteja associada a algum transtorno ou patologia. No caso concreto, a maioria dos pais relatam que seus filhos precisam sim de um professor de apoio ou um monitor, pois, a idade mental destas crianças não acompanha a idade real, assim, elas necessitam de uma atenção especial, situação impossível de ser realizada pelo professor regente em uma turma com muitos alunos.

Destaca-se que, em que pese ainda haver o preconceito enraizado em relação às pessoas com deficiência, nos locais em que foram realizados os estudos de campo, estas pessoas são muito bem recebidas e sentem-se queridas por todos, e, certamente, esse acolhimento é essencial para que elas alcancem o máximo de seu desenvolvimento.

Em relação aos professores que trabalham com crianças e adolescentes com deficiência, a maioria relatou não sentir-se preparado para ensiná-los, alegando a falta de formação teórica e prática quanto à educação especial, bem como a ausência de outros profissionais, como, fonoaudiólogo, psicólogo, entre outros na rotina escolar. Afirmam ainda que, quando pensou-se na educação inclusiva, a ideia em si foi muito vindoura, porém, foi simplesmente “despejada” nas escolas sem haver sequer um mínimo preparo dos profissionais.

Concernente aos pais das crianças e adolescentes com Síndrome de Down, todos foram unânimes ao afirmar que a educação de seus filhos está deixando a desejar, pois, as habilidades dos mesmos não são exploradas, pelo contrário, insistem em aplicar atividades que para eles não possuem nenhum significado e nada acrescentam em seu aprendizado.

Em muitas escolas, infelizmente há uma segregação e um “faz de conta” no atendimento das crianças e adolescentes com deficiência. Existem alunos que são retirados da sala de aula e ficam o tempo todo com o professor de apoio, fazendo atividades sem um planejamento específico. Contudo, existem também escolas que já avançaram no atendimento em contraturno<sup>27</sup> destas crianças, inclusive, investindo em material didático específico através de uma sala de recursos.

### **Da participação do Poder Público no direito à educação das pessoas com deficiência intelectual**

Conforme consta no Preâmbulo da Constituição Federal do Brasil de 1988, é dever do Poder Público, “assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos(...)”.

Ainda, no artigo 208, inciso III, impõe-se ao Estado para efetivação do direito à educação o atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

Além disso, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, reforçou os direitos das pessoas com deficiência ao positivar que:

Art. 27 - A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Na cidade de Patrocínio/MG, o Poder Público baseia-se no Guia de Orientação da Educação Especial na rede estadual de ensino de Minas Gerais, a qual trata dos tipos de

---

<sup>27</sup> É o mesmo que Atendimento Educacional Especializado (AEE), o qual ocorre em outro turno que não seja o da educação básica, tendo a função de complementar a formação do aluno com deficiência através de recursos de acessibilidade e meios estratégicos de eliminação de qualquer barreira para o desenvolvimento em sociedade e na escola.

deficiência abarcadas pela educação inclusiva, dos métodos necessários para alcançar este fim, como, o Plano de Desenvolvimento Individual (PDI), a sala de recursos<sup>28</sup>, a formação dos professores, a fiscalização e monitoramento das ações da educação especial, entre outros.

No âmbito das escolas estaduais, os professores de apoio, obrigatoriamente devem especializar-se de acordo com o tipo de deficiência que irão trabalhar, como, por exemplo, nas áreas de deficiência visual, de surdez e de deficiência intelectual. Já no âmbito das escolas municipais, essa especialização não é cobrada dos professores, motivo pelo qual, atualmente, as escolas estaduais estão possuindo maior destaque no ensino destes alunos.

Nas escolas públicas em que foram implantadas as salas de recursos para complementação do atendimento educacional comum, existem resultados positivos, pois, o aluno pode desenvolver sua cognição, fazer atividades que enriqueçam seu currículo, aprender linguagens e códigos de comunicação, bem como ser assistido com os meios tecnológicos. Porém, esta sala não existe na maioria das escolas, embora devesse existir.

Atualmente em Patrocínio/MG existem duas<sup>29</sup> escolas especiais que contam com o apoio de equipe multidisciplinar para o atendimento de crianças e adolescentes com deficiência ou algum tipo de transtorno. No contexto de inclusão, estas devem ter uma parceria de modo a oferecer apoio às escolas comuns em que estes alunos estão matriculados, capacitando os professores, oferecendo suporte de recursos didáticos e tecnológicos voltados para as especificidades de cada aluno. Porém, por diversas vezes, as escolas comuns são silentes com esse dever e depositam toda a responsabilidade nas escolas especiais.

Destarte, percebe-se que o monitoramento das escolas públicas quanto à educação inclusiva deveria ser realizado pela Superintendência Regional de Ensino com mais rigidez e frequência, na medida em que fizesse mais visitas nas escolas, promovesse mais reuniões e de fato cobrasse das escolas e dos profissionais maior comprometimento para com estas crianças e estes jovens que precisam de uma atenção especial.

Consta salientar, que, durante a coleta de dados, foi uníssona a afirmativa dos pais de que o Poder Público nunca os instruiu acerca dos direitos dos filhos, eles somente sabem desses direitos porque buscam informações, entretanto, infelizmente existem pais que possuem pouco grau de instrução, e, em razão disso, seus filhos ficam desamparados.

Em um contexto geral, Patrocínio/MG recebe um maior apoio em relação à educação

---

<sup>28</sup> Sala utilizada para o atendimento no contraturno de escolarização. Possui por finalidade o desenvolvimento cognitivo das pessoas com deficiência, bem como seu enriquecimento curricular através do ensino de linguagens e códigos da comunicação e ajudas técnicas e tecnológicas de assistência.

<sup>29</sup> APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais e CMAEE – Centro Municipal de Apoio Educacional Especializado.

inclusiva, mas ainda há muito que melhorar nesse sentido, pois, existem recursos criados para este fim que são deixados de lado, não exige-se a capacitação continuada dos profissionais, não há conscientização da sociedade, além de não haver uma fiscalização adequada, capaz de repreender escolas que, por exemplo, agem contra a lei e rejeitam a matrícula de pessoas com Síndrome de Down.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante de todas as considerações, percebe-se que, embora existam escolas públicas e privadas na cidade de Patrocínio/MG buscando efetivar o direito fundamental à educação das crianças e adolescentes com deficiência intelectual, esta, ainda é uma realidade um pouco distante de ser alcançada. Para tanto, vislumbra-se possíveis soluções.

Considerando o grande número de professores que não se sentem preparados para a promoção da educação inclusiva, vislumbra-se a necessidade de inserção na grade curricular, para além das faculdades de pedagogia<sup>30</sup>, daquelas áreas de licenciatura voltadas à educação, da matéria “Educação Inclusiva”, de modo que, durante seis meses seriam realizadas aulas teóricas, e, após, as aulas seriam práticas, na forma de estágios obrigatórios. Destaca-se que os estágios deveriam ser inclusos principalmente nos cursos de pedagogia. Além disso, tendo em vista o número crescente de pessoas com deficiência adentrando nas escolas comuns, o Poder Público deveria tornar obrigatória, bem como oferecer a formação continuada de todos os profissionais da área.

Ademais, deveria haver maior fiscalização nas escolas públicas e privadas, de modo a garantir o comprometimento dos profissionais envolvidos com a educação inclusiva, e ainda, findar e punir qualquer ação discriminatória na cidade, como, por exemplo, a rejeição da matrícula de pessoas com deficiência ou a cobrança de taxas extras para recepção destes alunos, ações estas, inclusive, que são vedadas por lei e infelizmente ocorrem em Patrocínio/MG.

A instalação da sala de recursos, já estipulada por lei, deveria ser cobrada pelo Poder Público tanto nas escolas de âmbito público quanto naquelas privadas. Além disso, sua utilização não deveria ocorrer somente em horário contraturno. Em determinadas matérias

---

<sup>30</sup> No Centro Universitário do Cerrado de Patrocínio/MG - UNICERP, o curso de Pedagogia possui em sua grade curricular a matéria “Fundamentos teóricos e metodológicos da educação de pessoas com necessidades educacionais especiais”.

escolares que denotam maior concentração, como, Português e Matemática, por exemplo, os alunos deveriam ser encaminhados para estas salas para trabalharem com materiais concretos, situação praticamente impossível de ocorrer em uma sala repleta de alunos. Todavia, essa situação não pode tornar-se uma maneira de segregação, na maior parte do turno escolar, estes alunos deveriam ficar em sala de aula, juntamente com seus colegas.

Por oportuno, o direito ao professor de apoio deveria possuir maior extensão de deficiências, baseado no caso concreto de cada aluno, por exemplo, a pessoa com Síndrome de Down somente possui esse direito, caso sua Síndrome esteja associada a outras patologias, como o autismo. Porém, sabe-se que a Síndrome de Down por si só, acarreta determinadas limitações que necessitam de estímulos e de uma maior atenção, especialmente em razão da defasagem da idade real daquela mental. Assim, na maioria dos casos, estes alunos não conseguem acompanhar a turma, sendo estritamente necessária a presença de um professor de apoio. Inclusive, o Poder Público deveria exigir a existência de professores de apoio nas escolas públicas e privadas, sem distinções, conforme dita a lei.

Quanto à questão do preconceito, ainda enraizado na sociedade, percebe-se que também é um fator que impede a efetivação da educação inclusiva. Seria essencial a criação de projetos anuais ou semestrais de conscientização nas escolas, iniciando-se especialmente com os alunos de tenra idade, pois, além destes alunos crescerem livres de estereótipos eivados de preconceito, automaticamente, conscientizariam seus familiares.

Por conseguinte, considerando o desconhecimento de muitos pais acerca dos direitos dos filhos, seria essencial a formação de grupos de pais de crianças e adolescentes com deficiência nas escolas, voltados para reflexão, estudo das leis, propostas para inserção de métodos inclusivos no currículo adaptado de seus filhos, dentre outros, visando à aproximação da família e da escola para atender o melhor interesse das crianças e adolescentes como filhos e alunos.

Desse modo, a educação inclusiva e eficaz na cidade de Patrocínio/MG ainda caminha em passos lentos. Ainda há muito para ser feito. É estritamente necessária a parceria entre o Poder Público, as escolas públicas e privadas juntamente com seus profissionais e os pais das crianças e adolescentes com deficiência intelectual na busca pela efetivação deste direito, na medida em que um possa compreender o outro através do diálogo, e juntos, busquem soluções produtivas para que as barreiras sejam vencidas.

## REFERÊNCIAS

BARBOZA, Heloisa Helena; ALMEIDA, Vitor. **A CAPACIDADE CIVIL À LUZ DO ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA**. In: MENEZES, Joyceane Bezerra de (org.). *Direito das pessoas com deficiência psíquica e intelectual nas relações privadas – Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e Lei Brasileira de, Rio de Janeiro: Processo, 2016.*

BRASIL. **Constituição Federal**. 22 ed. atual. e ampl. - São Paulo: Saraiva, 2016.

\_\_\_\_\_. **Código Civil**. 22 ed. atual. e ampl. - São Paulo: Saraiva, 2016.

\_\_\_\_\_. **Código Penal**. 22 ed. atual. e ampl. - São Paulo: Saraiva, 2016.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº. 5.296, de 02 de dezembro de 2004**. Normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência, 2004.

\_\_\_\_\_. **Lei nº.13.146, de 06 de julho de 2015**. Estatuto da Pessoa com Deficiência, 2015.

DAMASCENO, Luiz Rogério da Silva. **Direitos humanos e proteção dos direitos das pessoas com deficiência. Evolução dos sistemas global e regional de proteção**. *Revista Jus Navigandi*. Teresina, ano 20, n. 4320, 30 abr. 2015. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/32710>>. Acesso em: 02 set 2019.

**FERREIRA, Fernanda; DIAS, Marília; SANTOS Pedro. NÍVEIS E TIPOS DE DEFICIÊNCIA MENTAL**. Disponível em: <<https://edif.blogs.sapo.pt/568.html>>. Acesso em 24 ago. 2019.

GONÇALVES, Ângela; MACHADO, Andréa Carla. **IMPORTÂNCIA DAS CAUSAS NA DEFICIÊNCIA INTELECTUAL PARA O ENTENDIMENTO DAS DIFICULDADES ESCOLARES**. In Núcleo de apoio pedagógico especializado “Deficiência Intelectual: realidade e ação, São Paulo: [s.n.], p. 68. 2012.

GOULART, Samara Westphal de Souto; FERNANDES, Fernanda Sell de Souto Goulart. **Família e Estado: A Função de Educar**. *Revista Eletrônica de Iniciação Científica*. Itajaí, Centro de Ciências Sociais e Jurídicas da UNIVALI. v. 4, n.4, 4º Trimestre de 2013. Disponível em: < [www.univali.br/ricc](http://www.univali.br/ricc)> - ISSN 2236-5044. Acesso em 26 set. 2019.

JÚNIOR, José Eliaci Nogueira Diógenes. **GERAÇÕES OU DIMENSÕES DOS DIREITOS**

**FUNDAMENTAIS.** Disponível em: <<https://www.conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/29835/geracoes-ou-dimensoes-dos-direitos-fundamentais>>. Acesso em 24 set 2019.

MACHADO, Andréa Carla; GONÇALVES, Ângela; NAMO, Danilo; et al. **Apostila de núcleo de apoio pedagógico especializado “Deficiência Intelectual: realidade e ação**, São Paulo, 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948.

PEREIRA, Márcio. **A HISTÓRIA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA.** In: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA. Curso de Educação Inclusiva: Deficiência Intelectual – Módulo I, Minas Gerais: [s.n.], [entre 2007 e 2016].

SARAIVA. *Vade Mecum* Saraiva. 22 ed. atual. e ampl. - São Paulo: Saraiva, 2016.

SARLET, Ingo Wolfgang, MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **CURSO DE DIREITO CONSTITUCIONAL.** 6. ed. – São Paulo :Saraiva, 2017.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS. **GUIA DE ORIENTAÇÃO E EDUCAÇÃO ESPECIAL NA EDE ESTADUALDE ENSINO DE MINAS GERAIS.** Minas gerais:[s.n.], 2014.

**SILVA, Maria Isabel da. POR QUE A TERMINOLOGIA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA?** Disponível em: <<https://www.selursocial.org.br/porque.html>>. Acesso em 02 set. 2019.

VARELLA, Maria Helena. **SÍNDROME DE DOWN.** Disponível em: <<https://drauziovarella.uol.com.br/doencas-e-sintomas/sindrome-de-down/>>. Acesso em 24 ago. 2019.

## NEOLIBERALISMO: entre o poder, o eu e a resistência

MARCELLY OLÍVIA FERNANDES AMORIM<sup>31</sup>  
MARCELO RODRIGUES LEMOS<sup>32</sup>

### RESUMO

**Introdução:** O presente artigo evidencia ideias de Foucault, Dardot & Laval em associação ao pensamento de Deleuze & Guatarri e Rolnik, realçando a relação entre subjetivação e neoliberalismo. **Objetivo:** O objetivo do texto é destacar a reciprocidade entre vida simbólica e estruturas sociais, a partir das sociedades contemporâneas, apresentando o neoliberalismo não apenas como possibilidade econômica, mas como produtor de subjetividade. **Material e métodos:** O contraponto de perspectivas teóricas ocorreu por meio de uma pesquisa bibliográfica, atenta aos consensos e dissensos entre os autores. **Resultados:** Os resultados do texto ressaltam o caráter múltiplo dos processos de subjetivação, em oposição à hegemonia da perspectiva neoliberal. **Conclusão:** Sendo possível, portanto, destacar alguns processos de resistência à formação da subjetividade mercantilista do neoliberalismo.

**Palavras-chaves:** Capital Humano. Concorrência. Poder. Subjetivação.

### NEOLIBERALISM: power, self and resistance

### ABSTRACT

**Introduction:** This article uses ideas from Foucault, Dardot & Laval in association with the thought of Deleuze & Guatarri and Rolnik, highlighting the relation between subjectivation and neoliberalism. **Objective:** The aim of the text is to indicate reciprocity between symbolic life and social structures, starting from contemporary societies, presenting neoliberalism not only as an economic possibility, but as a producer of subjectivity. **Material and methods:** The counterpoint between theories occurred through a bibliographical research, attentive to the consensus and dissent of the authors. **Results:** The results of the text highlight the multiplicity of the processes of subjectivation, as opposed to the hegemony of the neoliberal perspective. **Conclusion:** It is therefore possible to highlight some processes of resistance to the formation of the mercantilist subjectivity of neoliberalism.

**Keywords:** Competition.Human Capital.Power.Subjectivation.

---

<sup>31</sup> Graduação em Ciências Sociais (UFU/2012). Especialista em Educação Ambiental e Espaços Educadores Sustentáveis (UFU/2015), especialista em Gestão Ambiental (Faculdade Católica de Uberlândia/2014). Uberlândia, Minas Gerais, Brasil. E-mail: [marcelllyolivia@yahoo.com.br](mailto:marcelllyolivia@yahoo.com.br)

<sup>32</sup> Graduação em Ciências Sociais (UFU/2010). Doutor em Ciências Sociais (UNESP/2018). UNICERP. Patrocínio, Minas Gerais, Brasil. E-mail: [marcelo.lemos@hotmail.com](mailto:marcelo.lemos@hotmail.com)

## INTRODUÇÃO

O contexto social, político e econômico mundial é orientado pelo capitalismo neoliberal. Dentro desse modelo, as demandas sociais e as crises (e seus efeitos) são racionalmente administradas. Assim, qualquer diligência política, social e cultural é resolvida a partir da racionalidade neoliberal.

As ações estratégicas da racionalidade neoliberal, dentro do contexto da governamentalidade<sup>33</sup>, possibilitaram o surgimento do governo empresário de si, o qual o transforma o chamado capital humano<sup>34</sup> em subjetivação predominante na contemporaneidade. Além disso, criou-se a concorrência como norma global de regulação não somente da economia, mas também da sociedade, concebendo a racionalidade neoliberal como uma efetiva racionalidade do mundo; de forma a garantir a reprodução do capitalismo por meio da produção de uma nova subjetividade.

O estímulo à subjetivação pelo capital humano e pela concorrência promove a desigualdade, pois ocorre em setores já heterogêneos da sociedade, muitos dos quais não apresentam condições de permanecerem na concorrência permanente e são dissolvidos. Esses segmentos dissolvidos pela concorrência se tornam dependentes de políticas sociais, que precisam garantir o mínimo de direitos, sem, entretanto, possibilitar a solução do problema da desigualdade; visto que o Estado tem por função garantir a lógica neoliberal, ou seja, o funcionamento das normas que fundamentam o conflito de classes.

Desta forma, busca-se, neste artigo, evidenciar a abordagem de Pierre Dardot & Christian Laval (2016) e Michel Foucault (2008) a respeito da produção neoliberal em torno da subjetivação e também das possibilidades de resistência. Para tanto, será mostrado, em um primeiro momento, o contexto desse processo, posteriormente, é evidenciada a relação entre o governo dos outros e o governo de si, e conseqüentemente a produção de sujeitos neoliberais e as implicações dessa forma de subjetivação. Por último, é feita uma relação da discussão em torno da subjetividade neoliberal, como um tipo dominante de subjetivação, com os trabalhos

---

<sup>33</sup> O termo “governamentalidade” foi introduzido precisamente para significar as múltiplas formas dessa atividade pela qual indivíduos, que podem ou não pertencer a um governo, buscam conduzir a conduta de outros indivíduos, isto é, governá-los (Dardot & Laval, 2016, p. 18).

<sup>34</sup> O “capital humano” é um conceito utilizado por Dardot & Laval (2016) para designar o processo neoliberal que torna cada sujeito em uma espécie de empresário de si mesmo. Assim, incentivar a valorização do capital humano é criar formas de subjetivação que fazem o indivíduo considerar sua vida como um empreendimento financeiro, como se seu crescimento enquanto ser social dependesse do seu sucesso econômico, da sua disposição em atuar no mercado.

de Guilles Deleuze & Félix Guatarri e Suely Rolnik, autores pensam os processos de subjetivações dentro de uma perspectiva mais ampla, ou seja, heterogênea, múltipla e polifônica.

## **MATERIAL E MÉTODO**

O artigo foi elaborado a partir de levantamento bibliográfico, fundamental à delimitação das referências teóricas centrais à temática do neoliberalismo e seus efeitos na subjetividade dos indivíduos. Após a seleção dos autores Pierre Dardot & Christian Laval, Michel Foucault, Guilles Deleuze & Félix Guatarri e Suely Rolnik, o texto foi estabelecendo uma descrição do raciocínio intelectual dos mesmos, atenta aos seus consensos e dissensos.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **O eu neoliberal**

Ao longo do século XX, o mundo ocidental sofreu grandes transformações que podem ser compreendidas a partir de várias perspectivas – econômica, social e cultural – que, somadas, são responsáveis pelo desenvolvimento de uma nova forma de organização mundial, o neoliberalismo<sup>35</sup>.

Do ponto de vista econômico, tais mudanças decorrem de recessões do sistema capitalista, da decadência do modelo de produção fordista<sup>36</sup> e da incapacidade do Estado em

---

<sup>35</sup> O capitalismo mundial enfrentou uma intensa crise econômica nos anos 1970. Como possibilidade de enfrentamento da crise, foi implementado o programam neoliberal, que tem por objetivo estabelecer relações que articulem liberalização, privatização, desregulamentação e desestabilização mediante o desmonte do Estado, reduzindo sua função na economia, a qual, por sua vez, fica sobre o indulto das leis de mercado, transformando-se em simples instrumento dos interesses dos setores dominantes da sociedade (FRIEDMAN, 2008).

<sup>36</sup> O fordismo foi um modelo de produção em massa baseado na linha de montagem idealizada por Henry Ford, marcada, sobretudo, pelo uso de esteiras. Foi importante para a racionalização do processo produtivo e para a fabricação de baixo custo e para a acumulação de capital. Devido à forma rígida de se produzir, o fordismo entrou em declínio a partir da década de 1970. Nesta época aconteceram as sucessivas crises do petróleo e a entrada dos

superar os problemas econômicos. No aspecto social, os anos de 1968 a 1970 foram palco de intensos movimentos relacionados aos direitos civis e de justiça social, além da defesa das liberdades individuais.

No concernente à perspectiva cultural, prevaleceu, no período, o embate entre culturas mais conservadoras e outras mais progressistas, influenciado pelas demandas sociais libertárias e igualitárias, além de ideais revolucionários ávidos por mudanças assentadas em práticas culturais transformadoras que se baseavam na chamada contracultura, que promovia a crítica à cultura dominante e hegemônica.

É possível acrescentar, também, as mudanças de caráter técnico-científico, provenientes da terceira revolução industrial, ainda em curso, promovendo o aperfeiçoamento da informática, das telecomunicações, da robótica, da indústria química, da biotecnologia, entre outras, gerando impactos contínuos na economia, na política, na cultura e conseqüentemente na subjetividade.

Essas mudanças são perceptíveis aos olhares históricos, sociais e econômicos, e, de fato, contextualizaram o surgimento do neoliberalismo. Porém, os autores Dardot & Laval (2016) e Foucault (2008) alertam que tais transformações não foram as únicas causas da emergência dessa nova configuração neoliberal. Os autores defendem a ideia de que o “neoliberalismo é uma racionalidade que se constitui como um conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência” (DARDOT & LAVAL, 2016, p. 17). Ou seja, uma racionalidade que coloca o neoliberalismo como uma possibilidade para que o capitalismo se reproduza.

Dardot & Laval (2016) retomam Foucault (2008) para quem a “razão governamental” é um dos modelos usados pelo Estado para poder controlar “as condutas dos homens”, ou seja, por meio de uma “racionalidade governamental” (DARDOT & LAVAL, 2016, p. 17). Dessa forma, os autores sugerem que não foram somente as mudanças sociais, culturais e econômicas, herdadas das crises, as responsáveis pelo surgimento do neoliberalismo, mas, sobretudo, um conjunto de fatores associados a questão da governamentalidade. Foucault (2008) não “crê” que o neoliberalismo seja “apenas” uma possibilidade política:

E por isso que eu creio que o liberalismo americano, atualmente, não se apresenta apenas, não se apresenta tanto como uma alternativa política, mas digamos que é uma espécie de reivindicação global, multiforme, ambígua, com ancoragem a direita e a esquerda. E também uma espécie de foco utópico sempre reativado. E também um método de pensamento, uma grade de análise econômica e sociológica (FOUCAULT, 2008, p.

---

japoneses no mercado automobilístico. Os japoneses introduziram o [toyotismo](#), no qual se ressalta o uso da eletrônica e da robótica, a flexibilização da produção e a ausência de estoques.

As atividades estratégicas da racionalidade neoliberal permitem o delineamento do governo, empresário de si, fazendo do capital humano o aspecto subjetivo dominante na atualidade. Além de criar a concorrência como regra absoluta de regulação não somente econômica, mas também social, fazendo, por fim, “da razão neoliberal uma verdadeira razão mundo” (Dardot & Laval, 2016, p. 16). Portanto, “A lógica neoliberal possui como aspecto fundamental o fato de tornar geral a concorrência como regra de comportamento e ‘da empresa’ como norma de subjetivação (DARDOT & LAVAL, 2016, p.17).”

Segundo Dardot & Laval (2016), o conceito de racionalidade política, elaborado por Michel Foucault, está diretamente ligado aos estudos que o mesmo dispendeu à questão da governamentalidade<sup>37</sup>, que versa sobre uma proposta de investigação viável, o da “razão governamental”, ou seja, dos modelos de racionalidade que são utilizados nos processos pelos quais se remete, por meio de um controle de Estado, a “conduta dos homens”. Dessa forma, uma racionalidade política é uma racionalidade governamental.

Assim, a expressão governamentalidade foi inserida justamente para “significar as múltiplas formas dessa atividade pela qual homens, que podem ou não pertencer a um governo, buscam conduzir a conduta de outros homens, isto é governa-los” (DARDOT & LAVAL, 2016, p.18). Além disso, “É certo que o governo (no neoliberalismo) longe de remeter à disciplina para alcançar o mais íntimo do indivíduo, visa na verdade a obter um *autogoverno*, do indivíduo, isto é, produzir certo tipo de relação deste consigo mesmo” (DARDOT & LAVAL, 2016, p.18).

Sobre a perspectiva da racionalização – tanto da sociedade como da economia – por meio do estímulo e criação de uma política do capital humano, com intuito de transformar as habilidades e ações humanas individuais em produtos econômicos, Foucault (2008) considera, com isso, o retorno ao *homo oeconomicus*, ainda que de forma reconstituída. O *homo oeconomicus* em sua concepção convencional é definido da seguinte forma (FOUCAULT, 2008, p.310):

[...] É o homem da troca, é o parceiro, é um dos dois parceiros no processo de troca. E esse *homo oeconomicus* parceiro da troca implica, evidentemente, uma análise do que ele é, uma decomposição dos seus comportamentos e maneiras de fazer em termos de utilidade, que se

---

<sup>37</sup> Esta forma de conduzir a vida denominada neoliberalismo, estabelecida como crise de governabilidade, segundo Foucault (2008), pressupõe um Estado que intercala sua função de mediador com a sua atuação na economia. Devendo, portanto, zelar pelo princípio da concorrência.

referem, é claro, a uma problemática das necessidades, já que é a partir dessas necessidades que poderá ser caracterizada ou definida, ou em todo caso poderá ser fundada, uma utilidade que trará o processo de troca. *Homo oeconomicus* como parceiro da troca, teoria da utilidade a partir de uma problemática das necessidades: é isso que caracteriza a concepção clássica do *homo oeconomicus* (FOUCAULT, 2008, p. 310).

Segundo o autor, no neoliberalismo, o que se pretende resgatar não é o homem da troca, o homem consumidor, o efeito da mercadoria. Nessa nova forma de governo o *homo oeconomicus* não é, absolutamente, um parceiro da troca, o *homo economicus* se torna um empresário, é um empresário de si mesmo:

[...] Essa coisa é tão verdadeira que, praticamente, o objeto de todas as análises que fazem os neoliberais será substituir, a cada instante, o *homo oeconomicus* parceiro da troca por um *homo oeconomicus* empresário de si mesmo, sendo ele próprio seu capital, sendo para si mesmo seu produtor, sendo para si mesmo a fonte de [sua] renda (FOUCAULT, 2008, p.310).

Segundo Foucault (2008, p.311), “o homem do consumo não é um dos termos da troca, como no liberalismo clássico. O homem do consumo, na medida em que consome, é um produtor, da sua própria satisfação”. Dessa forma, é necessário levar em consideração o consumo como “uma atividade empresarial pela qual o indivíduo”, por meio de algum capital, conseguirá “produzir” algo, que será a sua “própria satisfação (FOUCAULT, 2008, p.311).

[...] E, por conseguinte, a teoria, a análise clássica e mil vezes repisada daquele que é consumidor, por um lado, mas é produtor e, na medida em que é produtor de um lado é consumidor de outro, está de certo modo dividido em relação a si mesmo, todas as análises sociológicas (porque elas nunca foram econômicas) do consumo de massa, da sociedade de consumo, etc., tudo isso não funciona e não vale nada em relação ao que seria uma análise do consumo nos termos neoliberais da atividade de produção. E portanto uma mudança completa na concepção do *homo oeconomicus*, ainda que haja efetivamente um retorno a ideia de um *homo oeconomicus* como grade de análise da atividade econômica (FOUCAULT, 2008, p.311).

Desse modo, o neoliberalismo necessita do poder de agência dos governados e usa esse poder aplicando a grade econômica em setores que até então não eram pensados de forma econômica, como a educação, a família, a religião, os relacionamentos, etc. Assim, a sociedade não tem que obedecer a um sistema disciplinar exaustivo, pois os indivíduos já são instigados a pensarem a sua própria existência, sua vida, como uma empresa, um capital humano, e ir contra isso é ir contra si mesmo.

Para analisar a formação dessa nova subjetividade, tendo Foucault como inspiração, é necessário partir do declínio das técnicas disciplinares e, simultaneamente, avaliar o

estabelecimento de um incisivo sistema normativo de incentivo à decisão individual e a um fazer-se “si mesmo” que necessita de intervenção e controle. Seria o fim de uma sociedade disciplinar e o início de uma sociedade de controle. “É o aparecimento também, nessa nova arte de governar, de mecanismos que tem por função produzir, insuflar, ampliar as liberdades, introduzir um "a mais" de liberdade por meio de um "a mais" de controle e de intervenção” (FOUCAULT 2008, p.92).

Para Dardot & Laval (2016, p.18), no neoliberalismo o governo se abstém de lançar mão da disciplina para atingir o indivíduo na sua mais alta intimidade, ao passo que tem por objetivo conquistar um “*autogoverno*”<sup>38</sup> do indivíduo, ou seja, estabelecer certo modelo de relação do indivíduo consigo mesmo.

Conforme o entendimento de Dardot & Laval (2016), a partir da leitura de Foucault (2008), a transformação de um mecanismo de poder supõe ajustes das técnicas anteriormente existentes, assim como a implementação de novas técnicas e formas de se exercitar o poder. A nova sociedade de controle se configura por meio de intensa associação dos mecanismos de normalização e disciplina à medida que a sociedade neoliberal, voltada para determinações de cunho individual, seria a consequência da decadência do modelo disciplinar por meio da instauração de uma forma de regulação das ações, condutas que promovem a iniciativa individual.

Trata-se, na verdade, de produzir uma relação do capital com ele mesmo ou, mais precisamente, uma relação do sujeito com ele mesmo como um “capital humano” que deve crescer indefinidamente, isto é, um valor que deve valorizar-se cada vez mais (DARDOT & LAVAL, 2016, p. 31).

Essa forma neoliberal de mundo, chamada por Dardot & Laval (2016) de “nova razão do mundo” ou “razão mundo”, que racionaliza todas as áreas da vida cultural, social e econômica, implica em significativas mudanças quanto à maneira de gestão dos indivíduos, visando à eficiência da produção econômica e, logo, à estabilidade econômica e social. Mas, mais que isso, um mundo no qual predomina a teoria do capital humano, em que todos os indivíduos precisam se comportar como se fosse uma empresa humana, um grande empreendimento, sendo, portanto, capazes de cuidar de si.

Cria-se, com isso, uma forma de governo por meio da liberdade e, ao contrário do poder disciplinar que geria pela dor, esta nova forma de governo faz uma gestão por meio do desejo,

---

<sup>38</sup> Para Foucault, 2008, (*apud* DARDOT & LAVAL, 2016, p. 18), governar é conduzir a conduta dos homens, desde que se especifique que essa conduta é tanto aquela que se tem para consigo mesmo quanto aquela que se tem para com os outros.

pois os indivíduos buscam seus próprios interesses, como forma de se livrar da dor, inaugurando uma maneira de governar alicerçada pelo desejo e não pela renúncia dele.

Tendo por base essa prerrogativa de Dardot & Laval (2016) pode-se fazer a leitura de que trata-se de uma nova configuração do mundo que busca ampliar a lógica capitalista “a todas as relações sociais” e setores da vida, um mundo em que a “sociedade de controle funciona não mais por confinamento, mas por controle contínuo e comunicação instantânea” (DELEUZE, 1992, p. 215-16).

Ainda segundo Dardot & Laval (2016, PREFÁCIO), “O capitalismo é indissociável da história de suas metamorfoses, de seus descarrilamentos, das lutas que o transformam, das estratégias que o renovam.” Para os autores, o neoliberalismo não é somente uma nova maneira de ordenamento econômico, mas uma nova razão para um sujeito novo, já que “O neoliberalismo transformou profundamente o capitalismo, transformando profundamente as sociedades” (DARDOT & LAVAL, 2016, PREFÁCIO).

Portanto,

O neoliberalismo não destrói apenas regras, instituições, direitos. Ele também *produz* certos tipos de relações sociais, certas maneiras de viver, certas subjetividades. Em outras palavras, com o neoliberalismo, o que está em jogo é nada mais nada menos que a *forma de nossa existência*, isto é, a forma como somos levados a nos comportar, a nos relacionar com os outros e com nós mesmos. O neoliberalismo define certa norma de vida nas sociedades ocidentais e, para além dela, em todas as sociedades que as seguem no caminho da “modernidade”. Essa norma impõe a cada um de nós que vivamos num universo de competição generalizada, intima os assalariados e as populações a entrar em luta econômica uns contra os outros, ordena as relações sociais segundo o modelo de mercado, obriga a justificar desigualdades cada vez mais profundas, muda até o indivíduo, que é instalado a conceber a si mesmo e a comportar-se como uma empresa (DARDOT & LAVAL, 2016, p.16).

Partindo da análise dos autores, engana-se quem acredita que o mercado moderno atua sozinho e que foram os indivíduos, por meio das suas demandas e lutas por liberdade, os pioneiros da razão neoliberal. Para Dardot & Laval (2016), foram os Estados os agentes responsáveis por introduzir e tornar universal na economia, nas sociedades e até neles mesmos a lógica da concorrência e a noção de empresa, criando um governo de si e dos outros que promove a mercantilização de todos os aspectos da sociedade (DARDOT & LAVAL, 2016, p.19).

Como se vê até mesmo na atual crise na Europa, os Estados adotam políticas altamente “intervencionistas”, que visam alterar profundamente as relações sociais, mudar o papel das instituições de proteção social e

educação, orientar as condutas criando uma concorrência generalizada entre os sujeitos, e isso porque eles próprios estão inseridos num campo de concorrência regional e mundial que os leva a agir dessa forma (DARDOT & LAVAL, 2016, p.19).

Os autores ainda se opõem a ideia de que o neoliberalismo é consequência de um sistema uniforme, pois a sociedade constituída no neoliberalismo não pode ser definida como o reflexo da “lógica do capital”, que condiciona a vida social, cultural e política propícias e necessárias a sua reprodução e ampliação. Para Dardot & Laval (2016), os autores do pensamento marxista clássico esqueceram que:

A crise de acumulação a que o neoliberalismo supostamente responde, longe de ser uma crise de um capitalismo sempre igual a si mesmo, tem a particularidade de estar ligada às regras institucionais que até então enquadravam certo tipo de capitalismo. Consequentemente, a originalidade do neoliberalismo está no fato de criar um novo conjunto de regras que definem não apenas *outro* “regime de acumulação”, mas também, mais amplamente, *outra* sociedade (DARDOT & LAVAL, 2016, p.24).

Na compreensão marxista, o capitalismo é, primeiramente, um “modo de produção” econômica, e que, por isso, não depende do direito e promove a organização jurídica e política necessárias a cada fase do seu próprio desenvolvimento. Contudo, na concepção de Dardot & Laval (2016), ao contrário da visão marxista clássica, a organização jurídica não está contida na “superestrutura” que tem por critério garantir o status da reprodução econômica, ela se encontra nas próprias relações de produção, sendo também elemento “infraestrutural”, ao passo em que delinea “o econômico a partir de dentro” (DARDOT & LAVAL, 2016, p.25).

Assim, na visão de Dardot & Laval (2016) sobre o neoliberalismo, a configuração do capitalismo e a forma como se ocorrem suas crises são consequências ocasionais de diferentes normas jurídicas, e não necessariamente efeitos das “leis da acumulação capitalista” (DARDOT & LAVAL, 2016, p.25).

Em vez de um modo econômico de produção cujo desenvolvimento é comandado por uma lógica que age à maneira de uma “lei natural”, o capitalismo é um “complexo econômico-jurídico” que admite uma multiplicidade de figuras singulares. É por isso também que devemos falar de *sociedade neoliberal*, e não apenas de *política neoliberal* ou *economia neoliberal* – embora seja inegavelmente uma sociedade capitalista, essa sociedade diz respeito a uma figura singular do capitalismo que exige ser analisada como tal em sua irreduzível especificidade (DARDOT & LAVAL, 2016, p.25-6).

À vista disso, essa maneira de reprodução do capitalismo não apenas se estabeleceu como modelo econômico, mas também como produção hegemônica, que agencia e hegemoniza

amplios segmentos sociais, culturais e educacionais em defesa de mediar a reprodução do capital em novas escalas se transformando em mais que um sistema político, econômico e ideológico que conforma a adaptação dos princípios do liberalismo econômico às circunstâncias do capitalismo na contemporaneidade. “Nesse sentido, o neoliberalismo não é apenas uma ideologia, um tipo de política econômica, é um sistema normativo que ampliou sua influência ao mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida (DARDOT & LAVAL, 2016, PREFÁCIO).” Ou seja, os arranjos do capitalismo neoliberal produzem sistemas globais, além de fabricar subjetividades.

### **O poder, o eu e a resistência**

A busca por autonomia e liberdade individual, lutas por independência que identificaram os períodos de 1968 a 1970, somadas à resposta dada à crise de governamentalidade, acabaram originando indivíduos (sujeitos) “proprietários de si mesmos”. Estes indivíduos se tornaram gradualmente emancipados em relação aos princípios (tradição, hábitos, condutas e às normas) que até então lhes eram repassados e definiam, de certa forma, seus caminhos.

Houve uma ruptura que levou ao desaparecimento de modelos socioculturais heterogêneos, à proporção em que ocorria a proliferação do pensamento de que cada um poderia transformar-se em um “ser” por si mesmo, por seus próprios meios, por suas próprias determinações e poderia experienciar a existência que preferisse, para além dos limites estruturais e modais. Assim, a independência compreenderia um modelo de vida, uma exaltação do individualismo, visto que, emancipado de forma definitiva, o indivíduo se transformou em possuidor, proprietário, empresário de si mesmo, ignorando o poder das normas e dos sistemas disciplinares, sem se dar conta dos novos dispositivos de controle.

Os indivíduos, que constituem a sociedade ocidental, encontram-se frequentemente absorvidos em políticas neoliberais, sendo, portanto, centro de intervenções. Na atual conjuntura, há um padrão que impulsiona as relações, respaldado na concorrência. A concorrência é, a todo o momento, incitada como maneira de conexão, associação entre os diversos setores da sociedade: entre empresas e indústrias, entre trabalhadores, entre estudantes. As técnicas de subjetivação acontecem à volta da valorização do capital humano, na qual os

sujeitos acreditam serem os responsáveis pelo governo de si, portanto, os agentes do seu próprio sucesso ou fracasso, como se nenhum elemento social, cultural pudesse interferir neste processo:

Mas não devemos ignorar as mutações subjetivas provocadas pelo neoliberalismo que operam no sentido do egoísmo social, da negação da solidariedade e da redistribuição e que podem desembocar em movimentos reacionários ou até mesmo neofascistas. As condições de um confronto de grande amplitude entre lógicas contrárias e forças adversas em escala mundial estão se avolumando (DARDOT & LAVAL, 2016, PREFÁCIO).

Esta concorrência gera desigualdade, pois acontece entre desiguais, sendo que existem setores, segmentos sociais, grupos e indivíduos que possuem condições de permanecerem de modo privilegiado nessa concorrência contínua e outros que são dissolvidos. Dentro do contexto da racional neoliberal, o Estado tem o dever de fazer uma gestão como se fosse uma empresa oferecendo condições para que os setores ligados a produção sejam potencializados, mas sem desconsiderar os dissolvidos pela concorrência, ou seja, promove uma igualdade na desigualdade do sistema, visto que oferece a plenitude de empregabilidade instável. Qualquer indivíduo e ou trabalhador, deve ter “a si mesmo como uma empresa”, e passa a ser valorizado em função disso, dependem dos resultados obtidos, da forma eficaz com que fazem suas aplicações, pelos êxitos alcançados no âmbito concorrencial. Indivíduos e grupos sociais que se perdem nos processos de competitividade, se transformam em focos de políticas públicas, como forma do Estado administrar as desigualdades promovidas pelo próprio sistema.

Ao colocarem a questão do “autogoverno” como forma de controle do outro a partir de si, Dardot & Laval (2016), em uma leitura de Foucault, destacam que o indivíduo jamais poderá se alienar desta forma de governo, visto que poder e sujeito estão entrelaçados. A teoria do capital humano possibilita a fusão entre o desejo e o poder, o que o indivíduo deseja é o que o poder quer que ele deseje. Ao contrário de outras forma de subjetivação, no neoliberalismo não existe a renúncia do eu, o eu foi libertado. Toda ameaça agora não vem mais do poder público, mas sim do eu, o novo tirano por meio da invisibilidade do controle tecnológico (dispositivos), por meio dos celulares, computadores, inteligência artificial, etc. O que configura uma “ultrassubjetivação”, ou seja, a imposição de uma tentativa pela autossuperação contínua, na busca de um além de si mesmo, que não consegue mais encontrar nos modelos tradicionais de emprego o cenário onde essa subjetivação pode ser constituída e ter os seus impactos ampliados.

Com isso, “As formas de gestão na empresa, o desemprego e a precariedade, a dívida e avaliação, são poderosas alavancas de concorrência interindividual e definem novos modelos de subjetivação (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 9).” Essa ultrassubjetivação remete-se à falta

de transcendência, pois o que ocorre é uma potencialização do que já existe. Os indivíduos investem neles mesmos com a tendência ao capital humano, e todas as atividades humanas foram reduzidas a uma espécie de trabalho, o namoro, o casamento, os filhos, os amigos, as atividades de lazer se tornaram ações, investimentos pessoais (“investir na minha saúde, investir na minha vida amorosa, investir na minha família”). E no final de todo investimento o indivíduo ainda é o mesmo, imanente a toda lógica neoliberal.

A incapacidade de governar um “mundo que se tornou ingovernável, em virtude de seu próprio caráter global”, e a contínua responsabilização dos indivíduos por seu próprio destino, sempre acatando a obrigação (inatingível) de ser “bem-sucedido e feliz”, geram uma sociedade esquizofrênica e doentia (DARDOT & LAVAL, 2016, p. 344).

Assim,

As circunstâncias desse sucesso normativo foram descritas inúmeras vezes. Ora sob seu aspecto político (a conquista do poder pelas forças neoliberais), ora sob seu aspecto econômico (o rápido crescimento do capitalismo financeiro globalizado), ora sob seu aspecto social (a individualização das relações sociais às expensas das solidariedades coletivas, a polarização extrema entre ricos e pobres), ora sob o aspecto subjetivo (o surgimento de um novo sujeito, o desenvolvimento de novas patologias psíquicas). Tudo isso são dimensões complementares da *nova razão do mundo* (DARDOT & LAVAL, 2016, p.16).

Segundo os autores, a racionalidade neoliberal se tornou dominante, impedindo a existência, de fato, da democracia liberal, o que pode ser superado com uma nova forma de governamentalidade. O sentido do ordenamento do mercado se dá na concorrência e não mais pela troca, como no liberalismo. Portanto, não existem leis naturais que regulam o Estado, pois o Estado intervém no mercado a todo tempo, criando formas de regular as condutas e as prerrogativas econômicas, por meio de um sistema de direito específico.

A racionalidade neoliberal, ao mesmo tempo que se adapta perfeitamente ao que restou dessas distinções (*público e privado*) no plano da ideologia, opera uma desativação sem precedentes do caráter normativo destas últimas. Diluição do direito público em benefício do direito privado, conformação da ação pública aos critérios da rentabilidade e da produtividade, depreciação simbólica da lei como ato próprio do legislativo, fortalecimento do executivo, valorização dos procedimentos, tendência dos poderes de polícia a isentar-se de todo controle judicial, promoção do “cidadão-consumidor” encarregado de arbitrar entre “ofertas políticas” concorrentes, todas são tendências comprovadas que mostram o esgotamento da democracia liberal como norma política (DARDOT & LAVAL, 2016, p. 378).

Com isso, o Estado tem por função assegurar essas leis da concorrência, em que todos os agentes econômicos sejam respeitados. Além de ser também submetido a lei da concorrência, não sendo, portanto, apenas o vigilante desta norma. Em consequência disso, segundo Dardot & Laval (2016), ocorre o esvaziamento do direito público,

[...] uma desativação de sua validade operatória. O Estado é obrigado a ver a si mesmo como uma empresa, tanto em seu funcionamento interno como em sua relação com os outros Estados. Assim, o Estado, ao qual compete construir o mercado, tem ao mesmo tempo de construir-se de acordo com as normas do mercado (DARDOT & LAVAL, 2016, p. 378)

Com a generalização da lei da concorrência, Dardot & Laval (2016) propõem formas de resistência à racionalidade neoliberal, de modo que “O único caminho praticável é promover desde já formas de subjetivação alternativas ao modelo da empresa de si (DARDOT & LAVAL 2016, p. 396).”

Sobre o papel da esquerda enquanto agente político transformador e atento às práticas antidemocráticas, os pensadores sustentam que “a esquerda tem a capacidade de resguardar a ideia de que o novo sujeito foi criado a partir de redirecionamento político radical da governamentalidade” (DARDOT & LAVAL, 2016, p. 396). Assim, é possível pressupor que não basta uma alteração política, seguida de uma variação de governo, como elemento constituidor das circunstâncias para a produção de um novo sujeito. Ou seja, não se deve

[...] ignorar o fato de que o neoliberalismo reorientou os processos de subjetivação, uma subjetivação criada, apoiado nos fluxos econômicos mundiais que eram alinhados à nova regra da concorrência. Desta forma, os indivíduos foram vergados à nova técnica de poder. Não se sai de uma racionalidade apenas mudando a política, não se inventa outra maneira de governar os homens mudando de governo (DARDOT & LAVAL, 2016, p. 396).

Conforme os autores, a ação de conduzir o povo (governar) é caracterizada pela prática do poder de controlar, obter o comando de “outros homens por parte de certos homens e, como tal, é necessariamente arbitrária” (DARDOT & LAVAL, 2016, p. 393). Se a essência dessa ação (governar) é a arbitrariedade, o problema se resolveria com a articulação entre subjetivação e resistência às formas de poder estabelecida, a partir da chamada “contraconduta” (DARDOT & LAVAL, 2016, p. 400).

A contraconduta demonstra a capacidade preeminente de dar significado direto à “luta contra os procedimentos postos em ação para conduzir os outros” (Dardot & Laval, 2016, p. 400), em uma tentativa de esquivar-se “da conduta dos outros”, assim como estabelecer “para

si mesmo maneira de se conduzir com relação aos outros” (DARDOT & LAVAL, 2016, p. 400).

À subjetvivação - sujeição constituída pela ultrasubjetivação, devemos opor uma subjetivação pelas contracondutas; à governamentalidade neoliberal como maneira específica de conduzir a conduta dos outros, devemos opor, portanto, uma *dupla* recusa não menos específica: a recusa de se conduzir em relação a si mesmo como uma empresa de si e a recusa de se conduzir em relação aos outros de acordo com a norma da concorrência (DARDOT & LAVAL, 2016, p. 401).

A recusa do indivíduo em operar a sua vida como empresa de si mesmo, e de se dirigir aos outros conforme as normas da concorrência, configura o afastamento de si mesmo e, conseqüentemente, a rejeição de todo o processo de construção do eu conforme as instruções sociais. Percebe-se, portanto, que esta possibilidade deve ocorrer não no âmbito individual, mas no âmbito da coletividade, a partir dos efeitos diretos da produção de subjetivação, que transita de uma subjetivação que gera maior individualidade, concorrência e desigualdade para uma subjetivação que opera dentro da coletividade, de maior cooperação e igualdade.

O governo dos homens *pode* alinhar-se a outros horizontes, além daqueles da maximização do desempenho, da produção ilimitada, do controle generalizado. Ele *pode* sustentar-se num governo de si mesmo que leva a outras relações com os outros, além daquelas da concorrência entre “atores autoempreendedores”. As práticas de comunização do saber, de assistência mútua, de trabalho cooperativo *podem* indicar os traços de *outra razão do mundo*. Não saberíamos designar melhor essa razão alternativa senão pela *razão do comum* (DARDOT & LAVAL, 2016, p. 402).

O aspecto hegemônico do capitalismo na contemporaneidade, não se limita somente na sua forma de produzir e direcionar a economia global, mas sobretudo, na maneira de promover as subjetividades humanas para garantir a sua reprodução. Tomando por base o pensamento de Deleuze & Guattari (2010), tem-se um entendimento da subjetividade contemporânea de forma mais pluralista e inovadora, à medida que a consideram o resultado de uma produção individual, coletiva e institucional (Guattari, 1992, p. 11); o que significa que não é necessário recorrer somente “aos sistemas tradicionais de determinação do tipo infra - estrutura material - superestrutura ideológica” (GUATTARI, 1992, p. 11).

Guattari (1992) ressalta a necessidade de expansão da definição da subjetividade para além do “sujeito individual e sociedade” e, por meio dessa expansão, é fundamental promover uma revisão dos modelos de “inconsciente que existem atualmente” (GUATTARI, 1992, p. 11), incluindo as “produções maquínicas” de subjetividade.

Na atual conjuntura histórica, a sociologia, as ciências econômicas, políticas e jurídicas estão envolvidas em “uma tal mistura de apego arcaizante as tradições culturais e [...] de absorção a modernidade tecnológica e científica, mistura que caracteriza o coquetel subjetivo contemporâneo” (GUATTARI, 1992, p. 13). O autor, portanto, propõe uma compreensão “polifônica e heterogênicamente da subjetividade”, pois acredita que a produção maquínica pode ser adquirida tanto para “o melhor quanto para o pior” em relação à vida dos indivíduos (Guattari, 1992, p. 15).

O melhor é a criação, a invenção de novos Universos de referência [...]. As evoluções tecnológicas, conjugadas a experimentações sociais desses novos domínios, são talvez capazes de nos fazer sair do período opressivo atual e de nos fazer entrar em uma era pós-mídia, caracterizada por uma reapropriação e uma re-singularização da utilização da mídia. (GUATTARI, 1992, p. 15 -16).

Guattari (1992) considera tudo uma produção, em movimento constante, assim, os indivíduos também são considerados processos inconclusos, fluxos de matéria, átomos que se juntam e se separam, juntos formam moléculas, ora sobrepostas, ora decompostas e também justapostas.

Com isso, em uma relação com o neoliberalismo e suas implicações ao campo da subjetividade, é possível compreender os indivíduos como “máquinas desejanças”, atravessadas e que atravessam em busca de múltiplas subjetivações, nunca como indivíduos estacionados dentro de um único processo subjetivante. Ou seja, a lógica do capital humano e da concorrência seria apenas uma entre outras formas de subjetivação justapostas.

Ao definir conceitualmente “a produção de subjetividade capitalística”, Guattari (1992) acrescentou a terminação “ístico” à palavra capitalista, pois pretendia “criar uma palavra que conseguisse caracterizar não somente as sociedades classificadas como capitalistas, mas também categorias do capitalismo “periférico” (terceiro mundo), assim como das economias consideradas socialistas” (GUATTARI & ROLNIK, 2000, p. 15). Desta forma, o autor procurava incorporar estas sociedades “sob denominação de capitalística, por vislumbrar nelas analogias na forma de produzir e gerir a economia e a subjetividade dos indivíduos” (GUATTARI & ROLNIK, 2000, p. 15).

Por ora, o que vislumbramos da subjetividade é o perfil de um modo de ser - de pensar, de agir, de sonhar, de amar, etc. - que recorta o espaço, formando um interior e um exterior. Nosso olhar desatento vê na pele que traça este perfil uma superfície compacta e uma certa quietude. Isso nos faz pensar que este perfil é imutável, assim como o interior e o exterior que ele separa (ROLNIK, 2000, p. 25).

Para Rolnik (2000), a produção anteriormente dada pelos delineamentos do capitalismo sempre se apropriou do encontro entre economia e sujeito (subjetividade) para se reproduzir. Todavia, as formas de se produzir sujeitos capitalísticos não são as únicas formas hegemônicas dessa produção. Para a autora, sempre existiram outras maneiras de se subjetivar, que se configuravam como resistência aos padrões do capitalismo, como é o caso, por exemplo, das incipientes sociedades marcadas pelo socialismo, e também de diversas sociedades: originárias, aborígenes, indígenas espalhadas pelo mundo. Embora Rolnik (2000) não discorde de que o capitalismo, na sua versão mais atualizada, possibilita formas mais homogêneas de subjetivação, que envolvem todos os aspectos da vida (social, econômico e cultural).

O pensamento de Gilles Deleuze & Félix Guattari (2010) se afasta do pensamento de Pierre Dardot & Christian Laval (2010) e Michel Foucault (2008) e de outros autores que pensaram as formas de subjetivação no mundo, à medida que repensa a subjetividade humana por meio das sínteses do inconsciente.

Um inconsciente fabricado ao longo de encontros, que são atravessados por fluxos diversos. Este inconsciente fabricado rompe com os limites metafísicos e físicos, espirituais e materiais, incluindo toda e qualquer população, grupos e máquinas. O inconsciente em Guattari (1992) não pode ser representado, não pode adquirir aspecto homogêneo, único e/ou dualista, visto que os indivíduos estão em contato com o mundo, com multiplicidades.

A "fabricação" de um sujeito passa doravante por longos e complexos caminhos, engajando, através da família, da escola, sistemas "máqunicos" tais como a televisão, os mass mídia, o esporte [...]. Insisto no fato de que não é apenas o conteúdo cognitivo da subjetividade que se encontra aqui modelado mas igualmente todas as suas outras facetas afetivas, perceptivas, volitivas [...]. (GUATTARI, 1992, p. 190-191).

Dessa forma, é possível vislumbrar possibilidades para além dos processos de subjetivação neoliberal. Dardot & Laval (2016) propõem a contraconduta como forma de resistência, que precisa ser constituída na coletividade; e os autores sugerem que seja tarefa para os movimentos de esquerda em seus projetos emancipadores. Porém, mediante toda a discussão sobre a lógica da governamentalidade, que subjetiva em torno do capital humano e da concorrência, não é espantoso que o novo projeto não seja realizado.

Considerando a visão polifônica e heterogênea de Guattari (1992) a respeito da subjetivação, e como as sociedades ainda resistem a esta lógica, ela se transforma, portanto, em uma possibilidade de resistência. Estabelecendo um movimento entre o caráter dominante da lógica neoliberal e, ao mesmo tempo, considerando o seu caráter não obrigatório, com as linhas

de fugas, as multiplicidades que existem em qualquer processo, na governamentalidade não pode ser diferente. Na sociedade brasileira, por exemplo, existem comunidades indígenas que resistem à lógica neoliberal em relação à propriedade privada da terra e em seus territórios demarcados, aldeados ou não aldeados, ainda produzem coletivamente; assim como os elementos que envolvem os processos de subjetivação, que negam as questões relacionadas ao capital humano e a concorrência, como as divisões entre natureza e cultura e tudo que isso implica: a constituição de Estado, governo, poder. Ou seja,

As transformações sociais podem proceder em grande escala, por mutação de subjetividade, como se vê atualmente com as revoluções subjetivas que se passam no leste de um modo moderadamente conservador, ou nos países do Oriente Médio, infelizmente de um modo largamente reacionário, até mesmo neofascista. Mas elas podem também se produzir em uma escala molecular-microfísica, no sentido de Foucault -, em uma atividade política, em uma cura analítica, na instalação de um dispositivo para mudar a vida da vizinhança, para mudar o modo de funcionamento de uma escola, de uma instituição psiquiátrica (GUATTARI, 1992, p. 33-34).

## CONCLUSÃO

A partir da perspectiva de Dardot & Laval (2016) e Foucault (2008), nota-se que o neoliberalismo é uma forma de racionalidade governamental e, como tal, é usada pelo Estado como meio de controle das condutas dos indivíduos. A sociedade neoliberal é, de fato, caracterizada por formas singulares e sutis de governamentalidade, como a produção de subjetividades vinculadas às práticas que levam a valorização do capital humano e da concorrência generalizada. Nesse contexto, todos os aspectos da vida social, cultural e econômica são tomados pelo espírito da mercantilização.

Ocorre o processo de racionalização tanto da sociedade como da economia por meio da incitação e elaboração da política do capital humano, com intuito de transformar as habilidades e ações humanas individuais em produtos econômicos. O indivíduo é visto como uma empresa, um capital humano, e é colocado sob as normas da concorrência.

A emancipação, que veio por meio da luta por liberdade, se tornou um estilo, modelo de vida, a exaltação do individualismo. A sociedade foi emancipada de forma definitiva, o indivíduo contemporâneo se tornou possuidor, proprietário, empresário de si mesmo, rejeitando o poder das normas e dos sistemas disciplinares sem perceber os novos dispositivos de controle.

A racionalidade neoliberal é alcançada por meio do “autogoverno”. As práticas de poder disciplinar foram substituídas pelos dispositivos de controle, isto é, mecanismos que tem por objetivo instigar, aumentar as liberdades, inserir uma liberdade a mais, uma armadilha que os indivíduos não conseguem desvencilhar. São ao mesmo tempo o governo (governo de si) e os governados.

A velha política do “*laissez-faire*”, característica do liberalismo clássico, não é válida para o contexto neoliberal. O Estado tem papel fundamental para a manutenção da lógica neoliberal, visto que garante o funcionamento das regras sobre o capital humano e a concorrência, além de participar da concorrência em escala global.

De forma individualizada, os “empresários de si” jamais poderão se alienar dessa forma de governo, visto que poder e sujeito estão entrelaçados. A emancipação de tal forma de subjetivação (neoliberal) só poderá ser alcançada pela contraconduta, o indivíduo precisa ir contra a ideia do capital humano em relação a si mesmo, e contra a concorrência em relação aos outros. Isto precisa acontecer de forma coletiva e em cooperação, fugindo da individualização, inerente a subjetivação produzida pelo neoliberalismo.

Em contraponto ao pensamento de Dardot & Laval (2016) em relação ao processo de subjetivação neoliberal, como dominante, Deleuze & Guatarri (2000, 2010), Guatarri (1992), Rolnik (2000) e Guatarri & Rolnik (2000) ressaltam uma ideia de subjetivação ampliada, que rompe com modelos hierarquizantes, que operam no campo da dominação. Um pensamento que considera múltiplos processos de subjetivação, que se cruzam, que se entrelaçam, produzindo resistência. Isso induz que mesmo um sujeito subjetivado sob a perspectiva neoliberal possui atravessamentos que incluem outras formas de se relacionar consigo mesmo e também com os outros, para além do capital humano e da concorrência, criando outras possibilidades de resistência a essa lógica.

## REFERÊNCIAS

DARDOT, Pierre & LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. Tradução: Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo. 1ª. edição. 2016.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

DELEUZE, Guiles; GUATARRI, Félix. **O Anti-Édipo: Capitalismo e esquizofrenia 1**.

Tradução: Luiz B. L. Orlandi. São Paulo: Editora 34, 2010.

\_\_\_\_\_. **Mil Platôs: Capitalismo e esquizofrenia 2.** Vol. 1. Tradução: Ana Lucia de Oliveira, Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. São Paulo: Editora 34, 1995.

FOUCAULT, Michel. **O nascimento da biopolítica.** Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes: 2008.

FRIEDMANN, Gustavo. **Globalização capitalista, desregulamentação dos direitos do trabalho e cláusulas sociais nos acordos comerciais internacionais.** São Paulo. 2008.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo.** 6. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

GUATTARI, Félix. **Caosmose: um novo paradigma estético.** Tradução de Ana de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. São Paulo: Ed. 34, 1992.

ROLNIK, Suely. **Uma insólita viagem à subjetividade: Fronteiras com a Ética e a Cultura.** IN: Lins, Daniel (org.). Cultura e Subjetividade. São Paulo: Papirus. 2ª edição, 2000. Pp. 25-34.

# FERRAMENTAS DE COMPATIBILIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS COM O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

REINALDO CAIXETA MACHADO<sup>39</sup>  
GABRIEL LOPES VILELA FILHO<sup>40</sup>

## RESUMO

**Introdução:** As ferramentas de compatibilização das atividades econômicas contribuem para um maior controle das interferências humanadas, de forma a garantir o bem estar da sociedade em um ambiente de qualidade. O presente trabalho cuida em analisar as ferramentas disponíveis para a compatibilização das atividades econômicas sob os preceitos de desenvolvimento sustentável, conceituando-as e demonstrando sua importância no âmbito de uma governança internacional. **Objetivo:** O estudo teve como objetivo geral analisar o contexto do desenvolvimento sustentável no atual cenário brasileiro, sob a perspectiva da Economia Verde e Teoria do Decrescimento enquanto ferramentas para uma profunda mudança comportamental. **Material e Métodos:** Na metodologia, foi utilizado o método jurídico-exploratório com pesquisa em legislação e fontes bibliográficas. **Resultados:** Verificou-se que as atividades econômicas são movidas pelos sustentáculos do mercado, este regido pela busca do lucro voraz, não raramente às margens das questões ambientais e sociais. Como resultado foi observado ainda que, diante da finitude dos recursos naturais, o atual padrão de consumo por parte da população deve ser urgentemente repensado e ajustado, única forma de evitar a pauperização do meio ambiente. A Economia Verde e a Teoria do Decrescimento aparecem como ferramentas de reflexão em face do sistema capitalista e suas danosas consequências. **Conclusão:** O trabalho realizado, evidencia a necessidade e a possibilidade de modificação dos padrões econômicos dentro da atual sociedade e da exploração dos recursos naturais, visando à sustentabilidade.

**Palavras chave:** Sustentabilidade. Direito Ambiental. Economia Verde. Teoria do Decrescimento.

## TOOLS TO RECONCILE ECONOMIC ACTIVITIES WITH SUSTAINABLE DEVELOPMENT

## ABSTRACT

**Introduction:** The tools of compatibility of economic activities contribute to a greater control of humanized interferences in order to ensure the welfare of society in a quality environment.

---

<sup>39</sup> Graduado em Direito. Mestre em Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável pela Escola Superior Dom Helder Câmara. Professor do UNICERP. Patrocínio, Minas Gerais, Brasil. E-mail: reinaldomachado@unicerp.edu.br

<sup>40</sup> Graduado em Direito pelo UNICERP. Patrocínio, Minas Gerais, Brasil. E-mail: gabriel\_lvf@hotmail.com

The present work aims to analyze the effectiveness related to the tools available in the compatibility of economic activities under the precepts of sustainable development, conceptualizing them and demonstrating importance within the framework of international governance. **Objective:** The overall objective of the study was to analyze the current context of sustainable development in the current Brazilian scenario from the perspective of Green Economy and Degrowth Theory as tools for profound behavioral change. **Material and Methods:** In the methodology, the legal-exploratory method was used with research in legislation and bibliographic sources. **Results:** It was found that economic activities are driven by the market's sustains, this governed by the search for voracious profit, not rarely on the margins of environmental and social issues. As a result, it was also observed that, given the finiteness of natural resources, the current consumption pattern on the part of the population must be urgently rethought and adjusted, the only way to avoid the pauperization of the environment. The Green Economy and the Theory of Degrowth appear as tools of reflection in the face of the capitalist system and its harmful consequences. **Conclusion:** The work done highlights the need and the possibility of changing economic patterns within the current society and exploitation of natural resources, aiming at sustainability.

**Palavras chave:** Sustainability. Environmental Law. Green Economy. Degrowth theory.

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho foi consubstanciado na verificação de ferramentas disponíveis voltadas à compatibilização das atividades econômicas com os preceitos de desenvolvimento sustentável, conceituando-as e demonstrando a sua devida importância no âmbito mundial.

As ferramentas de compatibilização das atividades econômicas contribuem para que se tenha um controle efetivo quanto ao exercício profissional em prol do desenvolvimento sustentável e a busca cotidiana para o bem estar da sociedade.

É notória a questão das políticas públicas e suas atribuições incidentes à população. O modelo sustentável deve dar espaço à conscientização frente aos paradigmas econômicos e sociais que visam apenas à lucratividade, esquecendo na maioria das vezes da destruição que estão causando.

Diante da temática proposta questiona-se o seguinte problema de pesquisa: Quais são e como é o funcionamento das ferramentas de compatibilização das atividades econômicas na busca do desenvolvimento sustentável?

O estudo tem como objetivo relacionar o direito de que todos têm de usufruir de um meio ambiente ecologicamente equilibrado, hoje e futuramente, e que se vê ameaçado pela crescente degradação ambiental e escassez dos recursos naturais, advindos de um sistema onde o consumo é a maior face desta complexa engrenagem.

O trabalho foi dividido em três capítulos que contribuíram para a discussão da temática proposta.

O primeiro capítulo apresenta uma contextualização histórica e a evolução dos principais conceitos inerentes à sustentabilidade ambiental. É de suma importância entender e verificar as conceituações traçadas diante a temática do presente trabalho, visto apresentar íntima conexão com os padrões econômicos e sociais.

O segundo capítulo enfatiza a forma alternativa de crescimento econômico denominada Economia Verde, a sua importância e as dificuldades encontradas.

Nessa mesma linha de raciocínio, o terceiro e último capítulo descreve a Teoria do Decrescimento, apresentando os seus conceitos e finalidades diante de uma proposta de enfrentamento do atual modelo capitalista e a coisificação dos recursos naturais.

Justifica-se o estudo em face do objetivo de certificar as imposições do sistema jurídico brasileiro, acerca do desenvolvimento sustentável, assunto este que é de grande importância no cenário mundial, pois visa o bem estar da população presente e das futuras gerações.

## **MATERIAL E MÉTODOS**

Foi utilizado nesta pesquisa o método jurídico-exploratório com pesquisa em legislação e fontes bibliográficas. Quanto ao marco teórico, foi construído com base nos pilares da Economia Verde e Teoria do Decrescimento na perspectiva de BRANDT, 2012.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

É de suma importância que as nações evidenciem temas pelos quais devem ser discutidos com a devida urgência, pois o meio ambiente é finito, e, se as ações humanas não forem condizentes com o desenvolvimento sustentável, o futuro ficará comprometido e a

injustiça relacionada às próximas gerações que irão usufruí-lo é o único resultado possível.

Foi a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, que o conceito foi esboçado perante a sociedade no sentido de justiça. Sendo assim, o desenvolvimento sustentável é um protótipo a ser empregado e que venha definir padrões sociais e econômicos, a fim de solucionar os problemas vigentes, visando à justiça no que se refere ao resguardo e igualar a utilização do meio pelas gerações futuras, onde os responsáveis por este processo é a população presente (VEIGA, 2010).

Em concordância com Nascimento (2012), a visão da origem da sustentabilidade, pode ser evidenciada em dois momentos claros e distintos. Primeiramente, baseia-se na noção biológica do meio ambiente, seguindo os preceitos da ecologia<sup>41</sup>. Consiste na regeneração natural do ecossistema, diante do acometimento de ações humanas, que degradam o meio ambiente como o desmatamento, queimadas, poluição, etc. Em segundo plano, a busca de lucratividade econômica, com evidente progresso no último século, em todo o mundo. Observa-se, por oportuno, que na mesma esteira que os impactos das ações antrópicas<sup>42</sup> se acentuam, faz-se então necessária à compatibilização das mesmas sob os preceitos de uma sociedade cada vez mais sustentável.

A noção sobre desenvolvimento sustentável foi debatida com maior relevância internacional, em Estocolmo, na Suécia no ano de 1972, tema principal da Primeira Conferência com relação ao meio ambiente e desenvolvimento das Nações Unidas. Posteriormente, em 1983, foi formulada a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), instituída pela Assembleia geral da ONU após cerca de 10 anos de análise da conferência de Estocolmo. E foi em 1987, fruto do trabalho dessa Comissão, elaborado o Relatório Brundtland, que dava maior ênfase ao desenvolvimento sustentável (VECCHIATTI, 2004).

É evidente a preocupação em decorrência das ações prejudiciais dos setores econômicos de exploração, pois a matéria prima sendo de origem natural e a concorrência dos mercados e o consumo inconsciente faz com que se tenha uma extração abrangente e prejudicial. No entanto, notadamente nas últimas três décadas, tem-se visto maior preocupação sobre esta agenda mundo a fora.

A reunião de Estocolmo foi realizada em razão do impacto constante do relatório do Clube de Roma, que objetivava a diminuição do desenvolvimento industrial dos países

---

<sup>41</sup> Ecologia é um estudo sistemático dos preceitos biológicos, que estuda e observa as ações naturais do meio ambiente, compreendendo a natureza pela simples relação dos seres vivos com o meio natural.

<sup>42</sup> Ações antrópicas compreendem as ações humanas diante a exploração da natureza, onde as atividades empreendedoras buscam extrair matérias primas que resultarão nos produtos finais para as vendas. E nada mais que as ações humanas que transformam a natureza.

desenvolvidos, como também do crescimento populacional que se acentuava nos países subdesenvolvidos, para que os primeiros auxiliassem os segundos quanto ao processo de desenvolvimento econômico e social (MEADOWS *et al.*; 1972).

O Estado nesse sentido deve garantir a população um planejamento adequado pelo qual a preservação e o melhor ordenamento social são os requisitos fundamentais a serem atingidos, atendendo os interesses coletivos da nação. As medidas elaboradas pelas políticas públicas devem fazer *jus* ao modelo sustentável preconizado mundialmente, visando o equilíbrio do meio ambiente, assim como a igualdade e crescimento saudável da sociedade.

Com o aparente crescimento econômico, as medidas de preservação devem ser adotadas com mais rigorosidade, pois as clandestinidades e as infrações das atividades econômicas atingem todos os setores da economia, e é outra preocupação apontada nas fiscalizações dos órgãos públicos responsáveis.

Diante dos assuntos tratados nos encontros em Estocolmo (1972) e da RIO (1992), surge à ideia de um modelo que tivesse o condão de solucionar o formato devastador de crescimento econômico, onde o debate principal seguramente girasse em torno dos preceitos ambientais. O bem-estar social, a igualdade, e diminuição das diferenças econômicas dos cidadãos que compõem a sociedade, são objetivos imprescindíveis do modelo sustentável, pois, só assim será possível obter um controle da forma de exploração e uso do meio ambiente de forma equilibrada. Para validar e colocar em prática o modelo sustentável, a conduta das atividades econômicas e também a consciência dos indivíduos devem estar de acordo com os novos padrões a serem impostos, mas essa mudança só será efetivada com o apoio das políticas públicas e da sociedade (AMADO, 2016).

São inúmeros os impactos ambientais causados pelas atividades econômicas que buscam a expansão e desenvolvimento, utilizando e extraindo de forma inadequada os recursos naturais que são imprescindíveis para a manutenção da vida humana, como, por exemplo, a intervenção climática produzida pela liberação de gases poluentes que prejudicam e interferem na camada de ozônio, a poluição das águas potáveis bem como o desenfreado avanço do desmatamento, entre outros que estampam capas de jornais e noticiários televisivos.

## **2 ECONOMIA VERDE**

Discorrer sobre Economia Verde refere-se ainda de mais nada apresentar as ferramentas necessárias e imprescindíveis para a regularização das atividades que exploram os recursos naturais, visando estabelecer formas adequadas de agir para menores impactos ao ambiente.

Conforme Edgar Morin (2003), o meio social está diretamente interligado com as questões ambientais, sendo este seu objetivo de estudo, porém existem entendimentos acerca do desenvolvimento social. O desenvolvimento no sentido de que as sociedades mais desenvolvidas economicamente, composta por incontáveis indústrias e empreendimentos financeiros, conseguem proporcionar aos cidadãos um ambiente mais propício para vida, garantindo-lhes o bem-estar, combatendo a pobreza e a desigualdade, viabilizando um piso vital mínimo para a conquista de cidadãos mais felizes. Em segunda ordem, o aspecto existente na forma de desenvolvimento social, almejando melhorias e a igualdade entre os cidadãos, que só seria possível diante do acometimento dos fatores inerentes ao desenvolvimento econômico.

O encontro de bastante relevância social e que tratou sobre questões de princípios ambientalistas, a Conferência Rio+20, repercutiu no cenário mundial. O assunto de grande relevância era o surgimento de uma nova economia, conhecida como Economia Verde, onde o modelo de crescimento econômico necessariamente acompanhará os requisitos do desenvolvimento sustentável (TEIXEIRA; SANTOS; MONTEIRO, 2016).

Não obstante a discussão das problemáticas das relações economia-ambiente em território nacional, a cooperação entre as nações através das reuniões e encontros são fundamentais, pois só assim o controle será concretizado. Os governos das nações interessadas nos temas ambientais devem priorizar suas ações, bem como destinar seus recursos a fim de oferecer suporte para as técnicas necessárias de sustentabilidade.

Mesmo com a existência dos princípios que configuram a sustentabilidade ambiental, há uma série de dificuldades em torno das repercussões dos setores econômicos que na maioria das vezes não concordam com as diretrizes estabelecidas no contexto sustentável, impossibilitando a aplicabilidade de novas técnicas que têm por objetivo adequar as atividades executadas no meio ambiente, que promovem a degradação da natureza.

Desde o ano de 2011 o Brasil vem adotando medidas que visam resguardar os recursos naturais encontrados no território nacional, conforme o plano de Ação para Produção e Consumo Sustentável (PCS), que consiste em um documento governamental, cujo principal objetivo é tornar os modelos de produções menos impactantes, visando alcançar o desenvolvimento ideal e a exploração adequada da natureza (VELOSO, 2010). Porém, esta agenda ambiental ainda está longe de ser atendida, tanto quali como quantitativamente.

A prática do modelo de Economia que seja Verde visa o desenvolvimento da sociedade juntamente com a sustentabilidade socioambiental, onde os interesses que constituem os setores públicos e privados visam utilizar os recursos ambientais de forma correta, buscando sempre a reutilização dos produtos, diminuindo a poluição do meio ambiente, elaborando uma estratégia que insira a igualdade e o bem-estar dos cidadãos (BRANDT, 2012).

O crescimento econômico na sociedade deve respeitar os ditames constitucionais e despertar a consciência moral dos cidadãos, no que consiste em buscar produtos provindos de atividades que utilizem de maneira correta as riquezas naturais e que resultam no conforto e na estrutura do cenário urbano. A modificação das formas de exploração encontram dificuldades, gerando dúvidas a respeito da efetivação deste conceito, onde o estudo aprofundado de novas maneiras que irão incentivar as atividades econômicas é imprescindível.

A utilização de combustíveis alternativos em meio a uma economia pautada no uso de combustíveis fósseis encontra uma resistência nos interesses governamentais, que possuem no setor empresarial uma estimativa de arrecadação de impostos e que favorece a economia nacional, buscando o controle das despesas internas (BRANDT, 2012).

Seguindo o contexto de crescimento econômico e social, cujo objetivo seja implantar formas de estabelecer um desenvolvimento sustentável, no qual os produtos que são utilizados voltem ao seu sistema produtivo, ou seja, o descarte que antes era incontrolável de materiais que causam danos ao serem lançados de forma irresponsável novamente na natureza como rejeitos, passará por um ciclo de reutilização, sendo esse um dos objetivos do modelo de Economia Verde, assunto que está atingindo a comunidade internacional (RECH, 2012).

Com base no relatório do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (2011):

Demonstra que a transição para uma economia verde de baixo carbono e alta eficiência de recursos seria possível se fossem investidos 2% do PIB global por ano em dez setores estratégicos, que seriam: construção civil; energia; pesca; silvicultura; indústria; turismo; transporte; resíduos e reciclagem; água e saneamento básico – sendo o maior investimento desse montante em energia, 30%, seguido de 16% em transporte (PNUMA, 2011).

A forma apropriada de desenvolvimento social e econômico necessita do apoio governamental, em que as leis orçamentárias devem se materializar cumprindo a porcentagem necessária no envio de recursos financeiros. O investimento em torno de novas técnicas de melhoria e adequação da economia traz benefícios indispensáveis para o meio ambiente.

O objetivo principal encontrado na Economia Verde gira em torno de estratégias e novas técnicas a serem implantadas nos modelos de produções econômicos encontrados e que estão inseridos na sociedade, visando uma transformação de uma economia que não é benéfica para

os recursos naturais, implantando assim um desenvolvimento sustentável como padrão. Amenizar a desigualdade social, a diminuição da miséria, aumento do bem-estar, meio ambiente equilibrado, são requisitos a serem concretizados no novo modelo de economia (VEIGA, 2010).

Em concordância com os direitos inerentes à pessoa humana, esse novo modelo de economia é o pilar essencial para a execução dos mesmos, sendo o padrão a se impor na sociedade.

A repercussão da Economia Verde atingiu toda comunidade internacional, no que consiste em uma forma de produção que tenha interesse em diminuir a quantidade de emissão de carbono na atmosfera. É um tema discutido em diversos encontros de nações que tem por objetivo reduzir o despejo de resíduos que são prejudiciais em contato com a natureza, devendo intensificar os estudos e as pesquisas de campo em busca de elaborar tecnologias e instrumentos capazes de resguardar o meio ambiente, visando um significativo acordo entre as nações (TEIXEIRA; SANTOS; MONTEIRO, 2016).

Embora esta temática seja bastante discutida no cenário mundial, percebe-se o quanto ainda há controvérsias sobre a necessidade da implantação de novas ações e medidas que garantam a execução destas em favor da sustentabilidade ambiental.

## **2.1 A importância da Economia Verde na efetivação do desenvolvimento sustentável**

Um novo modelo de economia a ser adotado se torna essencial, no que diz respeito à garantia de direitos fundamentais dos seres humanos, em que a igualdade e a dignidade da pessoa humana são princípios basilares a serem concretizados nas relações sociais.

As iniciativas governamentais devem condicionar os setores públicos e privados da economia a padronizar as formas de exploração, que através da implantação de novas tecnologias capazes de solucionar ou amenizar os problemas que são causados à natureza correspondendo aos objetivos da Economia Verde. A elaboração de normas, incentivos fiscais, promoções para instalação de tecnologias mais avançadas, propagandas, descontos, regulamentação, seriam requisitos fundamentais para suporte de uma transição do modelo das atividades profissionais, com o crescimento de empregos que se enquadrariam em um modelo sustentável, garantindo aos trabalhadores a segurança necessária.

A sociedade sempre foi pautada para a obtenção de maiores índices socioeconômicos, principalmente quanto à busca por maiores lucros em razão dos avanços tecnológicos que promoveram um aprimoramento das atividades profissionais.

A economia verde está diretamente interligada com o crescimento econômico, para favorecer a execução dos princípios de sustentabilidade, além de ocasionar uma série de benefícios para combater as desigualdades sociais presentes em maior quantidade nas regiões de pobreza extrema, que são propícias ao aparecimento dos desastres acometidos pelo uso inadequado dos recursos naturais.

Com a elaboração de formas alternativas de produção, novos empregos serão gerados, e de acordo com a nova Economia – chamada “Verde” - e com a administração das políticas públicas, essa tendência se disseminará no mundo todo, assegurando a proteção dos direitos dos trabalhadores e abrindo oportunidades a população que se encontra na pobreza.

Importante ponderar ainda que a utilização incorreta dos recursos naturais prejudica o meio ambiente e a região dos moradores que ali residem, principalmente quando se tem um desmatamento excessivo de áreas protegidas que provocam elevadas temperaturas favorecendo o desequilíbrio das condições sustentáveis para o dia a dia dos indivíduos, sendo fator responsável pelo aparecimento de doenças, afetando a saúde da população que se encontra próxima dessas áreas. Isto porque tais externalidades provocadas pelas atividades antrópicas irresponsáveis decorrem em um descompasso no microclima existente.

Como já relatado anteriormente, a Economia Verde mostra-se como ferramenta potencial para solucionar problemas graves como o descarregamento de resíduos provindos das atividades profissionais na natureza, que causam poluição e transtornos, e também diminuirá o acúmulo desenfreado de lixo, reciclando e reutilizando os materiais muitas vezes considerados como nobres e sabidamente devem ser reaproveitados em outros processos produtivos.

Seguindo o plano de transição da retirada gradual do modelo vigente na sociedade em relação aos interesses econômicos e sociais, no Brasil foram elaboradas formas de aumentar o bem-estar buscando a igualdade, amenizando a pobreza e fomentando a justiça social. Estes planos concretizados são características da Economia Verde encontradas em parceria com as questões governamentais, alterando o cenário social.

O Plano Brasil sem Miséria é um programa social direcionado para aproximadamente 16 milhões de indivíduos que vivem em condições de extrema, pobreza e não tem acesso aos outros programas sociais (GALLO *et al.*; 2012).

O Programa da Bolsa Família, para garantir algum valor monetário para o custeio das

necessidades básicas, pois estes não usufruem das condições adequadas de saneamento básico (GALLO *et al.*; 2012).

De acordo com o Diário Oficial da União de 14 de outubro de 2011, O Programa Bolsa Verde está inserido no Plano Brasil sem Miséria, o qual traz benefícios para os moradores da Região Norte, que vivem situações de elevada pobreza extrema e residem nas áreas destinadas à preservação ambiental, sendo ressarcidos em quantia financeira pela prestação dos serviços que visam à preservação destas áreas por meio da qualificação no manejo florestal, através dos princípios de educação ambiental (BRASIL, 2011).

A implantação das políticas que direcionam a economia verde apresentam princípios e diretrizes voltadas para a resolução dos inúmeros problemas sociais existentes no âmbito mundial, para favorecer o bem estar dos indivíduos, além de promover padrões que visam à manutenção do meio ambiente equilibrado para a sobrevivência humana.

## **2.2 A resistência e as dificuldades encontradas para a Economia Verde**

É notória a estrutura social baseada no consumismo, evidente a partir de conclusões históricas de episódios como a Revolução Industrial e a conseqüente globalização, definindo processos de desenvolvimento resultando em disputas no mercado.

A história descreve o capitalismo decorrente das nações onde a busca de lucros é incessante, e a livre concorrência é característica do cenário atual. A procura por preços menos elevados se torna mais abrangente, dificultando qualquer tipo de investimento que atrasasse a obtenção dos lucros.

Diante a busca de uma inovação nos padrões de atividades econômicas, que visavam à implementação de novas técnicas que seriam responsáveis pela compatibilização da economia com a sustentabilidade, nos anos de 1980 adotaram argumentos resistentes quanto à instalação de técnicas capazes de melhorar e adequar à busca da lucratividade sem que obtivessem impactos ao meio ambiente, pois isso custaria certo valor que prejudicaria o funcionamento das mais variadas atividades econômicas. Nesse sentido, as grandes empresas se apoiavam e mediante o cenário econômico da época colocavam a responsabilidade dessas efetivações técnicas de modelo sustentável na sociedade, e conseqüentemente no poder público, isentando tais empresas de culpabilidade (DEMAJOROVIC, 2013).

O surgimento de críticas em torno da nova forma de economia surge no sentido de que o setor empresarial adota justificativas de que isso irá gerar um retardo econômico, ou seja, é uma maneira de monopolizar as poucas empresas que possuem suporte financeiro para arcar com investimentos tecnológicos, o que aumentará a desigualdade social.

As políticas ambientais têm como objetivo auxiliar o sistema empresarial para a correção das suas falhas ante a utilização de forma inadequada dos elementos naturais, que promovem o aparecimento de problemas futuros tanto no ar como para a qualidade da água e solo (BRANDT, 2012).

As agressões provocadas no meio ambiente ficam sob a responsabilidade dos gestores que comandam as atividades econômicas, principalmente quando desencadeiam reações irreversíveis para o local, com isso tem-se a aplicação de medidas que penalizam estes atos.

Mesmo com as diretrizes propostas pela Política Nacional do Meio Ambiente, ainda tem muito que se fazer no que se refere tanto na execução das ações e medidas propostas para a efetivação destes conceitos jurídicos, como forma de resolução das principais questões.

A transição da economia verde será realizada de forma gradual, pois o setor econômico apresenta uma série de dificuldades para conciliar as práticas de suas atividades que geram lucros conforme as metas disponibilizadas com os conceitos que viabilizam a preservação do meio ambiente.

Aufere-se que os países em fase de desenvolvimento, têm consideráveis dificuldades quanto à inserção da economia verde em razão da implantação das medidas tecnológicas, ou seja, para que o setor industrial apresente as condições básicas de forma a acompanhar este processo possibilitando a preservação ambiental (PNUMA, 2014).

O discurso adotado pelos empreendimentos financeiros ainda são comuns, porque o produto final resulta em um preço menos acessível aos consumidores, consequência de uma elaboração de maior custo aos fornecedores. As tecnologias implantadas utilizam as matérias primas providas da natureza de forma mais eficiente, por isso são indispensáveis nas atividades, mas o investimento é mais caro em relação às atividades de produção que não utilizam de recursos adequados.

Assim, o setor empresarial assume um protagonismo social e ambiental, devendo buscar a compatibilização das suas formas de garantir o crescimento, gerando lucro e modificando as formas de exploração, direcionando a uma realidade diferente da encontrada atualmente, transitando para um modelo econômico que respeite os ditames constitucionais em que assegura um equilíbrio da sociedade e do meio ambiente (DEMAJOROVIC, 2013).

O alto custo do resultado final dos produtos será inevitável, pois as novas tecnologias utilizadas possuem seu devido preço, afim de obterem consequências menos nocivas diante o despejo de resíduos inutilizados. Nesse sentido as produções em massa fabricaram os objetos

em que anseiam sem prejudicar a natureza de forma devastadora.

Esse alto custo financeiro citado, é problema recorrente da nova forma de economia, pois as políticas públicas nem sempre atendem os interesses dos setores empresariais no sentido de elaborar estratégias de economizar na produção. Estas estratégias atingem os planos governamentais, como a tributação de forma justa daqueles que estão de acordo com as reivindicações sustentáveis.

O sistema jurídico, no entanto, deve se tornar cada vez mais rigoroso aos empreendedores que ainda não buscam evolução no seu sistema de desenvolvimento, punindo de acordo com a gravidade de suas ações.

A consciência dos cidadãos é de imensa importância no sentido que busquem os produtos desejados provindos da Economia Verde, ou seja, forçaram a mudança nos paradigmas de forma natural de conduta. A justiça social só será possível ser concretizada com o apoio populacional, visando uma sociedade cada vez mais sustentável.

Conforme as propostas estabelecidas de uma nova forma de Economia, o consumismo inconsciente ainda é comum, sendo uma das dificuldades encontradas na transição do modelo mais sustentável de buscar lucratividade, onde a busca de produtos com preço mais acessíveis é maior do que a procura de elementos que foram elaborados de forma mais adequada. Espera-se que tal critério seja rapidamente modificado, vencidas as amarras históricas do consumismo que objetiva a aquisição de produtos e serviços não tão respeitosos com as questões ambientais.

Nesse sentido o consumo e a consciência devem se apropriar no sentido de buscar os produtos e serviços provindos de uma base sustentável, definindo um padrão ético na sociedade que com o passar do tempo será um costume, possibilitando o crescimento de uma economia voltada aos princípios de preservação e conservação, que beneficiarão o meio social.

### **3 TEORIA DO DECRESCIMENTO**

Os padrões sociais encontrados atualmente são pautados em um consumismo exagerado das populações, que buscam nos produtos a garantia do bem-estar, conceito este que deve ser urgentemente revisado, tornando a consciência dos cidadãos mais voltada para o desenvolvimento adequado e controlado. Se a procura e a produção são abundantes e desenfreadas, inevitável se faz a retirada das matérias primas provindas da natureza de forma a

atender uma demanda sempre crescente.

Nesse sentido, a sociedade é o resultado do consumismo vigente, que está diretamente vinculado ao desenvolvimento social aparente. O problema é que as produções em grandes escalas e a busca de um maior crescimento no sentido de lucratividade causam significativos impactos ao meio ambiente e nas causas internas das sociedades.

É inevitável a procura de melhores formas de desenvolver a sociedade, cujo objetivo seja satisfazer os interesses financeiros do setor econômico e de garantir um controle ambiental e social. Serge Latouche, francês, economista e professor de Economia e também de estudos voltados para desenvolvimento social e econômico, responsável pelo surgimento da Teoria do Decrescimento, evidencia em suas propostas que o problema recorrente de um crescimento descontrolado é gravíssimo, sendo que as atividades econômicas se curvam das responsabilidades de seus atos prejudiciais ao meio ambiente e para a sociedade. (LATOUCHE, 2006).

Esta teoria que foi proposta por Serge Latouche consiste em que as nações busquem e elaborem formas de desenvolver o meio social, contudo sem utilizar da cultura da concorrência acelerada, sem o anseio de proporcionar riquezas individuais dos donos dos empreendimentos financeiros.

Não significa “parar no tempo” em relação ao crescimento e sim abandonar a consciência de que só se garante o bem-estar das populações se o crescimento for visível e notório, esquecendo na maioria das vezes dos problemas recorrentes a isso.

Ainda segundo as observações traçadas pelo autor, deveria ser chamada de Teoria do Decrescimento, no sentido de que era uma solução para a compatibilização dos conceitos sustentáveis. O abandono dessa crença de que a sociedade só sobrevive com o crescimento desenfreado, garante o bem-estar e o progresso adequado das questões sociais e ambientais (LATOUCHE, 2006).

Problemas como a desigualdade social, a poluição devido aos detritos inutilizados lançados de qualquer forma de volta na natureza, exploração dos recursos naturais de forma ilícita, à dificuldade de fiscalização dos órgãos de controle ambiental principalmente com relação às pessoas jurídicas de direito, entre vários outros motivos, ignoram as tendências do desenvolvimento sustentável.

As populações pobres necessitam do desenvolvimento econômico em razão de garantir o sustento financeiro da sociedade e da vida privada, porém, há uma série de obstáculos em razão da precariedade dos serviços de saúde, saneamento básico, falta de acesso a uma boa

qualidade de ensino, problemas provindos do crescimento socioeconômico desenfreado e insustentável, sendo este incapaz de suprir as necessidades da sobrevivência e transitoriedade das gerações humanas (SILVA, 2012).

A qualidade e a felicidade social devem ser as buscas contínuas das ações governamentais conforme estabelecido na teoria, proporcionando a instalação e manutenção de atividades profissionais de exploração da natureza que cumprem seus valores interligados à produção sistemática sustentável. A manutenção bem como a promoção dessas atividades se equivale a isenções e incentivos fiscais, simplicidade na fiscalização documental, preços e taxas menos abusivas, entre várias formalidades necessárias na regularização do empreendedorismo com o poder público, atendendo os anseios da devida Teoria proposta.

Ao mesmo tempo encontram-se contradições entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos em relação à Teoria do Decrescimento, pois os primeiros possuem as condições necessárias para suprir todos os anseios da população, destacando-se no cenário mundial em razão do seu potencial socioeconômico.

Observando as questões tratadas pelo autor citado, é de suma importância a análise de políticas públicas, bem como a mutação das visões dos empreendedores e de todo o setor econômico no que se refere a um desenvolvimento mais planejado, em que os objetivos não sejam condizentes unicamente ao propósito de crescimento e sim de manutenção e preservação. Nesse sentido, as produções seriam regularizadas e organizadas a fim de colocar à disposição dos indivíduos e sociedade os produtos essenciais sem regalias de um consumismo desnecessário, futilizado.

Mesmo com a existência das políticas públicas que agem para proporcionar o bem estar e solucionar problemas sociais, ainda é necessário garantir a efetivação dos pressupostos da Teoria do Decrescimento por meio de uma atenção voltada para a sustentabilidade nos padrões de desenvolvimento. Nesta teoria exemplifica que o desenvolvimento quantitativo não é o melhor indicador de resolução dos problemas sociais, principalmente os que existem nas chamadas regiões carentes que não usufruem de uma assistência de saúde, da rede adequada do saneamento básico, acesso à educação e moradia, entre outros, gerando consequências severas para os indivíduos sem promover o crescimento qualitativo da região.

Seguindo o raciocínio de elaboração de um modelo de desenvolvimento que não seja o capitalismo vigente nas sociedades, e sim a concretização de padrões de consumo e produção que garantam o bem-estar social, sem almejar a concorrência e a monopolização de capital, seria o ideal para assegurar a igualdade e o controle ambiental. Os princípios sustentáveis estão

elencados na Teoria do Decrescimento, pois o controle ambiental e da sociedade, assim como a garantia do bem-estar social são os objetivos primordiais estabelecidos.

Sendo assim, esta teoria enfatiza que os seus princípios não estão baseados apenas nos índices quantitativos dos países que apresentam condições favoráveis para o desenvolvimento econômico, pois na maioria das vezes não é proporcional aos fatores que viabilizam a sustentabilidade, como forma de promover o equilíbrio socioeconômico.

Uma reeducação para a melhoria da conscientização popular em relação aos preceitos ambientais é de suma importância, ao passo que sem a colaboração dos indivíduos é impossível à prática de ideologias sustentáveis na sociedade. Os setores da economia devem também precaver as situações atuais dos seus empreendimentos no sentido de colocá-los nos paradigmas estabelecidos de sustentabilidade.

A Teoria do Decrescimento é um pressuposto considerável no que se refere à melhoria da qualidade de vida humana, observando as questões ambientais e sociais que prosperam. Nesse sentido é essencial que as atividades profissionais de exploração se afastem da ganância e dos anseios insaciáveis de crescimento, e trate as questões de bem estar e felicidade como pilares a serem alcançados (GARCIA, 2016).

As respectivas atividades econômicas evidenciam as dificuldades para fazer jus aos preceitos elaborados na teoria proposta, pois os países desenvolvidos já possuem políticas governamentais que objetivam o desenvolvimento sustentável da população em meio ao crescimento econômico. Sendo assim, são inegáveis as controvérsias acerca de elaborar medidas ligadas a teoria de Serge Latouche, sendo ainda muito vaga no cenário mundial.

É imperioso ressaltar que o capítulo tratou de forma sucinta o estudo da Teoria do Decrescimento, encontrando na mesma a possibilidade de compatibilizar os fundamentos de sustentabilidade, resguardando o meio ambiente e a sociedade mais justa.

Portanto a mudança nas estruturas empreendedoras não é o único caminho a ser concretizado, a cultura e a consciência dos indivíduos devem-se pautar em um controle e manutenção da simples busca de lucratividade, esquecendo o poder centralizado e a junção de riqueza material de minorias. Seguindo o raciocínio, é notório que os países desenvolvidos se opõem aos requisitos propostos, a fim de garantir o sustento e a felicidade na forma do capitalismo.

## **CONCLUSÃO**

Conclui-se com o presente estudo, que existe uma série de ferramentas que são essenciais para a compatibilização da execução das atividades econômicas com o desenvolvimento sustentável, cumprindo os ditames constitucionais e modificando a postura das relações humanas com o meio ambiente. Dentre elas tem-se a Economia Verde e a Teoria do Decrescimento no sentido de resistência ao modelo capitalista voltado ao lucro voraz.

O objetivo do estudo foi alcançado com êxito, pois os artigos disponibilizados nas bases acadêmicas e doutrinas especializadas favorecerem a discussão da temática proposta, a qual é de grande relevância no cenário mundial, em razão dos problemas que são acarretados e prejudicam o desenvolvimento em equilíbrio do meio ambiente e da sociedade.

O trabalho aborda de forma sistemática a importância do tema exposto, porque é uma preocupação real em nosso cotidiano. A natureza que nem sempre é lembrada pelos agentes do governo, muito menos pelo setor econômico e a população no território nacional, foi aqui retratada como um bem comum e primordial na sobrevivência humana.

O trabalho realizado evidencia de uma forma global, todos os setores econômicos sem especificações que utilizam a natureza e representam a preocupação dos agentes governamentais das nações. De certa forma todos os setores da economia utilizam preceitos naturais para produção e o lucro decorrente.

Neste contexto há a necessidade de modificar os padrões impostos, utilizando das ferramentas citadas para a efetivação do modelo almejado de desenvolvimento. O presente trabalho cria a expectativa diante da possibilidade da resolução dos problemas agravantes, e que só será solucionado com implantação e o respeito das ferramentas disponíveis, citando como modelo viável justamente a Economia Verde e a Teoria do Decrescimento. Trata-se de uma reflexão profunda e até o momento inacabada.

Porém existe uma série de dificuldades quanto à execução destas ferramentas, pois mesmo com as políticas públicas voltadas aos preceitos sustentáveis na regularização das atividades econômicas, os empresários e os empreendedores enxergam como um atraso na busca de lucros incessantes.

Como exposto no trabalho, o investimento na modificação dos paradigmas socioeconômicos é de suma importância na atualidade, pois é nítida a preocupação mundial quanto aos bens extraídos da natureza. As gerações atuais já se deparam com enormes tragédias e problemas ambientais e sociais, correspondendo à injustiça com as populações futuras.

Presume-se que a problemática exposta para execução do estudo, mostrou-se resolvida com o decorrer do texto, onde as medidas e as funções das ferramentas citadas são essenciais para o emprego da sustentabilidade que é o pilar do tema proposto.

Seguindo este raciocínio, se faz necessário que os indivíduos pertencentes ao contexto social, bem como o Estado se conscientizem da necessidade aparente quanto à busca e implementação de ferramentas que adequem a exploração dos recursos naturais, atendendo os anseios econômicos e sociais, visando à preservação e a continuidade de um desenvolvimento justo e ideal.

Portanto, o trabalho realizado evidencia a necessidade e a possibilidade de modificar os padrões econômicos dentro da sociedade e da exploração dos recursos naturais, visando à sustentabilidade. As ferramentas citadas no texto são soluções cabíveis no que se refere a um suporte do emprego da sustentabilidade nas atividades profissionais que usufruem da natureza, e que conseqüentemente se relacionam com os problemas sociais.

## **REFERÊNCIAS**

AMADO, Frederico Augusto Di Trindade. **Direito Ambiental Esquematizado**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

BRANDT, Cristina Thedim. Sustentabilidade, produção lucrativa e atuação governamental para uma economia verde. **Núcleo de Estudos e Pesquisas do Senado**, jun.; 2012.

Disponível em:

<<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/.../TD113-CristinaBrandt.pdf?>>.

Acesso em: 01 set.; 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 12.512 de 14 de outubro de 2011**. Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais. Diário Oficial da União 2011; 17 out.

DEMAJOROVIC, Jacques. **Sociedade de risco e responsabilidade socioambiental. Perspectivas para a educação corporativa**. 2. ed. São Paulo: SENAC, 2013.

GALLO, Edmundo; SETTI, Andréia Faraoni Freitas; MAGALHÃES, DANIELLE DE PAIVA; MACHADO, Jorge Mesquita Huet; BUSS, Daniel Forsin; NETTO, Francisco de Abreu Franco; BUSS, Paulo Marchiori. Saúde e economia verde: desafios para o desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 17, n. 6,

p. 1457- 1468, 2012.

GARCIA, Denise Schmitt Siqueira. Dimensão Econômica da Sustentabilidade: uma análise com base na economia verde e a teoria do decrescimento. **Veredas do Direito**, Belo Horizonte, v.13, n. 25, p.133-153, jan.; /abr., 2016.

LATOUCHE, Serge. O decrescimento como condição de uma sociedade convivial. Cadernos IHU idéias. **Instituto Humanitas**, v. 4, n. 56, 2006.

MEADOWS, D. et al. **Os limites do crescimento**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. **Estudos avançados**, v. 26, n .74, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v26n74/a05v26n74.pdf>>. Acesso em: 28 ago. 2017.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE (PNUMA). **Rumo a uma economia verde**: caminhos para o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza. 2011 . Disponível em: <<http://www.unep.org/greeneconomy>>. Acesso em: 04 set., 2017.

\_\_\_\_\_. **PNUMA no Brasil**. 2014. Disponível em: <<http://www.pnuma.org.br>>. Acesso em: 20 out. 2017.

RECH, Adir Ubaldo. **Direito e Economia Verde**. 1. ed. São Paulo: Educ, 2012.

SILVA, Maria Beatriz Oliveira. Obsolescência programada e Teoria do Decrescimento versus direito ao Desenvolvimento e ao consumo (sustentáveis). **Veredas do Direito**, Belo Horizonte, v. 9, n. 17, p.181-196, jan./jun.; 2012. Disponível em: <<http://www.domhelder.edu.br/revista/index.php/veredas/article/viewFile/252/214>>. Acesso em: 19 set. 2017.

TEIXEIRA, Jéssica de Jesus Ribeiro; SANTOS, Laíse Rodrigues; MONTEIRO, Isabella Pearce de Carvalho. A dimensão econômica do desenvolvimento sustentável. **Revista Científica do Centro de Estudos em Desenvolvimento Sustentável da UNDB**, v. 1, n. 5, ago./dez., 2016 Disponível em: <[www.undb.edu.br/ceds/revistadoceds](http://www.undb.edu.br/ceds/revistadoceds)>. Acesso em: 28 ago. 2017.

VECCHIATTI, Karin. Três fases rumo ao desenvolvimento sustentável: do reducionismo à valorização da cultura. **São Paulo em Perspectiva**, v. 18, n. 3, p. 90-5, 2004. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/spp/v18n3/24782.pdf>>. Acesso em: 11 set. 2017.

VEIGA, José Eli. **Sustentabilidade. A legitimação de um novo valor**. 2 ed. São Paulo: SENAC, 2010.

VELOSO, João Paulo dos Reis. **Brasil, Novas Oportunidades**. 1. ed. São Paulo: José Olympio, 2010.

# A TEORIA DA RESERVA DO POSSÍVEL X O DIREITO À SAÚDE DOS PORTADORES DE AME

RAIANE CRISTINA COSTA SOUZA<sup>43</sup>  
IZABEL ROSA MOREIRA<sup>44</sup>

## RESUMO

**Introdução:** Sabe-se que a saúde é um direito fundamental garantido em nossa legislação. Entretanto, considerando a displicência na sua efetividade, torna-se necessário demonstrar que os portadores da AME, detentores legais desse direito, muitas vezes são privados do seu acesso com fundamento na Teoria da Reserva do Possível. Nesta senda, viu-se a necessidade de discutir suas garantias e constatar o direito ao acesso do medicamento *Spinraza* (único no Brasil capaz de frear o desenvolvimento da doença). **Objetivo:** Portanto, o objetivo do trabalho é analisar se a Teoria da Reserva do Possível pode ser adotada para a não garantia do direito à saúde dos portadores da AME. **Materiais e Métodos:** O presente estudo foi desenvolvido fundado na aplicação do raciocínio dedutivo, a partir da coleta de material bibliográfico, da análise de legislações e doutrinas. **Resultados:** O estudo desenvolvido conduz ao entendimento de que o direito dos portadores da AME existe e que a função do Estado é atuar na defesa dos princípios essenciais que garantam a Dignidade da Pessoa Humana, tanto no desenvolvimento de políticas públicas, como em sua efetivação, incluindo assim a proteção direta ao direito universal à saúde e ao direito à igualdade de atendimento. **Conclusão:** Neste sentido o trabalho demonstra que, a Teoria da Reserva do Possível não pode ser utilizada como fundamento para o não fornecimento do medicamento *Spinraza*, haja vista que se trata de um direito fundamental, e conseqüentemente o Estado não pode valer-se desse discurso para se eximir de obrigações que são previstas na Constituição Federal.

**Palavras chave:** Atrofia Muscular Espinhal. Reserva do Possível. *Spinraza*.

## THE POSSIBLE RESERVE THEORY X THE RIGHT TO HEALTH FOR AME

## ABSTRACT

**Introduction:** It is known that health is a fundamental right guaranteed in our legislation. However, considering the lack of efficiency, it is necessary to demonstrate that AME holders, legal holders of this right, are often deprived of their access based on the Theory of the Possible Reserve. Along this path, we saw the need to discuss their guarantees and verify the right to access the medicine *Spinraza* (the only one in Brazil capable of stopping the development of the disease). **Objective:** Therefore, the objective of the work is to analyze whether the Theory of the Possible Reserve can be adopted to not guarantee the right to health of patients with EBF.

---

<sup>43</sup> Graduanda de Pedagogia pelo UNICERP (2019); leonoraamanda@hotmail.com

<sup>44</sup> Mestre em Educação pela UNITRI (2003); Docente no Centro Universitário do Cerrado Patrocínio-UNICERP.milacherulli@unicerp.edu.br

**Materials and Methods:** This study was developed based on the application of deductive reasoning, from the collection of bibliographic material, from the analysis of legislation and doctrines. **Results:** The developed study leads to the understanding that the right of AME carriers exists and that the State's role is to act in the defense of the principles that guarantee the Dignity of the Human Person, both in the development of public policies and in their effectiveness, including thus the direct protection of the universal right to health and the right to equal care. **Conclusion:** In this sense, the work demonstrates that the Theory of the Possible Reserve cannot be used as a basis for not supplying the medicine Spinraza, given that it is a fundamental right, and consequently the State cannot use this discourse to avoid obligations that are provided for in the Federal Constitution.

**Keywords:** Possible Reserve. Spinal Muscular Atrophy. Spinraza.

## INTRODUÇÃO

Sabe-se que a saúde é um direito social e fundamental, que está diretamente ligado ao direito à vida, garantido em nosso ordenamento jurídico. Trata-se, portanto de direito de segunda geração que institui as obrigações e prestações do Estado perante a sociedade.

Por conseguinte, a saúde se configura como um direito fundamental de caráter prestacional e social revela-se como pressuposto para a concretização do princípio da Dignidade da Pessoa Humana dentro do Estado Democrático de Direito. Diante disto, este direito se materializa em uma garantia pública subjetiva, exigindo-se para sua efetivação uma atuação positiva por parte do Estado.

Contudo, considerando o desapareço na sua efetividade em todos os polos, o que é evidente, torna-se necessário demonstrar, em especial, que os portadores da Atrofia Muscular Espinhal (AME), detentores legais desse direito, muitas vezes são privados do seu acesso com fundamento na Teoria da Reserva do Possível.

O presente trabalho pretende demonstrar que viver com dignidade, é ter no mínimo os meios que possibilitem o acesso à saúde, devendo o Estado promover condições para a efetividade na aplicação do princípio do mínimo existencial. Pois o fato de se reconhecer tal direito como essencial e de tê-lo efetivado na Constituição Federal de 1988, impõe a ele o dever legal de proteger violações contra tal direito.

## MATERIAL E MÉTODOS

O presente trabalho foi desenvolvido fundado na aplicação do raciocínio dedutivo do pensamento a partir da coleta de material bibliográfico, da análise de legislações e de doutrinas. Nesta senda, com base no que foi coletado, analisou-se a natureza, as características, as causas e relações do problema de pesquisa em questão.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **1. SAÚDE: UM DIREITO FUNDAMENTAL**

É mister iniciar demonstrando o significado de saúde. A Organização Mundial da Saúde (1946) estabelece no preâmbulo de sua constituição que “Saúde é o estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença”. Neste sentido pode-se observar que este conceito ultrapassa a ideia de que saúde é o simples fato de não estar doente. A verdade é que, se traduz em um misto de questões sociais, relacionando-se com estado físico e mental de cada indivíduo.

Nesta senda, entende-se que o direito à saúde deve ser garantido e positivado. O Estado Nacional que não protege esse direito infere contra o seu povo. Os documentos ajuizadores das ações e políticas públicas não devem servir de barreira à implementação de ações que visem preservar a vida e a saúde das pessoas. Com o seu devido cumprimento, entende-se, mais importante do que o posicionamento que se oferece ao direito à saúde, o fato de se reconhecer tal direito como essencial e de tê-lo efetivado na Constituição Federal de 1988, impõe o Estado a cumprir o dever legal de proteger violações contra tal direito.

A ineficiência do direito à saúde no Brasil representa não só um insulto à Constituição, mas sim um afronte a toda sociedade brasileira que merece uma saúde digna e efetiva.

É salutar demonstrar neste ponto, a previsão deste direito na Constituição Federal de 1988. Primeiramente cabe dizer que esta foi a primeira que legitimou expressamente a saúde como um direito fundamental e nesse sentido:

O avanço que o direito constitucional apresenta hoje é resultado, em boa medida, da afirmação dos direitos fundamentais como núcleo adequado da proteção da dignidade da pessoa e da visão de que a Constituição é o local adequado para positivar as normas asseguradoras dessas pretensões

(BRANCO, 2012, p. 204).

Ademais, está previsto no artigo 6º da CF/88 como sendo um direito social, senão veja:

Art. 6º São direitos sociais a educação, **a saúde**, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (grifo nosso).

O direito a saúde trata-se de direito social e fundamental, já que está diretamente ligado ao direito à vida. A diferenciação feita na Constituição Federal, ao elencá-lo como direito social, não retira o seu caráter fundamental. Além disto, os direitos sociais previstos constitucionalmente são normas de ordem pública, com a característica de imperativas e invioláveis, portanto, pela vontade das partes contraentes, refere ao artigo 196 da Constituição Federal:

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Além de todo o exposto, ainda possui amparo nos artigos 197 a 200 do mesmo códex. Percebe-se então, que mais do que positivado, o direito em questão está amparado concretamente pela Constituição.

Os direitos sociais surgem a partir da transição do Estado Liberal para o Estado Social, condensado na demanda da busca da igualdade material e proteção dos hipossuficientes. Assim estão diretamente ligados ao fato de o Estado ser provedor de uma vida digna, justa e igualitária.

O princípio da igualdade de fato ganha realce nessa segunda geração dos direitos fundamentais, a ser atendido por direitos a prestação e pelo reconhecimento de liberdades sociais – como a de sindicalização e o direito de greve. Os direitos de segunda geração são chamados de direitos sociais, não porque sejam direitos de coletividades, mas por se ligarem a reivindicações de justiça social – na maior parte dos casos, esses direitos têm por titulares indivíduos singularizados. (BRANCO, 2012, p. 207).

Ainda, de acordo com José Afonso da Silva (2014, p. 186), direitos sociais “disciplinam situações subjetivas pessoais ou grupais de caráter concreto”.

No Brasil aproximadamente 75% da população depende do sistema público de saúde. O *site* UOL (2015)<sup>45</sup> divulgou a pesquisa realizada pelo IBGE acerca da saúde no Brasil,

---

<sup>45</sup> Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2015/06/02/ibge-revela-como-anda-a-saude-do-brasil.htm?cmpid=copiaecol>> Acesso em 25 ago. 2019.

demonstrando que: “Das 30,7 milhões de pessoas que procuraram algum atendimento de saúde nas duas semanas anteriores à data da Pesquisa Nacional de Saúde, 97% afirmaram ter conseguido atendimento e 95,3% foram atendidas na primeira vez em que procuraram o serviço.” Talita de Carvalho (2018, s.p.) desperta para o problema da desigualdade regional:

Segundo a Organização Mundial da Saúde, agência da ONU especializada em saúde, o parâmetro ideal de atenção à saúde é de 1 médico para cada mil habitantes. O Brasil supera essa razão: hoje, são 2,11 médicos para cada mil habitantes. Porém, devido a essa concentração, a distribuição pelo território brasileiro é bastante desigual.

Nesta esteira, os direitos sociais, logo a saúde, classificam-se como direitos de segunda geração e exigem para a sua efetivação prestações explícitas pelo Estado. De acordo com sua universalidade e eficácia se tornam essenciais. Para Bonavides (2000), estes direitos fundamentais da segunda geração englobam os direitos sociais, econômicos e também os culturais e coletivos representando um Estado social.

Este direito não pode ser efeito de uma escolha do Estado sobre “o que” e “a quem” preservar, ele é universal e inalienável, não carecendo e não podendo ser objeto de decisões apenas administrativas. Não há que se falar em um direito superior a outro direito, nem tampouco em uma vida mais valiosa que outra.

Portanto, depreende-se que, o direito à saúde está bem amparado, ainda mais, no pensamento de Sarlet (2017) não se faz imprescindível que as Constituições dos Estados assegurem expressamente tal direito, na medida em que, este é um corolário da Dignidade da Pessoa Humana, e que, essencial mesmo são medidas satisfativas que visem sua efetivação, tema tratado adiante.

### **1.1 Entendendo a Atrofia Muscular Espinhal (AME): Uma doença fatal**

A Atrofia Muscular Espinhal (AME) segundo Baione (2010) é uma doença genética neuromuscular crônica e progressiva, que afeta a transmissão nervosa e prejudica a capacidade do corpo de produzir uma proteína essencial para a sobrevivência dos neurônios motores. A manutenção do gene SMN1 causa um erro na produção dessa proteína que protege os neurônios motores na medula espinhal e em núcleos na base do cérebro. Sem essa proteção os neurônios responsáveis pela condução do impulso que movimenta os músculos morrem. Em razão disso,

os pacientes vão perdendo a força e o controle muscular, ocasionando a incapacidade de se moverem, engolirem ou mesmo respirarem, podendo ter como consequência a morte.

Caracteriza-se por ser uma doença genética, degenerativa, grave e fatal. Incide em aproximadamente 1 em cada 10 mil crianças nascidas, o que a classifica como uma doença rara e também a principal causa genética de morte atualmente.

A AME<sup>46</sup> pode ser classificada em 5 tipos, que variam conforme a idade de início e a gravidade dos sintomas.

- Tipo 0: é a mais grave, ocorrendo comprometimento ainda na barriga da mãe. Os bebês já nascem com fraqueza grave e defeitos cardíacos. Costumam não resistir além do primeiro mês de vida.
- Tipo I: é o mais comum, agressivo e severo. Os bebês nascem sem sintomas e desenvolvem a fraqueza antes dos seis meses. Caracteriza-se pela ausência de capacidade de sentarem sem apoio, pouco controle da cabeça, com choro e tosse fracas. A expectativa de vida é de dois anos.
- Tipo II: representa 20% dos casos. A fraqueza geralmente surge entre os 6 e 18 meses de vida, podendo se manifestar mais precocemente. Não conseguem andar independentemente, e apresentam dificuldades para tossir e limpar secreções provenientes da traqueia. A expectativa de vida fica em torno de 10 a 40 anos.
- Tipo III: representa 30% dos casos. Os sintomas iniciam após os 18 meses de vida e antes de concluir a idade adulta. A incapacidade de engolir e tossir são menores. Podem desenvolver escoliose, mas conseguem andar independentemente. A expectativa de vida é indefinida.
- Tipo IV: não há consenso quanto à idade de início, sendo menos de 5% dos casos. A capacidade de caminhar é mantida por toda a vida. A expectativa de vida é normal.

Nota-se que conforme aludido, a doença trata-se de um tipo de anomalia grave, causa de muitas mortes hodiernamente e que por isso merece maior atenção e amparo por parte do Poder Público.

## **1.2 A inclusão da doença no Sistema Único de Saúde (SUS)**

---

<sup>46</sup> Disponível em <<https://www.redalyc.org/pdf/3997/399738177004.pdf>> Acesso em: 21 ago 2019.

É indiscutível o fato de que os portadores da Atrofia Muscular Espinhal necessitam de cuidados, proteção e dedicação especiais, haja vista o grau de complexidade da doença que possuem.

Contudo, até o início de 2019 não detinham nenhum tipo de auxílio por parte do governo no custeio do tratamento, por meio do fármaco Nusinersen (*Spinraza*), único<sup>47</sup> medicamento no mundo recomendado para o tratamento da AME e que caracteriza-se por ser de valor bastante expressivo, cerca de R\$ 420 mil a ampola.

O tratamento compreende o manejo de seis frascos com 5 ml no primeiro ano e, a partir do segundo ano, passam a ser três frascos, estando os pacientes acompanhados durante a intervenção, via registro prospectivos, para avaliação da evolução do quadro.

Dados<sup>48</sup> apontam que em 2018, foram atendidos a partir de demandas judiciais 90 pacientes que pleiteavam a oferta do *Spinraza*, custando R\$ 115,9 milhões ao governo e gerando um custo de aproximadamente R\$ 1,3 milhão por paciente.

Após uma luta incessante das famílias dos portadores da AME, foi assinada no Senado em 24 de abril de 2019 pelo ministro da saúde, Luiz Henrique Mandetta a portaria<sup>49</sup> n°24 que incorporou o medicamento *Spinraza* na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais do Sistema Único de Saúde (SUS) apenas para o tipo I da doença em questão. Posteriormente, em 11 de junho de 2019 foi instituída a segunda portaria<sup>50</sup> n° 1.297 que veio introduzir o tratamento para os tipos II e III. Dessa forma, para tratar esses dois tipos de AME, o fármaco será comprado na modalidade compartilhamento de risco, significando que o governo só pagará pelo remédio à indústria farmacêutica se o paciente apresentar resultados concretos de melhoria na saúde, comprovados por meio de estudos observacionais.

Observa-se, contudo, que, a portaria n° 24 traz um critério para a inclusão dos pacientes no tratamento. Em seu artigo 1° está estabelecido que o medicamento só será fornecido se o paciente não estiver em ventilação mecânica invasiva (traqueostomia). Senão veja:

---

<sup>47</sup> Insta salientar que muito recentemente foi lançado no mercado um novo fármaco considerado o mais revolucionário para o tratamento da Atrofia Muscular Espinhal. O *ZOLGENSMA*, como é conhecido, é prescrito para crianças com menos de dois anos de idade, através de uma única infusão na veia. Tal recurso terapêutico ainda não foi aprovado pela ANVISA e se destaca por ser o medicamento mais caro do mundo, com o preço de 2,1 milhões de dólares (cerca de 8,3 milhões de reais), praticamente inacessível pelos pacientes.

<sup>48</sup> Disponível em: <<http://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/45388-sus-ofertara-medicamento-para-tratar-ame>> Acesso em 02 set 2019.

<sup>49</sup> Disponível em: <<http://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n%C2%BA-24-de-24-de-abril-de-2019-85049724>> Acesso em 04 set 2019.

<sup>50</sup> Disponível em: <<http://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-1.297-de-11-de-junho-de-2019-163114948>> Acesso em 04 set 2019.

Art. 1º Fica incorporado o nusinersena para atrofia muscular espinhal 5q tipo I, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, **para pacientes com diagnóstico genético confirmatório que não estejam em ventilação mecânica invasiva permanente.** (grifo nosso).

Cumprido destacar aqui que a traqueostomia é feita para auxiliar o paciente na parte respiratória e não é impedimento para a indicação do tratamento com o *Spinraza*. Negar o acesso ao medicamento é notadamente contrário aos princípios que regulam a dignidade da pessoa humana, principalmente ao da universalidade, uma vez que é deplorável e inconstitucional mensurar o valor da vida de alguém, sendo que ter acesso à saúde é um direito de todos.

Além disso, para que a criança viva de forma mais digna, dentro dos cuidados específicos e especiais que são essenciais verifica-se a necessidade da implementação de uma terapia de suporte, que se traduz em um auxílio dado por uma equipe multidisciplinar focada nos cuidados respiratórios e nutricionais, além de amparo ortopédico e fisioterapêuticos, para que a criança não disponha de um prejuízo postural.

## **2. O PRINCÍPIO DO MÍNIMO EXISTENCIAL E SUA APLICAÇÃO NO ORDENAMENTO VERNÁCULO**

Como já deslindado anteriormente, a garantia a saúde está amparada pela Carta Magna e se constitui como um Direito Fundamental, e, portanto um bem que deve ser assegurado a todos. Além disso, cabe afirmar que, de acordo com Sarlet (2007): “a vinculação dos direitos (fundamentais) sociais com o que passou a ser designado de uma garantia de um mínimo existencial é evidente”.

Sabe-se que existem várias formas de denominar o mínimo existencial, tais como “mínimo vital”, “substância mínima”, “conteúdo mínimo”, dentre outras. Com efeito, foi na cultura alemã que se idealizou o termo em meados do século XX. A Alemanha se via totalmente desprovida de direitos sociais de cunho prestacional, pois, a constituição de *Bonn* de 1949, não abarcava qualquer previsão sobre esses direitos. Foi aí que surgiram as primeiras teses doutrinárias que falavam sobre o mínimo existencial.

Conforme explica Sarlet (2007), a partir daí o mínimo existencial passou a ser pauta, figurando tanto em questões pré-constitucionais, adentrando a assembleia constituinte, quanto

na própria Constituição Alemã, a então Lei Fundamental de *Bonn*.

O Tribunal Constitucional Alemão tomou como base para a geração do mínimo existencial dois princípios norteadores, que planam atualmente por meio de uma interpretação hermenêutica: o direito à vida e o princípio da dignidade da pessoa humana. Por meio deste processo a Suprema Corte Alemã, usando da hermenêutica e traçando uma interpretação constitucional, impôs um auxílio social por parte do Estado.

De forma obrigatória o Estado deveria oferecer um tipo de contribuição social, por meio de transferência de renda a todos que comprovassem sua hipossuficiência. Assim, se tapava a lacuna existente no texto constitucional alemão, no que tange a direitos sociais. Isso extravasou a doutrina e a jurisprudência alemã, alcançando o âmbito internacional, abarcando a lei de outros países. Em vista disso, segundo Andreas Krell (2002), o mínimo existencial nasceu de lacunas existentes na Constituição de *Bonn*, já que a mesma não respaldava os direitos sociais, assim, surgiu para perfazer essa supressão de dignidade humana.

A Corte Constitucional alemã extraiu o direito a um “mínimo de existência” do princípio da dignidade da pessoa humana (artigo 1, I, da Lei Fundamental) e do direito à vida e à integridade física, mediante interpretação sistemática junto ao princípio do Estado Social (art. 20, I, da LF). Assim, a Corte determinou um aumento expressivo do valor da “ajuda social” (*Sozialhilfe*), valor mínimo que o Estado está obrigado a pagar a cidadãos carentes (KRELL, 2002, p. 61).

Algum tempo depois, Otto Bachof *apud* Sarlet (2007) deu à luz a uma doutrina dedicada ao estudo do tema, a qual pregava que o mínimo existencial não era apenas sinônimo de liberdade, pois incorporaria também o mínimo que garanta a segurança social, como a saúde, educação e moradia.

Nada obstante, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948 também já fazia menção ao Princípio do Mínimo Existencial, ao expressar que, toda pessoa faz jus a um nível de vida mínimo que lhe garanta condições básicas para uma vida digna. Senão Veja-se:

Artigo 25.º 1. Toda a pessoa tem direito a **um nível de vida suficiente para lhe assegurar e à sua família a saúde e o bem-estar**, principalmente quanto à alimentação, ao vestuário, ao alojamento, à **assistência médica** e ainda quanto aos serviços sociais necessários, e tem direito à segurança no desemprego, na doença, na invalidez, na viuvez, na velhice ou noutros casos de perda de meios de subsistência por circunstâncias independentes da sua vontade. (grifo nosso).

No Brasil essa teoria embora muito adotada, ainda encontra-se em constante concatenação doutrinária. Alguns juristas como Ricardo Lobo Torres e Ana Paula de Barcellos,

contribuíram muito para a evolução hermenêutica sobre o tema.

O mínimo existencial exhibe as características básicas dos direitos da liberdade: é pré-constitucional, posto que inerente à pessoa humana; constitui direito público subjetivo do cidadão, não sendo outorgado pela ordem jurídica, mas condicionando-a; tem validade erga omnes, aproximando-se do conceito e das consequências do estado de necessidade; (...) é dotado de historicidade, variando de acordo com o contexto social.” (pp. 32-33). Mais adiante, afirma ele: “o mínimo existencial, na qualidade de direito subjetivo, é oponível à administração, gerando para esta a obrigação de entregar a prestação de serviço público independentemente do pagamento de qualquer tributo ou contraprestação financeira, haja ou não lei ou regulamento. (TORRES, 1989, p. 46).

Barcellos (2012) lista claramente como seria constituído este mínimo existencial: “saúde básica, educação fundamental, acesso à justiça e assistência aos desamparados, este último, englobando alimentação, vestuário e abrigo”.

Nessa acepção, acredita-se que o mínimo existencial possui duplo sentido, se caracterizando em uma tutela negativa que impossibilita o Estado e outras pessoas operem contrariamente à aquisição ou conservação de condições materiais substanciais para uma vida digna, e, em uma tutela positiva definida pela concessão de prestações estatais materiais aos menos favorecidos.

Logo, é imprescindível citar que o princípio em questão se constitui como fato gerador e núcleo da Dignidade da Pessoa Humana, e, está intimamente ligado aos direitos sociais onde se configura a base de uma vida digna, sendo inerente a todo ser humano. Traduz-se então, no mínimo de direitos e garantias necessários para a sobrevivência, devendo o Estado promover condições para a efetividade na aplicação destes direitos, uma vez que se configura em direitos de segunda geração.

Há de se ressaltar que o mínimo existencial não se classifica como uma categoria universal, tendo em vista que varia de acordo com as necessidades e condições de cada região dentro de um país. No caso do Brasil, um país de grande extensão territorial, com vasta desigualdade social, os aspectos econômicos e culturais de cada lugar são parâmetros diferentes para dispor sobre o que deve ser considerado para estabelecer o mínimo existencial. O mínimo aqui tratado, diz respeito a básica qualidade de vida que proporciona o indivíduo exercer a sua liberdade na esfera individual e social, com garantias asseguradas como saúde, alimentação, trabalho, salário mínimo, lazer, educação, ou seja, garantias estas que se não forem prestadas tornam a vida humana indigna e sem sentido.

Contudo deve-se frisar que a proteção do mínimo existencial, baseado em uma perspectiva de proibição de insuficiência, não pode limitar os direitos sociais a modelos

mínimos de existência, tendo por consequência a estagnação do poder público.

Nesta senda, o Mestre Ingo W. Sarlet (2007) elucida de que forma a tarefa de garantir o mínimo existencial é repartida entre os juízes e legisladores.

Com tudo isso exposto, pode-se inferir que um país como o Brasil, com vasto índice de desigualdade social, não há como efetivar de forma concreta todos os direitos fundamentais para todos os indivíduos. Assim, tendo em vista o desrespeito aos direitos fundamentais, a teoria do mínimo existencial no Brasil, visa preencher lacunas deixadas pela má administração/distribuição de recursos, as quais afetam os mais necessitados, garantindo um direito inerente ao cidadão, de receber o mínimo necessário para sua subsistência.

## **2.1 A Teoria da Reserva do Possível**

Assim como o mínimo existencial, a Teoria da Reserva do Possível, também é de origem alemã, pensada para ser uma limitação aos “benefícios” do Estado de Bem Estar Social. Nascida através de um julgado do Tribunal Constitucional Alemão, que discutia o acesso dos estudantes a vagas em universidades públicas, onde o Estado seria forçado a criar uma quantidade de vagas suficientes nessas universidades, para atender a todos os candidatos, pois garantia que todo cidadão ao concluir o ensino médio deveria ingressar-las (sendo resguardado o mínimo existencial educacional).

O Tribunal em sua decisão, apesar de proferir veredito admitindo o direito supramencionado, estabeleceu também que ao se exigir do Estado atendimento a determinada prestação social em benefício de alguém, deve-se observar os limites da proporcionalidade e razoabilidade, ou seja, é necessário analisar cada caso concreto e refletir sobre o aspecto econômico atual do Estado.

Dessa forma, tal decisão estabeleceu limites a prestações sociais que extrapolem um estágio obviamente razoável. Por essa razão ficou decidido neste caso, que o Estado não era obrigado a oferecer um número ilimitado de vagas, de forma a atender todos os estudantes interessados em adentrar universidades públicas. Tal caso acabou por se tornar jurisprudência adotada em casos semelhantes, repercutindo internacionalmente.

Assim com a repercussão geral que teve, tal Teoria passou a ser aplicada por diversos países e foi tomando contornos diferentes de aplicação. Atualmente, entende-se que a Reserva

do Possível determina a viabilidade e domínio da performance do Estado em se tratando da efetivação de alguns direitos, em especial, os direitos sociais, submetendo essa efetivação à disponibilidade de recursos financeiros disponíveis nos cofres públicos. Nesta esteira, Sarlet (2007) expressa que:

De acordo com a noção de reserva do possível, a efetividade dos direitos sociais a prestações materiais estaria sob a reserva das capacidades financeiras do Estado, uma vez que seriam direitos fundamentais dependentes de prestações financiadas pelos cofres públicos.

Corroborando desse entendimento Ana Paula Barcellos (2002) também aduz que:

A expressão reserva do possível procura identificar o fenômeno econômico da limitação dos recursos disponíveis diante das necessidades quase sempre infinitas a serem por eles supridas. No que importa ao estudo aqui empreendido, a reserva do possível significa que, para além das discussões jurídicas sobre o que se pode exigir judicialmente do Estado – e em última análise da sociedade, já que esta que o sustenta –, é importante lembrar que há um limite de possibilidades materiais para esses direitos.

As alegações para a aplicação dessa teoria se pautam em uma tríplice dimensão, onde se desdobram em aspectos de reserva do possível fática, que diz respeito à inexistência fática de recursos; jurídica que refere-se na inexistência de autorização orçamentária para determinado gasto, e, a terceira que envolve o problema na proporcionalidade da prestação. Em entendimento mais amplo, o Mestre Ingo explica que:

A partir do exposto, há como sustentar que a assim designada reserva do possível apresenta pelo menos uma dimensão tríplice, que abrange a) a efetiva disponibilidade fática dos recursos para a efetivação dos direitos fundamentais; b) a disponibilidade jurídica dos recursos materiais e humanos, que guarda íntima conexão com a distribuição das receitas e competências tributárias, orçamentárias, legislativas e administrativas, entre outras, e que, além disso, reclama equacionamento, notadamente no caso do Brasil, no contexto do nosso sistema constitucional federativo; c) já na perspectiva (também) do eventual titular de um direito a prestações sociais, a reserva do possível envolve o problema da proporcionalidade da prestação, em especial no tocante à sua exigibilidade e, nesta quadra, também da sua razoabilidade. (SARLET, 2007).

Nesse diapasão, verifica-se, portanto, que a reserva do possível vem sendo aplicada como uma desculpa para o não comparecimento Estatal na execução dos seus deveres estabelecidos na Constituição Federal/88, deixando os cidadãos a mercê da sua discricionariedade. Certo é que a conscientização por parte do Poder Público toma caráter emergencial no sentido de que a efetivação dos direitos fundamentais sociais há de ser privilegiada, garantida e efetivada com cautela e responsabilidade.

### 3. A TEORIA DA RESERVA DO POSSÍVEL E A EFETIVAÇÃO DO DIREITO A SAÚDE DOS PORTADORES DA ATROFIA MUSCULAR ESPINHAL (AME)

Analisado o disposto alhures, resta-nos discutir a validade da aplicação da Teoria da Reserva do Possível nos casos em que os pacientes com Atrofia Muscular Espinhal necessitam do tratamento com o fármaco Nusinersen (*Spinraza*).

Na esteira do que já foi explanado anteriormente, considerando que foi aprovada a inclusão do medicamento no Sistema Único de Saúde, mas que não se sabe ao certo a data que será ofertado, e considerando ainda que será disponibilizado por meio de rígidos padrões de acessibilidade que compreendem idade de início dos sintomas, idade de início do tratamento, bem como a ausência de ventilação mecânica, sabe-se que a Constituição de 1988 aderiu à concepção mais abrangente do direito à saúde, alinhando-se à ideia de que tal direito contempla dimensões curativa, preventiva e promocional no amparo jusfundamental.

Nesse sentido, o direito à saúde, bem como o alcance aos meios que efetivem esse direito está amparado e garantido pela Constituição, e, não há nada que prejudique ou obstaculize esse acesso. Sendo assim, a obtenção do medicamento não deveria nem ser discutida, uma vez que comprovada a sua eficácia, se torna o único capaz de garantir a sobrevivência das crianças.

Nesta senda, a Anvisa<sup>51</sup> reconhece a eficácia do *Spinraza* no tratamento da AME como o único recurso terapêutico disponível para frear o avanço dessa doença degenerativa, porquanto há diversos estudos científicos e reportagens já confirmando a eficácia do medicamento no tratamento.

Percebe-se então que negando esse direito, conseqüentemente nega-se o direito fundamental à vida, contrariando o que a Carta Maior estabelece. Assim não podem as famílias se conformarem com decisões que desertam o próprio direito fundamental à vida da criança.

Imprescindível destacar que a Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde traz garantias ao acesso coletivo e democrático às formas para a proteção, promoção e recuperação da saúde, sendo uma ferramenta importantíssima na efetivação desse direito. Ela traz em seu texto seis princípios básicos que asseguram a todo cidadão ingresso digno nos sistemas de saúde

---

<sup>51</sup> Disponível em: <[http://portal.anvisa.gov.br/noticias/-/asset\\_publisher/FXrpx9qY7FbU/content/anvisa-concede-registro-ao-medicamento-spinraza/219201/pop\\_up?\\_101\\_INSTANCE\\_FXrpx9qY7FbU\\_view\\_Mode=print&\\_101\\_INSTANCE\\_FXrpx9qY7FbU\\_languageId=pt\\_BR](http://portal.anvisa.gov.br/noticias/-/asset_publisher/FXrpx9qY7FbU/content/anvisa-concede-registro-ao-medicamento-spinraza/219201/pop_up?_101_INSTANCE_FXrpx9qY7FbU_view_Mode=print&_101_INSTANCE_FXrpx9qY7FbU_languageId=pt_BR)> Acesso em: 15 out 2019.

(MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2011, p. 4)<sup>52</sup>:

1. Todo cidadão tem direito ao acesso ordenado e organizado aos sistemas de saúde.
2. Todo cidadão tem direito a tratamento adequado e efetivo para seu problema.
3. Todo cidadão tem direito ao atendimento humanizado, acolhedor e livre de qualquer discriminação.
4. Todo cidadão tem direito a atendimento que respeite a sua pessoa, seus valores e seus direitos.
5. Todo cidadão também tem responsabilidades para que seu tratamento aconteça da forma adequada.
6. Todo cidadão tem direito ao comprometimento dos gestores da saúde para que os princípios anteriores sejam cumpridos.

Nota-se ainda que de acordo com o artigo 2º da referida carta o Estado não pode se contrapor a oferecer qualquer tratamento, pois é direito de todos o acesso ao tratamento para a recuperação da saúde: “Artigo 2º- Toda pessoa tem direito ao acesso a bens e serviços ordenados e organizados para garantia da promoção, prevenção, proteção, tratamento e recuperação da saúde”.

Nessa perspectiva, é possível observar que diante da discussão sobre a oferta e efetividade no fornecimento do medicamento, no contexto do cenário atual, a Teoria da Reserva do Possível está se tornando cada vez mais um argumento limitador do cumprimento dos preceitos fundamentais, ou bem pior, está se transformando em um mecanismo para aferir em valores monetários coisas impossíveis de se mensurar, como por exemplo, a dignidade ou a vida de alguém.

Ainda que a acepção de um mínimo existencial possa variar, certo é que o direito à obtenção do tratamento está amparado por ele, vez que seu acesso, mesmo que de valor substancial, e até mesmo para aqueles com ventilação mecânica invasiva permanente que foram excluídos do tratamento, se caracteriza no mínimo necessário para essas crianças sobreviverem. Não se trata aqui de uma prestação superficial, que extrapola os limites da razoabilidade, mas sim da única capaz de garantir a sobrevivência e o direito à vida dessas crianças. Como dito anteriormente, não há que se falar em mensurar o valor da vida de alguém, dizer quem merece ou não sobreviver. Não há um direito a saúde superior a outro direito à saúde, pois ele é universal e inalienável, não podendo ser objeto de escolha do Estado.

Ademais, o Poder Público não pode se furtar de um discurso retrógado da Reserva do Possível quando é notório que o sistema tributário necessita de uma reforma, que os tributos

---

<sup>52</sup> Disponível em: <[http://www.conselho.saude.gov.br/biblioteca/livros/AF\\_Carta\\_Usuarios\\_Saude\\_site.pdf](http://www.conselho.saude.gov.br/biblioteca/livros/AF_Carta_Usuarios_Saude_site.pdf)> Acesso em 16 out 2019.

são maus geridos, que a corrupção é patente.

Impossível alegar, para elidir a garantia da saúde dessas crianças, a falta de recursos ou a grave lesão à economia pública, em razão do alto custo da medicação sustentando que o seu fornecimento cessará o direito do acesso à saúde aos demais pacientes, ante tanta decadência e ineficiência de gestão dos nossos representantes. Ressalta-se ainda que o valor elevado do fármaco não é motivo considerável para evidenciar ofensivo prejuízo, dado que a política pública de distribuição de medicamentos excepcionais, segundo o Ministro Cezar Peluso (2011)<sup>53</sup>: “tem por objetivo contemplar o acesso da população acometida por enfermidades raras aos tratamentos disponíveis”.

Percebe-se que o Estado está deixando de cumprir os preceitos que o constituinte originário deixou elencado na nossa Constituição, está suprimindo os princípios basilares da Dignidade da Pessoa Humana e se pautando indiscriminadamente na Teoria da Reserva do Possível. Nesse ínterim José Joaquim Gomes Canotilho assevera que:

Rapidamente se aderiu à construção dogmática da reserva do possível (Vorbehalt des Möglichen) para traduzir a ideia de que os direitos sociais só existem quando e enquanto existir dinheiro nos cofres públicos. Um direito social sob “reserva dos cofres cheios” equivale, na prática, a nenhuma vinculação jurídica. (CANOTILHO, 2004, p. 481).

Depreende-se então que o Estado não pode alegar a Reserva do Possível, que não tem força jurídica para suprimir os direitos que compõe o mínimo existencial, como fundamento para se eximir de suas obrigações perante a sociedade, justificando sua omissão na garantia dos direitos fundamentais prestacionais.

Indispensável é que o poder público determine as diretrizes da Reserva do Possível, condicionando o seu reconhecimento e demonstrando a real natureza da situação orçamentária para a sua aplicabilidade, pautando suas decisões na materialização do mínimo existencial, princípio que defende a pessoa humana contra essas situações de omissões e descaso do Estado.

Nesse sentido, a decisão<sup>54</sup> do Ministro Herman Benjamin da 2ª turma do Superior Tribunal de Justiça- STJ no julgamento do REsp 1.389.952-MT (2014), corrobora desse mesmo entendimento quando aduz que:

É por isso que o princípio da reserva do possível não pode ser oposto a um outro princípio, conhecido como princípio do mínimo existencial. Desse

---

<sup>53</sup> Disponível em: <<https://stf.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/22934592/suspensao-de-seguranca-ss-4316-ro-stf>> Acesso em 30 set 2019.

<sup>54</sup> Disponível em <<https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/402595743/recurso-especial-resp-1389952-mt-2013-0192671-0/inteiro-teor-402595750?ref=juris-tabs>> Acesso em 22 out 2019.

modo, somente depois de atingido esse mínimo existencial é que se poderá discutir, relativamente aos recursos remanescentes, em quais outros projetos se deve investir. Ou seja, não se nega que haja ausência de recursos suficientes para atender a todas as atribuições que a Constituição e a Lei impuseram ao estado. [...] Por esse motivo, não havendo comprovação objetiva da incapacidade econômico-financeira da pessoa estatal, inexistirá empecilho jurídico para que o Judiciário determine a inclusão de determinada política pública nos planos orçamentários do ente político. (Superior Tribunal de Justiça-Recurso Especial 1.389.952-MT, Rel. Min. Herman Benjamin, Data de Julgamento:03/06/2014).

Ademais, existem no nosso ordenamento decisões que já reconhecem o direito dos portadores da AME. É possível observar tal entendimento na deliberação da Ministra Carmem Lúcia<sup>55</sup>, senão veja:

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NA SUSPENSÃO DE SEGURANÇA. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO DE ALTO CUSTO. SPINRAZA. **AMEAÇA DE GRAVE LESÃO À ECONOMIA PÚBLICA NÃO DEMONSTRADA. RISCO DE MORTE DA PACIENTE.** DANO INVERSO. SUSPENSÃO INDEFERIDA. AUSÊNCIA DE ARGUMENTOS OU FATOS NOVOS CAPAZES DE INFIRMAR A DECISÃO RECORRIDA. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO. (Supremo Tribunal Federal – AGRAVO: 5.222, Relator: Ministra CARMEM LÚCIA (Presidente), Data de Julgamento: 26/06/2018.) (grifo nosso).

O Ministro Paulo Afonso Brum Vaz entende que o medicamento *Spinraza* deve ser fornecido também aos pacientes com ventilação mecânica permanente, visto que há evidências científicas que comprovam sua melhora:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. ATROFIA MUSCULAR ESPINHAL. SUPERAÇÃO DOS CRITÉRIOS ELENCADOS PELO SUS. POSSIBILIDADE. **1. O Sistema Único de Saúde incorporou o medicamento Spinraza para pacientes com diagnóstico genético confirmatório de Atrofia Muscular Espinhal (AME) Tipo I que não estejam em ventilação mecânica permanente. 2. Esses critérios, contudo, podem ser superados em razão de recentes evidências científicas demonstrando melhora motora também para doentes em uso de suporte respiratório permanente, sendo o caso, portanto, de manutenção da decisão liminar.** (Tribunal Regional Federal-4 - AGRAVO: 5008919-74.2019.4.04.0000, Relator: PAULO AFONSO BRUM VAZ, Data de Julgamento: 09/10/2019) (grifo nosso).

Já o Ministro Osni Cardoso Filho corrobora da ideia de que o elevado custo não é motivo suficiente para a não concessão do medicamento:

---

<sup>55</sup> Disponível em <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=747870718>> Acesso em 20 out 2019.

PREVIDENCIÁRIO. PRESTAÇÃO DE SAÚDE. ATROFIA MUSCULAR ESPINHAL - AME TIPO II. NUSINERSEN - SPINRAZA. PORTARIA Nº 1.297/2019 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE. INCORPORAÇÃO. 1. Diante do declarado propósito de ampliação da política pública estabelecido na Portaria nº 1.297/2019 do Ministério da Saúde, cabível o deferimento judicial do medicamento Spinraza (Nusinersen) para o tratamento da Atrofia Muscular Espinhal (AME 5q) tipos II e III no âmbito do Sistema Único de Saúde. 2. A ordem judicial de fornecimento do medicamento é condicionada à avaliação contínua da evolução do tratamento e não impede a inclusão do paciente no projeto piloto previsto na Portaria nº 1.297. 3. **O elevado custo não constitui motivo fundado a opor à obtenção do medicamento. Precedente do STF.** (Tribunal Regional Federal-4 - AGRAVO: 5029326- 04.2019.4.04.0000, Relator: OSNI CARDOSO FILHO, Data de Julgamento: 01/10/2019) (grifo nosso).

Portanto, resta demonstrado o direito dos portadores da Atrofia Muscular Espinhal ao acesso ao tratamento e que a função do Estado é atuar na defesa dos princípios essenciais que garantam a Dignidade da Pessoa Humana, tanto no desenvolvimento de políticas públicas, como em sua efetivação, incluindo assim a proteção direta ao direito universal à saúde e ao direito à igualdade de atendimento.

## CONCLUSÃO

A partir da pesquisa desenvolvida, tornou-se, evidente que, o problema da crise na saúde, com a crescente aplicação da Teoria da Reserva do Possível pelo Estado, afeta drasticamente os preceitos fundamentais garantidos na Constituição Federal, bem como a Dignidade da Pessoa Humana, em especial a dignidade e os direitos dos portadores da Atrofia Muscular Espinhal (AME), que muitas vezes são privados do acesso ao medicamento *Spinraza*, único no Brasil capaz de frear o desenvolvimento da doença, em razão do seu alto custo.

Nesse sentido, ainda que a acepção de um mínimo existencial possa variar, certo é que o direito à obtenção do tratamento está amparado por ele, vez que seu acesso, mesmo que de valor substancial, e até mesmo para aqueles com ventilação mecânica invasiva permanente que foram excluídos do tratamento, se caracteriza no mínimo necessário para essas crianças sobreviverem e terem uma melhor qualidade de vida.

Isto posto, consoante ao problema levantado, percebe-se que o direito à saúde dos portadores da Atrofia Muscular Espinhal (AME) não pode deixar de ser cumprido em virtude da aplicação da Teoria da Reserva do Possível, haja vista que trata-se de um direito fundamental

garantido à todos os cidadãos, e conseqüentemente o Estado não pode valer-se desse discurso para se eximir de obrigações que são previstas na Constituição Federal. Pois a função do Estado é atuar na defesa dos princípios essenciais que garantam a Dignidade da Pessoa Humana.

## REFERÊNCIAS

ANVISA. **Anvisa concede registro ao medicamento Spinraza**. 2017. Disponível em:<[http://portal.anvisa.gov.br/noticias/-/asset\\_publisher/FXrpx9qY7FbU/content/anvisa-concede-registro-ao-medicamento-spinraza/219201/pop\\_up?\\_101\\_INSTANCE\\_FXrpx9qY7FbU\\_view\\_Mode=print&\\_101\\_INSTANCE\\_FXrpx9qY7FbU\\_languageId=pt\\_BR](http://portal.anvisa.gov.br/noticias/-/asset_publisher/FXrpx9qY7FbU/content/anvisa-concede-registro-ao-medicamento-spinraza/219201/pop_up?_101_INSTANCE_FXrpx9qY7FbU_view_Mode=print&_101_INSTANCE_FXrpx9qY7FbU_languageId=pt_BR)> Acesso em: 15 out 2019.

BACHOF, Otto. “**Begriff und Wesen des sozialen Rechtsstaates**”, in *Veröffentlichungen der Vereinigung der deutschen Staatsrechtler* (VVDStRL) n° 12 (1954), p. 37 e ss. *apud* SARLET, Ingo Wolfgang; FIGUEIREDO, Mariana Filchtiner. **Reserva do possível, mínimo existencial e direito à saúde**. Revista Brasileira de Direitos Fundamentais & Justiça, v. 1, n. 1, p. 171-213, 2007. Disponível em<<http://dfj.emnuvens.com.br/dfj/article/view/590/73>> Acesso em:22 ago 2019.

BAIONI, Mariana TC; CELIA, Ambiel. **Atrofia muscular espinhal: diagnóstico, tratamento e perspectivas futuras**. Jornal de Pediatria, v. 86, n. 4, p. 261-270, 2010. Disponível em <<https://www.redalyc.org/pdf/3997/399738177004.pdf>> Acesso em: 21 ago 2019.

BARCELLOS, Ana Paula de. **A Eficácia Jurídica dos Princípios Constitucionais: O Princípio da Dignidade da Pessoa Humana**. Rio de Janeiro: Renovar; 2012.

BONAVIDES, P. *Curso de Direito Constitucional*. 10 ed. São Paulo: Malheiros, 2000.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. **Portaria nº 24, de 24 de abril de 2019**: Torna pública a decisão de incorporar o nusinersena para atrofia muscular espinhal (AME) 5q tipo I, no âmbito do Sistema Único de Saúde. Diário Oficial da União. Disponível em: <<http://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n%C2%BA-24-de-24-de-abril-de-2019-85049724>> Acesso em 04 set 2019.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. **Portaria nº 1.297, de 11 de junho de 2019:** Institui projeto piloto de acordo de compartilhamento de risco para incorporação de tecnologias em saúde, para oferecer acesso ao medicamento Spinraza (Nusinersena) para o tratamento da Atrofia Muscular Espinhal (AME 5q) tipos II e III no âmbito do Sistema Único de Saúde. Diário Oficial da União. Disponível em: <<http://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-1.297-de-11-de-junho-de-2019-163114948>> Acesso em 04 set 2019.

CARVALHO, Talita. **Saúde Pública: Um panorama do Brasil.** Potitize, 2018. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/panorama-da-saude/>> Acesso em 25 ago 2019.

CANOTILHO, J. J. Gomes. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição.** 7 ed. Coimbra: Edições Almedina, 2004. P. 481.

CONTROVÉRSIA em torno do remédio mais caro do mundo. **Época Negócios**, 2019. Disponível em: <<https://epocanegocios.globo.com/Vida/noticia/2019/08/controversia-em-torno-do-remedio-mais-car-do-mundo.html>> Acesso em: 29 set 2019.

IBGE revela como anda a saúde do Brasil. **UOL.** 2015. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2015/06/02/ibge-revela-como-anda-a-saude-do-brasil.htm?cmpid=copiaecola>> Acesso em 25 ago. 2019.

KRELL, Andreas. **Direitos sociais e controle judicial no Brasil e na Alemanha: os (des) caminhos de um Direito Constitucional “comparado”.** Porto Alegre: Sergio fabris, 2002.

MENDES, Gilmar Ferreira. BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de direito constitucional.** 7 ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

MERELES, Carla. **A história da saúde pública no Brasil e a evolução do direito à saúde.** Politiza: [s.l], 2018. Disponível em: <https://www.politize.com.br/direito-a-saude-historia-da-saude-publica-no-brasil/> > Acesso em 22 set 2019.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **SUS ofertará medicamento para tratar AME.** 2019. Disponível em: <<http://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/45388-sus-ofertara-medicamento-para-tratar-ame>> Acesso em 02 set 2019

\_\_\_\_\_. **Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde.** 2011 Disponível em: <[http://www.conselho.saude.gov.br/biblioteca/livros/AF\\_Carta\\_Usuarios\\_Saude\\_site.pdf](http://www.conselho.saude.gov.br/biblioteca/livros/AF_Carta_Usuarios_Saude_site.pdf)> Acesso em 16 out 2019

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** (1948). Brasília: 1998. Disponível em:

<<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf> > Acesso em 29 set 2019.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Constituição da Organização Mundial da Saúde (OMS/OMS) – 1946**. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/OMS-Organiza%C3%A7%C3%A3o-Mundial-da-Sa%C3%BAde/constituicao-da-organizacao-mundial-da-saude-omswho.html>> Acesso em 20 ago 2019.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Algumas considerações em torno do conteúdo, eficácia e efetividade do direito à saúde na Constituição de 1988**. RERE. n° 11: Salvador, 2017. Disponível em <[http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/rere-11-setembro-2007-ingo\\_sarlet\\_1.pdf](http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/rere-11-setembro-2007-ingo_sarlet_1.pdf)> Acesso em 23 set 2019

\_\_\_\_\_. FIGUEIREDO, Mariana Filchtner. Reserva do possível, mínimo existencial e direito à saúde. **Revista Brasileira de Direitos Fundamentais & Justiça**, v. 1, n. 1, p. 171-213, 2007. Disponível em <<http://dfj.emnuvens.com.br/dfj/article/view/590/73>> Acesso em: 19 ago 2019.

SILVA, José Afonso da. **Comentário Contextual à Constituição**. 9 ed. São Paulo: Malheiros, 2014

STJ. **Recurso Especial 1.389.952-MT**. Rel. Min. Herman Benjamin. DJ: 03/06/2014. JusBrasil, 2014. Disponível em <<https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/402595743/recurso-especial-resp-1389952-mt-2013-0192671-0/inteiro-teor-402595750?ref=juris-tabs>> Acesso em 22 out 2019.

STF. **Suspensão de Segurança: SS 4316**. Relator: Ministros Cezar Peluso. DJ: 07/06/2011. JusBrasil, 2011. Disponível em: <<https://stf.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/22934592/suspensao-de-seguranca-ss-4316-ro-stf>> Acesso em: 22 out 2019.

\_\_\_\_\_. **Agravo: 5.222**. Relator: Ministra Carmem Lúcia. DJ: 26/06/2018. JusBrasil, 2019. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=747870718>> Acesso em 20 out 2019.

TORRES, Ricardo Lobo. **O mínimo existencial e os direitos fundamentais**. In: **Revista de Direito Administrativo**. Rio de Janeiro: FGV, 1989, págs. 29-49.

TRF - 4. **Agravo: 5008919-74.2019.4.04.0000**. Relator: Paulo Afonso Brum Vaz. DJ: 09/10/2019. JusBrasil, 2019. Disponível em: <<https://trf-4.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/769156416/agravo-de-instrumento-ag-50089197420194040000-5008919-7420194040000?ref=serp>> Acesso em 22 out 2019.

\_\_\_\_\_. **Agravo:5029326-04.2019.4.04.0000**. Relator: Osni Cardoso Filho.DJ: 01/10/2019.  
JusBrasil, 2019. Disponível em:<<https://trf-4.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/765371347/agravo-de-instrumento-ag-50293260420194040000-5029326-0420194040000?ref=serp>> Acesso em 22 out 2019.

# A RELAÇÃO EXISTENTE ENTRE A TUTELA PENAL LABORAL E A PREVENÇÃO DOS ACIDENTES DE TRABALHO

LIDIANY MENDES CAMPOS<sup>1</sup>

## RESUMO

**Introdução:** o objeto de estudo escolhido foi a relação existente entre a tutela penal laboral e a prevenção dos acidentes de trabalho. **Objetivo:** confirmar ou refutar a hipótese de que a tutela penal laboral pode funcionar como um eficiente mecanismo preventivo de novos acidentes do trabalho. **Material e Métodos:** a pesquisa realizada foi bibliográfica e utilizou o Método Hipotético-Dedutivo para a análise do objeto de pesquisa. **Resultados:** este trabalho busca verificar se realmente existe uma relação entre a tutela penal e a efetiva prevenção dos acidentes de trabalho. **Conclusão:** realmente existe essa relação, mas as condutas já tipificadas são insuficientes para atingir o objetivo de prevenção proposto, logo são propostas novas tipificações, bem como se defende o processamento e o julgamento desses ilícitos penais pela Justiça do Trabalho.

**Palavras chave:** Acidente de trabalho. Efetividade. Justiça do Trabalho. Prevenção. Tutela penal laboral.

## THE EXISTING RELATIONSHIP BETWEEN LABOR CRIMINAL PROTECTION AND PREVENTION OF WORK ACCIDENTS

## ABSTRACT

**Introduction:** the object of study chosen was the relationship that exists between penal labor protection and the prevention of accidents at work. **Objective:** to confirm or refute the hypothesis that criminal penal protection at work can function as an efficient preventive mechanism against new accidents at work. **Material and Methods:** the research was bibliographic and used the Hypothetical-Deductive Method for the analysis of the research object. **Results:** this work seeks to verify if there is really a relationship between criminal protection and effective prevention of accidents at work. **Conclusion:** this relationship really exists, but the conducts already typified are insufficient to achieve the proposed prevention objective, so new types are proposed, as well as the defense and prosecution of these criminal offenses by the Labor Court.

**Keywords:** Accident at work. Effectiveness. Labor criminal protection. Prevention. Work justice.

---

<sup>56</sup> Mestre em Ciências Penais pela UFG – Universidade Federal de Goiás-GO; docente no Centro Universitário do Cerrado Patrocínio – UNICERP, Patrocínio-MG. E-mail: [lidianymc@unicerp.edu.br](mailto:lidianymc@unicerp.edu.br)

## INTRODUÇÃO

O presente artigo se dispõe a fazer algumas considerações sobre a relação existente entre a tutela penal laboral e a prevenção dos acidentes do trabalho. Tal assunto parte da hipótese de que a tutela penal laboral pode funcionar como um eficiente mecanismo preventivo de novos acidentes do trabalho.

Para alcançar este objetivo foi formulado um problema principal que consiste em verificar se é possível estabelecer uma relação de causalidade entre a tutela penal laboral e a efetiva prevenção dos acidentes do trabalho.

Além disso, foram formulados quatro problemas subsidiários que buscam auxiliar o alcance de uma solução satisfatória para o problema principal sendo que cada uma das quatro partes do desenvolvimento do presente artigo busca responder a cada um desses problemas subsidiários.

Sendo assim, a primeira parte do desenvolvimento tratou da “Relevância da tutela penal laboral para o Direito do Trabalho”, buscando compreender que mesmo diante das mencionadas crises pelas quais passa o Direito Penal, principalmente no que tange à teoria do bem jurídico, ainda não existe nenhuma outra teoria capaz de tutelar interesses individuais, e mesmo interesses coletivos, com a mesma efetividade e abrangência.

O Direito do Trabalho no atual contexto de fluidez pertinente à segunda modernidade ou a sociedade de consumo precisa do auxílio do Direito Penal enquanto ultima ratio para dar segurança jurídica tanto para os trabalhadores como para o mercado, visto que a prática de condutas atentatórias ao bem jurídico trabalho ofendem não apenas a dignidade humana do trabalhador, como também gera a perda de produtividade, de lucro e de novos investimentos em empresas que contrariam ou não obedecem normas de higiene, segurança e medicina do trabalho, ou que agem de forma fraudulenta, por exemplo.

A segunda parte versa sobre o “Tratamento constitucional dado ao bem jurídico trabalho na Constituição Federal de 1988”, que se demonstrou ser amplo abrangendo o trabalho tanto na sua acepção individual: o trabalhador; como na sua acepção coletiva: como gerador de riqueza e desenvolvimento econômico e social nacional.

Para tanto, foram destacados os princípios constitucionais que se vinculam a cada uma dessas acepções e que dão legitimidade penal ao bem jurídico trabalho.

A terceira parte trata do “Acidente de Trabalho e a efetividade de suas práticas

preventivas”, iniciando o estudo pela análise dos dispositivos legais pertinentes na Lei n. 8.213/91 e pela análise doutrinária das duas categorias de acidentes do trabalho: os acidentes de trabalho típicos e as doenças profissionais e do trabalho.

Em seguida, foram elencadas práticas preventivas que objetivam tornar cada vez mais raros os casos de acidentes do trabalho, acrescentando a esses mecanismos preventivos administrativos e cíveis, a responsabilização criminal do empregador ou de seu preposto.

Na última parte foi estabelecida a relação entre a tutela penal laboral e a prevenção dos acidentes do trabalho, ao tratar da “Contribuição do Direito Penal do Trabalho para a prevenção dos Acidentes do Trabalho”, elencando e analisando condutas típicas já existentes e mencionando outras que merecem ser criadas para maior efetividade da prevenção buscada.

## **MATERIAL E MÉTODOS**

A pesquisa que resultou neste artigo se valeu da pesquisa bibliográfica e do Método Hipotético-Dedutivo, de modo que num primeiro momento foram analisados os aspectos pertinentes à tutela penal laboral e a matéria pertinente à prevenção do acidente do trabalho na lei e na doutrina, para em seguida se formular as hipóteses viáveis para a solução do problema principal de pesquisa, para só então, concluir pela refutação ou corroboração das hipóteses previamente elencadas.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **RELEVÂNCIA DA TUTELA PENAL LABORAL PARA O DIREITO DO TRABALHO**

Quando se fala em tutela penal laboral, fala-se, em verdade, do Direito Penal do Trabalho. Segundo Luiz Regis Prado (2010, p. 66) embora a doutrina tenha o costume de rotular a matéria penal, tendo em vista o seu particularíssimo objeto de estudo, como no caso do Direito Penal do Trabalho, na realidade não deixa de ser Direito Penal, logo os princípios e bases

teóricas essenciais são as mesmas.

Assim, é preciso destacar que o Direito Penal é o conjunto de normas jurídicas estabelecidas pelo Estado “que criam o injusto penal, suas respectivas consequências e formas de exclusão” (PRADO, 2010, p. 65). Além disso, o Direito Penal é o ramo do Direito mais coercitivo e fragmentário (*ultima ratio*), logo só deve ser utilizado quando realmente houver ofensa ao que se denomina bens jurídicos penalmente relevantes.

Neste sentido, Luis Regis Prado afirma que “a função primordial desse ramo da ordem jurídica radica na proteção de bens jurídico-penais – bens do Direito – essenciais ao indivíduo e à comunidade” (2010, p. 65).

Susana Aires de Sousa (2010, p. 1) em análise ao bem jurídico-penal afirma que “o paradigma penal das sociedades democráticas do nosso tempo, construído a partir das ideias iluministas, baseia-se na tutela subsidiária de bens jurídicos. Todavia, as mudanças sociais e tecnológicas trazidas pela transição do milênio questionam a constância de tal paradigma”.

Esse questionamento se deve a rapidez com que as relações sociais são construídas e destruídas nos tempos atuais, fazendo com que o Direito, em especial o Direito Penal, tenha dificuldades em acompanhar e tutelar os diversos interesses que surgem e desaparecem a todo momento, principalmente aqueles que atingem um número grande de indivíduos ao mesmo tempo – interesses coletivos.

O reconhecimento de que os interesses que merecem tutela penal mudaram e mudam ao longo do tempo, fez com que aumentasse “a procura de mecanismos de segurança, de prevenção e, nos últimos tempos, de precaução” (SOUSA, 2010, p. 01).

Apesar de todas as teorias oras existentes que defendem o fim ou pelo menos a mitigação da teoria do bem jurídico-penal, não se encontra em nenhuma delas um novo instituto capaz de substituir o bem jurídico-penal dando a legitimidade que se espera ao Direito Penal.

Assim, continua válida e viável a discussão sobre o que seria considerado como bem jurídico penalmente relevante no Direito Penal do Trabalho: se o *trabalhador* ou o próprio *trabalho*.

Essa discussão, quando realizada na Espanha, concluiu que a proteção penal deveria recair sobre a *força de trabalho*, como bem jurídico autônomo e não sobre a pessoa do trabalhador (BAYLOS; TERRADILLOS, 1997, p. 21).

Já Feliciano (2009, p. 340) afirma que “o Direito Penal do Trabalho é o segmento do Direito Penal especial predisposto à tutela jurídica fragmentária (*ultima ratio*) da dignidade humana da pessoa trabalhadora e da organização geral do trabalho”. Segundo o mesmo autor,

“admitir a existência de um Direito Penal do Trabalho é admitir a possibilidade constitucional de criminalização em sede de ilícitos laborais e afins”.

Deste modo, compreende-se que a relevância da tutela penal laboral reside exatamente na importância do bem jurídico *trabalho*, entendido como essencial tanto para o indivíduo, preservando a sua dignidade humana, como para a comunidade, posto que proporciona desenvolvimento econômico e social.

Porém, a relevância da tutela penal para o Direito do Trabalho, nos dias atuais, como já foi mencionado por Suzana Aires de Sousa (2010), só pode ser revelada se, antes, for analisado o presente contexto da sociedade. Pois bem, vive-se hodiernamente o que se denomina como segunda modernidade, sociedade de consumo ou modernidade líquida, assim entendida porque nela as relações sociais são mais fluidas.

Representa muito bem essa ideia de fluidez da segunda modernidade ou da sociedade de consumo, o seguinte pensamento de Zygmunt Bauman (2001, p. 70):

Hoje o capital viaja leve – apenas com a bagagem de mão, que inclui nada mais que pasta, telefone celular e computador portátil. Pode saltar em quase qualquer ponto do caminho, e não precisa demorar-se em nenhum lugar além do tempo que durar sua satisfação. O trabalho, porém, permanece tão imobilizado quanto no passado – mas o lugar em que ele imaginava estar fixado de uma vez por todas perdeu sua solidez de outrora; buscando rochas, as âncoras encontram areias movediças. Alguns dos habitantes do mundo estão em movimento; para os demais, é o mundo que se recusa a ficar parado.

Na modernidade líquida, como se vê, as relações sociais são transitórias de modo a acompanhar o desenvolvimento acelerado e fluido da sociedade e, em especial, da economia. Isso se revela de modo impactante nas relações trabalhistas e tendem a se tornarem também, cada vez mais, fluidas. Assim, os empresários e juristas a estes ligados, de um modo geral, entendem que a tutela penal laboral pode ensejar “perda de produtividade e queda das margens de lucros” (FELICIANO, 2009, p. 349).

Porém, segundo Feliciano (2009, p. 349) “o próprio Banco Mundial insinuou que a falta de previsibilidade desmotiva as inversões financeiras de capital estrangeiro no Brasil”.

Assim, compreende-se que a tutela penal laboral tem a relevância de proporcionar segurança jurídica e prevenção geral diante de condutas que violem o trabalho tanto na sua dimensão individual, atingindo a dignidade humana do trabalhador; como na dimensão coletiva, ao atingir a autonomia privada coletiva, por exemplo, quando empresas fornecem determinados produtos ou serviços por um menor preço, alcançado por meios fraudulentos, seja porque pagam menos impostos, sejam porque violam direitos trabalhistas ou normas de segurança do

trabalho.

## **TRATAMENTO CONSTITUCIONAL DADO AO BEM JURÍDICO TRABALHO NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988**

Segundo Luiz Regis Prado (2010, p. 265) bem jurídico “é um ente (dado ou valor social) material ou imaterial haurido do contexto social, de titularidade individual ou metaindividual reputado como essencial à coexistência e desenvolvimento do homem e, por isso, jurídico-penalmente protegido”.

Na obra “Fundamentação Constitucional do Direito Penal, a autora Márcia Dometila Lima de Carvalho (1992, p. 33) adverte que um bem jurídico só adquire relevância penal quando a ofensa a esse bem jurídico também ofender princípios constitucionais. Logo, se compreende que existe entre o bem jurídico-penal e os princípios constitucionais uma relação de existência, ou seja, sem o liame constitucional o bem jurídico não é penalmente relevante.

No que se refere ao bem jurídico *trabalho*, o reconhecimento de que sua ofensa também gera ofensa a princípios constitucionais, faz com que se dê relevância jurídico-penal ao bem jurídico trabalho tornando factível e necessária a elaboração de tipos penais com a indicação precisa e clara da conduta e também da sanção penal imposta.

Dentre os princípios constitucionais ofendidos quando da violação do bem jurídico-penal trabalho encontra-se o princípio da dignidade da pessoa humana, e de acordo com Márcia Dometila Lima de Carvalho (1992, p. 45):

A dignidade da pessoa humana, como fundamento do Estado Democrático de Direito, é o valor expresso no princípio da humanidade do Direito Penal, que não pode deixar de ser considerado quando da criminalização de qualquer fato, etiquetado como socialmente agressivo, ou quando da cogitação de qualquer sanção criminal.

Deste modo, a ofensa ao bem jurídico-penal “trabalho” viola o princípio da dignidade da pessoa humana, posto que o trabalho “é uma projeção da personalidade humana do trabalhador, confundindo-se com a sua própria vida em sentido dinâmico. Ou, se com ela não se confunde, é um seu atributo indissociável” (FELICIANO, 2009, p. 341).

Vale destacar, ainda, que a dignidade da pessoa humana se revela em diversos aspectos da vida do trabalhador, por exemplo, na tutela de sua vida, de sua integridade física, de sua

integridade moral, na tutela da sua intimidade, na tutela da sua sexualidade, dentre outras tutelas.

No aspecto da tutela da integridade moral do trabalhador é possível mencionar o assédio moral, que tantos prejuízos traz para a pessoa do trabalhador e para a própria economia do país, uma vez que muitos daqueles que sofrem *mobbing* acabam por se afastar de suas funções laborais. Logo, aqui está um bem jurídico decorrente da dignidade da pessoa humana que merece a tutela penal. Como muito bem argumenta a Professora Gisele Mendes de Carvalho (2010, p. 01) em defesa a sua tutela penal:

A alternativa da via penal aparece, assim, como a mais adequada, pois resulta muito mais eficaz e justa do que a resposta que, por ora, apresenta o ordenamento trabalhista no Brasil: a rescisão indireta do contrato do trabalho pelo empregado assediado, que perde seu posto de trabalho, enquanto o assediador permanece completamente impune.

No que se refere a tutela da intimidade do trabalhador, muito se tem discutido sobre os meios tecnológicos de contato e até mesmo de controle do trabalhador nos horários em que ele não se encontra à disposição da empresa, como por exemplo, no dia de descanso obrigatório, ou mesmo no seu período de férias.

Quanto à tutela da sexualidade do trabalhador, diversas são as hipóteses de lesão possíveis de serem levantadas, por exemplo, a homofobia e o assédio sexual. Ambas as situações podem gerar lesões relevantes para o trabalhador e até mesmo afastá-lo do ambiente de trabalho, sendo portanto necessária uma atuação mais pontual do Direito, em especial do Direito Penal, de forma a coibir condutas dessa natureza.

Porém, não é apenas o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana em suas múltiplas vertentes que é violado com a ofensa ao “trabalho” enquanto bem jurídico-penalmente tutelado. É violado também o valor social do trabalho atribuído pela Constituição Federal de 1988 em seu art. 1º, inciso IV ao definir “os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa como um dos fundamentos da República Federativa do Brasil.

No que concerne ao trabalho, estabelece, ainda, a Constituição Federal de 1988: que é garantido o “livre exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão” (art. 5º, XIII); que o trabalho é um dos direitos sociais (art. 6º, caput); que a ordem econômica se funda na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tendo por fim assegurar a todos uma existência digna (art. 170); que a função social da propriedade rural é cumprida desde que observadas as disposições que regulam as relações de trabalho (art. 186, III); e que “a ordem social tem como base o primado do trabalho, e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais”

(art. 193).

Diante do exposto, é possível considerar que a tutela penal do bem jurídico trabalho é constitucionalmente prevista, logo não é adequado se falar em abolição do Direito Penal do Trabalho, mas sim em uma releitura desse direito, de modo a “promover, nos planos legislativo e judiciário, um Direito Penal do Trabalho de feição democrática, ancorado no Estado de Direito e nos desideratos jurídicos e socioeconômicos da República”, como sabiamente afirma Feliciano (2009, p. 343).

## **ACIDENTE DE TRABALHO E A EFETIVIDADE DE SUAS PRÁTICAS PREVENTIVAS**

A conceituação de acidente de trabalho é legal e está estabelecida na Lei n. 8.213/91. A mencionada lei dispõe em seu artigo 19:

Acidente do trabalho é aquele que ocorre no exercício do trabalho a serviço da empresa ou pelo exercício do trabalho dos segurados referidos no inciso VII do art. 11 desta Lei, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause morte ou perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho.

O artigo 20 da mesma lei considera como acidente de trabalho a doença profissional e do trabalho, e o art. 21 elenca um rol de hipóteses equiparadas a acidente do trabalho para efeitos da lei em comento. Dentre estas hipóteses está o acidente *in itinere*, que é aquele que ocorre no percurso da residência do trabalhador para seu local de trabalho ou vice-versa.

Entretanto, destacam Ayres e Corrêa (2011, p. 02):

Para que seja considerado como acidente do trabalho, ou doença do trabalho, é imprescindível que seja legalmente caracterizado como acidente do trabalho pela Perícia Médica do INSS, que fará o reconhecimento técnico do nexo causal entre o acidente e a lesão, a doença e o trabalho, a *causa mortis* e o acidente.

Como se pode observar a lei traz duas categorias de acidentes do trabalho: uma que corresponde ao “acidente do trabalho típico que é aquele que resulta de um evento repentino e violento, no qual se identificam, facilmente o dano e o nexo causal” (AYRES; CORRÊA, 2011, p. 03); e outra composta pelas doenças profissionais e do trabalho (chamadas de “entidades mórbidas”).

Cumprir destacar que doenças profissionais são aquelas que têm no trabalho a sua única causa, decorrem da insalubridade do ambiente de trabalho. São exemplos de doenças profissionais a tenossinovite (inflamação da bainha do tendão), a silicose (doença adquirida pela aspiração de poeira de pedra), dentre outras.

No contexto das doenças profissionais, é preciso mencionar o que diz Gisele Mendes de Carvalho sobre o assédio moral (2010, p. 10):

A primeira possibilidade de reação contra o assédio moral laboral do ponto de vista da legislação trabalhista é considerá-lo como doença profissional, isto é, uma patologia relacionada ao exercício da atividade laboral, sempre que o mesmo apareça relacionado ao surgimento de doenças psíquicas desenvolvidas por causa do trabalho.

Já a doença do trabalho é aquela que resulta de condições especiais ou excepcionais em que o trabalho é realizado, reduzido a capacidade de resistência orgânica do empregado e possibilitando o aparecimento de uma doença, que não tem no trabalho a sua única e exclusiva razão. São exemplos de doenças do trabalho as bronquites, as pneumonias, dentre outras doenças.

Interessa para o escopo do presente artigo as duas categorias de acidentes do trabalho: os acidentes de trabalho típicos e as doenças profissionais e do trabalho.

O § 1º do art. 21 da Lei n. 8.213/91 dispõe que os períodos destinados a refeição ou ao descanso, ou para a satisfação de outras necessidades fisiológicas no local do trabalho ou durante este, o empregado é considerado no exercício do trabalho, logo, qualquer acidente ocorrido nesses períodos serão considerados acidentes de trabalho.

De acordo com Ayres e Corrêa (2011, p. 07):

O trabalhador acidentado tem duplo direito: assistência médica e hospitalar, assim como auxílio financeiro, enquanto durar sua incapacidade laborativa, e postular, cumulativamente com a reparação que lhe garante a Lei acidentária, outra compensação com fundamento no direito comum.

Essa outra compensação fundamentada no direito comum, de que falam Ayres e Corrêa, consiste na indenização de cunho civil prevista no art. 7º, inciso XXVIII, da Constituição Federal de 1988, porém a mesma só é devida se comprovada a culpa (comissiva ou omissiva) ou o dolo do empregador.

Porém, melhor do que regras para garantir direitos após o acidente do trabalho, são regras que determinem a prevenção desses acidentes de forma que se tornem cada vez mais raros. A experiência demonstra que a prevenção é um fator que contribui efetivamente para a proteção da integridade física e da saúde do trabalhador em suas atividades laborais.

Cumpra-se destacar, que a proteção dos trabalhadores, seja individual ou coletiva, constitui dever impostergável do empregador, cujo descumprimento poderá ocasionar a responsabilidade civil e criminal dos danos causados ao empregado.

Ayres e Corrêa (2011, p. 11) elencam algumas medidas que devem ser tomadas para reduzir os casos de acidentes do trabalho:

- a elevação do valor das multas, de modo que desestime as empresas que resistem em cumprir normas de segurança e saúde no trabalho, em especial o valor das previstas na CLT – art. 201;
- a limitação das horas extras em atividades insalubres e/ou perigosas;
- abuso da terceirização da mão de obra, punindo-se severamente, as cooperativas fraudulentas ou as empresas que utilizam os serviços de trabalhadores na falsa condição de autônomos, a fim de fugir das responsabilidades trabalhistas e sociais;
- priorizar a implantação na empresa, sempre que possível, da proteção coletiva, dificultando sua substituição, de forma contínua e permanente, pelo uso de equipamentos de proteção individual (EPIs);
- exigir o treinamento adequado do trabalhador na execução de suas atividades, conscientizando-o da importância das medidas preventivas dos infortúnios do trabalho;
- reformulação e atualização da legislação de segurança e saúde no trabalho, especialmente das Normas Regulamentadoras, constantes da Portaria n. 3.214/78;
- dotar as Delegacias Regionais do Trabalho (DRT) dos meios necessários para o cumprimento de sua ação fiscal nas empresas, com provimento de meios financeiros adequados e de recursos humanos, particularmente de Médicos do Trabalho e Engenheiros de Segurança, para que a ação de auditoria fiscal seja pronta e eficiente”.

A essas medidas pode ser acrescentada mais uma, pertinente ao maior rigor na responsabilização criminal em caso de acidente do trabalho causado por culpa da empresa ou de seus prepostos, tornando real e efetiva não apenas a prevenção especial (que impede que o condenado volte a praticar condutas criminosas desta natureza), mas sobretudo a prevenção geral (que visa intimidar toda a sociedade) decorrente da sanção penal.

A responsabilização criminal se justifica diante dos elevados números de acidentes do trabalho e de doenças ocupacionais registrados anualmente no Brasil, aos quais se somam uma “cifra negra” pertinente aos números que deixam de ser registrados, mas que se refletem na sociedade por meio das mazelas sociais que acarreta (perda de rendimentos, pobreza etc.).

De acordo com Raimundo Simão de Melo (2005, p. 205):

(...) não obstante exista um grande arcabouço de normas legais a respeito do assunto, na prática, tais normas não são efetivamente cumpridas, como mostram as estatísticas de acidentes, porque, se de um lado existe a cultura atrasada e perversa de parte do empresariado, de outro, em muitos casos as

multas aplicadas administrativamente pelos órgãos fiscalizadores são insuficientes para forçar os responsáveis a manterem ambientes de trabalho seguros e salubres. Isto se agrava mais ainda quando as soluções dependem da implementação de medidas coletivas, que são mais caras do que o simples fornecimento de equipamentos individuais, embora mais eficientes na prevenção dos riscos ambientais.

Dáí se conclui que, se são insuficientes as práticas preventivas existentes, é preciso que se busque na ordem jurídica vigente mecanismos mais eficientes para evitar os acidentes do trabalho, visto que eles são fontes de morte, incapacidade total ou parcial de trabalhadores, ao mesmo tempo que geram prejuízos para as empresas e a economia do país.

## **CONTRIBUIÇÃO DO DIREITO PENAL DO TRABALHO PARA A PREVENÇÃO DOS ACIDENTES DO TRABALHO**

Como se sabe a responsabilidade criminal tem como consequência a aplicação de sanção prevista no preceito secundário da norma penal incriminadora infringida pela conduta do agente. A arguição da responsabilidade criminal é de iniciativa do Estado, posto que só o Estado pode impor pena.

Nas palavras de Cleber Masson (2011, p. 538), a “pena é a espécie de sanção penal consistente na privação ou restrição de determinados bens jurídicos do condenado, aplicada pelo Estado em decorrência do cometimento de uma infração penal, com as finalidades de castigar seu responsável, readaptá-lo ao convívio em comunidade e, mediante a intimidação endereçada à sociedade, evitar a prática de novos crimes ou contravenções penais”.

O Direito Penal em razão de seu caráter de *ultima ratio* só se justifica quando os demais ramos do Direito se mostram insuficientes para controlar determinados desequilíbrios sociais que geram lesões a bens jurídicos relevantes. Assim, diante da falta de efetividade observada nas práticas preventivas dos acidentes de trabalho é natural que se busque no ramo mais coercitivo do Direito a solução para os problemas encontrados.

Essa contribuição do Direito Penal do Trabalho para a prevenção dos acidentes do trabalho deve se dar com a tipificação de novas condutas no âmbito laboral e na efetiva aplicação das condutas já existentes, sendo certo que para que isso aconteça da melhor maneira possível é necessário que se estabeleça na Justiça do Trabalho a competência para o processamento e julgamento dos crimes laborais.

No contexto das tipificações de cunho preventivo já existentes é preciso citar o § 2º do art. 19 da Lei n. 8.213/91 que assim determina: “*Constitui contravenção penal, punível com multa, deixar a empresa de cumprir as normas de segurança e higiene do trabalho*”.

O mencionado dispositivo, sequer precisaria existir se houvesse de fato uma consciência coletiva da importância do cumprimento das normas de segurança, porém não é o que acontece, fazendo com que se defenda a ideia de que a tipificação fosse como crime de menor potencial ofensivo e não como crime anão.

Ainda no cenário das tipificações preventivas está o art. 132 do Código Penal vigente, que versa sobre o crime de exposição a perigo para a vida ou a saúde de outrem e prevê pena de detenção de três meses a um ano, entretanto, se o fato constituir crime mais grave, o agente deve ser punido na modalidade delitiva adequada (lesão corporal ou homicídio, respectivamente culposos).

A própria Exposição de Motivos do Código Penal, ao falar sobre o art. 132 ressalta a sua preocupação com os acidentes do trabalho, sendo o tipo penal em comento direcionado também para a tutela da integridade dos empregados. Neste crime deve estar presente a vontade, não de produzir o resultado lesivo, mas de permitir conscientemente a presença do perigo (dolo direto) ou a possibilidade do perigo (dolo eventual) em face da integridade física ou da vida humana.

Além desses dois tipos penais “preventivos” de acidentes do trabalho já existentes, podem ser mencionadas outras condutas que merecem tipificação por resultarem em circunstâncias que podem configurar doenças profissionais. Neste contexto pode ser mencionada a necessidade de tipificação do assédio moral, tal como ocorreu com o assédio sexual, além da necessária tipificação da discriminação no ambiente de trabalho em razão da opção sexual do empregado, e dos excessos cometidos no ambiente de trabalho e fora dele.

Ocorrido o acidente de trabalho, duas figuras delitivas podem aparecer em sua modalidade culposa: a lesão corporal (art. 129, § 6º do CP) e o homicídio (art. 121, § 3º do CP).

O homicídio culposo é o delito mais grave que poder advir de um acidente do trabalho, sendo apenado com detenção variável de um a três anos. Sua ocorrência depende da presença dos seguintes elementos: comportamento humano comissivo ou omissivo; ausência do cuidado devido, decorrente de imprudência, imperícia ou negligência; possibilidade de previsão do resultado; e resultado involuntário morte.

Havendo apenas redução da capacidade de trabalho total ou parcial do empregado, pode ser tipificado o crime de lesão corporal culposa. Para a tipificação deste crime não interessa a

gravidade da lesão, esta apenas importa para o aumento ou a diminuição da pena. É apenado com detenção de dois meses a um ano.

Ocorrendo lesão corporal ou morte do empregado, o empregador será responsabilizado criminalmente por força do art. 13 do Código Penal brasileiro, que dispõe em seu § 2<sup>a</sup>, alínea *a*: “*A omissão é penalmente relevante quando o omitente devia e podia agir para evitar o resultado. O dever de agir incumbe a quem: a) tenha por lei obrigação de cuidado, proteção ou vigilância*”.

O dever de cuidado e proteção é exercido mediante o fornecimento de equipamentos de proteção individual (EPI) e do treinamento do empregado para o exercício da função que lhe for confiada, nos termos das normas regulamentares do Ministério do Trabalho.

Já o dever de vigilância é exercido por meio da verificação constante por parte do empregador se o empregado está realmente praticando os ensinamentos que lhe foram transmitidos no treinamento e se aprendeu e se conscientizou da necessidade do uso do EPI.

Aqui é importante destacar, que o empregador divide ou transfere aos seus prepostos essas atribuições, visto que seria difícil para o empregador exercê-las ao mesmo tempo em que comanda seu empreendimento.

A culpa no acidente de trabalho, portanto, decorre da inobservância quanto ao cumprimento ou ao fazer cumprir as disposições legais e regulamentares sobre a segurança e medicina do trabalho.

Segundo José Luis Pimentel Pazeto:

São considerados eventos previsíveis caracterizando a culpa do empregador:

1. Situação de risco que se protela no tempo, não sendo rapidamente eliminada;
2. Atitude imprudente de empregado não instruído ou pouco instruído.

Cumprido ressaltar que não existe compensação de culpa no Direito Penal, logo ainda que o empregado tenha sido imprudente, negligente ou imperito no exercício de sua atividade laboral, o empregador responderá criminalmente, desde que tenha deixado de cumprir ou fiscalizar as normas legais de segurança do trabalho.

Lembrando que o empregador tem o dever de compelir o empregado a cumprir as normas de segurança por meios de instrumentos tais como a advertência, a suspensão e até mesmo a demissão.

De acordo com José Luis Pimentel Pazeto, ocorrido o acidente de trabalho e provada a culpa do empregador ou do seu preposto, este poderá ser submetido aos seguintes efeitos da condenação transitada em julgado:

Pena de Prisão;  
Penas restritivas de direitos. Que podem ser:  
1. Prestação Pecuniária;  
2. Perda de bens e valores;  
3. Prestação de serviços à comunidade;  
4. Interdição temporária de direitos;  
5. Limitação de fins de semana; e  
Multa.

Além disso, não poderá praticar outra conduta delitativa no período de até cinco anos, sob pena de ser considerado reincidente, o que gera a perda de benefícios de natureza penal.

E o nome do agente será lançado no rol dos culpados como determina a legislação processual penal.

Como se vê, a contribuição do Direito Penal para a prevenção dos acidentes do trabalho consiste na busca pela efetividade das penas impostas de modo a fortalecer a sua função de prevenção especial e geral de novos crimes e por consequência de novos acidentes do trabalho.

## **CONCLUSÃO**

A presente pesquisa confirmou a existência de uma relação entre a tutela penal e a efetiva prevenção dos acidentes do trabalho, porém para que isso realmente ocorra é preciso que se fortaleça o Direito Penal do Trabalho, sendo necessário, para tanto, a criação de novos tipos penais laborais e a definição da competência para processar e julgar esses crimes para a Justiça do Trabalho.

Os estudos realizados, portanto, identificaram que é relevante para o Direito do Trabalho a tutela penal em matéria laboral, partindo da constatação de que a Constituição Federal de 1988, deu sim, status de bem jurídico-penal constitucional ao trabalho.

Verificou-se que as criminalizações existentes não correspondem aos anseios sociais e constitucionais de repressão penal em matéria laboral, logo são necessárias novas tipificações.

No que tange as práticas preventivas dos acidentes do trabalho, observou-se que devido a falta de consciência coletiva quanto ao respeito às normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego, estas não são realmente efetivas e suficientes para reduzir e muito menos para erradicar a alarmante estatística positiva para a ocorrência de acidentes do trabalho.

Conclui-se o presente artigo elencando alguns meios efetivos e eficazes de contribuição

da tutela penal laboral para a prevenção dos acidentes do trabalho, porém não de forma exaustiva, pois o potencial protetivo do Direito Penal do Trabalho não pode ser subestimado.

## **REFERÊNCIAS**

AMARAL, Júlio Ricardo de Paula. **Eficácia dos direitos fundamentais nas relações trabalhistas**. São Paulo: LTr, 2007.

BARBOSA, Livia. **Sociedade de Consumo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

BAUDRILLARD, Jean. **A Sociedade de Consumo**. 2. ed. Coimbra: Edições 70, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BAYLOS GRAU, Antonio. TERRADILLOS BASOCO, Juan M. **Derecho penal del trabajo**. 2. ed. Madrid: Editorial Trotta, 1997.

CARVALHO, Gisele Mendes de. O assédio moral no trabalho e a tutela penal da integridade moral. **Revista dos Tribunais**. v. 901. p. 369. nov. 2010. Disponível em <file:///C:/Users/ACER/Downloads/RTDoc%20%2014-8-29%2010\_59%20(PM).pdf> Acesso em 01 de agosto de 2014

CARVALHO, Márcia Dometila Lima de. **Fundamentação Constitucional do Direito Penal**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1992.

CORREA, José Aldo Peixoto; AYRES, Dennis de Oliveira. **Manual de Prevenção de Acidentes do Trabalho**. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2011.

DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. 12. ed. São Paulo: LTr, 2013.

FELICIANO, Guilherme Guimarães. Refundando o Direito Penal do Trabalho: primeiras aproximações. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**. v.104. p. 339-375. jan/dez. 2009.

\_\_\_\_\_. Sobre a extensão da competência da Justiça do Trabalho para lides de natureza penal. **Revista LTr – Legislação do Trabalho**. São Paulo, v. 64. n.1, p. 29-35, jan. 2000.

\_\_\_\_\_. Da competência penal na Justiça do Trabalho. **Revista de Direito do Trabalho**. São Paulo, v. 32. n. 122, p. 27-88, abr./jun . 2006.

FERRAJOLI, Luigi. **Direito e razão: teoria do garantismo penal**. Trad. Ana Paula Zomer; Fauzi Hassan Choukr; Juarez Tavares; Luiz Flávio Gomes. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. Trad. Adail Ubirajara Sobral; Maria Stela Gonçalves. 23. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS CRIMINAIS. **Revista Liberdades**. Edição Especial. Reforma do Código Penal. Disponível em <[http://www.ibccrim.org.br/site/revistaLiberdades/\\_pdf/10A/integra.pdf](http://www.ibccrim.org.br/site/revistaLiberdades/_pdf/10A/integra.pdf)> Acesso em 25 de fevereiro de 2014.

MARMELSTEIN, George. **Curso de Direitos Fundamentais**. São Paulo: Atlas, 2008.

MASSON, Cleber. **Direito Penal esquematizado: parte especial**. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2012. v. 2.

MELO, Raimundo Simão de. Dignidade da pessoa humana e meio ambiente do Trabalho. **Revista de Direito do Trabalho**. v. 117. p. 204. jan. 2005. Disponível em <[file:///C:/Users/ACER/Downloads/RTDoc%20%2014-8-29%2011\\_17%20\(PM\).pdf](file:///C:/Users/ACER/Downloads/RTDoc%20%2014-8-29%2011_17%20(PM).pdf)> Acesso em 01 de agosto de 2014.

PALMA, João Augusto da. **Código penal aplicado ao trabalho**. São Paulo: LTr, 2000.

PAZETO, José Luis Pimentel. **Aspectos do Acidente de Trabalho no Direito Penal**. Disponível em <[http://www.sindicopes.com.br/\\_midias/pdf/aspectos\\_do\\_acidente\\_de\\_trabalho\\_no\\_direito\\_penal\\_dr\\_\\_pazeto-804-51c848219de9c.pdf](http://www.sindicopes.com.br/_midias/pdf/aspectos_do_acidente_de_trabalho_no_direito_penal_dr__pazeto-804-51c848219de9c.pdf)> Acesso em 01 de agosto de 2014.

POPPER, Karl Raimund. **A Lógica da Pesquisa Científica**. Trad. Leonidas Hegenberg; Octanny Silveira da Mota. São Paulo: Editora Cultrix, 1972.

PRADO, Luiz Regis. **Curso de Direito Penal Brasileiro: parte geral – Arts. 1º a 120**. 9. ed.

rev., atual. e ampl. São Paulo: RT, 2010.

RENNER, Silvio Inácio. **A Imputação Objetiva pelas lesões permanentes e óbitos nos acidentes de trabalho**. São Paulo: LTr, 2012.

ROSA, Mário José de Oliveira. **Algumas considerações sobre responsabilidades originadas em decorrência de acidente de trabalho**. Disponível em <  
<http://www.marcosmartins.adv.br/artigos/121107.pdf>> Acesso em 25 de fevereiro de 2014.

ROXIN, Claus. **Derecho penal: parte general**. Trad. Diego-Manuel Luzón Peña, Miguel Díaz y García Conlledo; Javier de Vicente Remesal. Madrid: Civitas, 1997.

SÚSSEKIND, Arnaldo. Os Direitos Humanos do Trabalhador. **Revista TST**. Brasília, v. 73. n.3, jul/set 2007.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Trad. Pietro Nassetti. 4. ed. São Paulo: Martin Claret, 2009.

\_\_\_\_\_. **Três tipos puros de poder legítimo**. Trad. Arthur Mourão. disponível em <  
[http://www.lusosofia.net/textos/weber\\_3\\_tipos\\_poder\\_morao.pdf](http://www.lusosofia.net/textos/weber_3_tipos_poder_morao.pdf)> Acesso em 16 de outubro de 2013.

# A REFORMA TRABALHISTA E A TERCEIRIZAÇÃO DA ATIVIDADE-FIM: UM RETROCESSO SOCIAL

AMANDA CAROLINE DIAS GONÇALVES<sup>57</sup>  
MÁRIO LÚCIO CAMPOS DE ALMEIDA<sup>58</sup>

## RESUMO

**Introdução:** O presente artigo tem por escopo abordar os aspectos mais pertinentes do instituto da terceirização e suas formas concebidas no ordenamento jurídico brasileiro. A pesquisa se justifica pela recente recepção do instituto sem ressalvas no ordenamento vernáculo através de decisão do Supremo Tribunal Federal. **Objetivo:** Abordará os conceitos mais relevantes à compreensão do tema, bem como uma breve análise desde a elaboração da súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho que restringia a terceirização, até o recente julgamento da ADPF 324 que declarou lícita esta maneira de contratação em todas as suas formas. Ademais, em seu ápice, o presente estudo objetiva ainda esclarecer a (in)constitucionalidade deste instituto e até que ponto as mudanças instituídas são convenientes no atual cenário do país. **Material e Métodos:** A pesquisa abrangeu diretrizes metodológicas com base no método dedutivo, desdobrando-se a partir da verificação de hipóteses, através de leitura e avaliação da doutrinária. **Resultados:** A permissão da terceirização afronta diretamente a *Lex Matter* na medida em que, o valor social do trabalho é um fundamento da República Federativa do Brasil, previsto expressamente no texto da Carta política. **Conclusão:** A terceirização da atividade fim viola o princípio da proibição do retrocesso social, pois preconiza o Direito do Trabalho, em detrimento ao princípio da dignidade humana, visando sempre a obtenção de lucro sob o menor custo com mão de obra.

**Palavras-chave:** Empresa. Terceirização. Trabalho.

## LABOR REFORM AND END-OUT ACTIVITY: A SOCIAL BACKGROUND

### ABSTRACT

**Introduction:** The purpose of this article is to discuss the most pertinent aspects of the outsourcing institute and its forms conceived in the Brazilian legal system. The research is justified by the recent reception of the institute without reservations in the vernacular order by decision of the Federal Supreme Court. **Objective (s):** It will address the most relevant concepts to the understanding of the subject, as well as a brief analysis since the drafting of the 331 Supreme Court of Labor cutlery that restricted outsourcing, until the recent judgment of ADPF

---

<sup>57</sup>Aluna graduada em Direito pelo Centro Universitário do Cerrado – UNICERP. Especializando em direito penal e processo penal pela UniBF. Patrocínio/MG. Endereço eletrônico: [amandadiasg@outlook.com](mailto:amandadiasg@outlook.com)

<sup>58</sup> Professor do Centro Universitário do Cerrado -UNICERP. Especialista em Direito do Trabalho e Direito Processual do Trabalho. Patos de Minas/MG. Endereço eletrônico: [mariolucio@unicerp.edu.br](mailto:mariolucio@unicerp.edu.br)

324 that declared lawful this form of hiring in all its forms . Moreover, at its apex, the present study aims to clarify the (in) constitutionality of this institute and to what extent the changes instituted are convenient in the current scenario of the country. **Material and Methods:** The research covered methodological guidelines based on the deductive method, unfolding from the verification of hypotheses, through reading and evaluation of doctrine. **Results:** The permission to outsource directly confronts Lex Matter insofar as the social value of work is a foundation of the Federative Republic of Brazil, expressly provided for in the text of the Political Charter. **Conclusion:** The outsourcing of the core activity violates the principle of prohibition of social retrocession, since it advocates the Labor Law, in detriment to the principle of human dignity, always aiming to obtain profit at the lowest cost with labor.

**Key words:** Company. Job. Outsourcing.

## INTRODUÇÃO

“O descontentamento é o primeiro passo na evolução de um homem ou de uma nação.” ~ Oscar Wilde.

Há muito discute-se acerca da terceirização. O polêmico instituto é debatido na mídia, na política e principalmente nos tribunais. Em algumas décadas o Tribunal Superior do Trabalho buscou restringir a prática, inicialmente através do enunciado 256 cujos detalhes serão apreciados no decorrer do trabalho.

Ocorre que, o fenômeno não pôde ser constrangido ferozmente, razão pela qual notou-se uma abertura jurídica, lenta e tímida. A saber, será analisada a Súmula 331 TST que proporcionou uma relativização do assunto ao permitir a terceirização das atividades- meio.

Nada obstante, recentemente com a promulgação da ‘Reforma Trabalhista’, o tema adquiriu contornos ainda maiores na proporção em que a lei passou autorizar a terceirização de quaisquer atividades empresárias. Com isso, aflorou-se as discussões dando surgimento à Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental – ADPF 324 e realçando outras 4 mil ações judiciais que questionavam a aplicação da Súmula 331.

Por fim, o STF votou recentemente a ADPF em questão votando Constitucional a modalidade de contratação através de empresa interposta.

Nesse interim, o presente trabalho tem por escopo principal averiguar a amplitude do julgamento e sua possível repercussão no Direito do trabalho. Elaborar-se-á uma análise crítica acerca da decisão no atual cenário brasileiro.

Apontará os aspectos e conceitos mais pertinentes do instituto da terceirização e seu impacto nos direitos dos trabalhadores e deveres dos empregadores.

Versará sobre o contexto histórico, analisando as perspectivas antes do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal, um possível obsolência da súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho bem como, seus os reflexos diante da reforma trabalhista. Ademais, propõe como questionamento principal a (in)constitucionalidade deste instituto e até que ponto as mudanças instituídas são benéficas aos afetados.

## **MATERIAL E MÉTODOS**

Em termos didáticos a pesquisa abrangeu diretrizes metodológicas com base no método dedutivo. Nesse ínterim, o trabalho desdobrou-se a partir da verificação de hipóteses, através de coleta de dados, leitura e avaliação da doutrina, jurisprudência, artigos, dissertações e publicações em revistas jurídicas.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **1. O FENÔMENO DA TERCEIRIZAÇÃO**

“Quando o direito ignora a realidade, a realidade se vinga, ignorando o direito”

O presente trabalho visa tecer comentários acerca do instituto da terceirização, ou *outsourcing* como preferem os americanos, para tanto nesse tópico preocupar-se-á em apresentar sua definição doutrinária. Para lívio Giosa (1997, p.17) a terceirização é: “[...] um processo de gestão pelo qual se repassam algumas atividades para terceiros, com os quais se estabelece uma relação de parceria, ficando a empresa concentrada apenas em tarefas essencialmente ligadas ao negócio em que atua.”

Nesse sentido, para Mauricio Godinho Delgado (2016, p.540), ministro do Tribunal Superior do Trabalho:

Terceirização é o fenômeno pelo qual se dissocia a relação econômica de trabalho da relação trabalhista que lhe seria correspondente, sendo que por tal fenômeno insere-se o trabalhador no processo produtivo do tomador de serviços sem que se estendam a este os laços trabalhista, que se preservam fixados com a prestadora de serviços (entidade interveniente).

Para Marcelino (2007), o instituto sofre variações de denominação em cada país, de igual maneira, destaca-se que, na França, é chamado de terceirização somente a prestação de serviço por uma empresa secundária dentro da empresa principal, na medida que, se este processo ocorre fora da empresa tem-se a técnica de exteriorização.

Outrossim já é possível apresentar um conceito. Em simples palavras compreende-se por terceirização das atividades laborais quando uma empresa fecha acordo com outra companhia para a prestação de um delimitado serviço, ou seja, é um sistema de organização basilar que possibilita a uma empresa privada ou governamental transmitir a outra suas atividades. Para alguns doutrinadores o termo subcontratação e terceirização são sinônimos, uma vez que, trata-se nada mais, nada menos, de contratação interpostas por outras empresas.

Visto as considerações introdutórias, para uma total compreensão do tema, torna-se imprecincível também a contemplação dos termos atividade-fim e atividade-meio.

Nesse sentido, atividade-meio é a que não se encaixa nesse conceito, ou seja, embora necessárias, não se confundem diretamente com o propósito empresarial, tais como limpeza, transporte, vigilância, sempre, é claro, que estas foram ações auxiliares e não principais. Em outras palavras, entende-se por atividade-fim aquela identificada no objeto social do contrato social, ou seja, aquela ligada diretamente ao produto final e atividade meio, as demais atividades intermediárias.

*A posteriori*, insta salientar como nasceu a técnica da terceirização, Frisa-se o caráter perfunctório da apreciação, posto que, não é objetivo deste trabalho apresentar uma evolução histórica.

Assim sendo, recorda-se que, as primeiras noções de terceirização surgiram na década de 70 a partir do método *toyotista* de produção. Ocorre que, após a crise mundial do petróleo o método fordista<sup>59</sup> não mais se sustentava para tanto era necessário criar um método industrial, onde todas as etapas de produção não restassem concentradas dentro da própria empresa. Não é à toa que, ainda hoje, o ramo automobilístico concentra a maior parte das terceirizações no país.

---

<sup>59</sup> Método criado por Henry Ford com foco na produção em massa, inovou ao criar a produção em “esteiras”, esse método foi representado por Chaplin no filme ‘tempos modernos’, toda cadeia de produção se concentrava dentro da própria empresa, ou seja, as fábricas produziam todas as peças necessárias ao produto final.

A terceirização surgiu no contexto do modelo toyotista e permitiu romper com a lógica bilateral dos polos na relação de emprego, de modo a retirar o vínculo direto do terceirizado com a empresa tomadora. É prática adotada em diversos setores de produção econômica, com o principal escopo de reduzir custos e aumentar a produtividade. (PEREIRA, et. all; 2014, p.175)

Nesta senda, nasce a terceirização como forma de desverticalização, a fim de reduzir custos e riscos nas atividades-meio. Nota-se que, o capitalismo está sempre tentando meios de auferir lucro, acumular riquezas, agregar valor à mercadoria, produzir a qualquer custo, sem o mínimo de escrúpulos, nem que para tanto seja necessário atropelar o bem estar social e as garantias individuais.

No Brasil, o procedimento ganhou realce nos últimos 20 anos, todavia, o que constata-se é que, hodiernamente, diante o atual contexto político, social, cultural e econômico do país, a medida torna-se inapropriada à realidade, posto que o trabalhador não encontra-se suficientemente em pé de igualdade do empregador. Marcelino (2007, p.60) destaca o inconveniente da questão:

Toda vez que uma empresa resolve subcontratar, o que ela faz é transferir para outra os riscos e parte dos custos com a contratação da força de trabalho (os trabalhadores, os terceiros). Isso porque o contrato deixa de ser trabalhista (empresa x trabalhador) e passa a ser comercial ou civil (empresa x empresa). (MARCELINO, 2007, p.60)

Surge portanto, o problema da pesquisa posto que toda vez que se terceiriza avilta a relação empregatícia, empobrece os valores sociais do trabalho, a propósito princípio da República Federativa do Brasil, e aumenta as desigualdades sociais.

Compartilha do mesmo entendimento Biavaschi (2015, p. 38):

Desde sua origem, a proposta, na prática, transforma a relação de emprego em relação comercial, isentando, no limite, os beneficiários da força de trabalho de quaisquer responsabilidades trabalhistas, correspondendo a verdadeiro retrocesso em relação ao próprio entendimento da referida Súmula 331 do TST.

Vencida portanto, a contextualização se faz oportuno avançar no cerne da problemática para averiguá-la sob a ótica legal.

### **1.1.A Súmula 331 TST**

Superada a fase introdutória do problema e delimitados os conceitos relevantes para o estudo, passa-se a uma análise da tolerância da terceirização no ordenamento vernáculo, sua legalidade, peculiaridades e até mesmo sua legitimidade a luz da Constituição Federal.

Ocorre que, até 2017 não havia legislação específica que trata-se o tema, surgindo dúvidas acerca de quais atividades poderiam ou não ser terceirizadas. Em 1974 foi editada a lei do trabalho temporário, nº 6.019/74 (note que, esta lei surgiu no auge da ditadura militar) que abriu as primeiras brechas para a terceirização, ao estabelecer a subcontratação, que recentemente foi alterada pela lei 13.429/2017.<sup>60</sup>

Nesse ínterim, já em 1986 com o despontar da democracia, o TST editou o enunciado nº 256 no intuito de coibir a terceirização. Senão Veja-se:

256 – CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – LEGALIDADE.  
Salvo nos casos de trabalho temporário e de serviços de vigilância, previstos nas Leis ns. 6.019, de 3.1.74 e 7.102, de 20.6.83, é ilegal a contratação de trabalhadores por empresa interposta, formando-se o vínculo empregatício diretamente com o tomador de serviços. (TST,1986)

Entretanto, 4 anos após a edição do enunciado, com a pressão dos movimentos liberais, e coincidentemente mesmo ano de queda da União Soviética e abertura econômica mundial, o TST foi compelido a modificar em parte seu entendimento. É nesse momento que, foi editada a súmula 331 do TST que proibia a terceirização.

*Súmula nº 331 do TST*

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LEGALIDADE (nova redação do item IV e inseridos os itens V e VI à redação) - Res. 174/2011, DEJT divulgado em 27, 30 e 31.05.2011**

- I. - A contratação de trabalhadores por empresa interposta é ilegal, formando-se o vínculo diretamente com o tomador dos serviços, salvo no caso de trabalho temporário (Lei nº 6.019, de 03.01.1974).
- II. - A contratação irregular de trabalhador, mediante empresa interposta, não gera vínculo de emprego com os órgãos da Administração Pública direta, indireta ou fundacional (art. 37, II, da CF/1988).
- III. - Não forma vínculo de emprego com o tomador a contratação de **serviços de vigilância (Lei nº 7.102, de 20.06.1983) e de conservação e limpeza, bem como a de serviços especializados ligados à atividade-meio do tomador,**

---

<sup>60</sup> Art. 2º Trabalho temporário é aquele prestado por pessoa física contratada por uma empresa de trabalho temporário que a coloca à disposição de uma empresa tomadora de serviços, para atender à necessidade de substituição transitória de pessoal permanente ou à demanda complementar de serviços

desde que inexistente a pessoalidade e a subordinação direta.

- IV. - O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços quanto àquelas obrigações, desde que haja participado da relação processual e conste também do título executivo judicial.
- V. - Os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem subsidiariamente, nas mesmas condições do item IV, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei n.º 8.666, de 21.06.1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. A aludida responsabilidade não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada.
- VI. - A responsabilidade subsidiária do tomador de serviços abrange todas as verbas decorrentes da condenação referentes ao período da prestação laboral.

É mister evidenciar que os incisos V e VI foram acrescentados somente em 2011. Nesta seara constata-se que, após anos de resistência em relação ao tema terceirização, a realidade venceu ao forçar a edição da súmula supra. Com base nesta manifestação do TST, tornou-se legal a terceirização das atividades-meio, bem como dos serviços de limpeza e vigilância. Veja-se:

O enunciado 331 do TST se formulou com base nas diversas necessidades de adequação da Terceirização, como bem se demonstra na análise fática que fora acima demonstrada pelo doutrinador. Há de se lembrar que antes do surgimento do referido enunciado só era permitido o trabalho temporário e o serviço de vigilância, não englobando outros que também, apesar de não compor a atividade principal da empresa, eram essenciais para que a mesma pudesse se concentrar no ramo econômico para o qual fora criada, como era o caso da exclusão dos serviços de limpeza. (KICH, 2010, s.p.)

Sendo assim, pode-se concluir que, fora da abrangência permitida pela súmula, dentro de um juízo de interpretação, posto que a mesma não cuidou de distinguir atividade-meio e atividade-fim, deixando a tarefa a cargo da doutrina, jurisprudência e até mesmo ramos interdisciplinares como a administração, toda atividade considerada a finalidade do negócio era, (até então) tida como ilícita, formando vínculo empregatício diretamente com o tomador do serviço:

A Súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho estabelece que a intermediação de mão de obra, como regra, é uma prática ilícita, excetuando-se as terceirizações relativas a trabalhos temporários, serviços de vigilância, de conservação e limpeza, bem como aquelas ligadas à atividade-meio do tomador. A contrário sensu, tem-se por terceirização ilícita aquela perpetrada em uma atividade-fim do tomador. (PEREIRA, et. all; 2014, p.176)

Por essa vertente, sempre que a tomada de mão de obra terceirizada fugisse às permitidas pela súmula, um juízo de valoração era feito e havia portanto a formação de vínculo empregatício entre empregado e tomadora de serviço, até agora!

## **2. LEI DE TERCEIRIZAÇÃO E REFORMA TRABALHISTA: O PRINCÍPIO DA MUDANÇA**

É mister evidenciar, ainda que superficialmente a “Lei de Terceirização” aprovada em março de 2017.

Ocorre que, como dito *alhures*, tal lei, nº 13.429/2017 substitui a antiga lei de trabalho temporário, todavia, arditosamente, o projeto de lei de 1998 que aguardava votação desde 2002, foi simplesmente aprovado e promulgado alterando também conceitos cruciais permitindo a terceirização não só da atividade-meio mas como também de toda e qualquer atividade empresarial.

Note para o fato de que a lei desobriga o vínculo empregatício entre empregado e tomadora, qualquer que seja o ramo de atividade desta: “Art. 10. **Qualquer que seja o ramo da empresa** tomadora de serviços, não existe vínculo de emprego entre ela e os trabalhadores contratados pelas empresas de trabalho temporário.”

Não obstante, aprovada do mesmo ano, dias depois, a reforma trabalhista, lei 13.467/17 (diga-se de passagem absurda) também passou prever a terceirização em todas as suas formas, ou seja, ditou nova redação com conteúdo divergente do entendimento jurisprudencial sumulado sendo:

Art. 4º: Considera-se prestação de serviços a terceiros a transferência feita pela contratante da execução de quaisquer de suas atividades, inclusive sua atividade principal, à pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviços que possua capacidade econômica compatível com a sua execução.

Com o vigor desta lei, a Súmula 331 do TST fica em desuso, tendo em vista que um entendimento jurisprudencial não tem força normativa quem dirá hierárquica para superar o que a lei estabelece. Portanto, a partir de 2017, por força de lei, qualquer atividade pode ser terceirizada, inclusive a atividade-alvo. O tema foi atacado pelo professor Felipe Garcia (2017, p.13) em sua obra:

Adotando-se o atual critério legal (art. 4º-A da Lei 6.019/1974, com redação dada pela Lei 13.467/2017), terceirização é a transferência feita pela

contratante (tomadora) da execução de quaisquer de suas atividades, inclusive sua atividade principal, à pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviços que possua capacidade econômica compatível com a sua execução.

Contudo é imperioso esclarecer que a terceirização da atividade-fim é considerada válida a partir de novembro de 2017, ou seja, os fatos ocorridos antes da reforma, poderão ser julgados sob a ótica da súmula 331 do TST.

### **3. A DECISÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: A VITÓRIA DA BUGUERSIA**

Em meio a este cenário de euforia, após duas leis serem promulgadas sucessivamente restringindo claramente direitos trabalhistas anteriormente consolidados, o Supremo Tribunal Federal não teve alternativa senão julgar a ADPF 324, colocando uma pá de cal no assunto a fim de declarar portanto, o que afinal é constitucional: terceirizar ou não terceirizar?

Ocorre que, em meio à 4 mil ações que questionavam a aplicação da súmula 331 TST, foi enviada a ADPF 324 à Corte Suprema, embasada na tese de que, proibir a terceirização feria o princípio Constitucional da legalidade, da livre iniciativa e da Liberdade de contratar.

Nesse interim, no dia 30/08/2018, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu por 7 votos, sendo dos seguintes (Luís Roberto Barroso, Luiz Fux, Alexandre de Moraes, Dias Toffoli, Gilmar Mendes, Celso de Mello, Cármen Lúcia) contra 4 de (Luiz Edson Fachin, Rosa Weber, Ricardo Lewandowski, Marco Aurélio Mello), que é constitucional o emprego de terceirizados na atividades-fim das empresas.

O que nota-se portanto, é o triunfo da elite burguesa brasileira sob as camadas mais pobres de trabalhadores. Nem mesmo a lei, a qual deveria ser a legítima vontade do povo, nem mesmo o juiz, o qual deveria ser o aplicador da Justiça puderam evitar a vitória da classe média.

Para o juiz do trabalho Fontenelle, a permissão da terceirização afronta diretamente a Lex Matter na medida em que, o valor social do trabalho é um fundamento da República Federativa do Brasil, previsto expressamente no texto da Carta política:

Primeiro: a rigor, toda terceirização afronta o art. 1º, IV, da Constituição, que consagra o valor social do trabalho. Por “valor social”, entenda-se: respeitar a dignidade da pessoa do trabalhador. Não tratá-lo como coisa ou mercadoria. Por outro lado, o foco da terceirização é contratar somente o esforço braçal ou intelectual, desprezando os atributos pessoais e profissionais do indivíduo prestador. (FONTENELLE,2017, s.p.)

É notável que, quando desautoriza a formação de relação empregatícia entre o empregado e a tomadora de serviço um retrocesso acontece, para ilustrar o problema e tirar a discussão do cunho unicamente teórico, um estudo, citado por Sousa (2017) foi realizado pela Secretaria Nacional de Relações de Trabalho:

Entre os exemplos de prejuízo que um trabalhador terceirizado tem em relação a um empregado contratado estão os salários mais baixos, a maior rotatividade e a maior frequência de acidentes de trabalho. Dados mostram que os terceirizados trabalham 7,5% a mais e recebem 24,7% menos que empregados diretos, e que a rotatividade é de 44,9% nas terceirizadas e de 22% entre os diretamente contratados, o que gera problemas para os trabalhadores por prejudicar sua formação profissional, além de gerar mais gastos para o FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) por aumentar os custos com seguro desemprego (SECRETARIA NACIONAL DE RELAÇÕES DE TRABALHO, 2014; apud SOUSA, 2017).

Inobstante os prejuízos em termos de garantias trabalhistas, há ainda que recordar que a Carta Magna de 1988 assegura a dignidade do trabalhador, e também que é princípio de todo Estado Democrático de Direito a vedação ao retrocesso, ou seja, em matéria de direitos fundamentalmente protegidos não pode haver o decréscimo dessas garantias.

Ora, como se pretende assegurar uma sociedade livre, justa e igualitária <sup>61</sup>, e ao mesmo tempo erradicar a pobreza, quando os atos legislativos, decisões políticas e julgados agem na contra mão desse propósito?

Seja dito de passagem que, a busca desenfreada pelo liberalismo econômico não condiz por ora, com a dura realidade brasileira e que todas as estratégias para reduzir os impactos das desigualdades sociais:

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

- I - soberania nacional; II - propriedade privada;
- III - função social da propriedade; IV - livre concorrência;
- V - defesa do consumidor;
- VI - defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação;
- VII - redução das desigualdades regionais e sociais;**
- VIII - busca do pleno emprego;

---

<sup>61</sup> Art. 3º da Constituição Federal de 1988: “Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária; II - garantir o desenvolvimento nacional;  
III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;”

De idêntica maneira, as convenções da Organização Internacional do Trabalho orientam que as políticas públicas devem ser orientadas a fim de promover o desenvolvimento e o bem comum populacional:

#### PARTE I PRINCÍPIOS GERAIS

Art. I — 1. Qualquer política deve visar principalmente ao bem-estar e ao desenvolvimento da população, bem como à promoção de suas aspirações de progresso social.

2. Qualquer política de aplicação geral deverá ser formulada tomando na devida conta suas repercussões sobre o bem-estar da população.

Ainda mais, a própria ministra do Supremo Tribunal Federal, Rosa Weber em seu voto destacou que terceirizar é aumentar os níveis de precarização do trabalho, no entanto foi voto vencido:

Na atual tendência observada pela economia brasileira, a liberalização da terceirização em atividades fim, longe de interferir na curva de emprego, tenderá a nivelar por baixo nosso mercado de trabalho, expandindo a condição de precariedade hoje presente nos 26,4% de postos de trabalho terceirizados para a totalidade dos empregos formais.

Por fim, torna-se claro e conclusivo que, a estratégia da terceirização pode ser produtiva em países desenvolvidos, com índices satisfativos de desenvolvimento humano, que adotar a medida no atual cenário brasileiro é atropelar os direitos sociais a fim de produzir a qualquer custo. A medida não é só inconstitucional bem como inviável.

#### CONSIDERAÇÕES FINAIS

“O prazer no trabalho aperfeiçoa a obra.”  
~Aristóteles~

Conclui-se que, a terceirização como forma de reduzir etapas no processo produtivo e reduzir custos, nasceu na década de 70 produto do capitalismo exacerbado.

No Brasil, a técnica foi recebida com ressalvas, pois nota-se que sempre houve um receio quanto à modalidade de contratação.

Até então, não existia no Brasil legislação específica que trata-se o tema, surgindo

dúvidas acerca de quais atividades poderiam ou não ser terceirizadas, somente em 1974 foi editada a lei do trabalho temporário, nº 6.019/74 que contemplou algumas brechas para a terceirização, ao estabelecer a subcontratação.

Assim, ante a ausência de normas que orientasse tal instituto, foi decidido em 2011 pelo Tribunal Superior do Trabalho a orientação dada através da sumula 331, o qual tornou legal a terceirização nas atividades meio.

Contudo em 2017 a terceirização sofreu alteração com a Reforma Trabalhista, de modo que agora é permitido terceirizar tanto as atividades meios, quanto as atividades fins.

Ante as divergências doutrinarias, fora julgado a ADPF 324, sobre a legalidade da aplicação da sumula 331 ou não, momento oportuno no qual o TST julgou favorável a terceirização das atividades fins, sob a ótica do princípio da legalidade e da livre iniciativa privada.

Nesse teor, ainda que o entendimento jurisdicional seja favorável a terceirização das atividades fins, a conclusão é de que significa uma afronta, um retrocesso aos direitos sociais, uma vez que esta atividade precária o trabalho, pois afasta todo e qualquer tipo de identificação do trabalhador com uma entidade sindical e com a empresa tomadora de serviços, que verdadeiramente é a beneficiária da mão de obra e do lucro.

Por fim, na prática a terceirização pode incorporada por setores econômicos que visavam redução de custos com encargos decorrentes dos empregos diretos e que utilizaram da força de trabalho por outras empresas que contratariam com menores salários e sem a garantia de proteção social.

Dessa feita, a terceirização da atividade fim viola o princípio da proibição do retrocesso social, pois preconiza o Direito do Trabalho, em detrimento ao princípio da dignidade humana, visando sempre a obtenção de lucro sob o menor custo com mão de obra.

Diante da conjuntura capitalista em busca de lucratividade, evidencia-se a hipossuficiência do trabalhador, que busca pela sua própria subsistência, que torna essencial tutela específica e proteção ao não retrocesso.

Logo, ainda que a legislação e a jurisprudência atual viabilizem a terceirização, deve-se preservar o caráter protetivo do Direito do Trabalho.

## REFERÊNCIAS

BIAVASCHI, Magda Barros; TEIXEIRA, Marilane Oliveira. **A terceirização e seu dinâmico processo de regulamentação no Brasil: limites e possibilidades**. [s.l]: ABET, 2015. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/abet/article/view/25700/13876>> Acesso em 11 set 2018.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. **Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974: Dispõe sobre o Trabalho Temporário nas Empresas Urbanas, e dá outras Providências**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L6019.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6019.htm) > Acesso em 11 set 2018.

BRASIL. LEI Nº 13.429, DE 31 DE MARÇO DE 2017. **Altera dispositivos da Lei no 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/L13429.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13429.htm)> Acesso em 11 set 2018.

DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de direito do trabalho**. 15. ed. São Paulo: LTr, 2016. p. 487.

FONTENELLE, Luis Eduardo. 5 fatores que mostram por que a terceirização é ruim para todos – até para o governo. Centro do Mundo: [s.l], 2017. Disponível em: <<https://www.diariodocentrodomundo.com.br/5-fatores-que-mostram-por-que-a-terceirizacao-e-ruim-para-todos-ate-para-o-governo-por-luis-eduardo-fontenelle/>> Acesso em 11 set 2018.

GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. **Terceirização: Trabalho temporário e Cooperativas de trabalho Conforme a Lei 13.429/2017 e a Lei 13.467/2017**. 3 ed. JusPodvim: São Paulo, 2017.

GIOSA, Lívio. **Terceirização: Uma abordagem estratégica**. 4ª ed., Minas Gerais: Pioneira, 1997, p. 17.

KICH, Karine Kelly. Súmula 331 do TST – **Análise do instituto normativo e sua importância para a terceirização trabalhista**. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XIII, n. 76, maio 2010. Disponível em: <[http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artig](http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artig)

o\_id=7729>. Acesso em set 2018.

MARCELINO, Paula. **Afinal, o que é terceirização? Em busca de ferramentas de análise de ação política.** São Paulo: Pegada, 2007. Disponível em:

<<http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/1640>> Acesso em 13, set 2018.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Convenção 117. 1962.

Disponível em: <[https://www.ilo.org/brasil/convencoes/WCMS\\_235329/lang-pt/index.htm](https://www.ilo.org/brasil/convencoes/WCMS_235329/lang-pt/index.htm)> Acesso em: 12 set 2018.

PEREIRA, Alexandre Pimenta Batista; SOUZA, Larissa Martins de. **Acerca da dicotomia atividade-fim e atividade-meio e suas implicações na licitude da terceirização trabalhista.** Ano 51, n° 201. Informação Legislativa: UFV, 2014.

SECRETARIA NACIONAL DE RELAÇÕES DE TRABALHO. **Terceirização e desenvolvimento: uma conta que não fecha.** São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2014. Disponível em: <<http://www.cut.org.br/system/uploads/ck/files/Dossie-Terceirizacao-eDesenvolvimento.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2018.

SOUZA, Gabriela Zocrato Alves de. **Terceirização: uma análise da lei 13.429/2017.** Vol.01, n°.20, Curitiba, 2017. pp. 130-136. Disponível em: <http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/percurso/article/view/2444/1467>> Acesso em 11 set 2018.

# CONCRETO COM FIBRAS DE AÇO: AVALIAÇÃO DO GANHO DE DESEMPENHO À TRAÇÃO E À COMPRESSÃO

ANDRESSA MARIA GONÇALVES<sup>62</sup>  
PRISCILLA ASSIS MENDONÇA<sup>63</sup>  
MARCO AURÉLIO TOMAZ<sup>64</sup>

## RESUMO

**Introdução:** O concreto é uma mistura proporcional entre cimento, agregados, água e, em alguns casos, aditivos e adições. Apesar de ser um material de elevado consumo nas obras, o mesmo apresenta algumas deficiências como fissuração e baixa resistência a tração. Devido a estas deficiências, houve a necessidade de estudos na área e adição de novos componentes à ele, no qual resultou nos chamados concretos especiais ou reforçados. **Objetivo:** analisar o comportamento da adição de fibras de aço no concreto convencional para avaliar e estimular os possíveis ganhos de resistência a tração e a compressão. **Material e métodos:** O estudo foi desenvolvido com a adição de fibras de aço em um concreto convencional, que utilizou materiais encontrados na região de Patrocínio/MG. A partir da caracterização física destes materiais se determinou o traço pelo método ACI/ABCP e o tipo de fibra de aço a ser utilizada, no qual dependeu da dimensão máxima do agregado graúdo. Determinado o tipo de fibra se estabeleceu os teores utilizados, sendo 20, 40 e 80 kg/m<sup>3</sup> de concreto, respectivamente. **Resultados:** O trabalho consistiu na realização de ensaios de caracterização física dos materiais empregados no concreto, na determinação do traço que foi 1: 1,84: 1,79 (cimento: areia: brita), com o fator água/cimento de 0,58 e 0,027 kg de plastificante e nos ensaios de resistência axial e diametral. **Conclusão:** Os resultados adquiridos apontam um ganho de resistência a tração do CRFA em relação ao concreto convencional, sendo este ganho de 55% com o teor de fibras de 80 kg/m<sup>3</sup>.

**Palavras-chave:** Concreto. controle da fissuração. fibras de aço. resistência a tração..

## CONCRETE WITH STEEL FIBERS: EVALUATION OF THE TENSILE AND COMPRESSION PERFORMANCE GAIN

### ABSTRACT

**Introduction:** Concrete is a proportional mixture between cement, aggregates, water and, in some cases, additives and additions. Despite being a high consumption material in the works, it has some deficiencies such as cracking and low tensile strength. Due to these shortcomings,

---

<sup>62</sup> Engenheira Civil. Graduada. UNICERP. Patrocínio, MG, Brasil. E-mail: andressagoncalves1419@hotmail.com.

<sup>63</sup> Orientadora, Professora da Graduação do UNICERP, Especialista em Patologia das construções e Construção civil.

<sup>64</sup> Co-Orientador, Professor da Graduação do UNICERP, Mestre em estruturas de concreto.

there was a need for studies in the area and addition of new components to it, which resulted in the so-called special or reinforced concrete. **Objectives:** to analyze the behavior of the addition of steel fibers in the conventional concrete to evaluate and to stimulate the possible gains of tensile strength and compression. **Material and methods:** The study was developed with the addition of steel fibers in a conventional concrete, using materials found in the region of Patrocínio / MG. From the physical characterization of these materials, the ACI / ABCP method and the type of steel fiber to be used were determined, depending on the maximum size of the aggregate. Determined the type of fiber was established the content used, being of 20, 40 and 80 kg / m<sup>3</sup> of concrete, respectively. **Results:** The work consisted in the physical characterization of the materials used in the concrete, in the determination of the trace that was 1: 1,84: 1,79 (cement: sand: gravel), with water / cement factor of 0, 58 and 0.027 kg of plasticizer and in axial and diametral strength tests. **Conclusion:** The obtained results indicate a gain of tensile strength of CRF in relation to conventional concrete, this gain of 55% with the fiber content of 80 kg / m<sup>3</sup>.

**Keywords:** Concrete. crack control. steel Fibers. tensile strength.

## INTRODUÇÃO

O concreto é uma mistura proporcional entre cimento, agregados, água e, em alguns casos, aditivos e adições. Quanto à função ele pode ser classificado em concreto estrutural e não estrutural. O concreto estrutural é capaz de resistir aos esforços gerados na estrutura de uma construção tendo uma resistência adequada a este fim, enquanto o concreto não estrutural ou concreto magro possui baixa resistência sendo usado em locais onde não se requer grandes esforços, como revestimentos, lastros etc.

Apesar de ser um material de elevado consumo na construção civil (cerca de 11 bilhões de toneladas por ano), o mesmo apresenta falhas, como fissuração, retração plástica, permeabilidade em ambientes úmidos, baixa resistência à tração e ao impacto. Diante disso, houve a necessidade de estudos para resolução destes problemas, o que resultou, nos chamados concretos especiais ou reforçados que trouxeram um grande avanço ao concreto convencional (BRAZ e NASCIMENTO, 2015).

Segundo Figueiredo (2011), o concreto reforçado com qualquer tipo de elemento é considerado como material composto ou compósito, sendo o próprio concreto em si um material compósito pelo fato do mesmo ser constituído pela união de vários materiais como agregados, água, cimento entre outros elementos. Entretanto, é mais usual usar este termo em materiais constituídos de uma matriz frágil e algum tipo de reforço, como é o caso do concreto reforçado com fibras de aço (CRFA) ou até mesmo o concreto armado, que é mais usual na construção

civil.

Um dos compósitos é o concreto reforçado com fibras de aço (CRFA), em que suas propriedades ajudam na melhoria de algumas deficiências encontradas no concreto convencional. (FIGUEIREDO, 2000).

O objetivo deste trabalho foi a realização de um estudo experimental com fibras de aço inseridas no concreto convencional para avaliar os possíveis ganhos de resistência à tração e à compressão e estimular o seu uso no mercado local.

## **MATERIAL E MÉTODOS**

### **Concreto**

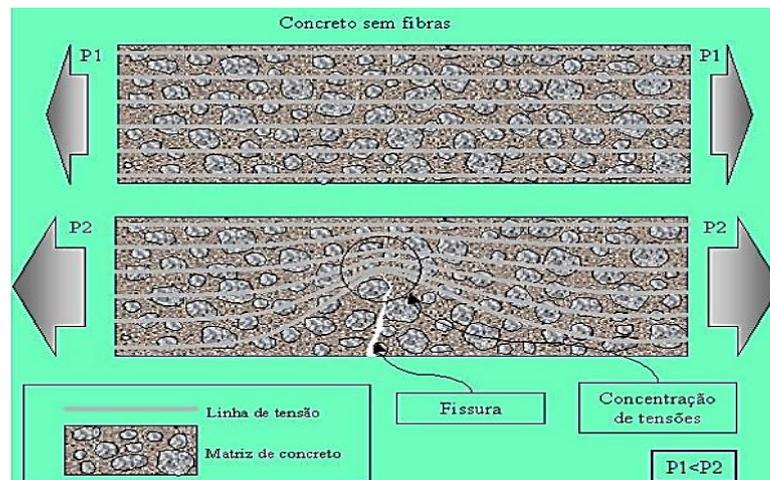
Segundo Lima *et al.*, (2014), o concreto convencional é composto por um aglomerante, normalmente o cimento, água e agregados, que podem ser qualquer material granular, como areia, pedregulho, seixos rolados, rocha britada, escórias de alto forno, entre outros materiais. Os agregados maiores que 4,75 mm, são chamados de agregados graúdos e menores que isto, agregados miúdos. De acordo com as necessidades construtivas e com o intuito de melhorar algumas propriedades, o concreto pode receber aditivos e adições químicas em seu estado fresco.

Diferentemente de materiais como a madeira e o aço, que sofrem grandes deteriorações quando expostos ao meio aquoso, o concreto apresenta boa resistência a água no estado endurecido, desde que o mesmo não apresente vazios. Além disso, por ser composto por materiais de fácil acesso e baixo custo, o concreto se tornou um dos principais componentes das construções atuais. (LIMA, COUTINHO, et al., 2014).

Um dos principais componentes do concreto é o cimento. Este quando em contato com a água proporciona uma excelente ligação com os agregados e os demais elementos, de forma que resultará, após sua cura, um material resistente e capaz de suportar carregamentos.

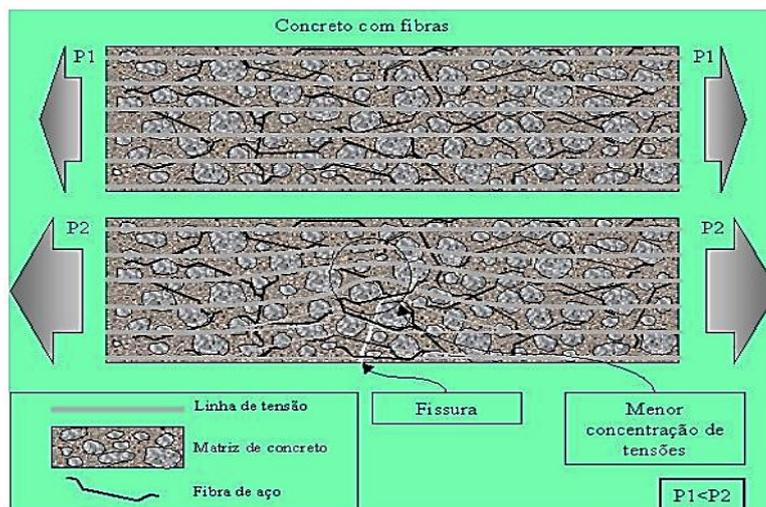
### **Concreto reforçado com fibras de aço**

No concreto convencional, o surgimento da fissura representa um obstáculo à distribuição de tensão, prejudicando o material. Na Figura 1, esta distribuição é representada simplificada pelas linhas de tensão, que com o surgimento da fissura, se concentram na extremidade da mesma. Caso o esforço concentrado for maior que a resistência da matriz, ocorrerá a ruptura do material. O concreto é caracterizado como material frágil, não contando com nenhuma capacidade de resistência quando estiver fissurado. (FIGUEIREDO, 2000).



**Figura 1 - Esquema de concentração de tensões para um concreto sem reforço com fibras.**  
Fonte: Figueiredo (2000, p.14)

A adição de fibras no concreto o deixa menos frágil, ou seja, proporciona maior ductilidade ao mesmo. Isso ocorre pelo fato da fibra servir como ponte de transferência de tensões, a qual minimiza a concentração de tensões nas extremidades das fissuras, reduzindo assim a velocidade de desenvolvimento da mesma, como mostra a Figura 2. Assim o concreto passa a ter um comportamento pseudo-ductil, apresentando desta forma uma certa capacidade portante pós-fissuração. (FIGUEIREDO, 2000). Segundo Pasa (2007), esta transferência ocorre pela aderência entre a fibra e a matriz de concreto.



**Figura 2 - Esquema de concentração de tensões para um concreto com reforço de fibras.**  
**Fonte:** Figueiredo (2000, p.14)

Vale ressaltar, que o nível de tensão que as fibras resistem, depende de vários fatores, dos quais pode-se destacar o comprimento e o teor das mesmas encontradas na mistura. (FIGUEIREDO, 2000).

As fibras usadas podem ser orgânicas, como a palha, a casca de coco e a celulose, ou sintéticas, como o vidro, o aço, o polipropileno, o nylon, entre outras. Entretanto, algumas destas podem trazer problemas ao concreto em seu local de aplicação, como por exemplo, a utilização de fibras de vidro em matrizes cimentícias, que sofre deterioração natural devido aos álcalis presentes no cimento, sendo necessário nestes casos que a fibra seja resistente a este aspecto. (FIGUEIREDO, 2000).

As fibras de aço são mais indicadas para o reforço de concreto, pelo fato de auxiliarem na resistência a tração, que no concreto convencional deixa a desejar, não se limitando apenas ao controle de fissuração, como a maioria das outras fibras existentes.

O mercado disponibiliza três tipos diferentes de fibras de aço, sendo estas a corrugada, de ancoragem em gancho e seção retangular e a de ancoragem em gancho e seção circular. Esta última é a mais indicada para o uso em reforços, pelo fato de ser fabricada a partir de fios trefilados progressivamente, que conseqüentemente trazem maior resistência mecânica, adquirida devido ao encruamento que o material é submetido. Este aspecto pode ser ainda maior de acordo com o teor de carbono do aço utilizado. Estas por sua vez, são encontradas em diferentes comprimentos e diâmetros, em pentes coladas entre si ou soltas, variando de acordo com a sua destinação final. (FIGUEIREDO, 2000).

De acordo com Mehta e Monteiro (2008), o teor de fibras menor que 1%, ou seja, com baixa fração volumétrica, é utilizado para reduzir principalmente a fissuração por retração.

Entre 1% e 2%, fração volumétrica moderada, para aumentar o módulo de ruptura, módulo tenacidade e a resistência ao impacto. Acima 2%, fração volumétrica alta, para o endurecimento por deformação do compósito, ou seja, será um compósito de alto desempenho.

A utilização de pequenos volumes de fibra (em torno de 1%), não vai interferir nas propriedades da matriz de concreto, além de não comprometer a trabalhabilidade no estado fresco. Conseqüentemente, este teor não irá trazer um grande ganho em relação a resistência a tração, sendo necessário portanto, trabalhar com teores acima de 2%, para se ter este aspecto. Contudo, a trabalhabilidade será afetada diretamente, causando prejuízos na compactação, durabilidade e no desempenho mecânico. (FIGUEIREDO, 2000).

Este trabalho se desenvolveu a partir de método experimental, com o objetivo de avaliar o comportamento e os ganhos quanto a resistência à tração e compressão do concreto convencional com a adição da fibra de aço. Primeiramente foram selecionados cimento e agregados usuais na região do Alto Paranaíba e desenvolvida a sua caracterização física para avaliação da conformidade dos mesmos em relação à ABNT NBR 7211: 2005 - Agregados para concreto – Especificações.

Foram realizadas pesquisas bibliográficas sobre a adição de fibras em concretos convencionais, dando ênfase ao ganho de resistência à tração, fator deficiente no concreto devido a sua fragilidade.

Com isto, a fibra indicada para o estudo foi a de ancoragem em gancho e seção circular, pois a mesma apresenta uma melhor interação com a matriz cimentícia, além de maior resistência mecânica, fatores relevantes para o aumento da resistência à tração.

O tipo de fibra a ser utilizado, dependeu também da análise laboratorial dos elementos do concreto convencional, através da caracterização física dos agregados e aglomerante. Os agregados utilizados foram a brita 0, a areia industrial, ambos encontrados na região de Uberlândia Minas Gerais, e o aglomerante foi o cimento CP V ARI, o mais indicado para este estudo, devido a sua maior superfície específica.

A partir dessa caracterização, foi possível determinar o comprimento ideal da fibra utilizada, pois a mesma dependeu da dimensão máxima do agregado graúdo. Ressaltando que não foi realizado nenhum tipo de ensaio com a fibra escolhida. Entretanto, a mesma é fabricada seguindo a NBR 15530:2007 – Fibras de aço para Concreto – Especificações.

## **Caracterização dos Agregados**

Os agregados foram coletados e levados ao laboratório, secos em estufa a 100°C. Posteriormente foram caracterizados fisicamente segundo as especificações normativas vigentes, como apresentado na Tabela 1.

**Tabela 9 - Ensaio de caracterização dos agregados efetuados no laboratório de materiais do UNICERP**

ENSAIO	MÉTODO DE ENSAIO
Análise granulométrica	ABNT NBR NM 248:2003 – Agregados – Determinação da composição granulométrica (ABNT, 03)
Determinação da massa específica – Agregado Miúdo	ABNT NBR 9776:1988 – Determinação da massa específica de agregados miúdos por meio do frasco de Chapman (ABNT, 88)
Determinação da massa unitária – Agregado Miúdo e Graúdo	ABNT NBR NM 45:2006 – Agregados – Determinação da massa unitária e do volume de vazios (ABNT, 06)
Determinação da massa específica – Agregado Graúdo	ABNT NBR 53:2003 – Agregado Graúdo – Determinação de massa específica, massa específica aparente e absorção de água (ABNT, 03)
Massa específica - Cimento	ABNT NM 23:2000 – Cimento Portland e outros materiais em pó – Determinação das massa específicas (NM, 00)
Material pulverulento - Agregado Miúdo	ABNT NBR NM 46:2003 – Agregados – Determinação do material fino que passa pela peneira 75 µm, por lavagem (ABNT, 03)
Índice de forma - Agregado Graúdo	ABNT NBR 7809:2005 – Agregado graúdo – Determinação do índice de forma pelo método do paquímetro (ABNT, 05)

**Fonte:** Dados da pesquisa.

## Traço

Após a caracterização dos agregados, foi adotado para determinação do traço o método de dosagem ACI/ABCP. Este método é uma adaptação do método ACI (American Concrete Institute), que é um método americano bastante utilizado e renomado. Esta adaptação ocorreu devido à grande variedade de agregados encontrados no Brasil, nos quais não se enquadravam nas normas americanas. Assim o método ACI/ABCP é exclusivo para agregados brasileiros.

Segundo a Associação Brasileira de Cimento Portland (2002) a dosagem serve para trazer a proporção adequada e a forma mais econômica dos materiais utilizados no concreto, sendo este utilizado em concretos de consistência plástica a fluida.

O método ABCP fornece uma aproximação da quantidade de materiais a serem utilizados na dosagem, por meio da relação de suas características, do fator água/cimento e do consumo dos mesmos. Há a necessidade de realizar uma mistura experimental para se verificar se a traço atende aos requisitos nos estados fresco e endurecido, ou se haverá a necessidade de alguma adequação.

Para o estudo, foi estimado durante a determinação do traço que a resistência característica do concreto à compressão ( $f_{ck}$ ), em campo seria de 25 MPa e em laboratório esse valor poderia chegar em 32 MPa, devido ao fator de segurança, estabelecido pela norma ABNT NBR 7212:2012 – Execução de concreto dosado em central – Procedimentos.

### **Tipo de fibra**

A partir da análise granulométrica do agregado graúdo, foi possível a escolha do tipo de fibra com ancoragem em gancho, dentre os tamanhos disponíveis no mercado. Segundo Figueiredo (2000), a fibra deve ter comprimento superior a 2 vezes a dimensão máxima do agregado graúdo, para se obter a compatibilidade entre ambos, tendo assim maiores chances de resultados positivos quanto a ancoragem.

A dimensão máxima característica do agregado graúdo encontrado foi de 12,5 mm. Portanto a fibra deveria ter no mínimo 25 mm para atender a condição estabelecida por Figueiredo (2000). O comprimento comercial mais próximo encontrado foi a fibra de 30mm. Como ela possui medida superior a 25mm, foi selecionada para uso. Na Tabela 2 é apresentada as características da fibra utilizada.

**Tabela 10 – Características da fibra utilizada na pesquisa**

Características da fibra de aço	
Fabricante	Arcelor Mittal
Formato	Fibra com ancoragem em gancho
Material	Fio de aço trefilado
Nome comercial	Dramix® 3D 45/30 BL
Comprimento	30 mm
Diâmetro	0,62 mm

Fator de forma	48 mm/mm
----------------	----------

**Fonte:** Dramix® - Março 2009

Além do comprimento, outros fatores influenciaram na escolha da fibra. Seu formato, com ancoragem em gancho, dificulta o arrancamento e permite uma ligação rígida entre a matriz cimentícia e as fibras. Outro fator relevante na escolha foi o fator de forma, que segundo Braz et al (2015) quanto maior este valor, melhor será a aderência da fibra com a matriz.

### **Dosagem da fibra**

De acordo com Figueiredo (2000, p.49), "as fibras são dosadas não em número, mas em volume ou massa por metro cúbico de concreto". Com isto, foi estabelecido que o consumo de fibras para o estudo seria de 20 kg/m<sup>3</sup>, 40 kg/m<sup>3</sup> e 80 kg/m<sup>3</sup>, ou seja, cada traço rodado apresenta o dobro da quantidade de fibras do anterior.

Estes valores foram estabelecidos a partir de estudos, nos quais levaram em consideração o volume crítico da fibra. Este volume é capaz de manter a resistência da matriz após a fissuração, ou seja, continuará suportando a carga, mesmo após a ruptura do compósito. (ARIF, 2014).

### **Preparo do traço e moldagem dos corpos de prova**

#### **Concreto convencional**

Os materiais foram pesados e separados. A betoneira foi umedecida previamente para evitar que a mesma absorvesse a água do concreto. Uma vez realizado isto, iniciou-se o preparo do concreto propriamente dito, adicionando a brita juntamente com um pouco de água na betoneira por cerca de 2 minutos. Após este período, foi colocada a areia e feita a homogeneização por mais 1 minuto. Em seguida, colocou-se o cimento com o restante da água e o aditivo plastificante para a mistura final por mais 5 minutos. Logo após a mistura, foi

realizado o ensaio de abatimento do tronco de cone (Slump Test) para verificação da consistência do concreto. Após a confirmação da conformidade da mistura quanto a consistência foram moldados 6 corpos de prova em moldes de 10 cm de diâmetro por 20 cm de altura segundo procedimento da NBR 5738:2003 – Concreto – Procedimento para moldagem e cura de corpos de prova. Os corpos de prova receberam desmoldante, para facilitar a desmoldagem.

Dos 6 corpos de prova moldados, 3 deles foram utilizados no ensaio de resistência axial, de acordo com a norma NBR 5739:2007 – Concreto – Ensaio de compressão de corpos-de-prova cilíndricos, e os outros 3 para ensaio de resistência diametral, seguindo a NBR 7222:2011 – Argamassa e concreto - Determinação da resistência à tração por compressão diametral de corpos-de-prova cilíndricos.

Após este processo os corpos ficaram por 24 horas em temperatura ambiente, sendo desmoldados e colocados em tanque com água por 28 dias, idade escolhida para a realização dos ensaios.

### **Concreto com fibra**

No CRFA, o procedimento de preparo seguiu o mesmo método do concreto convencional, com a inserção da fibra juntamente com o agregado miúdo devendo ser totalmente homogeneizada antes da colocação do cimento, sempre em taxas controladas, para evitar a formação de “ouriços”, como mostra a Figura 3. (FIGUEIREDO, 2000).



**Figura 3 – Colocação da fibra.**

**Fonte:** Autoria própria.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

### Caracterização física dos agregados

Para a determinação do traço do concreto e a escolha da fibras foi necessário conhecer a caracterização dos materiais. Na Tabela 3, estão apresentados estes resultados.

**Tabela 3 - Caracterização dos agregados utilizados na pesquisa**

ENSAIO	NORMA	RESULTADO OBTIDO	
Análise granulométrica dos agregados	NBR 248 (ABNT, 03)	Dimensão máxima característica do agregado graúdo	12,5 mm
		Módulo de finura do agregado miúdo	3,16
Massa específica – Areia industrial	NBR 9776 (ABNT, 88)	2660 kg/m <sup>3</sup>	
Massa específica – Brita 0	NBR 53 (ABNT, 03)	2930 kg/m <sup>3</sup>	
Massa específica – Cimento	NM 23 (NM, 00)	3080 kg/m <sup>3</sup>	
Massa unitária – Areia industrial	NBR 45 (ABNT, 06)	1577 kg/m <sup>3</sup>	
Massa unitária – Brita 0	NBR 45 (ABNT, 06)	1588 kg/m <sup>3</sup>	
Material pulverulento	NBR 46 (ABNT, 03)	11,45%	
Índice de forma	NBR 7809 (ABNT, 05)	4,17	

**Fonte:** Dados da pesquisa.

### Traço

O traço encontrado através do método ACI/ABCP foi 1:2,48: 2,41 (cimento: areia: brita) em termos de proporção em massa e com o fator água/cimento de 0,58. Após a realização da mistura experimental, o mesmo não apresentou o valor esperado no ensaio de abatimento em tronco de cone (Slump Test), sendo necessário uma adequação do mesmo quanto a consistência. Após a adequação o traço passou a ser 1: 1,84: 1,79, não sendo alterado o fator água/cimento.

Foi adicionado aditivo plastificante, para melhorar a trabalhabilidade. Este varia de acordo com a quantidade de cimento, no qual deve ser em torno de 0,5%. Assim a quantidade

de plastificante foi de 0,027 quilos.

### Dosagem da fibra

Como citado anteriormente, o consumo de fibras para o estudo foi de 20 ,40 e 80 kg/m<sup>3</sup> de concreto, respectivamente.

A partir disso, foi realizado cálculos para saber a quantidade certa de fibras em relação ao volume rodado no estudo, sendo o mesmo inferior à 1m<sup>3</sup>.

Inicialmente foi necessário calcular a massa especifica teórica do traço, a partir das massas específicas e da quantidade em quilos de cada um dos componentes da mistura. Estes valores estão apresentados na Tabela 4.

**Tabela 4 – Massa especifica e quantidade dos elementos do traço**

ELEMENTOS	MASSA ESPECIFICA (Kg/m <sup>3</sup> )	QUANTIDADE (kg)
Areia	2660	9,92
Brita	2930	9,64
Cimento	3080	5,4
Água	1000	3,132
Aditivo	-	0,027
Total	-	28,119

**Fonte:** Dados da pesquisa.

Com estes valores, foi realizada uma média ponderada, resultando na massa especifica teórica do concreto de 2646,73 kg/m<sup>3</sup>.

Após a determinação da massa especifica do traço, foi possível determinar o volume do concreto rodado no laboratório, sendo este de 0,01 m<sup>3</sup>.

Realizando uma simples regra de três, os valores encontrados para os teores de fibras estão apresentados a seguir, na Tabela 5.

**Tabela 5 – Teor de fibra**

CONSUMO DE FIBRAS (Kg/m <sup>3</sup> )	TEOR DE FIBRAS (Gramas)
20	200
40	400
80	800

**Fonte:** Dados da pesquisa.

## Slump Test

Na determinação do traço, o abatimento do tronco de cone (slump test), foi estabelecido entre  $100 \pm 20$  mm. Os resultados encontrados durante os ensaios estão estabelecidos nas Tabelas 6 e 7.

**Tabela 6 – Slump test (Concreto convencional)**

CONCRETO CONVENCIONAL			
LEITURA 01 (mm)	LEITURA 02 (mm)	LEITURA 03 (mm)	MÉDIA (mm)
200	200	200	200

**Fonte:** Dados da pesquisa.

**Tabela 7 – Slump test (Concreto com fibras)**

CONCRETO COM FIBRAS				
QUANTIDADE DE FIBRAS	LEITURA 01 (mm)	LEITURA 02 (mm)	LEITURA 03 (mm)	MÉDIA (mm)
20 Kg/m <sup>3</sup>	160	165	170	165
40 Kg/m <sup>3</sup>	160	190	175	175
80 Kg/m <sup>3</sup>	145	160	165	157

**Fonte:** Dados da pesquisa.

Embora os valores do slump test tenham dado acima do estabelecido na determinação do traço e de acordo com a NBR NM 67:1998 – Concreto – Determinação da consistência pelo abatimento do tronco de cone, para ambos os tipos de concreto, o mesmo não apresentou segregação, não afetando a trabalhabilidade e a consistência dos mesmos no estado fresco. Isto pode ter ocorrido pelo fato da utilização da quantidade máxima de aditivo permitido (0,5% da massa de cimento), causando assim o abatimento acima do previsto.

## Resistência do concreto convencional e concreto reforçado com fibras de aço

Os corpos de provas foram nomeados como A1, A2, A3, A4, A5 e A6, para facilitar a organização dos resultados. Sendo os corpos A1, A2 e A3 utilizados para os ensaios de compressão axial e os A4, A5 e A6, para os ensaios de tração por compressão diametral.

Após 28 dias, os corpos de prova foram rompidos, obtendo-se assim as resistências quanto aos esforços de tração e compressão, onde foi realizado a média dos resultados,

conforme Tabela 8, apresentada a seguir.

**Tabela 8 – Média das resistências**

MATERIAL	RESISTÊNCIA À COMPRESSÃO (MPa)	RESISTÊNCIA À TRAÇÃO (MPa)
Concreto Convencional	38,78	3,28
CRFA 20 kg/m <sup>3</sup>	50,23	4,12
CRFA 40 kg/m <sup>3</sup>	45,75	4,7
CRFA 80 kg/m <sup>3</sup>	44,62	5,07

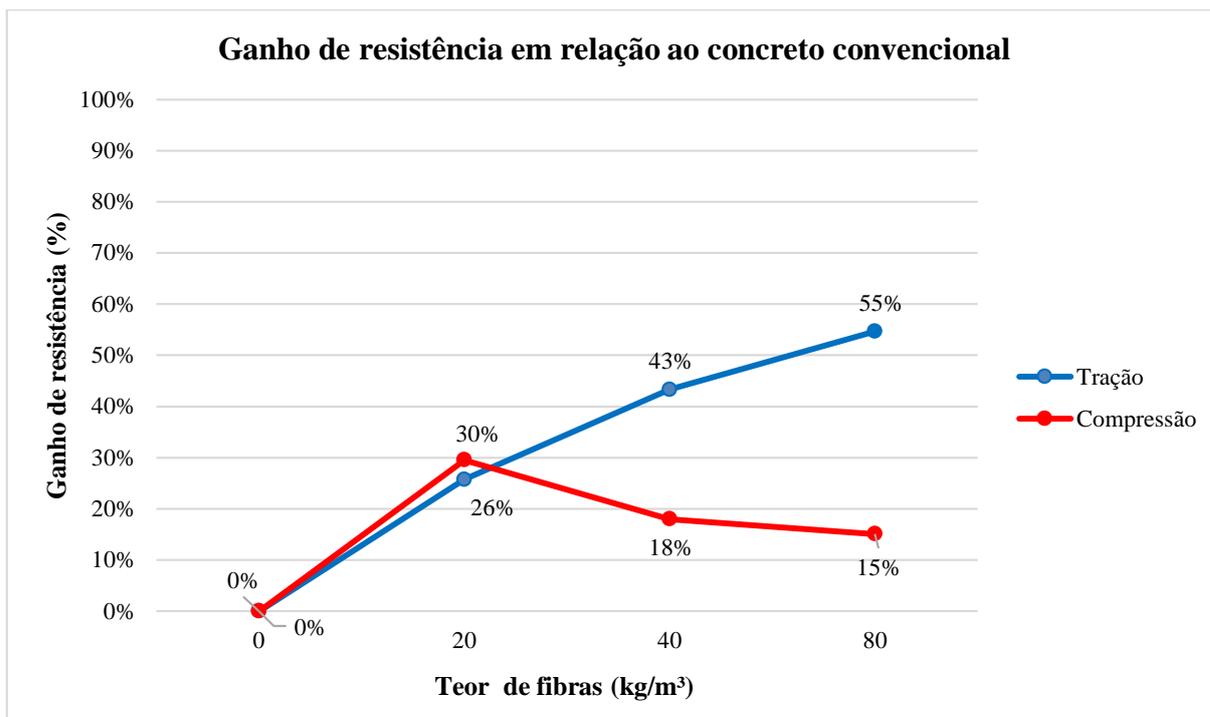
**Fonte:** Dados da pesquisa.

Diante desses resultados foi possível observar que a resistência a compressão aumentou, em comparação entre o concreto convencional com o CRFA. Entretanto este valor sofreu uma leve queda de acordo com o aumento de cada teor de fibra. Já a resistência a tração apresentou um aumento progressivo. Entretanto o aumento da resistência a tração não se mostrou diretamente proporcional ao aumento da quantidade de fibras, ou seja, ao se dobrar a quantidade de fibras não se obteve o dobro de ganho da resistência.

Com isto, foi realizado análises comparativas de ganho de resistência a compressão e a tração.

### **Ganho de resistência em relação ao concreto convencional**

A primeira análise realizada é o ganho de resistência em relação ao concreto convencional, ou seja, se houve aumento ou diminuição da resistência à tração e à compressão em relação a quantidade de fibras inseridas no concreto. Esse ganho é demonstrado na Figura 4.



**Figura 4 - Gráfico de ganho de resistência em relação ao concreto convencional**  
**Fonte:** Dados da pesquisa.

A partir da análise do gráfico foi possível observar que houve um aumento significativo na resistência a tração, ou seja, quanto maior a quantidade de fibras colocadas no concreto convencional maior será a resistência do mesmo a tração, umas das principais deficiências encontradas no concreto simples. Logo, ainda foi possível analisar que a resistência a compressão, também sofreu um aumento, entretanto, entre o CRFA este sofreu uma queda de acordo com o aumento do teor de fibra colocada. Assim, o aumento na resistência a tração com a inserção das fibras reduziu o ganho da resistência à compressão, trazendo uma pequena redução em seu valor.

## Fissuração

Durante a realização dos ensaios foi possível analisar o comportamento dos corpos de prova em relação a fissuração.

No concreto convencional durante o ensaio diametral o corpo de prova se separou por completo, como mostra a Figura 5.



**Figura 5 – Ensaio diametral do concreto convencional**  
**Fonte:** Autoria própria.

Entretanto no CRFA, na realização do mesmo ensaio não ocorreu esta separação, como mostra a Figura 6.



**Figura 6 – Ensaio diametral do CRFA**  
**Fonte:** Autoria própria.

Este aspecto variou de acordo com o teor de fibra utilizado, ficando mais visível no concreto com o teor de 80 kg/m<sup>3</sup>, onde o corpo de prova chegou a ser esmagado mas não apresentou fissura de grande escala ou separação, como no concreto convencional.

Deste modo a fibra pode ser utilizada para prevenir o aparecimento de fissuras, pois a mesma apresentou ser bem eficiente para este fim.

## **CONCLUSÃO**

Este estudo apresentou como resultado o ganho considerável da resistência a tração do CRFA em relação ao concreto convencional, sendo este ganho variável de acordo com o teor de fibras. Portanto, quando maior este teor maior será a resistência do compósito a tração.

A resistência a compressão também aumentou no concreto com a inserção de fibras em relação ao concreto convencional. Entretanto, esta resistência sofreu uma pequena variação de acordo com os teores de fibras, ou seja, quando maior o teor de fibras menor foi o ganho na resistência a compressão do compósito.

Outro aspecto observado foi o controle da fissuração, no qual a fibra apresentou ser bastante resistente, impedido a sua propagação.

Logo, a fibra apresentou ser eficiente, para ser usada com os agregados encontrados na região do Alto Paranaíba. Todavia, a mesma deve ter um estudo mais aprofundado para se determinar melhor suas características e proporções ideais em cada uso e sua influência no concreto, como por exemplo, o combate do aparecimento de fissuras, a trabalhabilidade do compósito com elevado teor de fibra, o aumento do peso próprio da estrutura, a corrosão, a resistência a fadiga, a melhoria na propriedade dinâmica do concreto, entre outros aspectos relevantes.

## **REFERÊNCIAS**

ARCELOR MITTAL. Catalogo Dramix®. São Paulo, Março, 2009.

ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR NM 23: **Cimento Portland e outros materiais em pó – Determinação da massa específica**. Rio de Janeiro, 2003.

ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR NM 45: **Agregados- Determinação da massa unitária e volume de vazios**. Rio de Janeiro, 2006.

ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR NM 46: **Agregados – Determinação do material fino que passa pela peneira 75 µm, por lavagem**. Rio de Janeiro, 2007.

ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR NM 52: **Agregado miúdo – Determinação da massa específica e massa específica aparente**. Rio de Janeiro, 2003.

ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR NM 53: **Agregado Graúdo – Determinação de massa específica, massa específica aparente e absorção de água.** Rio de Janeiro, 2003.

ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR NM 67: **Concreto – Determinação da consistência pelo abatimento do tronco de cone.** Rio de Janeiro, 1998.

ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR NM 248: **Agregados – Determinação da composição granulométrica.** Rio de Janeiro, 2003.

ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 5738: **Concreto – Procedimento para moldagem e cura de corpos-de-prova.** Rio de Janeiro, 2003.

ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 5739: **Concreto – Ensaio de compressão de corpos-de-prova cilíndricos.** Rio de Janeiro, 2007.

ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 7211: **Agregados para concreto - Especificações.** Rio de Janeiro, 2005.

ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 7212: **Execução de concreto dosado em central – Procedimento.** Rio de Janeiro, 2012.

ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 7222: **Argamassa e concreto - Determinação da resistência à tração por compressão diametral de corpos-de-prova cilíndricos.** Rio de Janeiro, 2011.

ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 7809: **Agregado graúdo – Determinação do índice de forma pelo método do paquímetro.** Rio de Janeiro, 1983.

ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 15530: **Fibras de aço para concreto – Especificações.** Rio de Janeiro, 2007.

ARIF, M. A. **Avaliação da Medida de Tenacidade do Concreto Reforçado com Fibras de Aço.** Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) - Faculdade de Engenharia Civil, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Junho 2014. 156p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIMENTO PORTLAND. **Guia básico de utilização do cimento portland**. 7.ed. São Paulo, 2002. 28p.

BRAZ, M. C. D. A.; NASCIMENTO, F. B. C. D. **Concreto Reforçado com Fibras de Aço**. Ciências exatas e tecnológicas, Maceió, v. 3, p. 43-56, Novembro 2015.

FIGUEIREDO, A. D. D. **Concreto com Fibras de Aço**. Boletim Técnico da Escola Politécnica da USP, Departamento de Engenharia de Construção Civil, São Paulo, 2000. 68p.

FIGUEIREDO, A. D. D. **Concreto Reforçado com Fibras**. Tese (Livre - Docência) - Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. Departamento de Engenharia de Construção Civil, São Paulo, 2011. 248p.

GÓIS, F. A. P. **Avaliação experimental do comportamento de concreto fluido reforçado com fibras de aço: Influência do fator de forma e da fração volumétrica das fibras nas propriedades mecânicas do concreto**. 2010. 156p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2010.

LIMA, C. I. V. et al. **Concreto e suas inovações**. Ciência exatas e tecnológicas, Maceió, v. 1, p. 31-40, Maio 2014.

MEHTA, P.K.; MONTEIRO, P.J.M. **Concreto: Microestrutura, Propriedade e Materiais**. 3. ed. São Paulo: Ibracon, 2008.

PEDROSO, F. L. **Concreto: as origens e a evolução do material construtivo mais usado pelo homem**. Concreto & Construções, p. 80, 2009.

# PROJETO GEOMÉTRICO, DRENAGEM E ESTABILIDADE DE UMA PILHA DE ESTÉRIL – ESTUDO DE CASO

CHARLES UALTER LOPES CLAUDINO<sup>65</sup>  
PRISCILLA ASSIS MENDONÇA<sup>66</sup>

## RESUMO

**Introdução:** Barreto (2001) diz que a mineração no Brasil remonta à época colonial, quase dois séculos posteriores à chegada dos portugueses, no século XVII. Apesar de somente 20% das reservas de minério no Brasil serem adequadamente mapeadas geologicamente, segundo o Instituto Brasileiro de Mineração - IBRAM (2012) a mineração representa de 3% a 5% do PIB (Produto Interno Bruto). A norma ABNT NBR 13029:2017 especifica requisitos mínimos à elaboração e apresentação de projetos para disposição de estéril. **Objetivo:** O principal objetivo deste trabalho é realizar um estudo de caso associado à pesquisa bibliográfica com a finalidade de comparar o projeto e a implantação de uma pilha de deposição de estéril com os preceitos da ABNT NBR 13029:2017. **Material e Métodos:** O trabalho consiste inicialmente na fundamentação teórica, feita através da revisão bibliográfica embasado principalmente na ABNT NBR 13029:2017, para em seguida, comparar e analisar estudo de caso o projeto executivo de uma pilha de estéril e a sua implantação nos itens projeto geométrico, drenagem e estabilidade da pilha. **Resultados:** A partir dos resultados obtidos dos levantamentos do estudo de caso, foi avaliado que o projeto geométrico, drenagem e estabilidade da pilha atendeu os requisitos conforme a ABNT NBR 13029:2017. **Conclusão:** Diante dos resultados apresentados pode-se observar que o projeto executivo foi bem elaborado obedecendo os requisitos de projeto geométrico, drenagem e estabilidade conforme norma ABNT NBR 13029:2017.

**Palavras-chave:** Mineração de fosfato. pilha de estéril. projeto geométrico.

## GEOMETRIC DESIGN, DRAINAGE AND STABILITY OF A ATERILE ATTACK – CASE STUDY

### ABSTRACT

**Introduction:** Barreto (2001), “mining in Brazil dates back to the colonial era, almost two centuries after the Portuguese arrived, in the seventeenth century”. Although only 20% of ore reserves in Brazil have been properly mapped geologically since then, currently according to the Brazilian Mining Institute - IBRAM (2012), mining accounts for 3% to 5% of GDP (Gross Domestic Product). ABNT NBR 13029:2017 specifies minimum requirements for the preparation and presentation of projects for disposal of waste. **Objective:** The main objective of this work is to conduct a case study associated with the research. With the purpose of

---

<sup>65</sup> Engenheiro Civil. Graduado. UNICERP. Patrocínio, MG, Brasil. E-mail: [charlesualter@gmail.com](mailto:charlesualter@gmail.com)

<sup>66</sup> Professor Orientador do Curso de Engenharia Civil. UNICERP

comparing the design and the implantation of a sterile deposition, pile with the ABNT NBR 13029:2017. **Methodology:** The work initially consists of the theoretical foundation, made through the bibliographic revision based mainly on ABNT NBR 13029:2017, and then study case compare and analyze the executive design of a sterile heap and its deployment in the heap design, drainage, and stability items. **Results:** From the results obtained from the case study surveys, it was evaluated that the geometric design, drainage and stability of the pile met the requirements according to the requirements of ABNT NBR 13029:2017. **Conclusion:** Given the results presented, it can be observed that the executive design was prepared following the requirements of geometric design, drainage and stability according to ABNT NBR 13029:2017.

**Keywords: Geometric design. phosphate mining,sterile pile.INTRODUÇÃO**

## INTRODUÇÃO

De acordo com Barreto (2001), somente no século XVII, quase dois séculos após a chegada dos portugueses em território sul-americano, iniciou-se a mineração no Brasil. Apesar de somente 20% das reservas de minério no Brasil serem adequadamente mapeadas geologicamente, atualmente segundo o Instituto Brasileiro de Mineração - IBRAM (2012) a mineração representa de 3% a 5% do PIB (Produto Interno Bruto).

Toda rocha, constituída por um mineral ou agregado de minerais, contendo um ou mais constituintes com valor econômico recebe o nome de minério. Esses minerais de alto valor, aproveitados como bens úteis, são chamados de minerais-minérios (DANA 1976).

Diante do aumento da exploração do minério, nasceu a necessidade de práticas sustentáveis na gestão de resíduos destes processos (SILVEIRA, 2015). De acordo com ARAGÃO (2008) a disposição deste material estéril se dá de forma contínua em toda a etapa de extração do minério e estes são descartados em pilha na condição natural.

Recentemente revisada, a norma ABNT NBR 13029:2017 especifica requisitos mínimos à elaboração e apresentação de projetos para disposição de estéril. Esta norma visa o planejamento e execução para atender as normas de proteção ambiental e de segurança.

O objeto do estudo de caso deste trabalho é uma pilha de estéril a céu aberto de extração de Fosfato, localizada na região do Triângulo Mineiro, Minas Gerais. A pilha de estéril estudada terá seu projeto executivo e implantação comparados com a norma ABNT NBR 13029:2017 nos quesitos projeto geométrico, drenagem e estabilidade, para avaliar se estes atendem de maneira satisfatória.

## **MATERIAL E MÉTODOS**

O trabalho consiste inicialmente na fundamentação teórica, feita através da revisão bibliográfica dos tópicos de disposição de estéril de mineração embasado principalmente na ABNT NBR 13029:2017, para assim entender e descrever sucintamente os pontos mais importantes na execução da pilha de estéril.

Em seguida, realizar estudo de caso com a análise do projeto e da implantação de uma pilha de deposição de estéril na região do Triângulo Mineiro, Minas Gerais, e verificação do atendimento a ABNT NBR 13029:2017 com relação a estabilidade, drenagem e projeto geométrico.

Desse modo, as técnicas de pesquisa e coleta de dados são: coleta de dados em literatura nacional e internacional através de revisão bibliográfica de disposição de estéril, coleta de dados do projeto estudado, análise dos projetos e ensaios relacionados à pilha de estéril estudada, análise do estudo de estabilidade, levantamento de campo com visita à pilha de estéril estudada para analisar a geometria e drenagem, análise e comparação do projeto executivo e implantação com a ABNT NBR 13029:2017, avaliação dos aspectos negativos e positivos, indicação possíveis desvios e suas respectivas adequações.

A partir dos dados levantados da bibliografia e trabalho em campo, serão discutidos os objetivos do trabalho e realizadas as conclusões.

### **Revisão de literatura**

Segundo Couzens (1985) apud Aragão (2008), o planejamento, a construção e a operação de pilhas de estéril são atividades normais de uma empresa no ramo de mineração. Os custos dessas estruturas costumam representar boa parte dos gastos de uma mina. As pilhas de estéril constituem uma das maiores estruturas geotécnicas feita pelos homens, sendo de fundamental importância seu planejamento. O planejamento de longo prazo elabora tanto o projeto da pilha de estéril como seu sequenciamento no decorrer das atividades de lavra, sempre seguindo as condições mínimas de projeto descritas na ABNT NBR 13029:2017.

Segundo Peroni (2008) e Curi (2014) apud Faria (2016), para que a disposição do material estéril seja adequada, algumas questões devem ser pensadas como: necessidades dos

sistemas, estudo dos impactos ambientais, estudos geológicos e geotécnicos, estudos hidrológicos, projeto da pilha e planos de desativação.

Segundo Peroni (2008) apud Faria (2016) a elaboração do projeto de pilha começa com uma previsão de volumes e tipos de estéril a serem depositados. A quantidade de estéril retirada é estimada durante o planejamento de longo prazo e deve contemplar prováveis mudanças nos cenários econômicos. Pode-se caracterizar o estéril de acordo com a granulometria e a caracterização geoquímica.

Conforme Peroni (2008) apud Faria (2016) a distribuição granulométrica influencia no ângulo de estabilização da pilha, enquanto a caracterização geoquímica avalia possíveis alterações que o estéril pode sofrer em contato com o ar e a água, e os impactos que isso causaria. Assim, para que materiais diferentes sejam gerenciados de forma eficiente, deve-se realizar a caracterização geoquímica, diminuindo os custos operacionais.

De acordo com Bohnet (1985) apud Aragão (2008) selecionar um local para instalação de uma pilha de estéril envolve ações econômicas, técnicas e ambientais. Esses fatores devem ser avaliados separado e posteriormente em conjunto para que os objetivos econômicos e técnicos sejam aumentados e os impactos ambientais diminuídos. Entretanto, esses fatores são relacionados e a importância de um depende do nível de estudo adotado na avaliação dos demais.

Segundo Faria, (2016) a pesquisa para a localização da pilha de estéril envolve à geologia, hidrologia, topografia, vegetação, clima do local. Seria ideal a deposição do estéril dentro da própria cava ou em áreas já degradadas dentro do limite legal do empreendimento, sendo que o local da pilha deve ser o mais próximo possível para redução do momento de transporte.

Referente a este assunto, Peroni (2008) apud Faria (2016) lista quatro passos para auxiliar na escolha do local da pilha:

1. Identificação de locais com potencial de receber o estéril, locais estes posicionados fora da área da cava econômica com preço de mercado futuro o mais otimista possível;
2. Ordenar os locais disponíveis de acordo com a capacidade de armazenamento e os custos de transporte por tonelada;
3. Avaliar a viabilidade geotécnica e geológica dos locais com capacidade adequada e menores custos;
4. Estimar os custos de recuperação.

Segundo a ABNT NBR 13029:2017 a implantação do depósito começa com a retirada da camada vegetal, onde será a pilha de estéril, que consiste no desmatamento, destocamento

da área e remoção do solo superficial.

De acordo com Eaton et al., 2005, camadas espessas de solos orgânicos ou turfosos podem constituir superfície não favorável gerando instabilidade, assim essas devem ser retiradas para que o material da pilha seja depositado no solo mais resistente.

Para o local deve-se projetar e executar serviços de drenagem e desvios de cursos de água existentes no local, McCarter (1990) apud Aragão (2008), cita a importância do controle de águas superficiais nas pilhas, com o intuito de reduzir a saturação dos taludes, infiltração da água dentro da pilha, erosão na superfície da pilha e o surgimento de rupturas por fluxo de água.

Normalmente a disposição de estéril é feita por meio de camadas espessas, formando uma sucessão de plataformas a intervalos de aproximadamente 10 metros ou mais. A estabilidade do aterro pode aumentar, controlando a largura, o comprimento das plataformas e a sua altura. Entre as plataformas deixam-se bermas, com as finalidades de acesso, auxílio na drenagem superficial e controle de erosão, além de suavizar o talude geral da pilha (Eaton et al., 2005).

A pilha pode ser construída de forma descendente ou ascendente. A construção ascendente, é preferível porque cada plataforma é suportada pela plataforma anterior. Assim, seus comportamentos podem ser acompanhados, documentados e compreendidos. (Eaton et al., 2005).

Segundo Peroni (2008) apud Faria (2016) as classificações das pilhas de estéril são:

Preenchimento em vale, ou Valley Fills, onde ocorre o preenchimento completo ou parcial do vale. A construção da pilha pode ocorrer como num bota-fora, com despejo do material pela encosta, ou de forma ascendente.

Aterro transversal, ou Cross-Valley Fills, uma variação do Valley Fills. Neste método, a pilha atravessa de um lado a outro do vale e conta com taludes bem estabilizados tanto a montante quanto a jusante.

Aterro em encosta, também chamado de Sidehill Fills. Neste caso, o preenchimento ocorre em terreno íngreme e não obstrui cursos de drenagens. O aterro em crista ou Ridge Crest Fills. Corresponde a uma variação do aterro em encosta, porém neste caso, a disposição do material ocorre dos dois lados da crista do morro.

Pilhas ou Heaped Fills, cujo método consiste em camadas de material estéril com taludes em todos os lados.

Ao longo do desenvolvimento da pilha o desempenho da estrutura deve ser monitorado em todo o tempo visualmente e por meio de instrumentos como piezômetros. Quando ocorrer desvios e este atingir um limite especificado medidas devem ser impostas, tais como redução na taxa de disposição, uso de material grosso selecionado ou suspensão de disposição (Eaton et al., 2005).

Informações sobre as taxas de movimentação da pilha, taxa de subida da crista, qualidade do material, condições meteorológicas e piezométricas, vibrações causadas pelo desmonte de rochas e topografia original devem ser registradas e convenientemente guardadas, assim pode-se basear-se nestes registros da estrutura para revisões no projeto. É de boa prática que pilhas de grandes dimensões e mais complexas recebam inspeções periódicas de auditores externos. (Aragão 2008).

## **Aspectos gerais**

### ABNT NBR 13029:2017

A Norma ABNT NBR 13029:2017 especifica os requisitos mínimos para a elaboração e apresentação de projeto de pilha para disposição de estéril causado por lavra de mina a céu aberto ou de mina subterrânea, buscando atender às condições de segurança, economia, operacionalidade e desativação, reduzindo os impactos ao meio ambiente.

Entretanto a Norma não aborda todos os aspectos das legislações federal, estadual e local, associados a seu uso. Em caso de eventuais conflitos de procedimentos normativos é de responsabilidade dos projetistas estabelecer as práticas apropriadas para cada caso, em conformidade com as legislações vigentes (ABNT NBR 13029:2017).

### Projeto geométrico

Segundo a ABNT NBR 13029:2017 o projeto geométrico deve informar as características físicas que definem a pilha de estéril projetada, incluindo altura final, elevações de base e de crista, ângulo de talude geral, altura das bancadas, largura de berma, ângulos de taludes entre bermas, capacidade volumétrica, vida útil operacional, área ocupada e área de supressão vegetal.

A geometria e arranjo geral deve apresentar a locação e a geometria final da pilha de estéril, considerando a localização em relação ao empreendimento, curva elevação x volume,

sistemas de drenagem e, quando for o caso, a estrutura para a contenção de sedimentos. (ABNT NBR 13029:2017)

Assim no projeto geométrico devem ser indicados todos os elementos geométricos e de arranjo geral da pilha de estéril, informando os dados de locação necessários para sua implantação. (ABNT NBR 13029:2017)

A ABNT NBR 13029:2017 cita ainda que o projeto deve considerar os seguintes critérios: os taludes entre bermas devem ser conformados para inclinações que garantam os fatores de segurança recomendados, as bermas devem ter largura suficiente para atender às considerações de drenagem e garantir o acesso dos equipamentos de manutenção com segurança, para a seção considerada crítica, o ângulo geral da pilha deve ser tal que atenda aos fatores de segurança indicados.

## **Drenagem interna e superficial**

### Drenagem interna

Segundo a ABNT NBR 13029:2017 o projeto de uma pilha de estéril deve apresentar os critérios de dimensionamento da drenagem interna, assim como suas locações, geometria dos drenos e das transições, além das especificações dos materiais a serem utilizados.

O dimensionamento do sistema de drenagem interna deve considerar as características dos materiais de construção dos drenos, de fundação e dos materiais estéreis que irão compor a pilha. (ABNT NBR 13029:2017)

A drenagem interna deve ser dimensionada em função das vazões medidas ou calculadas na área de implantação da pilha, sendo recomendável aplicar um fator de segurança mínimo de 1,5 e 2,5 respectivamente para as vazões. (ABNT NBR 13029:2017)

Nas pilhas formadas por material rochoso, o sistema de drenagem interna pode ser suprimido em função da permeabilidade geral do depósito de estéril. Neste caso, o material rochoso constitui-se como o próprio dreno. (ABNT NBR 13029:2017)

## Drenagem superficial

O projeto da pilha de estéril deve apresentar as locações e a geometria dos dispositivos de drenagem superficial e as especificações dos materiais a serem utilizados. Os tempos mínimos de recorrência recomendados são de 100 anos para dispositivos de pequena vazão, como canaletas de berma e descidas de água entre taludes, 100 anos para os canais periféricos temporários de coleta e condução de águas superficiais, 500 anos para os canais periféricos definitivos de coleta e condução de águas superficiais (ABNT NBR 13029:2017).

## **Análise de estabilidade**

Segundo a ABNT NBR 13029:2017 as análises de estabilidade devem ser realizadas nas seções críticas da pilha com relação à altura, características de fundação e condições de percolação, bem como os parâmetros de resistência obtidos com os estudos geológico-geotécnicos.

Os seguintes fatores de segurança devem ser considerados: ruptura do talude geral com fator de segurança mínimo de 1,50 para superfície freática normal e 1,30 para superfície freática crítica, ruptura do talude entre bermas com fator de segurança mínimo de 1,50 para face predominante de solo e 1,30 para face predominante de rocha. (ABNT NBR 13029:2017)

## **Estudo de caso**

O objeto do estudo de caso é uma pilha de estéril pertencente a um Complexo Mineral localizado na região do Triângulo Mineiro, oeste do estado de Minas Gerais.

A pilha será construída com parte do material estéril gerado durante a operação de lavra, sendo em sua maioria solo aluvionar/turfa, solo coluvionar, solo residual, saprólitos e rocha alterada de fenito.

## Projeto geométrico da pilha

A pilha de estéril final foi projetada considerando uma estrutura inicial, que atenderá o período inicial de operação de 7 anos, acomodando volume aproximado de 35,5 milhões de metros cúbicos.

A geometria adotada constitui-se em bancos de 10 metros de altura, bermas de 7 metros de largura e inclinação de face dos taludes de 1 metro vertical para 2 metros horizontais.

As principais características do arranjo definido a partir da geometria adotada e morfologia local são: volume aproximado 35,5 milhões de metros cúbicos, área ocupada de 9,34 hectares, elevação máxima de 1160 metros, altura máxima de 137 metros e ângulo geral de 21 graus.

Os acessos de operação da pilha deverão apresentar largura mínima de 30 metros, enquanto os de manutenção deverão apresentar mínimo de 10 metros.

As bermas terão declividade transversal de 3% e declividade longitudinal de 0,5%. Sendo assim, as mesmas deverão ser construídas de maneira a se evitar a concentração do fluxo em pontos específicos da pilha, distribuindo ao máximo o escoamento ao longo da plataforma.

## Sistema de drenagem da pilha

Para a pilha de disposição de estéril, foram dimensionadas estruturas a fim de ordenar a drenagem interna e superficial a elas. Foram propostas estruturas com objetivo de coletar as águas provenientes do escoamento superficial na pilha e conduzi-las, de forma ordenada, até os pontos de descarga no terreno natural, evitando carreamento de sólidos e o desenvolvimento de processos erosivos. O sistema de drenagem proposto na pilha é composto basicamente pelas seguintes estruturas:

- Descidas d'águas cuja função hidráulica será de coletar as vazões provenientes das bermas e conduzi-las de forma ordenada e dissipando energia até os canais periféricos;
- Canais periféricos de coleta e condução, tendo como objetivo coletar o escoamento proveniente das bermas, e áreas adjacentes, descartando-os juntos ao *pond* (estrutura de contenção de sedimentos) a jusante da pilha.

É recomendada uma leira de proteção nos bancos, visando proteger contra

extravasamentos e percolação para bancos subsequentes. Com a aplicação da leira, as bermas irão funcionar como canal e a própria declividade longitudinal será capaz de propiciar o escoamento em direção às descidas d'águas propostas.

As estruturas de drenagem foram dimensionadas, considerando as premissas de tempos mínimos de recorrência dos eventos pluviométricos, conforme a ABNT NBR 13029:2017, sendo então considerado 500 anos para os canais periféricos e descidas de água.

As características físicas das áreas de contribuição englobam a determinação da área de drenagem, declividade média do terreno, comprimento do talvegue principal e do tempo de concentração.

As áreas de contribuição e os valores de declividade equivalente e tempo de concentração foram obtidos a partir da base topográfica atualizada disponibilizada pela mineradora.

Para cálculo do tempo de concentração, adotou-se o método cinemático, considerando os valores de velocidade média para as bermas de 1,0 metro por segundo, descidas d'água 6,0 metros cúbicos por segundo e canais periféricos de 5,0 metros por segundo.

Os estudos hidrológicos foram desenvolvidos com o objetivo de determinar as vazões de projeto de cada estrutura do sistema, considerando a ocorrência de eventos chuvosos com recorrência de 500 anos para descidas e canais periféricos e de 100 anos para as bermas da pilha, conforme estabelecido nos critérios de projeto (ABNT NBR 13029:2017).

Foi adotado o Método Racional para a transformação dos eventos chuvosos em vazões, em virtude da magnitude das áreas de drenagem envolvidas (Área de Drenagem < 2,5 km<sup>2</sup>, TUCCI, 1993).

O coeficiente de escoamento superficial admitido para o cálculo das vazões de dimensionamento das estruturas propostas foi de 0,55 para área de pilha.

### Drenagem superficial da pilha

O dimensionamento hidráulico das estruturas do sistema de drenagem superficial foi realizado considerando os trechos com declividade máxima e mínima apresentados pelas estruturas, para determinação da velocidade e altura máxima da lâmina de água, respectivamente.

Nos trechos em que as estruturas apresentaram perfil longitudinal em degraus, *utilizou-*

se a metodologia do *SkimmingFlow*, com o auxílio do *software* SiscoH, desenvolvido pelo Departamento de Engenharia Hidráulica e Recursos Hídricos da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Nos trechos sem degraus, foi utilizada a metodologia proposta por *Manning*:

$$Q = \frac{1}{n} \times A \times Rh^{\frac{2}{3}} \sqrt{I}$$

Onde:

- Q é a vazão em metro cúbico por segundo;
- n é o coeficiente de rugosidade de *Manning*, (n=0,015, revestimento em concreto);
- A é área molhada em metro quadrado;
- Rh é o raio hidráulico da seção molhada (metro);
- I é a declividade longitudinal (metro por metro).

No dimensionamento hidráulico dos canais e descidas foram adotadas a metodologia de *Manning* para os trechos em fundo liso (sem degraus), admitindo o escoamento permanente e uniforme. Nos trechos com degraus foi utilizada a metodologia do *SkimmingFlow*, que considera a interferência da aeração e a altura do degrau no coeficiente de rugosidade do canal, auxiliado pelo *software* SiCCoH.

Para tanto foram utilizadas as vazões de projeto advindas dos eventos de cheia cujo tempo de retorno é igual a 500 anos.

#### Análise da estabilidade da pilha

Com o objetivo de atender aos requisitos da norma ABNT NBR 13029:2017 foram realizadas análises de estabilidade dos taludes da pilha de estéril considerando a geometria apresentada.

As análises de estabilidade foram realizadas na seção considerada mais crítica, devido

às características desfavoráveis à segurança, como maior altura e interferência com o *Pond* (estrutura de contenção de sedimentos) da pilha.

As análises de estabilidade foram realizadas através do software Slide 5.0 da Rocscience Inc. Toronto – Canadá, assumindo-se os seguintes critérios; ruptura global do tipo circular; teoria do equilíbrio limite pelo Método de Bishop, adotando o critério de ruptura de Mohr-Coulomb, materiais isotrópicos e homogêneos, perfil geológico geotécnico dos materiais constituintes da fundação, elaborados com base nas sondagens à percussão realizadas na área da pilha.

As seções de análise tiveram a estabilidade avaliada em condições de freática normal e crítica devendo obedecer aos fatores de segurança mínimos: fator de segurança mínimo de 1,5 para superfície freática normal e fator de segurança mínimo de 1,3 para superfície freática.

Os parâmetros de resistência adotados para o material do estéril foram estimados com base na experiência em outros projetos.

Os parâmetros da fundação foram obtidos através do ensaio SPT (Standard Penetration Test), apresentados nos boletins de sondagem à percussão, realizados na área da pilha.

Todas as análises apresentaram fatores de segurança satisfatórios, em conformidade com os valores mínimos preconizados pela ABNT NBR 13029:2017.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

As visitas de campo a pilha de estéril foram na fase de implantação devido sua construção está ligada a retirada do minério. Assim todos os resultados aqui descritos sobre a aderência ao projeto executivo e a ABNT NBR 13029:2017 serão avaliadas até a data de vinte e quatro de outubro de dois mil e dezenove.

Para garantir que a pilha seja construída conforme o projeto são realizadas entregas técnicas de cada berma, onde são gerados relatórios escritos e fotográficos atestando que até aquela berma o projeto está feito e que as partes interessadas estão de acordo com a execução. Assim os resultados obtidos até a data citada referem-se as bermas 1020 a 1060.

### **Aderência projeto geométrico da pilha**

Conforme citado acima quanto a aderência do projeto foram avaliadas as bermas 1020 a 1060, sendo utilizado o programa Studio OP. Gerou-se uma nuvem de pontos topográficos sobre a estrutura da pilha até a data de vinte e quatro de outubro de dois mil e dezenove, essa nuvem de pontos topográficos foi sobreposta sobre o projeto geométrico da pilha.

Assim utilizando-se das coordenadas topográficas de pé, crista e afastamento o programa gerou os ângulos dos taludes e criou a superfície.

Além de criar a superfície ilustrada o programa comparou-a com o projeto geométrico e indicou que as aderências das bermas executadas estão em aproximadamente 93%.

O resultado da aderência foi considerado satisfatório, levando em consideração a magnitude da pilha e a precisão dos marcos topográficos aos quais o programa Studio OP se baseia. Assim a implantação das bermas executadas atende ao projeto executivo e este atende a todos os critérios da ABNT NBR 13029:2017.

### **Aderência sistema de drenagem da pilha**

Como citado a pilha ainda está em fase de implantação, assim a aderência dos sistemas de drenagem foi avaliada entre as bermas 1020 a 1060.

### **Aderência sistema de drenagem interna da pilha**

Conforme a ABNT NBR 13029:2017 há necessidade do sistema de drenagem interna da pilha está diretamente ligada as condições de drenabilidade da fundação, dos materiais constituintes da própria pilha de estéril e em função das vazões medidas ou calculadas na área de implantação da pilha.

Segundo o projeto executivo, após as devidas medições das vazões verificou-se que a Pilha não necessita de drenagem interna pois a topografia do local não é um talvegue natural o que faz com que não haja surgência de água no local da pilha. Isso faz com que a água interna da pilha seja em função apenas da vazão de água de chuva, porém está será pequena devido drenagem superficial e assim está será suprimida em função da permeabilidade geral do

depósito.

### **Aderência sistema de drenagem superficial da pilha**

Conforme descrito no projeto executivo, para a pilha de disposição de estéril, foram dimensionadas descidas d'águas e canais periféricos de coleta e condução a fim de coletar as águas provenientes do escoamento superficial e conduzi-las, de forma ordenada evitando carreamento de sólidos e o desenvolvimento de processos erosivos.

Para que as águas superficiais das bermas cheguem nos dispositivos de drenagem foi recomendado a aplicação de leira de proteção contra extravasamentos e percolação para bancos subsequentes, com a aplicação das leiras as bermas funcionam como canal e sua declividade, conforme projeto geométrico, propicia o escoamento em direção às descidas d'águas propostas.

Assim as bermas 1020 a 1060 foram inspecionadas em busca de pontos com sinal de carreamento de sólidos, acúmulo de água e processos erosivos sendo que a presença ou ausência destes indicara se a drenagem está sendo ou não eficiente.

Após inspeção das bermas pode-se notar que a drenagem superficial das mesmas é eficiente, pois não se encontrou indícios de carreamento de sólidos, acúmulo de água e processos erosivos.

Da mesma forma a descida d'água e o canal periférico de coleta e condução correspondentes as bermas acabadas foram inspecionadas para verificar se estas atendem ao projeto executivo.

O que pode-se notar sobre a descida d'água é que está até o momento é provisória feita com geomembrana. A ABNT NBR 13029:2017 e o projeto executivo não estipulam a partir de quando deve-se iniciar a construção da descida d'água definitiva.

A descida d'água confeccionada com geomembrana até o momento está atendendo, pois após inspeção, não se pode encontrar sinal de erosão ou ruptura da mesma, porém ela não foi contemplada no projeto executivo e não se pode afirmar com certeza qual será seu comportamento sobre a vazão máxima adotada para o trecho e nem mesmo qual velocidade a água percorre sobre a mesma.

O que se pode notar sobre os canais periféricos de coleta e condução é que o trecho do canal que corresponde as bermas já executadas está em fase de acabamento e já está sendo utilizado para conduzir a água da pilha para o pond (estrutura de contenção de sedimentos)

conforme descrito no projeto executivo. Também pode-se notar que o mesmo é feito de perfis de concreto pré-moldado em formato de “U” criando assim o canal de condução de fluxo d’água. Assim a implantação do canal de coleta referente ao trecho das bermas executadas atende ao projeto executivo e este atende a ABNT NBR 13029:2017.

### **Aderência estabilidade da pilha**

Como citado a pilha ainda está em fase de implantação, assim para avaliar a estabilidade foram inspecionadas as bermas 1020 a 1060 em busca de sinais de erosão ou ruptura, sendo que a presença ou ausência destes indicara se as bermas estão ou não estável.

Conforme projeto executivo atendendo a NBR 13.029 (ABNT,2017) considerando a geometria foram realizadas análises de estabilidades dos taludes da pilha nas seções mais críticas, sendo estas a de maior altura e de interferência com o *pond* (estrutura de contenção de sedimentos). Estas análises tiveram a estabilidade avaliada em condições de freática normal e crítica. Os parâmetros de resistência adotados para o material do estéril foram estimados com base na experiência em outros projetos. Os parâmetros da fundação foram obtidos através do ensaio SPT (Standard Penetration Test).

Em visita de campo foi realizado uma inspeção visual nas seções onde as análises de estabilidades foram realizadas, o que se pode notar é que a estabilidade das bermas executadas corresponde ao esperado. No local inspecionado pode perceber faces de taludes sem nenhum sinal de erosão ou ruptura seja local ou global.

### **CONCLUSÃO**

Este trabalho estudou uma pilha de estéril localizada na região do Triângulo Mineiro, Minas Gerais. A pilha de estéril teve seu projeto executivo comparado com a norma ABNT NBR 13029:2017 e com a implantação nos quesitos projeto geométrico, drenagem e estabilidade.

O trabalho consistiu na avaliação das bermas já executadas 1020, 1040, 1050 e 1060, excluindo-se do estudo as bermas em formação.

Para o estudo foram empregadas as seguintes metodologias de trabalho: coleta de dados em literatura nacional e internacional através de revisão bibliográfica de disposição de estéril; coleta de dados do projeto estudado, análise dos projetos e ensaios relacionados à pilha de estéril estudada, análise do estudo de estabilidade, levantamento de campo com visita à pilha de estéril estudada para analisar a geometria e drenagem, análise e comparação do projeto executivo e implantação com a ABNT NBR 13029: 2017.

A partir dessas metodologias e sua aplicação no estudo de caso, chegou-se às conclusões apresentadas abaixo.

A norma ABNT NBR 13029:2017 segue como um bom indicativo de como o projeto executivo deve ser, porém não aborda de maneira efetiva parâmetros para sua elaboração.

O projeto executivo atende aos requisitos mínimos de projeto geométrico, drenagem e estabilidade especificados na norma ABNT NBR 13029:2017, sendo estes bem detalhados quanto aos estudos que o embasam e as informações necessárias para bem executá-lo.

A aderência do projeto geométrico foi satisfatória e indicou que as aderências das bermas executadas estão em aproximadamente 93% seja na inclinação dos taludes, espaçamentos de bermas e alturas de bancos.

O sistema de drenagem superficial das bermas se mostrou eficiente até o momento, não havendo acúmulo de água, erosão ou ruptura. O canal periférico de coleta e condução no trecho das bermas analisadas foi executado conforme o projeto executivo. Entretanto a descida d'água, correspondente as bermas analisadas, até o momento é feita de maneira provisória com geomembrana e não há garantia de quanto tempo ela atenderá a drenagem das bermas executadas, sendo de imprescindível importância dar início a descida d'água definitiva confeccionando-a conforme projeto executivo.

A estabilidade das bermas executadas corresponde ao esperado e nas bermas analisadas pode-se perceber faces de taludes sem nenhum sinal de erosão ou ruptura seja local ou global.

Assim conclui-se que o estudo foi satisfatório e pode-se atestar que de maneira geral a construção da pilha até o momento atende o projeto executivo e este atende a ABNT NBR 13029:2017.

## **REFERÊNCIAS**

ABNT, ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 13029: Elaboração e apresentação de projeto de disposição de estéril em pilha.** Rio de Janeiro,

2017.

ARAGÃO, G. A. S. *Classificação de pilhas de estéril na mineração de ferro*. Ouro Preto: Departamento de Engenharia de Minas, Universidade Federal de Ouro Preto, 2008. (Dissertação de Mestrado).

BARRETO, M. L. et al. **Mineração e desenvolvimento sustentável: desafios para o Brasil**. Centro de Tecnologia Mineral (CETEM), 2001.

DANA, J.D. **Manual de Mineralogia**, vol.2, 1 ed. Brasil, Livros Técnicos e Científicos, 1976.

EATON, T., BROUGHTON, S., BERGER, K. C. **Course Introduction Design and Operation of Large Waste Dumps**. Under Licence from the British Columbia Ministry of Energy and Mines - Mine Dump Committee. Piteau Associates Engineering Ltd, 2005.

FARIA, L. R. **Disposição de estéril em cava: um estudo de caso**. Departamento de Engenharia de Minas, Universidade Federal de Ouro Preto, 2016. (Dissertação de Mestrado).

IBRAM – Instituto Brasileiro de Mineração. **Informações e Análises da Economia Mineral Brasileira**. 7º Edição, 2012.  
Disponível em <http://www.ibram.org.br/sites/1300/1382/00002791.pdf> acesso em 13/05/2019

SILVEIRA, M.D. **Utilização de Resíduos de Mineração Na Construção Civil**. Escola de Engenharia, UFMG, 2015.

TUCCI, C. E. M. **Hidrologia: ciência e aplicação**. 3ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS | ABRH, 2002. 943p.

# IMPORTÂNCIA DOS CONTROLES TECNOLÓGICOS NA PREVENÇÃO DE PATOLOGIAS EM ALVENARIA ESTRUTURAL COM BLOCOS DE CONCRETO

VICTOR HUMBERTO PEREIRA ALVES<sup>67</sup>  
PRISCILLA ASSIS MENDONÇA<sup>68</sup>

## RESUMO

**Introdução:** A alvenaria estrutural é uma tecnologia construtiva milenar, mas também atual, muito utilizada nas estruturas autoportantes, nas quais não se utilizam vigas e pilares, o que proporciona economia, agilidade e trabalhabilidade no momento da execução. Os materiais constituintes da alvenaria estrutural precisam estar em conformidade com as normas técnicas e com o projeto estrutural, alcançando os requisitos de qualidade exigidos em uma obra. Neste contexto, os blocos estruturais, devem passar por controles tecnológicos, afim de assegurar a qualidade das unidades. **Objetivo:** O presente trabalho possui como objetivo a análise dos controles tecnológicos abordados pela ABNT NBR 12.118/2013, além dos requisitos apresentados pela ABNT NBR 6136/2016, para blocos de concreto destinados ao uso em alvenaria estrutural. Bem como das manifestações patológicas que tais avaliações podem evitar na edificação. **Material e Métodos:** O presente estudo foi desenvolvido a partir da pesquisa bibliográfica básica, qualitativa, onde foram pesquisados livros, internet, revistas, acervos, artigos referentes ao tema proposto. **Resultados:** O presente estudo analisa os controles tecnológicos exigidos pela ABNT NBR 12.118/2013 e apresenta as manifestações patológicas que cada avaliação pode evitar. Será abordado os requisitos exigidos pela ABNT NBR 6136/2016, para que seja possível comprovar a conformidades dos blocos de concreto, em relação a norma e o projeto estrutural. **Conclusão:** Mediante os controles tecnológicos analisados, bem como das manifestações patológicas apresentadas, torna-se possível constatar a relevância de tais avaliações laboratoriais, uma vez que elas podem identificar um lote de blocos deficientes, evitando que os mesmos sejam alocados na edificação.

**Palavras-chave:** Alvenaria estrutural; Blocos estruturais de concreto; Controles tecnológicos.

## IMPORTANCE OF TECHNOLOGICAL CONTROLS IN THE PREVENTION OF PATHOLOGIES IN STRUCTURAL MASONRY WITH CONCRETE BLOCKS

### ABSTRACT

**Introduction:** Structural masonry is a millenarian construction technology, but it is also used today in self-supporting structures, in which no beams and pillars are used, which offers economy, agility and workability is not the moment of execution. The constituents of structural masonry comply with the technical and structural standards that allow the achievement of quality requirements in a building site. In this panel, all groups will be approved by technical

---

<sup>67</sup>Autor, Graduando em Engenharia Civil pelo UNICERP.

Professora Orientadora, Docente do Curso de Engenharia Civil do UNICERP.

controls, to ensure the quality of the units. **Objective:** The present work was developed based on the research of technological standards developed by ABNT NBR 12.118 / 2013, in addition to the certificates presented by ABNT NBR 6136/2016, the structural data blocks for use in structural masonry. As well as the pathological manifestations that have their own meaning in edification. **Material and Methods:** The present study was developed as a basic and qualitative bibliographical research, in which books, internet, magazines, collections, articles related to the proposed theme were searched. **Results:** The present study analyzed the technological advances required by ABNT NBR 12,118 / 2013 and presents as pathological manifestations that make it increasingly avoided. Advice on the requirements required by ABNT NBR 6136/2016, in order to prove the compatibility of concrete blocks, in relation to standard and structural design. **Conclusion:** By controlling the data as well as the pathological manifestations, it becomes possible to verify the relevance of such laboratory opinions, since they are able to edit the blocks of disability, avoiding those that are consistent in the edification.

**Keywords:** Structural masonry; Concrete structural blocks; Technological controls.

## INTRODUÇÃO

A alvenaria estrutural é uma metodologia construtiva, na qual, além de proporcionar as finalidades de vedação da alvenaria convencional, também serve como principal suporte estrutural (FURLAN, 2015, p.15).

A alvenaria estrutural é uma das principais técnicas construtivas utilizadas pelo mercado da construção civil, devido aos seus benefícios, como execução rápida, eficiente e econômica de uma estrutura (RAMALHO; CORRÊA, 2003, p.7). Ela possui, na maioria das situações, dispensabilidade de vigas e pilares para resistir aos carregamentos, sendo a própria alvenaria responsável por tornar uma edificação estável, atendendo aos requisitos cruciais de um projeto estrutural.

Alvenaria autoportante é uma tecnologia tradicional, já existente no mundo desde tempos antigos. Inicialmente empregavam-se blocos de pedra espessos para construir as edificações tanto de pequeno, quanto de grande porte (RAMALHO; CORRÊA, 2003, p. 2). Com o passar dos anos, essa técnica construtiva obteve aprimoramentos em seus métodos de construção, utilizando de materiais mais leves, cálculos racionais de dimensionamento etc.

Segundo Furlan (2015, p.16), a composição da alvenaria se dá por materiais pétreos, artificiais ou naturais que compõem suas unidades. Os componentes mais utilizados são blocos estruturais industrializados, maciços ou vazados: cerâmico, concreto e sílico-calcário. Estas unidades são ligadas umas às outras por meio de uma argamassa de assentamento rigorosamente dosada, proporcionando uma vedação adequada entre estes elementos. Empregam armaduras a

estrutura em conjunto com o graute, no qual, se destaca por ser um concreto de alta fluidez e resistência. Estes elementos são responsáveis por resistir uma parcela dos esforços verticais da edificação e proteger contra o colapso progressivo.

O aprimoramento destes elementos construtivos no passar dos anos, elevou a necessidade por qualidade destes materiais, em destaque os blocos de concreto que é o foco do trabalho. Entretanto as manifestações patológicas dificultam a obtenção dos fatores de qualidade, uma vez que as anomalias, podem surgir em vários pontos da edificação devido a falhas de fabricação destas unidades não constatadas por ensaios laboratoriais criteriosos (FURLAN, 2015, p.25).

A ABNT NBR 12.118/2013 Blocos vazados de concreto simples para alvenaria – Métodos de ensaio e a ABNT NBR 6136/2016, Blocos vazados de concreto simples para alvenaria – Requisitos, tratam como devem ser realizados os controles tecnológicos, bem como dos requisitos que devem ser respeitados para que o lote de blocos de concreto recebido em obra seja aprovado e possa ser utilizado com segurança.

## **MATERIAL E MÉTODOS**

Os procedimentos técnicos do estudo, foi da pesquisa bibliográfica básica qualitativa e como suporte teórico e instrumentos de análise geral sobre o tema. Foram pesquisados livros de autores que abordam o assunto, a internet, revistas e acervos que apresentam a temática das alvenarias estruturais em blocos de concreto e das manifestações patológicas causadas pela não realizações dos controles tecnológicos. Será analisado, em especial as normas ABNT NBR 12.118/2013 e ABNT NBR 6136/2016.

O trabalho se divide em duas partes, das quais, são: primeiramente a revisão de literatura, que apresenta as características gerais da alvenaria estrutural, bem como dos seus componentes. Em um segundo instante, será analisado os controles tecnológicos abordados pelas normas ABNT NBR 12.118/2013 e ABNT NBR 6136/2016, além das manifestações patológicas que estas avaliações podem evitar na edificação.

A presente pesquisa possui o intuito de provocar a crítica e reflexão sobre a temática e sua notável importância no que se refere aos controles de qualidade destes materiais.

## **Revisão de literatura: Alvenaria estrutural e suas características gerais**

### **Alvenarias**

A alvenaria se conceitua em um conjunto de unidades sobrepostas umas às outras, unidas por meio de uma argamassa de assentamento, de forma a se obter um elemento vertical coeso. Estas peças unidas têm função de resistir a ação do fogo, vedar espaços vazios, proteger acusticamente ambientes internos, obter conforto térmico, suportar seu peso próprio etc (TAUIL; NESE, 2010 p.19).

O diferencial desta tecnologia construtiva é a sua modulação, podendo ser executada por unidades com diferentes formas e dimensões, com o intuito de proporcionar uma maior trabalhabilidade e economia no momento da execução.

Quanto função em edificações, existem dois tipos de alvenarias, estrutural e vedação.

A alvenaria de vedação, não é dimensionada para resistir a cargas verticais, a não ser seu peso próprio, tendo apenas função de vedação e garantia de isolamento térmico e acústico, resistência ao fogo etc (MILITO, 2004, p. 59).

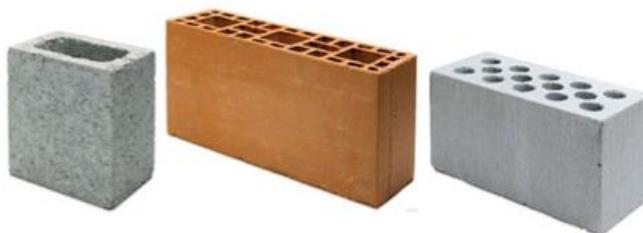
Segundo Tauil e Nese (2010, p.20), a alvenaria autoportante é um composto monolítico responsável pelo suporte dos carregamentos, no qual não se utilizam pilares e vigas. Isso acontece por que as paredes chamadas de autoportantes fazem parte do sistema estrutural da edificação de modo que tais elementos distribuem uniformemente as cargas verticais ao longo das fundações.

### **Composição da alvenaria estrutural**

A composição da alvenaria estrutural se dá basicamente por blocos estruturais industrializados, argamassa de assentamento, graute, armadura e outros elementos pré-fabricados como por exemplo as vergas, contravergas, coxim etc (SILVA, 2013, p.19).

## **Blocos estruturais e suas tipologias.**

O componente básico da alvenaria estrutural são os blocos estruturais industrializados. Tais unidades podem ser de cerâmica, concreto e sílico-calcário, conforme a Figura 1. Além do material constituinte eles podem ser vazados ou maciços. Ramalho e Correa (2003, p.7), afirmam que para os elementos se caracterizarem maciços, devem possuir um índice de vazios de até 25% em relação a área total bruta. Os mesmos autores salientam que os blocos se caracterizam vazado, quando a porcentagem de vazios ultrapassar 25%.



**Figura – 1:** Bloco de concreto, cerâmica e sílico-calcário.

**Fonte:** SILVA (2013, p.20).

Os blocos cerâmicos, são compostos de matéria prima natural argilosa. Essa matéria prima, depois de devidamente extraída da natureza e adequadamente processada na fabricação, ganhando a forma destes elementos estruturais, podendo ser vazados ou não (TAMAKI, 2010). A ABNT NBR 15270 - 2/2017, Componentes cerâmicos – Blocos e tijolos para alvenaria Parte 2: Métodos de ensaios, salienta que os blocos cerâmicos estruturais devem possuir uma resistência mínima de 3 MPa.

Os blocos sílico-calcários são compostos principalmente pela cal virgem (CaO), contendo baixo teor de magnésio. Furlan (2015, p.16), denota que essa cal é adequadamente misturada à sílica com a adição de água, promove uma reação de hidratação da cal virgem, e por fim, ganham a forma das unidades estruturais, através de uma prensa hidráulica. A ABNT NBR 14974 - 1/2003 Bloco sílico-calcário para alvenaria Parte 1: Requisitos, dimensões e métodos de ensaio, destaca que a resistência mínima destes blocos deve ser de 4,5 MPa.

A alvenaria autoportante também pode ser constituída de blocos estruturais de concreto, que é o foco deste trabalho. Eles são elementos industrializados, maciços ou vazados. Segundo Américo (2007, p.47), os materiais dos blocos de concreto em sua fabricação, são cimento Portland, agregados graúdos e miúdos e água. O mesmo autor denota que há também a dosagem

de outros materiais, dos quais são minerais, aditivos etc. Cada material deve ser utilizado e especificado de acordo com as suas propriedades, propiciando maior conformidade ao produto final.

Atualmente no mercado existem diferentes tipos de blocos de concreto quanto às dimensões e cargas suportadas. Estas unidades são classificadas em “famílias”, cada qual, com diferentes dimensões de largura, altura e comprimento adequado para sua integração com outros elementos construtivos. Os principais formatos destes blocos são: blocos inteiros, meios-blocos, compensadores, unidades do tipo canaleta, blocos de amarração L e T, unidades de 45° etc. (ABNT NBR 6136/2016, p.3).

A ABNT NBR 6136/2016 estabelece requisitos mínimos de resistência característica à compressão axial das unidades de concreto, tomadas como base a “classe” de uso de cada bloco. Segundo o Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado de Minas Gerais – SINDUSCON – MG (2014, p.18), são três as classes de uso dos elementos de concreto, A, B e C. A Classe A é destinada para blocos com fim estrutural, sendo seu uso realizado acima ou abaixo do nível do solo. A Classe B é para artefatos com função estrutural, sendo utilizado acima do subsolo. A Classe C, com ou sem função estrutural, deve ser usada somente acima do nível do solo.

A resistência mínima característica a compressão axial, varia entre 8Mpa para blocos estruturais de concreto da classe “A”, 4Mpa para as unidades da classe “B” e 3Mpa para os blocos da classe “C” (ABNT NBR 6136/2016, p 7).

A argamassa de assentamento é responsável por solidarizar os blocos uns aos outros formando um componente monolítico. Este material ligante possui bastante relevância, uma vez que, depois de aplicado adequadamente nas juntas, consegue transmitir as tensões entre as unidades além de as uniformizar. Não obstante, a argamassa possui a capacidade de prevenir a entrada de água e de vento para o lado interno da alvenaria, e absorver pequenas deformações (RAMALHO; CORRÊA, 2003, p.7). Segundo a ABNT NBR 13.279/2005, Argamassa para assentamento e revestimento de paredes e tetos – Determinação da resistência à tração na flexão e à compressão, a resistência da argamassa de assentamento deve obrigatoriamente ser de no mínimo 1,5 MPa e no máximo 70% da resistência do bloco estrutural utilizado na edificação.

O graute é um concreto de alta fluidez e resistência, formado por agregados com grãos de pequenas dimensões, que preenchem adequadamente os vazios dos blocos, proporcionando uma elevação na sua capacidade autoportante.

A ABNT NBR 15961 – 1/2011, afirma que a resistência característica do graute, deve

ser maior ou igual as das unidades utilizadas na alvenaria.

As armaduras aplicadas em edificações em alvenaria estrutural são as mesmas utilizadas em estruturas de concreto armado. Tais elementos possuem a capacidade de absorver os esforços de tração, compressão e cisalhamento para tornar a edificação estável. Ramalho e Corrêa (2007, p.8), salientam que estas armaduras são inseridas nos vazios dos blocos e sempre envolvidas por graute, garantindo assim seu desempenho estrutural.

Os elementos pré-fabricados que podem ser utilizados na composição da alvenaria estrutural, são: escadas, vergas, contravergas, peças de ajuste dimensional etc. Estes artefatos são utilizados para melhor adequar a edificação, garantindo assim uma durabilidade e uniformidade nas distribuições de tensões (MAMEDE; CORRÊA, 2006, p.2).

### **Controles tecnológicos**

Logo após a entrega do lote de blocos de concreto na obra, uma amostra deve ser coletada para passar por controles tecnológicos laboratoriais rigorosos, de forma a verificar sua conformidade quanto as exigências estabelecidas pelas normas técnicas e o projeto estrutural, antes da sua aplicação.

Segundo a ABNT NBR 6136/2016 o método de retirada da amostra deve ser executado levando em consideração a quantidade de blocos constituintes no lote entregue na obra. A mesma norma define que para lotes de até 5.000 blocos deve-se retirar uma amostra de 7 ou 9 unidades para “provas” e “contraprovas”. Lotes de 5.001 a 10.000 blocos de concreto, a amostra deverá ser constituída de 8 ou 11 elementos estruturais para “provas” e contraprovas”.

E por fim a ABNT NBR 6136/2016 estabelece que para lotes acima de 10.000 blocos, a amostra que deverá ser retirada para análise laboratorial, necessitará de ter 9 ou 13 unidades para “provas” e contraprovas”. Esses elementos passaram por análise e após ser constatada a conformidade da amostra, o lote recebido na obra pode de fato, ser utilizados na construção da edificação.

A ABNT NBR 15961 – 2/ 2011 Alvenaria estrutural - Blocos de concreto Parte 2: Execução e controle de obras, afirma quanto aos controles tecnológicos que, “ os blocos devem atender integralmente às especificações da ABNT NBR 6136/2016, além das resistências e outras especificações do projeto estrutural. Os blocos devem ser ensaiados conforme

especificado na ABNT NBR 12.118/2013”.

Os ensaios tratados pela ABNT NBR 12.118/2013 são a análise dimensional, absorção, resistência a compressão e retração linear por secagem. Tais controles tecnológicos são feitos em laboratório, exigindo etapas criteriosas, com o intuito de obter uma resposta precisa quanto à conformidade de um lote em relação a características exigidas pela norma.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **Controles tecnológicos de blocos de concreto**

#### **Análise dimensional**

A ABNT NBR 12.118/2013 descreve o ensaio de análise dimensional como sendo a “verificação das dimensões do corpo de prova, como largura, comprimento, altura, espessura das paredes, dimensões dos furos e raio de mísulas”. Desta forma é possível certificar-se da conformidade do lote de blocos de concreto recebido em obra quanto as suas dimensões, prescritas na norma e no projeto.

Quanto as conformidades de largura, comprimento e altura, a ABNT NBR 12.118/2013 exige 3 determinações em pontos diferentes realizados na face de maior espessura das paredes do bloco. Deve-se salientar que segundo a ABNT NBR 12.118/2013, as medidas reais de cada dimensão, devem ser tomadas a partir da média de todas as determinações levantadas no momento do ensaio, expresso em milímetros (mm).

As medidas adquiridas no ato do ensaio devem respeitar integralmente aos requisitos exigidos pela ABNT NBR 6136/2016. A mesma norma prescreve as medidas nominais exigidas que devem ser respeitadas para cada elemento estrutural de concreto, segundo sua respectiva família. A ABNT NBR 6136/2016 também estabelece uma tolerância de  $\pm 2\text{mm}$  para dimensões de largura e  $\pm 3\text{mm}$  para altura e comprimento, no ato da avaliação com as exigências estabelecidas pela mesma.

Segundo a ABNT NBR 12.118/2013, deve ser realizado duas determinações em cada

parede longitudinal do bloco e uma em cada parede transversal, em relação a espessura das paredes das unidades ensaiadas. A mesma norma estabelece que ela deve ser feita na face de menor espessura de paredes. A ABNT NBR 12.118/2013 exige que “A espessura mínima das paredes deve ser a média das medidas das paredes tomadas no ponto mais estreito, sendo separadas em longitudinal e transversal”.

A ABNT NBR 6136/2016 determina que a tolerância permitida é de no máximo 1mm para cada valor individual. As exigências apresentadas pela mesma norma, são separadas nas respectivas classes de uso A, B e C, já mencionadas anteriormente.

A ABNT NBR 12.118/2013, determina que para a verificação das conformidades das dimensões dos furos do bloco, devem ser realizados duas medidas no centro aproximado de cada furo da unidade, das quais, uma em sentido longitudinal e a outra em sentido transversal. A mesma norma estabelece que tais determinações devem ser tomadas na face de maior espessura do elemento de concreto.

Segundo a ABNT NBR 6136/2016, a menor dimensão dos furos do bloco, constatada no momento do ensaio, deve respeitar as medidas mínimas exigidas, sendo elas:  $\geq 70$  mm para unidades de 140 mm de largura e  $\geq 110$  mm para unidades de 190 mm de largura. A mesma norma salienta que estas exigências abrangem as classes de usos A e B.

Os blocos estruturais de concreto recebidos em obra, possuem por fabricação e exigência técnica, mísulas de acomodação, onde as mesmas são compostas por raios mínimos.

Segundo a ABNT NBR 6136/2016, unidades das classes de uso A e B devem ter raio mínimo das mísulas de acomodação de 40 mm, enquanto que blocos da classe C, tenham raio mínimo de 20 mm.

Desta forma quando atingido a conformidade de análise dimensional exigidas pelas normas técnicas e pelo projeto, os blocos recebidos em obra estão conformes frente a este parâmetro. Entretanto caso a unidade ensaiada não atinja as exigências já citadas, obtém-se uma resposta negativa quanto a aplicação de tais elementos estruturais na edificação.

## **Manifestações patológicas**

A importância da realização deste ensaio é facilmente visualizada pelas manifestações patológicas que podem ser geradas na edificação.

Segundo o Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de Minas Gerais – SINDUSCON – MG (2014, p.20), a não conformidades dos blocos frente as tolerâncias exigidas por normas técnicas e pelo projeto na questão dimensional, acarreta em desaprumos e desalinhamentos das alvenarias.

O mesmo autor salienta que tais desaprumos podem gerar como consequência, custos adicionais em argamassa de revestimento, visto que no momento do assentamento, uma das faces da parede terá deformações causadas pelos blocos deficientes.

## **Absorção**

Segundo a ABNT NBR 12.118/2013, absorção é “relação entre a massa de água contida no bloco saturado e a massa do bloco seco em estufa até constância de massa, expressa em porcentagem”. Tal ensaio laboratorial mede a capacidade que a unidade tem de absorver umidade exterior, em porcentagem. Um controle tecnológico imprescindível, uma vez que afeta diretamente a vida útil da edificação.

A ABNT NBR 12.118/2013, exige que sejam feitas duas etapas iniciais no ensaio, antes de realizar as medições da absorção do bloco, secagem e saturação. Preliminarmente, realiza-se a secagem da unidade em estufa por um período de 24 horas. Logo após o término deste tempo, faz-se a pesagem do bloco. A mesma norma determina que, o corpo de prova deverá retornar a estufa por um período de mínimo 2 horas.

A ABNT NBR 12.118/2013, diz que logo após o período de 2 horas, deve-se efetuar novamente a pesagem do bloco, e repetir o ciclo de tal forma que as determinações de massa seca não superem variações de 0,5 %, de uma para outra. Quando alcançado este parâmetro, deve-se anotar a massa seca da unidade ( $M_1$ ).

Logo após a obtenção da massa seca, a mesma norma denota que seja feita a segunda etapa do ensaio, saturação. A ABNT NBR 12.118/2013, salienta que para efetuar o processo, deve-se resfriar o bloco em temperatura ambiente, submergi-lo em água por um período mínimo de 24 horas. A medição da massa saturada ( $M_2$ ) do elemento, deverá ser obtida logo após tal tempo submerso, tomando a superfície da unidade seca.

A ABNT NBR 12.118/2013, diz que a taxa de absorção das unidades é alcançada através da relação entre massa saturada ( $M_2$ ) e seca ( $M_1$ ) dos elementos ensaiados, conforme a equação

1.0.

$$\text{Absorção (\%)} = \left( \frac{M_2 - M_1}{M_1} \right) \times 100 \quad (1.0)$$

Onde:

- $M_1$  é a massa seca do bloco ensaiado, expressa em gramas (g).
- $M_2$  é a massa saturada do corpo de prova, expressa em gramas (g).

A ABNT NBR 12.118/2013, determina que o resultado do ensaio de absorção, deve obrigatoriamente conter o valor de área líquida dos corpos de prova ensaiados, expresso em milímetros quadrados (mm<sup>2</sup>). Para que seja conseguido tal parâmetro, a mesma norma denota que seja feito preliminarmente a pesagem dos elementos em uma balança hidrostática, para medições da massa aparente das unidades ensaiadas, ( $M_3$ ).

O valor final de área líquida é obtido através da relação entre as massas, saturada ( $M_2$ ) e aparente ( $M_3$ ), pela altura média do corpo de prova e o peso específico da água utilizada para a determinação da massa aparente, conforme a equação 2.0.

$$\text{Área liq.} = \left( \frac{M_2 - M_3}{h \times \gamma} \right) \times 1000 \quad (2.0)$$

Onde:

- $M_2$  é a massa saturada do corpo de prova, expressa em gramas (g).
- $M_3$  é a massa aparente do corpo de prova, expressa em gramas (g).
- $h$  é a altura média do corpo de prova, expresso em milímetros (mm).
- $\gamma$  é o peso específico da água utilizada no ensaio, expresso em gramas por centímetro cúbico (g/cm<sup>3</sup>).

Segundo a ABNT NBR 6136/2016, para unidades com função estrutural da classe de uso A, tendo em sua composição agregados normais, a média (%) aceitável de absorção de água dos elementos deve ser  $\leq 8,0$  % em relação ao tamanho da amostra coletada para análise. A ABNT NBR 9935/2011 Agregados – Terminologia, define agregados normais como “agregado de densidade geralmente compreendida 2.000kg/m<sup>3</sup> e 3.000 kg/m<sup>3</sup>”. Já para porcentagens individuais de absorção de cada elemento, a ABNT NBR 6136/2016, determina que deve ser  $\leq$

9,0%.

Para unidades com função estrutural da classe de uso B, com agregados normais em sua composição a ABNT NBR 6136/2016 exige que a média da taxa de absorção do lote de corpos de prova ensaiados, deve ser  $\leq 9,0\%$ . Assim como o percentual individual de cada bloco, no qual deve ser  $\leq 10,0\%$ .

Para a classe de uso C, contendo na composição dos blocos, agregados normais, a ABNT NBR 6136/2016 prescreve que a média da taxa de absorção do lote ensaiado de corpos de prova, deve ser  $\leq 10,0\%$ . A mesma norma salienta que a porcentagem de absorção obtida de cada unidade individual, deve ser  $\leq 11,0\%$ .

Segundo a ABNT NBR 6136/2016, para blocos de concreto das classes de uso A, B e C, compostos com agregados leves, a média da taxa de absorção de água dos corpos de prova ensaiados em laboratório, deverá ser  $\leq 13,0\%$ . A ABNT NBR 9935/2011 define agregados leves como sendo “agregado de baixa densidade, como, por exemplo, os agregados expandidos de argila, escória, siderúrgica, vermiculita, resíduo de esgoto sinterizado e outros”. A mesma norma prescreve que a porcentagem individual de cada unidade, deverá ser  $\leq 16,0\%$ , para tais classes de uso.

## **Manifestações patológicas**

Segundo Américo (2007, p.88), a propriedade de absorção de água em alvenaria é um fator preponderante na questão da durabilidade e qualidade na construção civil. O aumento de permeabilidade pode gerar patologias severas como fissuras, desagregações do revestimento, infiltrações, bolor etc.

Sampaio (2010, p.27), denota que essa absorção exagerada de umidade, também conhecida como movimentação higroscópica, pode acarretar expansão ou contração nos elementos da alvenaria e, conseqüentemente sua deformação excessiva. Essas movimentações intensas dos blocos geram fissuras tanto no sentido vertical como no sentido horizontal, bem como a produção de esforços de flexão laterais, agravando as fissuras.

Deve-se entender igualmente, que a absorção descontrolada do bloco estrutural de concreto, afeta diretamente a argamassa de revestimento e assentamento. Isso acontece, pelo fato das unidades absorverem exageradamente a umidade contida nestes materiais ligantes,

gerando retração nas argamassas e, conseqüentemente fissuração. Além da proliferação demasiada de fungos e de eflorescências na alvenaria.

## **Resistência a compressão**

A propriedade de resistência a compressão do bloco autoportante de concreto é um fator decisivo na questão da qualidade, segurança estrutural e durabilidade de uma edificação tanto de pequeno quanto de grande porte. A ABNT NBR 12.118/2013, define o controle tecnológico de resistência a compressão como sendo a “relação entre a carga de ruptura e a área bruta do corpo de prova quando submetido ao ensaio de compressão axial”.

A ABNT NBR 12.118/2013, salienta que para fins de comprovação da resistência a compressão axial do bloco de concreto, deve ser determinado a umidade relativa média dos corpos de prova a serem ensaiados, bem como as dimensões da área bruta. Para isso é necessário efetuar a coleta de 3 amostras extras para este fim.

Essas amostras devem incluir tanto os elementos que serão ensaiados a compressão, quanto os testemunhos que serão avaliados a umidade relativa e área bruta. A ABNT NBR 12.118/2013, exige que para procedimentos preliminares é necessário efetuar a regularização das faces de trabalho dos corpos de prova destinados ao ensaio de compressão, exceto os blocos que serão analisados a umidade relativa. Para esse procedimento a regularização pode ser feito com pastas de cimento, argamassas ou retífica.

A ABNT NBR 12.118/2013, diz que a umidade relativa das unidades é dada pela relação das massas dos elementos ensaiados, conforme equação 3.0.

$$\text{Umidade Rel. (\%)} = \left( \frac{M - M_1}{M_2 - M_1} \right) \times 100 \quad (3.0)$$

Onde:

– M é a massa dos blocos testemunhos, preparados por meio de retífica, expressa em gramas (g).

– M<sub>1</sub> é a massa seca do bloco ensaiado, expressa em gramas (g).

– M<sub>2</sub> é a massa saturada do corpo de prova, expressa em gramas (g).

A ABNT NBR 12.118/2013, descreve que para elementos estruturais especificados pelo fabricante com resistência a compressão acima de 8MPa, o teor de umidade relativa média, deve ser  $\leq 40\%$ . Para os blocos estruturais de concreto com resistência inferior a 8MPa, o teor de umidade relativa média deve ser  $\leq 25\%$ .

Quanto a determinação da área bruta dos blocos, a ABNT NBR 12.118/2013 descreve que deve ser determinado pelo valor médio das dimensões totais da seção transversal dos corpos de prova. Não deve ser considerado o desconto das dimensões dos furos ou reentrâncias.

Os corpos de prova destinados ao ensaio de compressão axial, separados e devidamente regularizados, devem ser submetidos a uma prensa hidráulica. A ABNT NBR 12.118/2013, salienta que a força aplicada no elemento, além de coincidir exatamente com o centro de gravidade da unidade, deve ser aplicada progressivamente até o rompimento do bloco, obtendo a carga máxima (Newtons, N), referente a cada corpo de prova ensaiado.

Segundo a ABNT NBR 12.118/2013, o valor da resistência a compressão axial de cada corpo de prova é obtido através da relação entre a carga máxima determinada no momento do colapso do bloco, pela área bruta comprovada dos testemunhos em milímetros quadrados ( $\text{mm}^2$ ).

Para que seja possível analisar a conformidade dos blocos ensaiados, a ABNT NBR 6136/2016 esclarece que o valor de resistência a compressão devida será “característico”, onde é calculado de acordo com a equação 4.0, em casos que não se conheça o desvio-padrão de fábrica.

$$f_{bk} = 2 \times \left( \frac{f_b(1) + f_b(2) + f_b(i-1)}{(i-1)} \right) - f_{bi} \quad (4.0)$$

Onde:

- $f_{bk}$  é o valor estimado da resistência característica da amostra, expressa em megapascals (Mpa).
- $f_b$  é o valor de resistência à compressão individual, expressa em megapascals (Mpa).
- $i = n/2$  se  $n$  for par ou  $(n-1)/2$  se  $n$  for ímpar, sendo “ $n$ ” o número de blocos da amostra ensaiada.

Já para situações que se conheça o desvio-padrão de fábrica, calcula-se conforme a equação 5.0.

$$fbk = fbm - (1,65 \times sd) \quad (5.0)$$

Onde:

- fbm é a resistência média da amostra, expressa em megapascals (Mpa).
- sd é o valor do desvio-padrão.

Segundo a ABNT NBR 6136/2016, para unidades com função estrutural da classe de uso A, o valor de resistência característica média dos corpos de prova a compressão axial (fbk), deve ser  $\geq 8,0$  MPa. Para blocos da classe de uso B, o valor de resistência característica média a compressão axial (fbk), deve ser  $4,0 \text{ Mpa} \leq fbk < 8,0 \text{ Mpa}$ . Já para blocos da classe de uso C, o valor de resistência característica média a compressão axial (fbk), deve ser  $\geq 3,0$  Mpa.

Os requisitos exigidos no projeto estrutural devem ser considerados e avaliados criteriosamente em conjunto com os parâmetros estabelecidos pela norma técnica. Isso acontece por que mesmo que a amostra ensaiada receba conformidade com as exigências de resistência estabelecida pela ABNT NBR 6136/2016, porém não atinja a resistência característica mínima requerida no projeto, o lote recebido em obra deverá ser devolvido, não o utilizando na estrutura.

A ABNT NBR 15961 – 2/2011, diz ainda que para a montagem dos corpos de prova que serão submetidos a prensa hidráulica, poderão ser efetuados em modos diferentes, dos quais, são: prisma, pequena parede, parede. A mesma norma, também descreve a quantidade adequada de amostras a serem coletadas para cada tipo de controle.

Segundo a ABNT NBR 15961 – 2/ 2011, o prisma consiste em dois ou mais blocos sobrepostos, preenchidos por graute ou não, e isentos de defeitos, unidos por uma argamassa de assentamento. Deve-se também implementar equipamentos como extensômetros mecânicos e defletômetros, para que seja possível avaliar a deformabilidade do prisma no momento do ensaio.

No que se refere a montagem de pequenas paredes, a ABNT NBR 15961 – 2/2011, salienta que as mesmas tenham um comprimento mínimo de dois blocos e uma altura mínima equivalente a cinco vezes a espessura do bloco não sendo inferior a 70cm.

O ensaio de paredes possui o mesmo modelo de montagem dos elementos de pequenas paredes, diferenciando-se na quantidade de blocos utilizados em sua composição, dos quais, podem ser preenchidos por graute, ou não, conforme a necessidade do projeto estrutural.

## **Manifestações patológicas**

Segundo Valle (2008, p.28), a ocorrência do assentamento de unidades estruturais que possuem resistência a compressão inferior a necessária, estabelecida em projeto, contribuirá no surgimento de fissuras tanto na horizontal, como na vertical e em uma situação limite, o colapso e ruína da estrutura.

A mesma autora salienta que as anomalias geradas na vertical, são provocadas devido a uma deformação excessiva da seção transversal da argamassa. Isso ocorre sob ação das solicitações de compressão ou de flexão local das unidades de concreto, com resistência inferior requerida em projeto estrutural.

Valle (2008, p.28), também salienta que as fissuras geradas na horizontal, são provenientes da ruptura dos componentes de alvenaria, devido à baixa resistência, sob ação da compressão axial.

Em situações em que tenha cargas concentradas aplicadas na alvenaria autoportante, com deficiência na resistência a compressão axial por parte dos blocos, pode-se gerar fissuras inclinadas nos pontos atuantes das cargas além da ruptura dos componentes de concreto. Em casos mais graves, ocorrem também o destacamento da alvenaria, podendo levar a ruína parcial ou completa da edificação (VALLE, 2008, p.29).

## **Retração linear por secagem**

A ABNT NBR 12.118/2013 define o controle tecnológico de retração linear por secagem como sendo “variações da dimensão longitudinal do corpo de prova devido à secagem a partir de uma condição saturada até uma condição de equilíbrio dimensional e de massa, sob condições de secagem acelerada padronizadas”.

A ABNT NBR 12.118/2013 exige no mínimo 3 blocos inteiros ou 6 prismas que passarão por etapas criteriosas para a realização do ensaio. A ABNT NBR 12.118/2013 descreve a primeira etapa é o processo de submersão do artefato por um período de 48 horas. Na segunda etapa, logo após o período de 48 horas submerso, deve-se efetuar a leitura do comprimento inicial do corpo de prova totalmente saturado, com uma barra de referência

padronizada, com o corpo de prova posicionado ainda no tanque de água.

Na terceira etapa, são realizadas medições da massa do bloco ainda saturado, na condição de superfície seca.

Logo após as medições, na quarta etapa, a ABNT NBR 12.118/2013 estabelece que os corpos de prova devem ser levados a uma estufa com temperatura a 100°C, por um período de 48 horas. Salienta-se que os blocos de concreto devem sofrer rotações com posições diferentes dentro da estufa, para assegurar melhor a uniformidade da secagem. Esse processo deve permanecer por 5 dias, e logo em seguida os elementos devem ser submetidos a resfriamento ao ar e posteriormente realizadas as medições de comprimento e massa.

O cálculo da taxa de retração por secagem apresentado pela ABNT NBR 12.118/2013, deve ser feito como sendo a relação da variação média das dimensões do bloco (L), com o comprimento médio das bases de medidas (G). A unidade de medida será milímetro (mm), em ambas as determinações. Para realização do cálculo, deverá ser utilizado a equação 6.0.

$$\text{Retração (\%)} = \left( \frac{L}{G} \right) \times 100 \quad (6.0)$$

Onde:

- L é a variação média das dimensões do corpo de prova, em circunstâncias de saturação e constância de massa ou comprimento, expressa em milímetros (mm).
- G é a média do comprimento das bases de medida expressa em milímetros (mm).

Segundo a ABNT NBR 6136/2016, a taxa de retração linear por secagem obtida no momento do ensaio do corpo de prova, deve ser  $\leq 0,065$  %. Segundo a mesma norma, este parâmetro é preponderante para todos as classes de uso dos blocos, sendo elas: A, B e C.

### **Manifestações patológicas**

A aplicação de blocos não conformes em relação a retração linear por secagem, na edificação pode acarretar anomalias estruturais graves na mesma, prejudicando a durabilidade da construção. Segundo Magalhães (2004, p.36), a retração exagerada nos blocos estruturais de

alvenaria, gera movimentações nos componentes de alvenaria, produzindo fissuras, debilitando a edificação.

Essas fissuras podem ter dois tipos de configurações: vertical e horizontal, causadas pela movimentação da parede. Todavia, a maior parte das fissuras causadas pela perda de água acelerada da alvenaria autoportante, origina-se devido a retração dos componentes da mesma especialmente os blocos de concreto (MAGALHÃES 2004, p. 62).

O mesmo autor ainda complementa que as restrições existentes na alvenaria autoportante de blocos de concreto, e tomando em consideração a movimentação destes componentes na estrutura, gera tensões de tração e cisalhamento. Magalhaes (2004, p. 63), salienta que estas tensões nos blocos acarretam em fissuras com diferentes configurações, uma vez que tais unidades não têm boa resistência a esses tipos de esforços.

## **CONCLUSÃO**

O presente trabalho expôs as características gerais e importância dos controles tecnológicos da alvenaria estrutural para o controle de qualidade e segurança estrutural de uma obra.

O estudo apresentou todos os controles tecnológicos exigidos pela ABNT NBR 12.118/2013, como também mostrou os requisitos de cada ensaio prescritos pela ABNT NBR 6136/2016 que as unidades de concreto ensaiadas devem respeitar para receberem aprovação. Portanto, foi possível expor a função de cada ensaio, no que diz respeito ao controle de qualidade dos blocos de concreto.

Diante das manifestações patológicas apresentadas, mediante ao assentamento de unidades de concreto com falhas de fabricação não previstas, pela não realização destes ensaios, torna-se notável a importância dos mesmos, uma vez que com a constatação das falhas por meio destes controles tecnológicos, pode-se evitar tais anomalias.

## **REFERÊNCIAS**

AMÉRICO, J. A. S. F. **BLOCO DE CONCRETO PARA ALVENARIA EM CONSTRUÇÕES INDUSTRIALIZADAS**. 2007. 246 f. Tese (Doutorado em Engenharia

das Estruturas) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT **NBR 15270 – 2/2017**: Componentes cerâmicos – Blocos e tijolos para alvenaria Parte 2: Métodos de ensaios. Rio de Janeiro, nov. 2017. 29 p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT **NBR 14974 – 1/2003**: Blocos sílico-calcário para alvenaria Parte 1: Requisitos, dimensões e métodos de ensaio. Rio de Janeiro. set. 2003. 9 p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT **NBR 9935/2011**: Agregados – Terminologia. Rio de Janeiro, fev. 2011. 16 p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT **NBR 13.279/2005**: Argamassa para assentamento e revestimento de paredes e tetos – Determinação da resistência à tração na flexão e à compressão. Rio de Janeiro out. 2005. 9 p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. **NBR 15961 – 2/2011**: Alvenaria estrutural – Blocos de concreto Parte 2: Execução e controle de obras. Rio de Janeiro, out. 2011. 35 p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. **NBR 15961 – 1/2011**: Alvenaria estrutural – Blocos de concreto Parte 1: Projeto. Rio de Janeiro, out. 2011. 50 p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. **NBR 12.118/2013**: Blocos vazados de concreto simples para alvenaria – Métodos de ensaio. Rio de Janeiro, mai. 2013. 14 p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. **NBR 6136/2016**: Blocos vazados de concreto simples para alvenaria – Requisitos. Rio de Janeiro, dez. 2016. 10 p.

BLOCO BRASIL. **Blocos de concreto: Fabricantes preveem estabilidade, com potencial de crescimento no primeiro semestre de 2014**. Disponível em: <<http://www.blocobrasil.com.br/noticias/481-blocos-de-concreto-fabricantes-preveem-estabilidade-com-potencial-de-crescimento-no-primeiro-semester-de-2014>>. Acesso em: 02 jun. 2018.

FURLAN, C. C. **Patologia das anomalias das alvenarias e revestimentos argamassados**. São Paulo: Pini 2015.

FERRONATO H. N. **Comparação de custos na execução de prédio com estrutura pré-moldada e estrutura convencional em concreto armado.** 2016. 84 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Engenharia Civil) – Centro Universitário UNIVATES, Lajeado.

MAGALHÃES, E. F. **Fissuras em alvenarias: configurações típicas e levantamento de incidências no estado do Rio Grande do Sul.** 2004. 180 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Profissionalizante) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

MAMEDE, F. C.; CORRÊA, M. R. S. Utilização de pré-moldados em edifícios de alvenaria estrutural. **Cadernos de Engenharia de Estruturas**, São Paulo, v. 8, n. 33, p. 1-27, ago. 2006.

MILITO, J. A. **Apostila de técnicas de construção civil e construção de edifícios.** Campinas, Curso de Engenharia Civil, Faculdade de Ciências Tecnológicas da P.U.C. Campinas, 2004. 303 p. (Apostila xerocopiada).

RAMALHO, M. A.; CORRÊA, M. R. S. **Projeto de edifícios de alvenaria estrutural.** São Paulo: Pini, 2003.

SAMPAIO, M. B. **Fissuras em edifícios residenciais em alvenaria estrutural.** 2010. 122 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia das Estruturas) – Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, São Carlos.

SILVA, L. B. **Patologias em alvenaria estrutural: causas e diagnóstico.** 2013. 76 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Civil) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora.

SUAOBRA. **Traço utilizados para argamassa de assentamento.** Disponível em: <<http://www.suaobra.com.br/dicas/levantamento-obra/confira-qual-traco-usar-na-argamassa-para-assentamento-de-blocos>>. Acesso em: 21 nov. 2018.

SINDUSCON – SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL NO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Bloco vazado de concreto para alvenaria estrutural.** Disponível em: <[http://www.sinduscon-mg.org.br/wp-content/uploads/2016/11/Blocos\\_de\\_Concreto\\_para\\_Alvenaria\\_Estrutural.pdf](http://www.sinduscon-mg.org.br/wp-content/uploads/2016/11/Blocos_de_Concreto_para_Alvenaria_Estrutural.pdf)>. Acesso em: 03 jun. 2018.

TAUIL, C. A.; NESSE, F. J. M. **Alvenaria estrutural.** São Paulo: Pini, 2010.

TAMAKI, L. **Blocos cerâmicos**. Disponível em: < <http://equipedeobra17.pini.com.br/construcao-reforma/31/como-se-faz-blocos-ceramicos-186417-1.aspx>>. Acesso em: 23 out. 2018.

THOMAZ. E. **Trincas em edifícios causas, prevenção e recuperação**. São Paulo: Pini, 1989.

VALLE, J. B. S. **Patologia das alvenarias: causas, diagnósticos e previsibilidade**. 2008. 81 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Civil) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte

